



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS



EMÍLIA CARNEIRO DOS SANTOS

**DOCUMENTOS DA FAMÍLIA VIEIRA RAVASCO (XVII-XVIII):
EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E ELEMENTOS PARA UMA
DESCRIÇÃO DA CONCORDÂNCIA VERBAL**

FEIRA DE SANTANA-BA

2022

EMÍLIA CARNEIRO DOS SANTOS

**DOCUMENTOS DA FAMÍLIA VIEIRA RAVASCO (XVII-XVIII):
EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E ELEMENTOS PARA UMA
DESCRIÇÃO DA CONCORDÂNCIA VERBAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Área de Concentração: Linguagem e sociedade.

Linha de pesquisa: Aquisição, Variação e Mudança Linguística no Português.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda.

FEIRA DE SANTANA-BA

2022

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

S234 Santos, Emília Carneiro dos
Documentos da família Vieira Ravasco (XVII-XVIII): edição
semidiplomática e elementos para uma descrição da concordância verbal /
Emília Carneiro dos Santos. – 2022.
201 f.: il.

Orientadora: Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), Feira de
Santana, 2022.

1. Português brasileiro. 2. Documentos – Análise - Normas. 3. Documento
manuscrito. 4. Concordância verbal I. Título. II. Lacerda, Mariana Fagundes
de Oliveira, orient. III. Universidade Estadual de Feira de Santana.

CDU: 801

Aos meus pais, Antoniel Mariano e Anete Carneiro, os meus primeiros contadores de histórias.

A Marília, minha filha, a menina esperta que ama embarcar em uma aventura.

AGRADECIMENTOS

“Porque Deus me ama, e eu não estou só, porque Deus cuida de mim!” É com essa perspectiva que enfrento, com mais leveza, as “estradas da vida”. Com a certeza de que há um Deus cuidadoso e amoroso, que caminha ao meu lado e me presenteia com pessoas que me ajudam no percurso, porque sozinha eu não seria quem sou e não chegaria onde estou, por isso: Gratidão a Deus, pelo dom da vida, pela proteção constante e por me fazer acreditar que “eu posso ir muito além de onde estou”.

Gratidão à professora Doutora Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, minha orientadora, por me conduzir, de maneira tão leve e competente, pelo percurso da pesquisa. Desde a graduação, nas aulas de Linguística Histórica e, posteriormente, como minha orientadora na Iniciação Científica, ela plantou a semente da esperança, ao incentivar a continuação dos estudos. Sou grata por toda dedicação, partilha, compreensão e pelos ensinamentos durante esse trajeto.

Gratidão à professora Doutora Huda da Silva Santiago, que, ainda no terceiro semestre da graduação, me apresentou um dos caminhos da Linguística Histórica, por meio das “Cartas de Sisal”. Lembro-me bem de uma apresentação sua, em um evento de Linguística na UEFS; naquela ocasião, seu trabalho me chamou a atenção e me instigou a conhecer um pouco sobre esses caminhos. Sinto-me agradecida pelas contribuições em cada etapa deste trabalho, por “segurar a minha mão” na banca de apresentação do projeto de pesquisa, na banca de qualificação e na banca de defesa.

Gratidão à professora Doutora Zenaide de Oliveira Novais Carneiro. Obrigada pelas tardes de orientação, durante a preparação do projeto de pesquisa; nessas tardes, embarcávamos em verdadeiras viagens no tempo, recheadas de histórias e aventuras.

Gratidão a Lara Cardoso, que reuniu o material desta pesquisa. Lembro-me dela falando sobre esse material, com muito carinho e, ao mesmo tempo, surpresa por encontrá-lo disponível na rede, e eu, na ocasião, não imaginava que seria ele meu objeto de pesquisa futuramente.

Gratidão aos professores do Programa Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UEFS (PPGEL) e aos professores que participaram da minha banca de projeto e de qualificação. Cada um teve sua parcela na construção desse trabalho.

Gratidão ao professor Doutor Pedro Daniel dos Santos Souza, por aceitar o convite para contribuir com este trabalho, sendo um dos membros da banca de defesa.

Gratidão à minha Marília, minha filha. Obrigada por me apresentar o amor mais puro e verdadeiro, por tornar meus dias mais leves e mais alegres. Obrigada por compreender minha ausência, minha impaciência, às vezes, e por estar sempre ao meu lado, me mostrando o mundo, com um outro olhar.

Gratidão ao meu querido e amado esposo, Gerônimo Moreira, meu maior incentivador. Ele acredita mais em mim do que eu mesma. Obrigada pelo amor, companheirismo, pela partilha, pelo otimismo, pelos sorrisos, pela parceria de sempre. A caminhada ao seu lado tem mais sabor e leveza.

Gratidão aos meus pais, Antoniel Mariano e Anete Carneiro, os primeiros a me dizer SIM. SIM à vida, SIM ao amor. Tudo o que sou hoje é fruto deles.

Gratidão às minhas irmãs, Arilma Carneiro, Daniela Carneiro e Ester Carneiro, e a minha sobrinha Sarah, pelo apoio constante. Obrigada pelo amor, pela ajuda, pelas conversas, pelos sorrisos, por confiarem em mim sempre.

Gratidão aos colegas da UEFS, por dividirem comigo os “sabores e dissabores” da academia.

Gratidão à CAPES, pelo financiamento desta pesquisa. Em tempos tão nebulosos e incertos como têm sido, desde o início da Pandemia, o incentivo financeiro foi essencial para a elaboração da dissertação.

Gratidão a todos que, de alguma maneira, me incentivaram a realizar o curso de mestrado, seja por meio de uma palavra, de um sorriso em dias nublados, simples gestos que fazem diferença na nossa caminhada.

É isso, finalizo mais uma etapa da vida, com o coração cheio de gratidão e alegria, e com a certeza de que se trata de um (re)começo de muitas outras histórias.

“É, como já sabemos, na conjugação de fatores sócio-históricos e intralinguísticos que se pode reconstruir o percurso histórico de uma língua.” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 28)

RESUMO

O presente trabalho apresenta documentos dos séculos XVII e XVIII, escritos por duas gerações da família Vieira Ravasco, os quais são de grande importância para os estudos sobre a gênese do Português Brasileiro Culto ou das normas socialmente prestigiadas. O desenvolvimento desta pesquisa se dá a partir das três agendas de trabalho adotadas pelo Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), do qual o projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS), ao qual a presente pesquisa se vincula, é parceiro, a saber: a histórico-filológica; a sócio-histórica; a linguístico-gramatical (CASTILHO, 2019). Destarte, realizaram-se a transcrição semidiplomática dos manuscritos — seguindo as normas de transcrição de documentos manuscritos e impressos do PHPB (CASTILHO, 2020) — e sua descrição paleográfica, a contextualização sócio-histórica dos documentos e o estudo descritivo da concordância verbal. Com a transcrição semidiplomática, o principal resultado é a disponibilização da edição para pesquisadores que se dedicam a estudar os tempos mais recuados do PB; o estudo sócio-histórico contribui para a compreensão da formação histórica e linguística do PB e da Bahia colonial; com o estudo descritivo da concordância verbal, os resultados alcançados contribuem para caracterizar, morfossintaticamente, o português escrito por pessoas escolarizadas, nascidas no Brasil no período colonial. A presente Dissertação colabora com a Fase 2 do projeto CE-DOHS, a qual se volta ao período colonial brasileiro, tendo em vista as normas socialmente prestigiadas e as normas socialmente estigmatizadas; esta pesquisa de Mestrado visa a trazer dados para a reconstrução social e linguística daquelas normas.

Palavras-chaves: Português Brasileiro. Normas Socialmente Prestigiadas. Séculos XVII e XVIII. Edições Fac-similar e Semidiplomática. Concordância Verbal.

ABSTRACT

The present work presents documents from the 17th and 18th centuries, writings by two generations of the Vieira Ravasco family, who are of wide importance for studies on the genesis of Brazilian Portuguese Cult or socially prestigious norms. The development of this research is based on the three work agendas adopted by the Program for the History of Brazilian Portuguese (PHPB), of which the project Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS), to which the present research is linked, is a partner, namely: the historical-philological one; the socio-historical; linguistic-grammatical (CASTILHO, 2019). Thus, the semidiplomatic transcription of the manuscripts was carried out — following the rules for transcribing handwritten and printed documents from PHPB (CASTILHO, 2020) — and their paleographic description, the socio-historical contextualization of the documents and the descriptive study of verbal agreement. With the semi-diplomatic transcription, the main result is the availability of the edition for researchers who are dedicated to studying the most remote periods of BP; the socio-historical study contributes to the understanding of the historical and linguistic formation of BP and colonial Bahia; with the descriptive study of verb agreement, the results achieved contribute to morphosyntactically characterize the Portuguese written by educated people, born in Brazil during the colonial period. The present Dissertation collaborates with Phase 2 of the CE-DOHS project, which goes back to the Brazilian colonial period, in view of the socially prestigious norms and the socially stigmatized norms; this Master's research aims to bring data for the social and linguistic reconstruction of those norms.

Keywords: Brazilian Portuguese. Socially Prestigious Norms. 17th and 18th centuries. Fac-similar and Semi-Diplomatic Editions. Verbal agreement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Aspectos caligráficos de Bernardo Viera Ravasco: escrita sem traçado de linhas	41
Figura 02 - Aspectos caligráficos de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque: escrita sem traçado de linhas	41
Figura 03 - Lançamento marginais	42
Figura 04 - Manuscrito com margem larga: Bernardo Vieira Ravasco	42
Figura 05 - Margem mais estreita: segundo <i>escriptor</i>	42
Figura 06 - Margem mais larga: segundo <i>escriptor</i>	42
Figura 07 - Carimbo nos manuscritos de Bernardo Vieira Ravasco	43
Figura 08 - Carimbo nos manuscritos de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque	43
Figura 09 - Assinatura de Bernardo Vieira Ravasco	44
Figura 10 - Assinatura de Gonçallo Ravasco	44
Figura 11 - Exemplo da tinta apagada: manuscrito de Bernardo Viera Ravasco	44
Figura 12 - Exemplo de deterioração nos manuscritos de Bernardo Vieira Ravasco.	45
Figura 13 - Mancha nos manuscritos de Bernardo Vieira Ravasco	45
Figura 14 - Exemplo de deterioração nos mansucritos de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque	45
Figura 15 - Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque: sombra da escrita	46
Figura 16 - Aviso de tinta repassada: Manuscrito de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque	46
Figura 17 - Presença do selo da Biblioteca Nacional	46
Figura 18 - Documento contendo duas mãos diferentes	66
Figura 19 - Página inicial do site CE-DOHS	72
Figura 20 - Página de acesso aos documentos da Família Vieira Ravasco	72
Figura 21 - Mapa de Joan Blaeu de 1640 já com a nova denominação de várias capitánias	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 01-	Demografia histórica do Brasil	21
Quadro 02 -	Filologia e Linguística Histórica	31
Quadro 03 -	Informações sobre os documentos de Bernardo Viera Ravasco	47
Quadro 04 -	Informações sobre os documentos de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque	49
Quadro 05 -	Descrição <i>escriptográfica</i> de Bernardo Vieira Ravasco	52
Quadro 06 -	Aspectos gráficos de Bernardo Vieira Ravasco	56
Quadro 07 -	Sinais de pontuação e diacrítico utilizados por Bernardo Vieira Ravasco	57
Quadro 08 -	Descrição <i>escriptográfica</i> de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque	58
Quadro 09 -	Aspectos gráficos de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque	62
Quadro 10 -	Sinais de pontuação e diacrítico utilizados por Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque	63
Quadro 11 -	Bernardo Vieira Ravasco: abreviaturas e suas classificações.	66
Quadro 12 -	Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque: abreviaturas e suas classificações	67
Quadro 13 -	Local de despacho dos documentos	75
Quadro 14 -	Ficha do escrevente Bernardo Vieira Ravasco	82
Quadro 15 -	Ficha de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque	84
Quadro 16 -	Árvore genealógica dos secretários	85

LISTA DE SIGLAS

AFVR	Acervo da Família Vieira Ravasco
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
BVR	Bernardo Vieira Ravasco
CE-DOHS	Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão
DLA	Departamento de Letras e Artes
GRCA	Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque
NELP	Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa
PB	Português Brasileiro
PE	Português Europeu
PHPB	Projeto para a História do Português Brasileiro
PHPP	Projeto de História do Português Paulista
PROHPOR	Programa para a História da Língua Portuguesa
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFS	Universidade Federal de Sergipe
USP	Universidade de São Paulo
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

PARA COMEÇAR		15
	PARTE 01	17
	“Como quixotes ou como loucos...”: o desafio de reconstrução da história social linguística do português brasileiro	
1	OS VÁRIOS CAMINHOS DA LINGUÍSTICA HISTÓRICA...	18
1.1	UM POUCO DE HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	20
1.2	O PHPB E SEUS GRANDES DESAFIOS: CONTANDO MUITAS HISTÓRIAS...	23
1.2.1	A penetração da língua escrita no Brasil: o que isso nos diz?	26
1.2.1.1	<i>O caso da Bahia</i>	29
1.2.2	Constituição de <i>corpora</i> diacrônicos: preparando os materiais para a pesquisa	30
1.2.2.1	<i>Corpora para a história do português brasileiro culto</i>	34
1.3	SÍNTESE DA SEÇÃO	36
	PARTE 02	37
	O corpus nas mãos da Filologia	
2	UMA AMOSTRA ILUSTRATIVA DO PB CULTO DA BAHIA COLONIAL	37
2.1	DESCRIÇÃO DOS MANUSCRITOS	40
2.1.1	Aspectos extrínsecos	41
2.1.2	Aspectos intrínsecos	46
2.1.2.1	<i>Na secretaria do Estado do Brasil: a escrita de Bernardo Vieira Ravasco</i>	47
2.1.2.2	<i>Na secretaria do Estado do Brasil: a escrita de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque</i>	49
2.1.2.3	<i>Reconhecimento da mão que escreve: os aspectos grafemáticos dos escritores</i>	51
2.1.2.4	<i>A mão de Bernardo Vieira Ravasco</i>	51
2.1.2.5	<i>A mão de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque</i>	58
2.1.2.6	<i>Abreviaturas presentes nos manuscritos e suas classificações</i>	64
2.2	O LABOR DA EDIÇÃO	69
2.3	CRITÉRIOS PARA A EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA	70
2.4	EDIÇÃO MODERNIZADA DOS MANUSCRITOS: ETAPA POSTERIOR	71
2.5	SÍNTESE DA SEÇÃO	73
	PARTE 03	74
	Quando, onde, quem e para quê: o controle sócio-histórico	
3	A CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS	74
3.1.	QUANDO?	74

3.1.1	No tempo do Governo Geral	74
3.2	ONDE?	75
3.2.1	A capitania da Bahia	76
3.2.1.1	<i>Aspectos econômicos</i>	77
3.2.1.2	<i>Aspectos demográficos</i>	79
3.3	QUEM?	80
3.3.1	O primeiro secretário do estado do Brasil: Bernardo Vieira Ravasco	80
3.3.2	O filho do secretário: Gonçalo Ravasco Cavalcante de Albuquerque	83
3.4	PARA QUÊ?	86
3.4.1	A função de secretário do Estado do Brasil	86
3.5	SÍNTESE DA SEÇÃO	87
PARTE 04		88
A agenda gramatical: em questão a concordância verbal		
4	DUAS PALAVRINHAS SOBRE O TEMA	88
4.1	A CONCORDÂNCIA VERBAL NOS DOCUMENTOS DOS VIEIRA RAVASCO: BREVE ESTUDO DESCRITIVO	91
4.1.1	Variáveis Linguísticas	92
4.1.1.1	<i>Traço semântico do sujeito</i>	92
4.1.1.2	<i>Posição do sujeito</i>	93
4.1.1.3	<i>Saliência fônica</i>	94
4.2	RESULTADOS GERAIS	94
4.3	SÍNTESE DA SEÇÃO	95
PARTE 05		96
A edição: a porção mais valiosa desta dissertação		
5	OS MANUSCRITOS	96
5.1	MANUSCRITOS DE BERNARDO VIEIRA RAVASCO	97
5.1.1	As certidões	98
5.1.2	As Cartas	102
5.1.3	O Escrito do Secretário	121
5.1.4	Extrato	124
5.1.5	Fé de Ofício	130
5.1.6	As Listas	134
5.1.7	Memória	144
5.1.8	Relação	155
5.2	MANUSCRITOS DE GONÇALO RAVASCO CAVALCANTY E ALBUQUERQUE	157
5.2.1	Atestados	157

5.2.2	Certidão	169
5.2.3	Fé de Ofício	173
5.2.4	Ofício	175
5.2.5	Ordem	179
5.2.6	As Listas	181
	PARA TERMINAR: “PORQUE O TRABALHO, A MEU VER, SERÁ MUITO, DE MUITOS, E NÃO SERÁ POR POUCO TEMPO”	195
	REFERÊNCIAS	196

PARA COMEÇAR

O presente trabalho traz o estudo filológico, sócio-histórico e linguístico de vinte e sete manuscritos, datados dos séculos XVII e XVIII, pertencentes à Família Vieira Ravasco, com o objetivo de contribuir com os estudos sobre a reconstituição social e linguística do português brasileiro (doravante, PB).

Para isso, o percurso construído nesta pesquisa foi norteado pelas agendas de trabalho do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), criado a partir do *I Seminário para a História do Português Brasileiro*, em 1997, atualmente coordenado pelo professor doutor Sandro Marcio Drumond Alves Marengo, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e do projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS)¹, coordenado pelas professoras doutoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, no âmbito do Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP)², coordenado também por esta professora, do Departamento de Letras e Artes (DLA), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), núcleo ao qual a pesquisa ora apresentada se vincula.

As agendas são:

- a) a histórico-filológica, a qual visa a constituir *corpora* diacrônicos de natureza vária, escritos no Brasil, a partir do século XVI;
- b) a sócio-histórica e linguística, dedicada à reconstrução da história social linguística do Brasil;
- c) a gramatical, que objetiva estudar as mudanças linguísticas depreendidas na análise de *corpora* constituídos.

Destarte, a execução das referidas agendas se deu a partir dos seguintes passos:

- a) a transcrição semidiplomática de documentos pertencentes à família *Vieira Ravasco*, escritos nos séculos XVII e XVIII, e sua descrição paleográfica;
- b) a contextualização sócio-histórica do *corpus*;
- c) a descrição da concordância verbal.

Para atender à primeira agenda de pesquisa, foi realizada a transcrição de vinte e sete manuscritos, datados entre 1660 e 1725. Doze desses documentos foram escritos por Bernardo Vieira Ravasco e os outros dezessete foram escritos por seu filho Gonçallo Ravasco Cavalcanti e Albuquerque. Ambos os escreventes nasceram no Brasil e foram escolarizados no Colégio dos Jesuítas, mais tarde ocupando a função de secretário do Estado do Brasil; por isso o *corpus*

¹ Página online do projeto; <<http://www.uefs.br/cedohs/>>.

² Página online do NELP: <<https://nelpuefs.wordpress.com/>>.

em questão ilustra a vertente culta do PB (MATTOS E SILVA, 1998), e sua edição filológica vem contribuir com os trabalhos sobre o português **do** Brasil.

A transcrição do material apresentada nesta dissertação corresponde à semidiplomática, segundo as *Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos* do PHPB (CASTILHO, 2020), do qual o projeto CE-DOHS é parceiro. Esse tipo de edição preserva as características linguísticas do texto, tornando-os mais adequados para as pesquisas que se desafiam a estudar a língua “sob a chave do tempo” (PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p. 13).

Para o estudo sócio-histórico, referente à segunda agenda desta pesquisa, buscou-se fazer a contextualização sócio-histórica dos documentos, por meio das questões-problemas de Petrucci (2003), as quais se mostram essenciais nesse campo. Desse modo, tem-se: *Cuando?* Corresponde a períodos do século XVII e XVIII. *Donde?* Produzido no âmbito da secretaria do Estado do Brasil. *Quien?* Escrito por dois homens da elite colonial da Bahia, os secretários do Estado. *Para quê?* Para registrar e controlar as atividades administrativas no âmbito da Secretaria do Estado do Brasil.

Sobre a investigação linguística da concordância verbal, buscou-se verificar se, nessa documentação, haveria ou não ausência de concordância verbal na terceira pessoa do plural, tendo em vista que esse fenômeno é um dos que marcam a polarização sociolinguística do PB (LUCCHESI, 2015).

Nesse ensejo, o trabalho está organizado da seguinte maneira: a parte 01 exibe uma pequena abordagem sobre os caminhos trilhados para uma reconstrução social e linguística do PB; a parte 02 contém a metodologia utilizada e o *labor* da edição; a parte 03 traz uma abordagem sobre o contexto sociocultural e econômico da sociedade em que os escreventes estavam inseridos; a parte 04 traz uma sucinta descrição da concordância verbal nos documentos; e a parte 05 apresenta a edição semidiplomática de tais manuscritos.

PARTE 01

“Como quixotes ou como loucos...”: o desafio de reconstrução da história social linguística do português brasileiro

A famosa narrativa de Miguel de Cervantes, “Dom Quixote”, apresentada ao público nos anos de 1605 e 1615, primeira e segunda partes, respectivamente, trouxe ao palco a história de um fidalgo que gostava muito de ler estórias de cavalaria. Por causa dessa paixão, o fidalgo passava dias e noites em claro, lendo suas narrativas, até que “perdeu o juízo” e resolveu “sair pelo mundo com suas armas e seu cavalo em busca de aventuras e viver tudo o que havia lido sobre cavaleiros andantes[...]”, nomeando-se de “Dom Quixote de La Mancha” (CERVANTES, 2018, p. 07). O leitor que já teve o prazer de ler essa narração sabe que o tal fidalgo encontrou, em suas andanças, muitas façanhas sem sucessos; por isso ele foi considerado louco por todos que o conheciam.

Mostrar as corajosas e infrutíferas aventuras de Dom Quixote não é o propósito deste trabalho, como o leitor já deve ter percebido. O intuito de relembrar a narrativa de Miguel de Cervantes é ilustrar como, por muito tempo, os estudos de mudança linguística, sobretudo mudança linguística em tempos pretéritos, foram considerados como um possível empreendimento quixotesco. Em 1994, Wiliam Labov já alertava sobre os grandes desafios que o especialista em Linguística Histórica teria ao enveredar por tais caminhos, e, em resposta a essa alusão, Mattos e Silva (2004, p. 67), grande estudiosa da história da língua portuguesa e da história social e linguística do português brasileiro (PB), afirmou: “como quixotes ou como loucos, ou apenas como brasileiros interessados em compreender um aspecto fundamental da sua história progressa, aceitemos o convite”.

O convite foi aceito, e, até hoje, com paixão e entusiasmo, inúmeros pesquisadores se aventuram na tentativa de colaborar com a reconstrução da história social e linguística do português brasileiro. Sabe-se que, para que isso aconteça, muitas histórias devem ser contadas, conforme ressaltou Mattos e Silva (2004); à vista disso, embarquemos em mais uma!

Nesse ensejo, essa seção convida o leitor a aventurar-se pelos percursos da Linguística Histórica, passeando, brevemente, pelo processo de formação do português brasileiro, pelo processo de penetração da língua escrita no Brasil, por alguns projetos e trabalhos que se enveredaram nesses caminhos e pela parceria necessária entre Linguística Histórica *Stricto Sensu* (MATTOS E SILVA, 2008, p. 9) e Filologia.

1 OS VÁRIOS CAMINHOS DA LINGUÍSTICA HISTÓRICA...

“- Ou muito me engano ou teremos a mais famosa aventura que jamais se viu[...]

(CERVANTES, 2018, p. 34).

Aventurar-se em algum empreendimento requer coragem, esforço e dedicação; nesse sentido, enveredar-se pelos “caminhos da Linguística Histórica” significa esforçar-se em busca das raízes e das trajetórias de uma determinada língua, a partir de sua história interna e externa. É, de fato, embarcar em uma “famosa aventura”, isso é o que demonstram os percursos já trilhados.

Sabe-se que a dinâmica da mudança linguística é o objeto de estudo da Linguística Histórica. As línguas mudam no decorrer do tempo, de maneira lenta e gradual, mas continuam ordenadas; nas palavras de Faraco (2005, p. 91), “as línguas estão envolvidas num complexo fluxo temporal de mutações e substituições, de aparecimentos e desaparecimentos, de conservação e inovação” e, por meio do material empírico, o estudioso da Linguística Histórica dedica-se a estudar tais mutações.

Consoante Paixão de Sousa (2006, p. 14), é comum considerar que a Linguística Histórica tem suas origens no século XIX; o interesse, entretanto, em estudar as semelhanças entre várias línguas, cujas origens eram as mesmas, já estava presente anteriormente aos oitocentos. Contudo, o impulso maior por essa área de estudos ocorreu nos anos de 1800, pois é a partir desse período que se estabelece uma metodologia para estudar as regularidades, além de caracterizar e justificar a identidade das línguas aparentadas, por meio de fatos estruturais; assim, a linguística no século XIX “[...] recorta, descreve e explica os fenômenos da linguagem do ponto de vista do binômio gênese-evolução” (PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p. 17).

No século seguinte, as investigações históricas saíram do centro das pesquisas para dar lugar aos estudos postulados por Ferdinand de Saussure (1916), o qual instituiu, em seu “Curso de linguística geral”, o objeto de estudo da Linguística moderna, a língua concebida como um sistema homogêneo e singular, diferentemente da fala, a atividade linguística concreta; o objeto teórico saussureano, nesse sentido, não receberia intervenções das relações sociais: “ao conceber a língua como um sistema homogêneo e unitário, Saussure não apenas a separou de seu contexto social, como também se viu obrigado a retirar esse sistema linguístico do devir temporal.” (LUCCHESI, 2004, p. 55).

Esses estudos inauguraram um “novo momento revolucionário na história da linguística” e reinaram durante muito tempo (MATTOS E SILVA, 2008, p. 35). No que tange

a sua relevância para a Linguística Histórica, Paixão de Sousa (2006, p. 21, grifo do autor) afirma que a “*lingüística histórica*’ definiu-se, na herança estruturalista, como o campo dos estudos lingüísticos que se ocupa da *dinâmica temporal-cronológica* dos processos lingüísticos: ou seja, desenvolveu-se como “*lingüística diacrônica*”.

Após um bom tempo de supremacia dos estudos sincrônicos, postulados por Saussure, “na década de 1960, os estudos da relação entre o tempo e as línguas passam por um novo marco divisor” (PAIXÃO DE SOUZA, 2006, p. 23); houve o desenvolvimento de duas áreas de estudos da linguística contemporânea, a Sociolinguística Quantitativa ou Variacionista, postulada por U. Weinreich, W. Labov e M. Herzog (1968), e o modelo gerativista, o qual estuda o processo de aquisição relacionado à mudança linguística.

No âmbito da Sociolinguística Laboviana,

o desenvolvimento histórico de uma língua deixa de poder ser representado pela sucessão de sistemas discretos, unitários, homogêneos e autônomos, e passa a ser concebido como o contínuo processo de variação e mudança dentro do sistema heterogêneo inserido no contexto sócio-histórico e cultural da comunidade de fala [...] a análise sincrônica da língua fora do devir histórico não encontra mais fundamentação empírica. (LUCCHESI, 2004, p. 184)

Considerando os caminhos percorridos, desde os primeiros trabalhos, Mattos e Silva (2008, p. 8) chegou a uma formulação de que a Linguística Histórica “não se trata apenas das mudanças das línguas ao longo do tempo. É algo mais.” Com essa perspectiva, desde 1988, a referida autora admitiu duas grandes vertentes da Linguística Histórica: a *lato sensu* e a *stricto sensu*. A primeira refere-se aos trabalhos que se utilizam de “dados datados e localizados [...] baseados em *corpora*”, e a segunda “se debruça sobre o que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo em que tais línguas são usadas” (MATTOS E SILVA, 2008, p. 9).

Como se pode observar, a partir da síntese exposta acima sobre a história da Linguística Histórica, é pertinente reconhecer, conforme apontou Lucchesi (2004, p. 19, grifo do autor), que “em cada etapa de sua história, uma ciência se afirma, na medida em que assume uma identidade, que lhe é conferida pelo **modelo teórico hegemônico** no período”. Assim, a Linguística Histórica foi firmando-se, abraçada por diversas abordagens teóricas e metodológicas, que, muitas vezes, complementam-se. Dessa maneira, a história do PB tem-se constituído, seja por meio de aparatos teórico-metodológicos inseridos na Linguística Histórica *Lato Sensu* – a exemplo da Sociolinguística Variacionista, dos estudos dialetológicos, dos estudos etnolinguísticos etc. – ou na Linguística Histórica *Stricto Sensu* – a exemplo da

Linguística Histórica Sócio-Histórica e da Linguística Histórica Associal ou Linguística Diacrônica.

Como não seria viável, nem possível, contar todas as aventuras que já foram narradas sobre o PB neste trabalho, narra-se, de maneira bastante geral, “uma” história, baseada em pesquisas que conjugam fatores “sócio-históricos, demográficos, linguísticos do passado e do presente” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 13), sobre a formação dessa língua tão rica e diversificada.

1.1 UM POUCO DE HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Lucchesi (2015, p. 33) defende que o Brasil é um país caracterizado pela “polarização sociolinguística”³, isto é: de um lado, existe uma “norma sociolinguística de uma elite letrada” e, do outro, “a norma da população socialmente marginalizada”. Conforme o autor, “as raízes históricas dessa divisão sociolinguística [...] são longínquas e remontam ao início da colonização portuguesa das terras do Brasil” (LUCCHESI, 2015, p. 85).

A história que envolve a ocupação portuguesa em terras brasileiras é bastante conhecida: em 1500, as caravelas de Pedro Álvares Cabral desembarcaram no Brasil e encontraram os povos indígenas, falantes de inúmeras línguas e atuantes em culturas diferentes. Menosprezando os costumes e tradições dos povos da terra, os portugueses exploraram a mão de obra dos gentios e começaram a estabelecer um método para a comunicação, a catequização.

Inicialmente, os primeiros portugueses utilizaram uma língua franca para se comunicarem com os autóctones, denominada de língua geral de base Tupi, conforme Lucchesi (2009):

Essa língua franca, que viria a ser denominada língua geral da costa brasileira — ou simplesmente língua geral — foi o instrumento de comunicação adotado pelos portugueses para integrar a força de trabalho indígena inicialmente na extração do pau-brasil e posteriormente no cultivo da cana-de-açúcar, do tabaco e do algodão (LUCCHESI, 2009, p. 43).

Com a resistência dos indígenas ao trabalho forçado e a morte de inúmeros deles, causada por doenças transmitidas pelos próprios europeus, os colonizadores recorreram a outra fonte de mão de obra escrava: os africanos. Não se sabe a data exata em que os primeiros africanos chegaram ao Brasil; sabe-se que cerca de, aproximadamente, 30 anos após a chegada

³ Conforme Lucchesi (2015, p. 35, grifo do autor), “a polarização sociolinguística foi se atenuando a partir de 1930”, devido ao processo de industrialização e urbanização e do avanço das tecnologias de comunicação, as quais possibilitaram o “*nivelamento linguístico* que aproxima a fala das classes baixas dos modelos da norma culta”.

dos portugueses, iniciou-se o tráfico de escravizados, trazidos de várias localidades da África. Conseqüentemente, com eles, vieram várias línguas africanas, de diversos grupos linguísticos, sobretudo do grupo Banto. Em 1549, o tráfico negreiro foi autorizado. Desde então,

[...] a importação de escravos africanos para o Brasil cresce de forma vertiginosa, principalmente em Pernambuco e na Bahia, onde, já no final do século XVI, os africanos ocupavam majoritariamente a base da sociedade colonial brasileira; situação que iria se acentuar no século XVII (LUCCHESI, 2009, p. 45).

Com o passar dos tempos, a demografia do Brasil, durante o período colonial, ficou bastante diversificada. Além dos indígenas, africanos e portugueses, havia também os nascidos no Brasil, filhos de escravizados, de brancos europeus etc.; a tabela de Mussa (1991) fornece pistas sobre o perfil demográfico brasileiro entre os anos de 1538 e 1890, como se pode ver abaixo:

Quadro 01: Demografia histórica do Brasil

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa (1991, p. 163 *apud* Mattos e Silva, 2004, p. 18)

As informações apresentadas no quadro acima revelam que, entre o século XVI ao XIX, a população não branca sempre foi a maioria; os indígenas que, inicialmente, eram numerosos foram decrescendo, vítimas de doenças, maus tratos etc.; no que tange aos povos africanos, observa-se que os anos de maiores fluxos foram entre 1601 e 1800.

Quanto às questões linguísticas, os dados apresentados demonstram que “havia, ao longo do Brasil colonial, um multi/bilinguismo generalizado” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 132), ou seja, havia línguas indígenas diversas, línguas africanas, além do português europeu. Entretanto, esse multi/bilinguismo foi tomado pela hegemonia da língua portuguesa, a qual passou de minoritária, no século XVI, a majoritária, no século XX.

Em relação à hegemonia da língua portuguesa no Brasil, Faraco (2016) levanta alguns pontos sociais e econômicos que contribuíram tanto para a dimensão dita culta, como para a dimensão popular, a saber:

A progressiva unificação territorial que a descoberta do ouro proporcionou; o deslocamento de grandes contingentes populacionais para a região aurífera; a

vinda maciça de portugueses metropolitanos; as redes comerciais que se criaram para o estabelecimento das Minas Gerais [...]; o estabelecimento de uma sociedade urbana em grau até então nunca visto nos espaços coloniais (o que fez surgir e crescer um segmento socioeconômico médio e letrado praticamente inexistente nos séculos anteriores) (FARACO, 2016, p. 141).

Diante dos pontos expostos, o multilinguismo generalizado perdia terreno no Estado do Brasil. Em finais do século XVIII, a língua portuguesa predominava na zona açucareira do Nordeste e na Bahia, devido ao contato intenso com a metrópole. Obviamente que o processo de hegemonia não aconteceu de imediato, mas a passos lentos. O grande número de línguas africanas transplantadas para a colônia não ganhou terreno, tendo em vista que, antes mesmo de desembarcarem em terras brasileiras, os africanos eram obrigados a abdicar de suas línguas maternas para adquirirem a língua do colonizador. A aquisição na nova terra se dava a partir da oralidade; “aprendiam o português mais rápida ou lentamente, a depender dos diferentes contextos socioeconômicos para os quais eram deslocados.” (FARACO, 2016, p. 145).

Considerando todos esses fatores econômicos e sociais, e essa babel linguística, Mattos e Silva (2004, p. 90) aponta os antecedentes históricos que contribuíram para a formação do PB:

a) o português europeu [...] que teria ao longo do período colonial um contingente médio de 30% da população brasileira; seria esse português europeu base histórica do português culto brasileiro que começaria a elaborar-se a partir da segunda metade do século XVIII; b) as línguas gerais indígenas, que, plurais e dialetalizadas, poderiam até confundir-se com o português geral brasileiro[...]. c) o português geral brasileiro, antecedente histórico do português popular brasileiro que, adquirido na oralidade e em situações de aquisição imperfeita, é difundido pelo geral do Brasil sobretudo pela maciça presença da população africana e dos afro-descendentes que perfizeram uma média de mais de 60% da população por todo o período colonial. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 90).

Assim, o português dos europeus vindos da metrópole, o que foi chamado de português **no** Brasil por Barbosa (1999), foi a base para o que se tornou o português **do** Brasil, em sua vertente culta, aquela adquirida pelos escolarizados, pelos que possuíam bens e prestígio social; é essa face da moeda, o português culto, que este trabalho investiga: o português **do** Brasil, adquirido a partir do modelo europeu, controlado pelo processo de escolarização (na parte 2 da presente dissertação há uma melhor discussão sobre isso). Já a outra face da moeda, o português obtido pelos africanos, de maneira irregular, foi o antecedente histórico do denominado português popular brasileiro; ambas as faces são heterogêneas e variáveis. No que diz respeito às línguas indígenas, em sua maioria, foram dizimadas, juntamente com seus povos.

Esse breve comentário sobre a sócio-história do PB teve por objetivo mostrar as raízes da polarização sociolinguística, e a importância de se estudar a língua atrelada à história do

povo e da sociedade que a fala, já que “a sua heterogeneidade constitutiva está diretamente relacionada com a diversidade, seja das experiências históricas, seja das atividades econômicas, sociais, culturais dos grupos humanos que se reconhecem como seus falantes” (FARACO, 2019, p. 37).

Conscientes da importância em se debruçar em tais estudos, pesquisadores se empenham em desvelar a sócio-história linguística do PB, é o que veremos a seguir.

1.2 O PHPB E SEUS CAMPOS DE PESQUISA: CONTANDO MUITAS HISTÓRIAS...

Consoante Mattos e Silva (2004, p. 32), foi Serafim da Silva Neto o primeiro “estudioso da língua portuguesa que procurou ir às fontes sócio-históricas do passado para uma reconstrução do percurso histórico da ‘língua portuguesa no Brasil’”; quem redirecionou a temática, todavia, buscando aprofundar a questão da história do PB, foi Antônio Houaiss, em 1985, em seu ensaio “*o português no Brasil*”.

Nesse trabalho, Houaiss (1985, p. 31) alega que ainda não havia trabalhos suficientes para “elaborar uma história da língua portuguesa no Brasil”. À vista disso, ele propõe algumas pautas de pesquisa, a partir de quatro vias:

1.a do levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos linguageiros havidos a partir (e mesmo antes, para com os indígenas e negros) dos inícios da colonização, levantamentos já em curso assistemático desde os historiadores dos meados do século XIX para cá; 2.o mapeamento confiável da dialectologia brasileira 3.o incremento da dialectologia vertical em tantos quanto possíveis grandes centros e focos rurais antigos, a fim de se ver a interinfluência entre o rural e o urbano na transmissão adquirida e induzida; 4.a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias, não numa leitura estética ... mas essencialmente linguística (HOUAISS, 1985, p. 127-128 Apud MATTOS E SILVA, 2004, p. 33).

Considerando as pautas de pesquisa supracitadas, Mattos e Silva (1998; 2004) propôs um programa investigativo, a ser realizado coletivamente, com a finalidade de ampliar as possibilidades de estudos, para alcançar o objetivo de “reconstruir uma história social linguística do Brasil” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 58). Para isso, a referida autora sugeriu quatro campos de pesquisa, os quais, conectados, são necessários para a investigação sobre as “mudanças linguísticas que fizeram e fazem o português brasileiro ter as características que tem, o seu perfil próprio, a sua gramática” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 58).

Os referidos campos são:

(a) o campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil; (b) o campo que se moverá na reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica; (c) o campo que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro; (d) o campo que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004, p. 58).

Dessa forma, os trabalhos voltados para o campo (a) devem envolver questões referentes à história social do Brasil, enfatizando aspectos sobre a escolarização e a demografia, além de recuperar “processos languageiros havidos e ainda existentes no Brasil”; as pesquisas do campo (b) envolverão fatores linguísticos e sociais, com o intuito de observar a “variação histórica”; para tanto, necessita-se de conjuntos de documentos ilustrativos de diferentes gêneros e contextos; o campo (c) consistirá em pesquisas voltadas para a estrutura interna da língua; e o campo (d) buscará observar as mudanças linguísticas ocorridas no PB e compará-las com o português europeu (PE), dedicando-se a análises contrastivas (MATTOS E SILVA, 2004).

A partir dos campos supracitados, em 1997, surgiu uma proposta coletiva de pesquisa, que se organizou em agendas, as quais visavam a seguir as sugestões acima expostas: foi o Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), criado a partir do Projeto de História do Português Paulista (PHPP), o qual objetivava “historiar o português de São Paulo” (CASTILHO, 1998; 2018, p. 26).

Motivado pelo desejo de retomar as pesquisas em Linguística Histórica na Universidade de São Paulo (USP); descobrir as raízes de fenômenos linguísticos encontrados por alguns projetos já existentes na época⁴ e refletir sobre as atividades que estavam em desenvolvimento no Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR) – projeto criado na década de 1990, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), pela professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, com o intuito de “desvendar o passado da língua portuguesa e do português brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004, p. 122) –, o PHPP realizou, em São Paulo, o seu primeiro seminário. Na ocasião, pesquisadores de diversas regiões do país foram convidados a participar. Ao término do seminário, por decisão dos participantes, o projeto, até então regional, tornou-se um projeto de expansão nacional, numa rede de pesquisa, o PHPB.

As agendas propostas para a organização do programa referido foram: “(1) organização do *corpus* diacrônico; (2) História social do PB; (3) Mudança gramatical do PB; (4) Tradições discursivas: constituição e mudança dos gêneros discursivos. Diacronia dos processos

⁴ O Projeto Norma Urbana Culta (NURC) iniciado em 1969, com a proposta de documentar a língua falada culta de cinco capitais brasileiras: Salvador, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. E o Projeto de Gramática do Português Falado no Brasil (PGPF, 1988-2006).

constitutivos do texto; (5) História do Léxico” (CASTILHO, 2018, p. 28-29). Por meio dessas agendas, conforme Castilho (2018), o PHPB, desde a sua gênese, busca historiar a formação da identidade linguística do Brasil, por meio dos quatro sistemas que organizam uma língua natural: Gramática, Discurso, Léxico e Semântica.

O PHPB, desde a sua gênese, está distribuído em equipes regionais, as quais desenvolvem suas pesquisas por meio dos diversos quadros teóricos que embasam a Linguística Histórica em seu sentido mais amplo: a teoria sociolinguística, a teoria gerativista, a teoria funcionalista e a teoria cognitivista.

Um exemplo dos muitos projetos regionais que estão vinculados ao PHPB é o projeto CE-DOHS, já referido na introdução deste trabalho. O projeto supracitado, com mais de 10 anos de criação, trata-se de uma

plataforma de *corpora* para a história do português brasileiro, disponibilizando, na rede mundial de computadores, com acesso livre e gratuito, extensa base documental para estudo do português do Brasil, organizada em dois conjuntos: conjunto 1 – composto por textos escritos entre 1823 e 2000, por indivíduos nascidos no Brasil, a partir de 1724, e por amostras de fala de brasileiros, gravadas na década de 90 do século XX, na Bahia, num total de 1.553 textos editados em linguagem xml (aproximadamente 1 milhão de palavras); conjunto 2 – composto por manuscritos produzidos entre 1640 e 1822 por diferentes populações nascidas no Brasil, a partir de 1590 (www.uefs.br/ce-dohs).

Os textos reunidos aqui estão inseridos no conjunto 2 do CE-DOHS, o qual é marcado pela raridade das fontes; sabe-se que a escrita é a via possível para as pesquisas em Linguística Histórica no “devir do tempo”; os trabalhos nessa perspectiva se deparam, no entanto, com “o problema da lacunaridade do registro escrito”, ou seja, nem todas as línguas são de tradição escrita e não é possível “estudar pela via do registro, todas as etapas da evolução dos idiomas com escrita, em vista das lacunas documentais” (PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p. 25). Além disso, os registros que são encontrados se deparam com as questões metodológicas sobre o que é possível examinar, já que o acesso se dá apenas por meio do que se deixa narrar (PAIXÃO DE SOUZA, 2006, p. 25).

Além disso, esse conjunto é caracterizado como pertencente ao período do “multilinguismo generalizado”; assim, a documentação aí organizada pode revelar aspectos que permitam “estudar a gestação do português brasileiro culto e do português brasileiro popular” (CARNEIRO, LACERDA, 2019, p. 213), e mesmo diante da escassez de fontes desse período, o projeto possui preciosos textos, que formam pequenos acervos representativos de algumas gentes nascidas no Brasil, a partir de 1590.

O CE-DOHS se dedica a reunir documentação para os estudos da sócio-história do PB, organizando-se para viabilizar a “prospecção documental em fontes confiáveis; caracterização sócio-histórica de acervos; edições em diferentes formatos; processamento, armazenamento e disponibilização de dados” (SANTIAGO *et al.* 2021, p. 314).

A colaboração e o esforço de muitos pesquisadores, qualificados em diferentes áreas do conhecimento, como “a Filologia, a História Social da Cultura Escrita, a Linguística Computacional, entre outros” (SANTIAGO *et al.*, 2021, p. 314), são essenciais para o desenvolvimento dos trabalhos. O PHPB e suas equipes regionais, a exemplo do CE-DOHS, contribuem significativamente com os estudos sobre a sócio-história do PB; até o presente momento, inúmeros trabalhos já foram realizados e publicados⁵.

1.2.1 A penetração da língua escrita no Brasil: o que isso nos diz?

Saviani (2014, p. 122) afirma que “o Brasil entra para a história da chamada ‘civilização ocidental cristã’ em 1500, com a chegada dos portugueses”. Ao desembarcarem na “nova terra”, os portugueses conheceram os povos nativos, os quais foram considerados inferiores por não estarem inseridas na cultura escrita. É importante ressaltar, conforme enfatizou Souza (2019, p. 17), que as sociedades consideradas ágrafas “possuem formas próprias de ver e sentir o mundo”, e “isso não significa que sejam inferiores ou menos complexas”; não foi esse, todavia, o pensamento dos portugueses naquela época.

Embasados pela visão da sociedade vivenciada pelos europeus, a qual estava centrada “na hierarquia fundada na religião” (PAIVA, 2020, p. 44), os portugueses iniciaram o processo de colonização da terra e de seus povos, sendo a monarquia e a igreja os principais agentes envolvidos na ocupação. No que diz respeito à monarquia, o então rei de Portugal, D. João III, instituiu, na nova colônia, o Governo Geral, nomeando Tomé de Souza como o primeiro governador geral do Brasil, e, em 1549, o então governador geral desembarcou em terras brasileiras, trazendo consigo jesuítas, orientados pelo padre Manoel da Nóbrega, a fim de que eles cuidassem de converter os indígenas à fé católica. Dessa forma, conforme aponta Saviani (2014, 121), a inserção do Brasil nesse mundo ocidental se deu por meio de três pilares: “a colonização, a educação e a catequese”.

Inicialmente, os jesuítas, chefiados pelo Pe. Manoel da Nóbrega, elaboraram um plano de instrução, o qual baseava-se no “aprendizado do português (para os indígenas) e prosseguia

⁵ Sobre alguns desses trabalhos ver Castilho (2018).

com a doutrinação cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental” (SAVIANI, 2014, p. 126); entretanto, esse plano não gerou muitos adeptos, muitos jesuítas tendo discordado dessa proposta e a avaliado como desnecessária. Por essa razão, em 1576, foi implementado pela Companhia de Jesus o *Ratio Studiorum*, e os colégios jesuíticos se voltaram, principalmente, para os filhos da classe dominante, ou seja, dos donos de terras (PAIVA, 2014, p. 44).

O *Ratio Studiorum* era um plano “de caráter universalista e elitista” (SAVIANI, 2014, p. 126). Universal, porque era adotado por todos os jesuítas, em qualquer lugar, e elitista, porque se destinava aos filhos dos colonos. Nesse plano, os estudos eram organizados com base no currículo de *Gramática média; Gramática superior; Humanidades; Retórica, Filosofia e Teologia*. Dessa forma, o colégio jesuítico “cumpria a missão de preservar a cultura portuguesa” em terras brasileiras (PAIVA, 2014, p. 45), já que “do colégio saiam os letrados, que se desincumbiriam da função de vigilantes da cultura, função com efeito de todos os que tinham subalternos: a concepção de sociedade e de sua organização era, toda ela, de caráter hierárquico”. (PAIVA, 2014, p. 51).

Durante dois séculos, predominou o ensino baseado nas ideias do plano dos jesuítas, pois, somente em 1759, aconteceu a expulsão da Companhia Religiosa de Portugal e de suas colônias, por meio do ato instituído pelo Marquês de Pombal, o primeiro-ministro do Rei D. José I. Nesse contexto, foi instituído o fechamento dos colégios jesuíticos, centralizados nas ideias religiosas, e introduzidas, em seu lugar, as “aulas régias”, baseadas nas ideias do Iluminismo. Esse novo sistema de ensino perdurou, no Brasil, de 1759 até 1834 e foi designado por *Estudos Menores* ou *Escolas Menores* e por *Primeiros Estudos*, os quais correspondiam ao ensino primário e ao ensino secundário, respectivamente, e

[...] eram formados pelas *Aulas* de ler, escrever e contar, também chamada de primeiras letras como, aliás, ficaram mais conhecidas, e também pelas *Aulas* de humanidades, que abrangiam inicialmente as cadeiras de gramática latina, língua grega, língua hebraica, retórica e poética, mas foram acrescidas ao longo dos anos com outras cadeiras, como por exemplo, filosofia moral e racional (CARDOSO, 2014, p. 182, grifo do autor).

Para a implementação desse modelo mencionado acima, conforme o alvará de 28 de junho de 1759, era necessária uma figura denominada de “Diretor de Estudos, a quem cabia cuidar do planejamento, execução e controle dos professores na metrópole e colônias” (CARDOSO, 2014, p. 183). A escassez de pessoas para assumir essa função dificultou, ainda mais, a prática da lei pombalina.

No que tange à educação escolar indígena, as novas reformas apresentaram apenas considerações gerais sobre essa temática, já que havia outro documento específico para a população indígena naquele período. Os jesuítas foram, dessa forma, os principais “agentes de letramento” dessa população.

Conforme apontam os estudiosos, essa “reforma” não chegou a concretizar-se nem mesmo para a elite colonial daquele período, já que havia

escassez de mestres em condições de imprimir a nova orientação às aulas régias, uma vez que sua formação estava marcada pela ação pedagógica dos próprios jesuítas; a insuficiência de recursos dado que a Colônia não contava com uma estrutura arrecadadora capaz de garantir a obtenção do ‘subsídio literário’ para financiar as aulas régias (SAVIANI, 2014, p. 128).

Com a não implementação prática das aulas régias, diante da falta de materiais e de mão de obra, parte da população, aquela que detinha certo poder aquisitivo, recorria às aulas particulares. A fim de reverter o fracasso desse modelo de ensino, em 4 de junho de 1771, um novo alvará foi instituído, passando a “direção das Escolas Menores do Reino e seus domínios” para a Real Mesa Censória, eliminando, assim, a figura da “Direção-Geral dos Estudos”, iniciando-se então a segunda fase da reforma pombalina (CARDOSO, 2014, p. 184).

Nessa segunda fase, o objetivo maior era reformar os *Estudos Maiores*, além de instituir “a criação de um imposto específico, o do Subsídio Literário” e o “relançamento, na prática, das *Aulas Régias* [...] nas principais cidades do país” (CARDOSO, 2014, p. 184). Sobre essa segunda fase, Cardoso (2014) destaca que a educação não era obrigatória para todos; ao contrário, havia uma divisão por grupos que seriam beneficiados com o aumento da oferta escolar, outros que deveriam permanecer na cultura da oralidade e aqueles que só precisavam saber “ler escrever e contar”, ou seja, na prática, a educação era destinada apenas à elite brasileira.

Com a chegada de D. João VI ao Brasil, ocorreu a transformação da colônia em sede do império português; com isso, houve a criação de cursos superiores de Engenharia, de Cirurgia da Bahia, de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro, de Medicina, de Economia, de Agricultura, de Química e Desenho Técnico (SAVIANI, 2014). Posteriormente, já em 1827, Dom Pedro I estabelece a criação do ensino das primeiras letras em todas as vilas, cidades e lugarejos do Brasil; na prática, todavia, pouco foi efetivado. E, por muito tempo, a educação continuava a ser privilégio para poucos: no período colonial até o século XVII, por exemplo, havia apenas 0,5% de letrados no Brasil (MATTOS E SILVA, 2004).

1.2.1.1 O caso da Bahia

Conforme se expôs acima, a penetração da língua escrita no Brasil se deu com a chegada dos portugueses, mais especificamente pelas mãos dos jesuítas, os responsáveis pela doutrinação cristã dos gentios e pelas escolas de ler e escrever. O caso da Bahia não foi diferente, os missionários jesuítas buscavam estratégias para a evangelização dos meninos indígenas, com o intuito de facilitar ou estimular a propagação da fé entre seus pais; assim, eles deveriam aprender o catecismo para a preparação do batismo e as regras da vida cristã para obedecer a Deus e ao Estado, conforme aponta Casimiro *et. al* (2016, p. 200).

Obviamente o modelo de educação para os povos da terra não era o mesmo destinado para os filhos dos colonos portugueses. Para esses, a educação era “formal, longa e diversificada, preparatória para o poder e/ou para a vida eclesiástica” (CASIMIRO *et al.*, 2016, p. 201). A educação para os filhos da elite era ministrada nos colégios dos jesuítas, nos seminários e, posteriormente, na Universidade de Coimbra. Na escola eles deveriam aprender sobre gramática, filosofia, humanidades, artes etc. Para os portugueses menos favorecidos o acesso à escola estava restrito à preparação em ler, escrever e contar.

No que se refere ao ensino para as mulheres, desde o início da colonização, elas não foram alvo da educação formal. As filhas dos colonos eram educadas em casa e deveriam aprender “a costurar e outras prendas domésticas” (SILVA, 2014, p. 132). Algumas meninas eram enviadas para os conventos em além-mar e lá escapavam da situação do analfabetismo; conforme aponta Silva (2014, p. 133), entretanto, o fluxo de jovens da colônia para a metrópole passou a ser considerado excessivo, sendo o único impedimento a questão econômica. Somente no século XVII, começaram a chegar as primeiras ordens religiosas à Bahia, as Clarissas Enclausuradas, que construíram o Convento do Desterro, e, mesmo assim, o objetivo maior desses conventos não era o ensino formal, mas a doutrinação na fé da igreja.

A outra parte da população, “filhos de escravos, órfãos, filhos ilegítimos, crianças abandonadas, mestiços, negros alforriados” (CASIMIRO, 2016, 203), não estava inserida em nenhum desses modelos de educação. Esse público aprendia o ofício do trabalho, ajudando em serviços no comércio e nas casas, entre outros.

Como se pôde ver, brevemente, a penetração da língua escrita no Brasil se deu a passos lentos. A escola formal, sob a orientação dos jesuítas, era voltada, sobretudo, para os filhos dos colonos abastados; para os indígenas, a meta era ensinar a doutrina cristã, a fim de que eles se convertessem; a escolarização das mulheres não era prioridade, tão pouco a escolarização dos mais pobres e excluídos. Por isso, Mattos e Silva (2004, p. 40) afirma que “o português

brasileiro que se constituiu no período colonial e no primeiro século de Independência tinha de ser, na sua maciça maioria, adquirido naturalmente, [...], sem interferência do ensino escolar”.

Diante desse cenário, fica evidente o quanto é desafiador e, ao mesmo tempo, gratificante encontrar fontes textuais desse período da história. Fontes que são “a menina dos olhos” dos trabalhos de constituição de *corpora* diacrônicos, mas isso já é assunto para as reflexões a seguir.

1.2.2 Constituição de *corpora* diacrônicos: preparando os materiais para a pesquisa

Para estudar a língua em tempos pretéritos, o estudioso faz uso dos materiais que foram deixados pelo tempo, a exemplo dos textos, já que, conforme afirma Lose (2017, p. 81), os “textos antigos, independente do conteúdo apresentado, carregam a língua em estados passados”. Entretanto, os textos “sofrem modificações ao longo do processo de sua transmissão” (CAMBRAIA, 2005, p. 01), sejam transformações relacionadas ao processo de conservação do suporte material do texto, modificações exógenas, ou transformações referentes ao processo de reprodução do próprio texto, modificações endógenas, as quais podem ser divididas em autorais e não autorais. A primeira diz respeito às alterações realizadas pelo próprio autor do texto, a segunda refere-se às alterações realizadas por terceiros, sejam de maneira voluntária sejam involuntárias (CAMBRAIA, 2005). Tendo isso em consideração, a fim de tornar os textos de tempos pretéritos acessíveis, por meio de um estudo que envolva todas essas questões, é necessário realizar o “estudo global do texto” (CAMBRAIA, 2005, p. 18), e a ciência responsável por esse estudo é a Filologia.

Por muito tempo, o termo Filologia apresentava sentidos variados, tendo como premissa o “amor à palavra”. Segundo Segismundo Spina (1977, p. 75) “não tem sido fácil determinar com precisão o âmbito da Filologia, cujos objetivos têm variado conforme as épocas em que se praticou a atividade filológica, conforme as épocas que a exerceram e até os lugares em que ela floresceu”. Recentemente, o termo Filologia tem sido empregado, preferivelmente, para referir-se aos estudos dos textos, em suas diferentes acepções, ou seja, em sua totalidade.

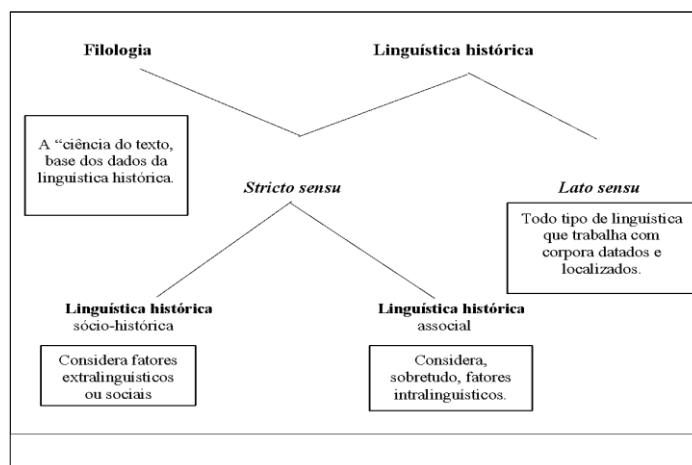
Cambraia (2005, p. 19) afirma que “a recuperação do patrimônio escrito de uma dada cultura” é uma das contribuições da Filologia enquanto crítica textual, pois, por meio da restauração das formas físicas e do conteúdo do texto, é possível colaborar com a sua conservação; assim, todas as áreas de conhecimento que têm, como fonte de pesquisa, o texto escrito, são beneficiadas, como é o caso da Linguística Histórica *Sticto Sensu*, a qual realiza

seus estudos a partir de fontes textuais que precisam ser, rigorosamente, preparadas, a fim de conservar as marcas linguísticas ali presentes, pois

Uma descrição linguística só tem validade se, de fato, os textos adotados como fonte de dados espelharem o emprego efetivo da língua (ainda que apenas na sua modalidade escrita): textos com deturpações levam um linguista a considerar, como atestação de uma palavra ou estrutura linguística, algo que é simplesmente erro de cópia e que, portanto, não reflete o uso real da língua (CAMBRAIA, 2005, p. 20).

Por outro lado, o filólogo também precisa possuir algum conhecimento em Linguística, tendo em vista que “o texto tem como pilar a língua” (CAMBRAIA, 2005, p. 31). Sendo assim, ao editar um texto, o filólogo precisa conhecer a língua da época para não cair em escolhas errôneas. A interrelação entre essas duas áreas do conhecimento foi muito bem ilustrada por Mattos e Silva (2008, p. 10), como se pode observar abaixo:

Quadro 02: Filologia e Linguística Histórica



Fonte: Mattos e Silva (2008, p. 10)

Ao observar o quadro acima, percebe-se que a Filologia e a Linguística Histórica encontram-se no mesmo patamar enquanto ciências autônomas, com métodos e objeto de estudo próprio, e é a Linguística Histórica *Stricto Sensu* que mais depende diretamente do trabalho filológico, já que “não se pode fazer linguística histórica ou diacrônica sem a documentação remanescente do passado” (MATTOS E SILVA, 2008, p. 14). Desta forma, “não se pode nem se deve utilizar qualquer edição de texto do passado para a análise histórico-diacrônica: a edição tem de ter sido feita com o *rigor filológico* e com o objetivo claro de servir a estudos linguísticos” (MATTOS E SILVA, 2008, p. 15).

Com o ressurgir dos estudos diacrônicos, um novo desafio a enfrentar se colocou conforme Mattos e Silva (1998, p. 106), referente ao lugar onde buscar os dados para tais

estudos. A solução estava nos textos remanescentes, já que não seria possível contactar falantes em tempos mais recuados, sendo os textos testemunhos do passado, essenciais para a apreensão de tais dados. Portanto, recuperar documentações ilustrativas da língua remota, das mais informais até as mais formais, como a documentação oficial, por exemplo, tornou-se essencial, isto é, a constituição de *corpora* passou a ser uma exigência, conforme pontua Maia (2012):

Uma vez que consideramos que a história da língua deve apreender-se dos textos que nela se escreveram e do conhecimento da história dos mesmos e, portanto, que a sua construção deve ter o imprescindível apoio das fontes textuais, a constituição de corpora é uma exigência da pesquisa diacrónica (MAIA, 2012, p. 537).

Ainda sobre isso, Maia (2012, p. 537) enfatiza que

[...]se se pretende utilizar os materiais para o estudo de história da língua, as edições devem satisfazer as necessidades de uma linguística histórica empírica e, por esse motivo, devem reflectir fielmente as características linguísticas dos manuscritos, uma vez que nelas se reflectem as marcas da variação da língua da época (MAIA, 2012, p. 537).

Conforme o exposto, observa-se que a Filologia é uma peça fundamental para os estudos históricos da língua, pois o “método filológico apoia a análise linguística, ao fornecer com critérios um texto fidedigno. Por outro lado, elementos linguísticos do texto estabelecido permitem - e têm sempre permitido - estudar a língua aí documentada” (TELLES; GAMA, 2016, p. 01); assim, essas duas ciências são parceiras, e têm o texto como o ponto de interseção entre elas; não se pode esquecer, contudo, que, nessa interseção, há “tensões, afastamentos e consequentes rearranjos teórico-metodológicos e epistemológicos para ambas as áreas” (SACRAMENTO *et al.* 2019, p. 475), ou seja, cada área possui sua especificidade no trabalho com o texto e, muitas vezes, esse trabalho depende também de outras áreas de conhecimento, a exemplo da Paleografia, da História Social da Cultura Escrita, da Historiografia etc.

Lobo (2009, p. 313) enfatiza que, a cada dia, o diálogo com a História Social da Cultura Escrita e o “linguista-filólogo” vem-se fortalecendo. Sobre esse diálogo, Santiago *et al.* (2021, p. 320, grifo das autoras) afirmam que “essa aproximação [...] além de permitir novos olhares em torno da exploração dos arquivos pessoais, das práticas sociais de escrita cotidiana, de pessoas comuns, não ilustres, contribui para um melhor tratamento metodológico à constituição dos *corpora*”. Esse tratamento metodológico citado pelas autoras refere-se ao controle de dados relacionados aos testemunhos estudados, isto é, é necessário controlar algumas variáveis, como o tipo de texto, onde ele foi escrito, para quem foi escrito, quando foi escrito (MATTOS E SILVA, 2004, p. 110).

Controlar tais variáveis, conforme Mattos e Silva (2004, p. 110), tem por objetivo “tornar ‘menos maus’ os dados do passado da língua portuguesa”, já que, conforme pontuou Labov (1982, p. 20), o trabalho dos pesquisadores em mudança linguística em tempo real, de longa duração, é um trabalho a partir de “maus dados”, tendo em vista que a documentação escrita, sobrevivente às ações do tempo, é fragmentária, resultante de “acidentes históricos”.

A interdisciplinaridade com o “Estudo da História Social da Cultura Escrita” contribui, significativamente, para a reconstituição dessa documentação fragmentária, porquanto essa ciência, conforme Armando Petrucci (2003, p. 08), dedica-se “la historia de laproducción, de las características formales y de los usos sociales de la escritura y de lostestemonios escritos em una sociedad determinada”,⁶por meio do método indiciário e comparativo das características gráficas e materiais de cada testemunho escrito (PETRUCCI, 2003, p. 8).

As análises dos testemunhos escritos buscam respostas para as seguintes perguntas:

1. ¿Qué? En qué consiste el texto escrito, qué hace falta transferir al código gráfico habitual para nosotros, mediante la doble operación de lectura y transcripción.
2. ¿Cuándo? Época em que el texto en sí fue escrito en el testimonio que estamos estudiando.
3. ¿Dónde? Zona o lugar em que se llevó a cabo la obra de transcripción.
4. ¿Cómo? Com qué técnicas, com qué instrumentos, sobre qué materiales, según qué modelos fue escrito ese texto.
5. ¿Quién lo realizo? A qué ambiente sociocultural pertenecía el ejecutor y cuál era en su tiempo y ambiente la difusión social de la escritura.
6. ¿Para qué fue escrito ese texto?Cuál era la finalidad específica de ese testimonio en particular y, además, cuál podía ser en su época y en su lugar de producción la finalidad ideológica y social de escribir⁷. (PETRUCCI, 2003, p. 8).

Responder a essas perguntas contribui bastante para a organização de *corpora* confiáveis, com dados “menos maus”. Obviamente que nem sempre a materialidade escrita dará respostas para todas as perguntas, por isso, muitas vezes, o “linguista-filólogo” recorre às pesquisas da historiografia, por exemplo. Por meio dessa interdisciplinaridade, torna-se cada

⁶ “a história da produção, das características formais e dos usos sociais da escrita e dos testemunhos escritos em uma sociedade específica.” (Tradução nossa)

⁷ Que? Em que consiste o texto escrito, o que precisa ser transferido para o código gráfico habitual para nós, através da dupla operação de leitura e transcrição.

2. Quando? Tempo em que o próprio texto foi escrito no testemunho que estamos estudando.

3. Onde? Área ou local onde foi realizado o trabalho de transcrição.

4. Como? Com que técnicas, com que instrumentos, com que materiais, de acordo com que modelos esse texto foi escrito.

5. Quem fez isso? A que ambiente sociocultural pertencia o executor e qual foi a difusão social da escrita em seu tempo e ambiente.

6. Por que esse texto foi escrito? Qual era a finalidade específica daquele depoimento particular e, além disso, qual poderia ser a finalidade ideológica e social da escrita em seu tempo e local de produção (Tradução nossa).

vez mais exequível o controle das variáveis que garantem a confiabilidade dos estudos da língua em tempos anteriores.

A seguir, serão apresentados alguns trabalhos, que, por meio da interdisciplinaridade, constituíram *corpora* confiáveis para os estudos linguísticos do PB. Evidentemente não se poderia abordar todos eles, já que, até então, muitas mãos se dedicaram à constituição de *corpora* e o empreendimento tem colhido bons frutos. Assim, o recorte feito aqui considera trabalhos desenvolvidos no âmbito do PHPB-Bahia e, que se enveredaram pelos caminhos da constituição de *corpora* para os estudos do português brasileiro culto.

1.2.2.1 *Corpora para a história do português brasileiro culto*

Fundamenta Mattos e Silva (2008), em seu artigo, intitulado “*Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa*”, que o português europeu (PE) seria o antecedente histórico do português culto⁸. Conforme a referida autora, essa variedade do português se diferenciava de outras variedades da época e seria

[...] próprio aos segmentos mais altos da sociedade colonial e teria o português europeu do colonizador como modelo a ser seguido. [...] esse português europeu aqui chegado nesses séculos seria não só sociolinguística como dialetalmente diversificado – vieram letrados e iletrados, vieram portugueses de várias áreas regionais, talvez predominantemente do noroeste português por razões demográficas próprias a essas áreas –, mas também diacronicamente distinto, já que o português europeu continuou os seus processos de mudanças ao longo dos séculos referidos (MATTOS E SILVA, 2008, p. 17).

Para desvelar a origem dessa variedade do português, a referida autora enfatizou a necessidade de desvendar qual foi a variedade do PE que desembarcou no Brasil, em 1500, além de observar, na documentação remanescente,

[...] tipos os mais diversificados possíveis, que serão a forma de aproximação possível para captar as variações linguísticas conviventes e, conseqüentemente, prováveis mudanças em curso, que o exame da documentação do passado para o presente poderá indicar (MATTOS E SILVA, 2008, p. 19).

Os autores dessa documentação serão os portugueses letrados ou os seus descendentes nascidos no Brasil, que, na época da colonização, não correspondiam a 35% da população. Entretanto, ao enveredar nos caminhos “quixotescos” em busca desse tipo de documentação,

⁸ O termo culto aqui é entendido, conforme define Faraco (2008, p. 54), como a “norma linguística praticada em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau de monitoramento), por aqueles grupos sociais que têm estado mais diretamente relacionados com a cultura escrita”.

precisa-se observar que o antecedente histórico do português culto não é homogêneo, mas heterogêneo, além do que, ele não chegou ao Brasil em apenas um momento histórico, mas em diversos momentos, desde as caravelas de Cabral até a corrida pela exploração das riquezas da terra.

A seguir, serão apresentados alguns trabalhos, no âmbito do PHPB-Bahia, que disponibilizaram *corpora* para o estudo do PB, tendo como escreventes os portugueses letrados e/ou seus descendentes, os quais constituem fontes para o estudo do português **no/do** Brasil.

Inicialmente, citamos as “*Cartas de 1860-1863, Contribuições para a História da Santa Casa da Misericórdia de Salvador*”, pertencentes ao Projeto desenvolvido na Universidade de Salvador (UNIFACS), durante os anos de 1999-2000, coordenado pela professora Ilza Ribeiro. São 468 cartas escritas por diversas autoridades baianas, datadas entre os anos de 1860 e 1863. É possível consultar a edição dessas cartas no site do *corpus* diferencial do PHPB⁹.

A tese de doutoramento de Lobo (2001a), intitulada *Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX*, reuniu 158 cartas manuscritas, escritas por Brasileiros e Portugueses, entre 1818 e 1886, preservadas no primeiro convento feminino do Brasil, o Convento de Santa Clara do Desterro. Ainda nesse trabalho, a autora analisou a sintaxe dos clíticos.

A tese de Carneiro (2005), intitulada “*Cartas brasileiras (1809 – 1904): um estudo linguístico filológico*”¹⁰, constituiu-se de um *corpus* com 500 cartas particulares manuscritas por brasileiros cultos, semicultos e não cultos, entre 1809 e 1904, em diversos locais do Brasil e do exterior. Os referidos documentos estão preservados em diversas instituições, como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o Arquivo Público do Estado da Bahia, dentre outros. Além do estudo sócio-histórico e da edição diplomática interpretativa, a autora estudou, em sua tese, a sintaxe dos clíticos.

São poucos os trabalhos que conseguiram constituir *corpora* para estudo do PB colonial, considerando o português **do** Brasil. Note-se que, nos trabalhos de Lobo (2001) e Carneiro (2005), está apresentada uma documentação ilustrativa do português **no/do** Brasil. Os trabalhos voltados para o português **no** Brasil são a maioria; basta observar todos os estudos reunidos no

⁹ Acesso em: <<https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/corpus-diferencial>>

¹⁰ Esse material também está disponível na coleção Cartas Brasileiras: CARNEIRO, Z. O. N. (Org.). VOLUME 1 (1809-1904) / Cartas brasileiras (1809-2000): coletânea de fontes para o estudo do português – V1. 1. ed. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

âmbito do PHPB¹¹. Por outro lado, os trabalhos sobre o português **do** Brasil, para esse período, são ainda mais raros; nesse sentido, a presente pesquisa visa a contribuir para suprir, um pouquinho, essa lacuna.

1.3 SÍNTESE DA SEÇÃO

Buscou-se demonstrar, nesta seção, os “caminhos da Linguística Histórica”, isto é, um pouco de sua trajetória enquanto ciência e a sua colaboração para a reconstituição da sócio-história do PB, por meio de parcerias fundamentais com a Filologia, com a Paleografia e com a História Social da Cultura Escrita. Abordou-se também “o sopro que instigou” muitos pesquisadores da área a desenvolverem pesquisas no âmbito da Linguística Histórica: as primeiras vias de pesquisas de Houaiss (1985), das quais resultaram outras ideias de pesquisa, como os campos propostos por Mattos e Silva (2004), que embasaram e embasam, até hoje, inúmeras investigações desenvolvidas no âmbito do PHPB. Além disso, demonstrou-se que o texto é um importante meio, se não o único, para se estudar a língua do passado; por isso é fonte indispensável para os estudos linguísticos em tempos pretéritos. Fizeram-se também algumas considerações gerais sobre a penetração da língua escrita no Brasil, além de apresentar uma amostra de trabalhos do PHPB-Bahia que constituíram *corpora* para os estudos do português brasileiro culto.

¹¹ Para maiores informações, pode-se consultar a coleção do PHPB, publicada a partir de 2019. A lista com todos os volumes já publicados pela editora Contexto pode ser acessada em: <<https://www2.iel.unicamp.br/v-cilh/colecao-phpb/>>

PARTE 02

O *corpus* nas mãos da Filologia

“Textos antigos, independente do conteúdo apresentado, carregam a língua em estados passados”. (LOSE, 2017, p. 81).

Apresentam-se, nesta seção, o *corpus* desta pesquisa e a importância do mesmo para os estudos sobre a história social e linguística do PB. Além disso, será feita uma sucinta análise paleográfica dos materiais, observando suas características extrínsecas e intrínsecas, com base em Acioli (1994), Cambraia (2005) e Lose (2009). Também se encontram aqui apresentados ao leitor o tipo de edição realizada e os critérios adotados para tal edição.

2 UMA AMOSTRA ILUSTRATIVA DO PB CULTO DA BAHIA COLONIAL

Com já mencionado, o *corpus* deste trabalho integra um conjunto maior de textos prospectados durante a segunda fase do CE-DOHS, iniciada em 2019, cujo objetivo é recuar ao período colonial, 1500 a 1750, marcado pelo multilinguismo generalizado, conforme pontuou Mattos e Silva (2004).

O projeto da UEFS, desde sua criação em 2010, vem reunindo, na rede mundial de computadores, fontes textuais de diversas normas e de diversos atores sociais (em diferentes versões de edição), a fim de colaborar com a história social e linguística do PB (CARDOSO *et al.* 2021); para tanto, até aqui, o PHPB Bahia, também o PHPB nacional, reuniu documentos especialmente dos séculos XIX e XX; recuar ao passado, na tentativa de encontrar amostras do que foi a língua no período colonial brasileiro é o interesse também, atualmente, do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), sediado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), mas com equipe interinstitucional, da qual participam professores da UEFS, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e da Universidade de Brasília (UnB).

Quanto mais recua ao passado o historiador da língua, maior é o seu desafio de constituir *corpus* ilustrativo da realidade linguística, sobretudo de normas socialmente estigmatizadas, cujos atores raramente escreveram. Mas é necessário enfrentar esse desafio, e a presente pesquisa oferece ao CE-DOHS, ao PROHPOR e ao PHPB, nessa nova etapa de trabalho dos referidos projetos e programa parceiros, a edição de documentos da família Vieira Ravasco (XVII-XVIII), descritos nesta parte da dissertação.

Quando se trata de estudar manuscritos do período colonial, Mattos e Silva (2004, p. 113) faz o seguinte questionamento: “a documentação escrita no Brasil, a partir da colonização, foi escrita por portugueses ou por indivíduos de naturalidade brasileira que estudaram em Portugal ou por outros habitantes do Brasil, aqui literatizados?” No que concerne aos manuscritos aqui estudados, pode-se dizer que eles foram escritos por brancos brasileiros, descendentes de portugueses, escolarizados nos colégios dos jesuítas, na Bahia.

Sendo assim, tudo leva a crer que a documentação corresponde ao português **do** Brasil, isto é, “o estudo da sociedade americana falante do português”, ou seja, o falante que teve sua aquisição de língua materna em terras brasileiras, em detrimento do “estudo da língua da comunidade europeia”, o português **no** Brasil (BARBOSA, 1999, p. 14), isto é, a língua dos “portugueses que tiveram sua aquisição de língua na Europa e desembarcaram no Brasil, depois de concluído o processo de aprendizagem da língua materna” (CARDOSO *et al*, 2021, p. 334). É de esperar que esse português **do** Brasil, falado pelos filhos dos colonos, siga, como padrão, o português europeu, tendo em vista que a maioria deles foi escolarizada nos moldes europeus, segundo a educação jesuítica, e, posteriormente, os que detinham maior poder aquisitivo continuavam os estudos em Coimbra. É preciso se questionar até que ponto essa variedade da língua portuguesa foi influenciada pelo contato linguístico entre as tantas línguas aqui desembarcadas no período colonial e até que ponto essa influência pode ser observada em textos escritos.

Trabalhos com o olhar direcionado para o português **no** Brasil são encontrados com facilidade e ajudam a compreender, dentre outros, a variedade da língua portuguesa que desembarcou das caravelas, questão pertinente, exposta por Castro (1996), e que, até os dias atuais, ainda instiga pesquisadores, a exemplo de Cardoso (2020)¹². Já os trabalhos voltados para o português **do** Brasil são menos comuns, devido à escassez e raridade das fontes, principalmente se se considerar os atores sociais mais excluídos da história do Brasil, a exemplo dos indígenas, dos negros e das mulheres.

Para compreender essas duas variedades do português no período colonial, o português **no/do** Brasil, é preciso buscar indícios sobre o controle da população da época; entretanto, é importante ressaltar que não é tarefa fácil controlar a quantidade populacional no período colonial, pois se trata de uma questão nebulosa, aproximativa, tendo em vista que

¹²Muitos estudos já buscaram responder a essa pergunta, por meio da investigação linguística da sintaxe dos clíticos; o mais recente trabalho é o de Cardoso (2020), a qual realizou o estudo de manuscritos ilustrativos de meados do século XVII e XVIII, e, assim como Castro (1996), ela argumentou que a variedade do português europeu que desembarcou nas caravelas é o chamado Português Clássico.

Do início dos setecentos para trás, as informações da historiografia demográfica estão baseadas em informações indiretas de viajantes e em contagens absolutamente impressionistas. Os recenseamentos só foram realizados a partir da segunda metade do século XVIII. As principais fontes de dados demográficos do século XVIII são: as listas de desobrigas, as listas nominativas, os mapas particulares, mapas gerais, e, em função das instruções da Reforma tridentina, os registros paroquiais de casamentos, óbitos, batismos, etc. (BARBOSA, 1999, p. 42).

Os resultados da pesquisa de Alberto Mussa (1991) – já aqui referidos –, baseados em diversas pesquisas sobre a demografia histórica do Brasil, esclarecem algumas questões em relação ao quantitativo populacional desse período. Os resultados possibilitam uma visão da população “com reflexos evidentes para a sócio-história linguística do Brasil” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 34); assim, no que tange ao número de brancos brasileiros, Mussa (1991), afirma que, no período de 1601 a 1700, eles correspondiam a apenas 5% da população, aumentando para 10% até 1800, 17% até 1850 e 24% até 1890.

Em se tratando da representatividade do *corpus*, Cardoso *et al.* (2021) afirmam que não é simples definir a questão, justamente porque não é possível ter uma visão total sobre a população do período colonial; alguns aspectos, segundo as autoras, são levados em consideração nessa definição, como os sugeridos por Berber Sardinha (2000), a saber: o número de palavras, os gêneros textuais e a quantidade de textos de gêneros textuais iguais. Além desses, Cardoso *et al.* (2021) acrescentaram mais um critério relevante: a diversidade étnica.

O *corpus* desta dissertação, ao lado de outros acervos do CE-DOHS fase 2, contemplam todos os aspectos elencados, definindo-se o conjunto de acervos até aqui prospectados como um conjunto representativo (ilustrativo) do período colonial brasileiro (CARDOSO *et al.*, 2021). Encontrar documentos de períodos mais recuados “e com a possibilidade de reconhecimento biográfico de seus escreventes é um achado para a época” (CARDOSO *et al.* 2021, p. 345). Assim, o “achado” desta pesquisa consiste em alguns manuscritos dos séculos XVII e XVIII, datados entre 1660 e 1725; eles se encontram, fisicamente, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Portugal, e foram digitalizados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco¹³, no final do século XX.

Segundo Acioli (1994, p. 01), “o documento manuscrito é considerado a mola-mestra da história”, pois ele representa uma fonte testemunhal do passado e serve às diversas áreas de conhecimento. Nessa perspectiva, com o intuito de contribuir com as pesquisas que dependem das fontes textuais do passado, sobretudo no que diz respeito às pesquisas no âmbito da

¹³ Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-rio-branco/>>.

Linguística Histórica, apresenta-se, nesta oportunidade, vinte e sete manuscritos, os quais integram o denominado Acervo da Família Vieira Ravasco (AFVR), do conjunto 2 do CE-DOHS, constituídos, também, por documentos diplomáticos, isto é, “o registro legitimado do ato administrativo ou jurídico” (BELLOTO, 2002, p. 17), executados no âmbito da Secretaria do Estado do Brasil.

O AFVR é organizado com espécies documentais diversas, identificadas a partir de Belloto (2002), as quais serão detalhadas um pouco mais à frente. Tais documentos estão relacionados a dois *escriptores*¹⁴: Bernardo Vieira Ravasco, aqui denominado como primeiro *escriptor*, e Gonçallo Ravasco Cavalcanti e Albuquerque, o segundo *escriptor*. Do primeiro, constam 12 documentos, compostos por: 02 certidões, 03 cartas, 01 escrito do secretário, 01 extrato, 01 lista, 01 relação, 01 memória e 02 fés de ofícios. Do segundo, constam 15 documentos, distribuídos, a saber: 06 atestados, 03 certidões, 01 fé de ofício, 01 ordem, 03 listas e 01 ofício.

2.1 DESCRIÇÃO DOS MANUSCRITOS

Para descrever um documento, é preciso considerar aspectos relacionados a suas características físicas, descrição extrínseca, bem como aspectos relacionados a suas características internas, descrição intrínseca.

Na descrição extrínseca, observam-se aspectos referentes à grafia, como o tipo e tamanho de letra; aspectos referentes ao suporte utilizado para a escrita, como tipo de tinta, de papel, além de informar a origem e época do documento. Na descrição intrínseca, observam-se o conteúdo e aspectos linguísticos (LOSE, 2009). Para descrever tais características, é necessário dispor dos conhecimentos da Paleografia, “ciência que lê e interpreta as formas gráficas antigas[...]” (ACIOLI, 1994, p. 06).

2.1.1 Aspectos extrínsecos

Conforme mencionado anteriormente, descrever as características externas dos documentos corresponde à descrição extrínseca, a qual é bem definida por Lose *et al.* (2009, p. 34), conforme segue:

¹⁴ Optamos pelo uso do termo ‘*scriptor*’, pois o termo ‘*escritor*’ associa-se à ideia do autor intelectual no campo da literatura. Por outro lado, o termo ‘*escriba*’ remete aos copistas de tempos pretéritos.

Entende-se como descrição extrínseca a apresentação minuciosa das características físicas da obra: tamanho do suporte e da mancha escrita, quantidade de fólhos, tipo de letra, indicação de presença de letras ornadas e descrição das suas características, tinta utilizada, quantidade de linhas escritas por fólho, estado de conservação do documento, indicação da presença de ornamentos e descrição das suas características, em suma, uma descrição detalhada das características externas da obra, deixando-se de fora, neste momento, o seu conteúdo e a sua língua (LOSE *et. al.*, 2009, p. 34).

Infelizmente, não foi possível descrever todos esses aspectos, haja vista que não se teve acesso aos documentos originais, mas apenas ao fac-símile em preto e branco (cópia microfilmada); algumas características, por conseguinte, como o tipo de suporte utilizado, o tipo de tinta etc. foram descritas por inferência, com base em Acioli (1994), autora que estudou manuscritos brasileiros do período colonial.

Em relação aos aspectos caligráficos, as características aqui encontradas indicam uma escrita humanística cursiva, “sobre papel, sem traçados de linhas (ACIOLI, 1994, p. 55). Tais características podem ser comprovadas, conferindo as imagens abaixo:

Figura 01: Aspectos caligráficos de Bernardo Viera Ravasco: escrita sem traçado de linhas.

Subor. In nao da India de que de Capitão Dom Antonio M...
 depoi em companhia da flota, como já se viu, e...
 Chegou a arribada, que se pelo Sr. João de...
 ainda contra al... das causas que...
 a Pernambuco...
 nas opada, tornou a entrar neste porto em 17 de Outubro...
 arribada em a ruína... duas vezes para emen-

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

Figura 02: Aspectos caligráficos de Gonçallo Ravasco Cavalcanti e Albuquerque: escrita sem traçado de linhas

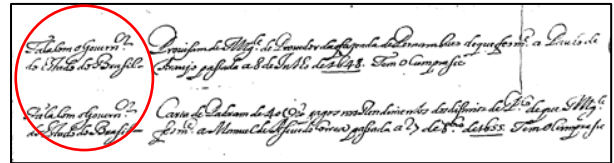
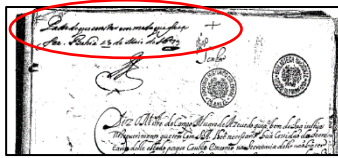
17 Set. 1711
 João de Ravasco Cavalcanti e Albuquerque...
 Cavade...
 Estado...
 a Cam...
 e...
 e...

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

Segundo Acioli (1994, p. 55), não havia regras quanto à disposição das margens no papel, podendo ser de diversas larguras; eram uniformes, porém. Geralmente, eram os documentos redigidos em colunas, a partir da metade do fólho. Essas características estão presentes nos documentos aqui estudados, sendo que, em alguns, aparecem lançamentos

marginais à esquerda e, em outros, uma escrita na margem superior, ao que tudo indica, feita por uma outra mão.

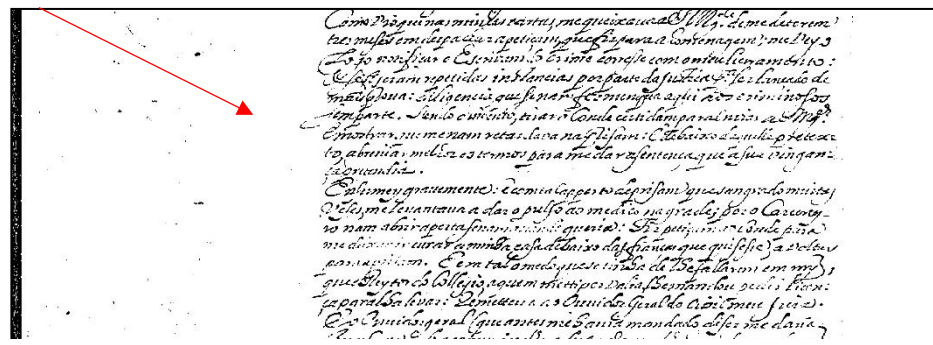
Figura 03: Lançamentos marginais



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

Nos manuscritos do primeiro escriptor, Bernardo Viera Ravasco, observa-se a predominância de uma margem mais larga:

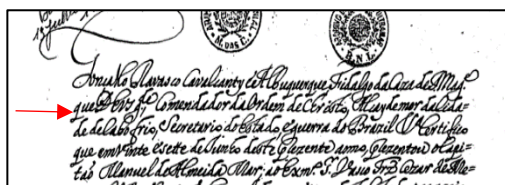
Figura 04: Manuscrito com margem larga: Bernardo Vieira Ravasco



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

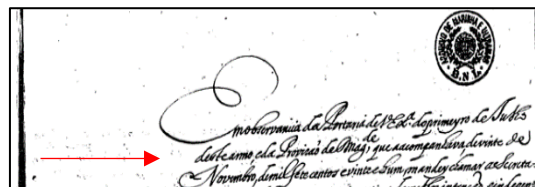
Nos manuscritos do segundo *escriptor*, Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, observa-se, por outro lado, tanto uma margem mais larga, como uma margem mais estreita. A margem mais estreita predomina em espécies textuais, como certificado e atestado:

Figura 05: Margem mais estreita: segundo *escriptor*



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

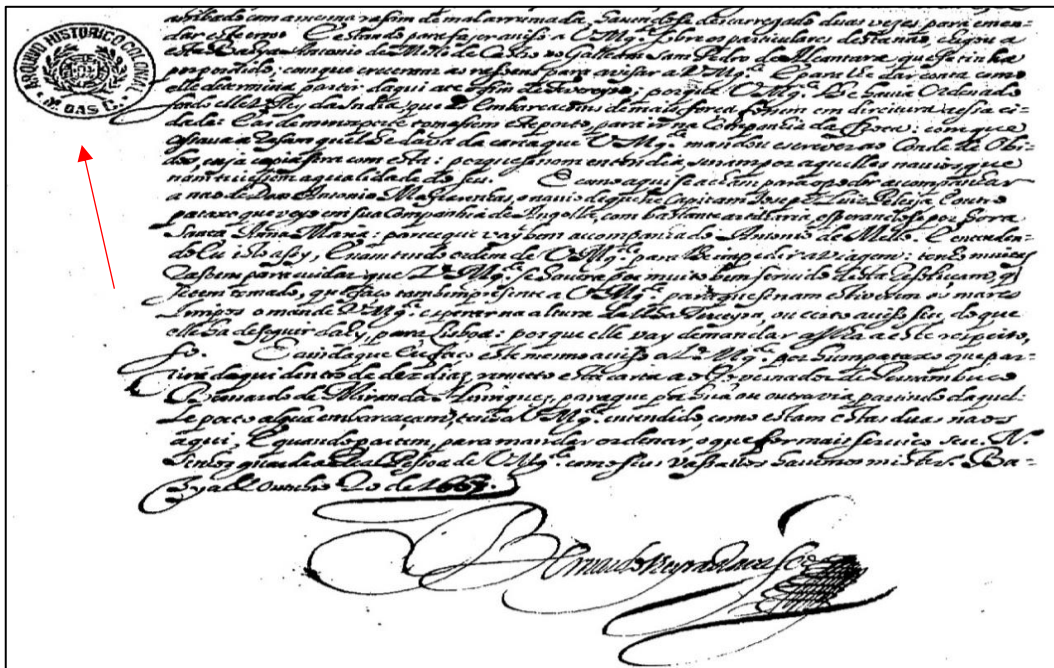
Figura 06: Margem mais larga: segundo *escriptor*



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

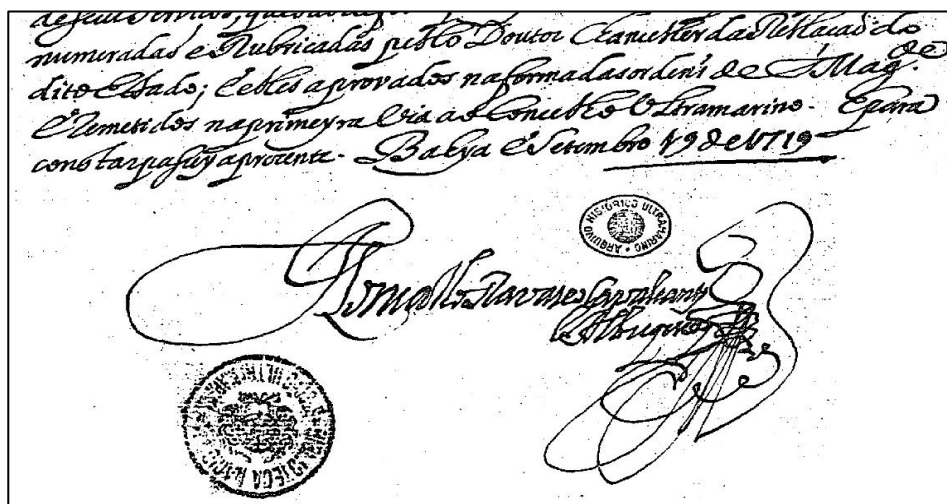
Além disso, é possível observar, nos documentos, a presença de carimbos: naqueles redigidos por Bernardo Vieira Ravasco, consta o carimbo do Arquivo Histórico Colonial, nos manuscritos redigidos por Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, consta a presença do carimbo do Arquivo Histórico Ultramarino, além do carimbo da Biblioteca Nacional:

Figura 07: Carimbo nos manuscritos de Bernardo Vieira Ravasco



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

Figura 08: Carimbo nos manuscritos de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

Nessa época, era comum aos homens com função administrativa possuir seu próprio selo, o chamado sinete, ou o seu sinal público, uma espécie de assinatura, com laçadas graúdas, as quais eram responsáveis pela autenticidade ou falsidade dos documentos (ACCIOLI, 1994). No caso dos secretários, observam-se, em suas assinaturas, grandes laçadas, o que leva a crer que elas serviam com um sinal público, conforme as assinaturas abaixo:

Figura 09: Assinatura de Bernardo Vieira Ravasco



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

Figura 10: Assinatura de Gonçalo Ravasco

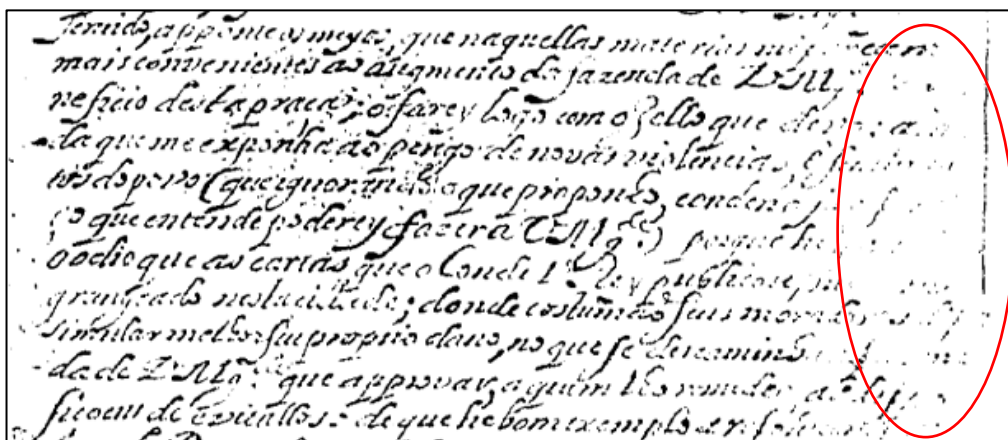


Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

Como instrumento de escrita, costumava-se utilizar, nesse período, “a pena de ave que retinha a tinta por capilaridade e como tinta a de noz gálica de cor castanha” (ACIOLI, 1994, p. 57). Como se mencionou acima, todavia, por ter tido acesso apenas ao material digital em preto e branco, não se pode afirmar que esses foram os materiais utilizados nos manuscritos do AFVR, apenas se infere.

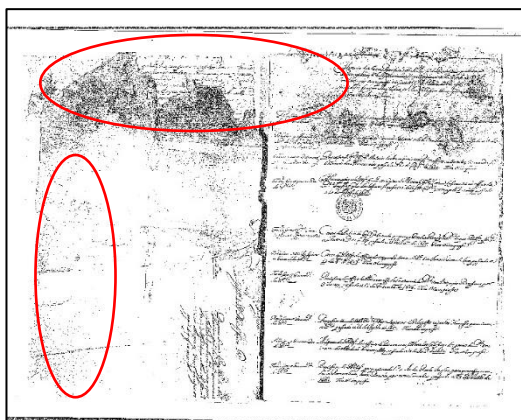
Aparentemente, os manuscritos encontram-se em bom estado de conservação; apenas em alguns, podem-se perceber marcas de deterioração e corrosões, distribuídas no ângulo superior ou à margem esquerda do papel e, em outros, um pouco de apagamento da tinta:

Figura 11: Exemplo da tinta apagada: manuscrito de Bernardo Viera Ravasco



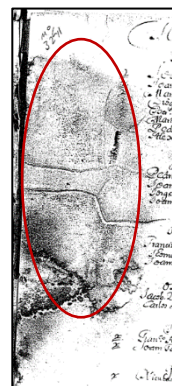
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

Figura 12: Exemplo de deterioração nos manuscritos de Bernardo Vieira Ravasco



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

Figura 13: Mancha nos manuscritos de Bernardo Vieira Ravasco



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

Aparentemente, ainda mais conservados estão os documentos atribuídos ao filho do secretário. Constam apenas neles pequenos desgastes, provavelmente causados pela ação de insetos.

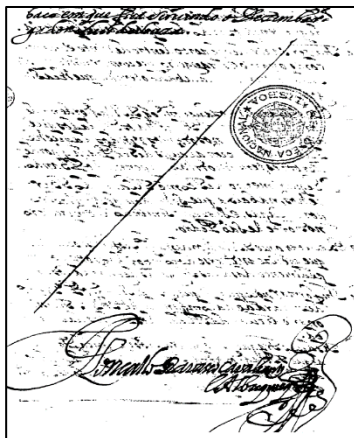
Figura 14: Exemplo de deterioração nos manuscritos de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

Há ainda, nos documentos pertencentes ao segundo *escriptor*, a sombra da mancha escrita do fólho seguinte, apresentando um traço inclinado abaixo do texto até a assinatura do escrevente:

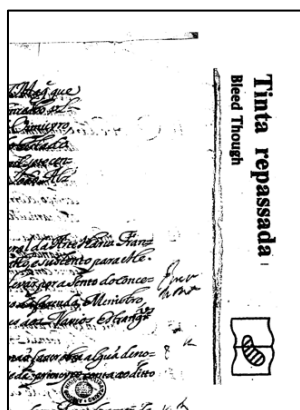
Figura 15: Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque: sombra da escrita



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

É perceptível, ainda, nos documentos de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, algumas marcas, certamente do controle do acervo onde os originais estão depositados, como o carimbo da Biblioteca Nacional e o aviso de tinta repassada, provavelmente colocado no momento da digitalização do manuscrito:

Figura 16: Aviso de tinta repassada: Manuscrito de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

Figura 17: Presença do selo da Biblioteca Nacional



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

2.1.2 Aspectos intrínsecos

Conforme Lose *et al.* (2009), os aspectos intrínsecos do documento

são definidas aqui como aquelas características ainda não ligadas à “língua”, mas sim às peculiaridades “ortográficas” de cada scriptor. É importante fazer uma ressalva para o fato de que “ortografia”, neste contexto, não deve ser

pensada como a escrita correta, mas sim como a forma de escrever e de dispor e combinar os grafemas, criando, desta forma, fatos linguísticos a serem analisados. (LOSE *et al.*, 2009, p. 47).

Desta forma, o estudo descritivo dos grafemas e das peculiaridades da escrita de cada *escriptor* se torna indispensável para a análise de documentos antigos, pois, a partir desse estudo, é possível ter um olhar mais minucioso sobre a mão que escreve. Além das peculiaridades gráficas, observa-se, também, na descrição intrínseca, o conteúdo dos documentos. Para melhor caracterização dos documentos aqui estudados, e da mão de cada *escriptor*, o estudo dos aspectos intrínsecos foi realizado separadamente, por *escriptor*.

2.1.2.1 Na secretaria do Estado do Brasil: a escrita de Bernardo Vieira Ravasco

Os doze manuscritos relacionados a Bernardo Vieira Ravasco são compostos por: 02 certidões, 03 cartas, 01 escrito do secretário, 01 extrato, 01 lista, 01 relação, 01 memória e 02 fés de ofícios. Os conteúdos são de múltiplos interesses, a depender da espécie do documento. Abaixo, um quadro detalhado sobre os gêneros dos documentos (com base em Belloto (2002)), a data em que foram escritos e seus respectivos conteúdos:

Quadro 03: Informações sobre os documentos de Bernardo Viera Ravasco.

QUANT.	GÊNERO DO DOCUMENTO (BELLOTO, 2002)	DATA	CONTEÚDO
02	CERTIDÃO “documento diplomático testemunhal comprobatório” (p. 57)	15/05/ 1679	Certidão sobre a inexistência de termos, nos livros da Secretaria do Estado do Brasil, nos quais constasse a entrega do general João Correia de Saã.
03	CARTAS “documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente,	10/04/1667	Carta de Bernardo Vieira Ravasco para Vossa Majestade, relatando os desmandos do Conde de Óbidos, Vice-rei e Capitão Geral do Estado, em seu governo, sobretudo com a Família do Secretário.

	descendente, horizontal, conforme o caso”. (p. 51)	12/04/1667	Carta de Bernardo Vieira Ravasco para Vossa Majestade, relatando a maneira como ele estava sendo tratado na cadeia.
		20/10/1667	Carta de Bernardo Vieira Ravasco para Vossa Majestade, avisando sobre a chegada de Antônio de Mello de Castro, à Bahia, no galeão São Pedro de Alcântara.
01	ESCRITO DE SECRETÁRIO “documento diplomático testemunhal comprobatório, descendente, notarial ou não”. (p. 67)	15/01/1662	Cópia, feita por Bernardo Vieira Ravasco, de uma ordem de Affonso Furtado de Mendonça, designada a João Vieyra de Moraes, o qual faria uma viagem, e a Secretaria do Estado deveria saber sobre o necessário para a realização dela. Abaixo da ordem, consta a resposta de João Vieyra, solicitando a sua ida para Sergipe, no navio, além de duas pessoas que o pudessem acompanhar.
01	EXTRATO “documento não-diplomático informativo”. (p. 67)	23/06/1669	Relato sobre a chegada e o naufrágio de um navio, enviado por Alexandre de Sousa Freyre, Governador e Capitão Geral do Estado do Brasil, na época, para Buenos Ayres.
02	FÉ DE OFÍCIO “documento testemunhal comprobatório, notarial”. (p. 68)	29/04/1678	Nomeação de Manuel Rugerio no lugar de Manoel Ferreyra das Neves.
		28/01/1694	Nomeação de Manuel Rugerio como Oficial maior da Secretaria do Estado, em lugar de Antonio Garcia.
01	LISTA “documento não-diplomático testemunhal de assentamento ou informativo”. (p. 72)	11/09/1660	Levantamento de todas as fortalezas, os fortes, as plataformas, as artilharias e os baluartes que havia na Bahia, naquela época.

01	MEMÓRIA “documento não-diplomático informativo, ascendente”. (p. 74)	Sem data	Levantamento de todas as provisões que chegaram de Pernambuco para o Governo geral do Estado do Brasil.
01	RELAÇÃO “documento não-diplomático, informativo” (p. 84)	Sem data	Relação de alguns nomes de “homens de negócios” da época.

Fonte: Elaboração da autora

2.1.2.2 Na secretaria do Estado do Brasil: a escrita de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque

Os manuscritos pertencentes a Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque são compostos por 06 atestados, 02 certidões, 01 fé de ofício, 01 ofício, 01 ordem e 03 listas, conforme já mencionado anteriormente. A seguir, um quadro com maiores informações sobre cada documento:

Quadro 04: Informações sobre os documentos de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque.

QUANT.	O QUE?	DATA	CONTEÚDO
06	ATESTADOS “documento diplomático testemunhal de assentamento, notarial ou não”. (p. 48)	05/08/ 1702	Declaração feita pelo secretário Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque sobre os trabalhos prestados por Manuel Rogerio, Oficial Maior, o qual sempre exerceu o seu trabalho, com muita dedicação e zelo.
		07/01/1706	Declaração feita pelo secretário Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, atestando que conhece o sargento Manuel Pinto, homem honrado e digno.
		29/09/1719	Declaração feita pelo secretário Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque sobre a apresentação dos papéis dos serviços do sargento Manuel Pinto de Eça ao Conde do Vimieyro, Governador Geral do Estado.
		19/09/1719	Declaração feita pelo secretário Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque sobre a

			apresentação dos papéis dos serviços do coronel Ruberto da Costa ao Conde do Vimieyro, Governador Geral do Estado.
		26/09/1719	Declaração, feita pelo secretário Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, sobre a apresentação dos papéis originais dos serviços de Jozeph Machado Peçanda ao Governador e Capitão Geral do Estado.
		26/07/1721	Declaração feita pelo secretário Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, atestando a inexistência de um alvará de sucessão de Governador do Estado do Brasil.
02	CERTIDÃO “documento diplomático testemunhal comprobatório” (p. 57)	25/07/1697	Declaração feita pelo secretário Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, certificando a apresentação do Alferes Roque de Souza.
		13/07/1725	Declaração feita pelo secretário Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, certificando a apresentação do Capitão Manuel de Almeida Mar.
01	FÉ DE OFÍCIO “documento testemunhal comprobatório, notarial” (p. 68)	23/06/1710	Confirmação do envio de trinta folhas assinadas pelo Secretário e aprovadas pelo Governador do Estado do Brasil, Dom Lourenço, e pelo Chanceler João de Souza.
01	OFÍCIO “documento não-diplomatico, informativo. Meio de comunicação do serviço público”. (p. 76)	16/07/1722	É destinado à Sua Majestade, a fim de informar-lhe que não há, no Senado da Câmara, bem como na Secretaria do Estado, nenhuma ordem sobre uma Provisão Real, passada de 23 de dezembro de 1663. Além disso, informa sobre o prejuízo que as fazendas de cana-de-açúcar da Bahia vêm enfrentando.

01	ORDEM “documento diplomático dispositivo normativo, descendente” (p. 77)	16 /01/1719	Determinação para o Conde Governador e Capitão Geral do Estado apresentarem-se na Ilha de Itaparica.
03	LISTAS “documento não-diplomático testemunhal de assentamento ou informativo”. (p. 72)	29/06/1719	Constam as cartas que foram recebidas de Sua Majestade, em resposta às cartas do Conde e Governador Geral do Estado.

Fonte: Elaboração da autora

2.1.2.3 Reconhecimento da mão que escreve: os aspectos grafemáticos dos escritores

Segundo Cambraia (2005), o trabalho paleográfico é imprescindível para fazer uma boa decodificação da escrita de um texto antigo, haja vista que interpretações e leituras equivocadas são realizadas, devido a uma decodificação confusa. Daí a importância de observar aspectos referentes à “descrição sucinta de características da escrita”, tais como a forma da letra, o ângulo (a inclinação), o *ductus* (sentido dos traços), o módulo (o tamanho), o peso (traços finos ou grossos) etc., além dos elementos não alfabéticos, como números, sinais de pontuação; também ressalta o autor a importância da descrição das abreviaturas (CAMBRAIA, 2005, p. 24).

Assim, com o intuito de efetuar uma leitura mais confiável dos manuscritos e de verificar se havia ou não mais de um punho em um mesmo documento, realizou-se o estudo dos aspectos gráficos de cada *escriptor*, por meio do quadro *escriptográfico*, o qual é composto pelo alfabeto do escrevente, distribuído em colunas que identificam a posição da letra na palavra (inicial, medial, final), bem como a maiúscula. Cada letra está acompanhada pelo fac-símile da palavra, bem como sua localização no documento; as letras que não foram encontradas em nenhuma das posições foram marcadas como ‘sem ocorrência’.






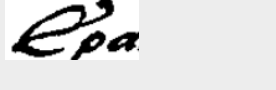
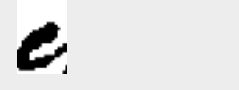

2.1.2.4 A mão de Bernardo Vieira Ravasco

As características observadas indicam que a caligrafia de Bernardo Vieira Ravasco é muito cuidada; trata-se de uma escrita humanística cursiva, com grafemas arredondados, com



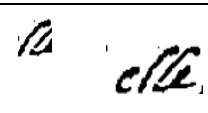
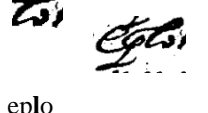
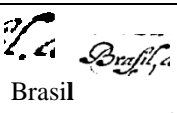
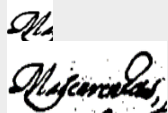


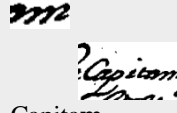
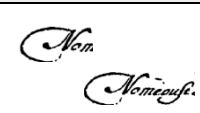

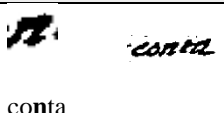


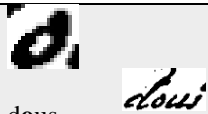
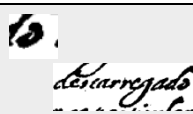
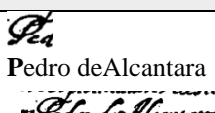
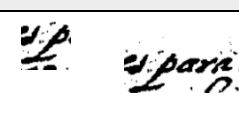
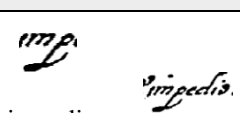

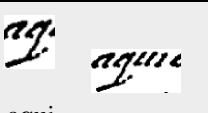
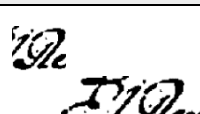

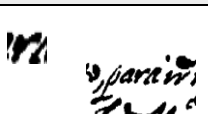
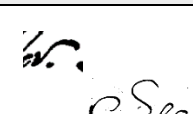
um traçado pesado, hastes longas e com inclinação para a direita. O módulo, em geral, é pequeno, porém as letras maiúsculas e as iniciais possuem o módulo maior e, geralmente, apresentam laçadas. A seguir, apresenta-se o quadro *scriptográfico*; por meio dele, é possível observar essas particularidades, com um olhar mais aproximado, já que realizar o levantamento do alfabeto é um dos meios mais eficazes,

pois, observando o trajeto de formação de cada letra, além de essencial na eliminação de pendências causadas pela dificuldade de leitura, auxilia o estudo de qualquer tipo caligráfico. Por meio dele, identifica-se com facilidade quais letras possuem traçados semelhantes a outras e, portanto, necessitam de mais cuidado na sua diferenciação e quais possuem mais de uma forma. (MEGALE *et al.*, 2015, p. 22).

Quadro 05: Descrição *scriptográfica* de Bernardo Vieira Ravasco

LETRA	MAIÚSCULA	INICIAL	MEDIAL	FINAL
A	 deAlcantara CAR-2-1667.3, 1. 09	 altura CAR-2-1667.3 1. 23	 deAlcantara CAR-2-1667.3, 1. 09	 mesma CAR-2-1667.3 1. 07
B	 Bernardo CAR-2-1667.3, 1. 27	 bom CAR-2-1667.3, 1.05	 Arribar CAR-2-1667.3, 1.04	Sem ocorrência
C	 Castro CAR-2-1667.3, 1. 09	 causas CAR-2-1667.3, 1. 04	 embarcacoens CAR-2-1667.3, 1. 12	Sem ocorrência
D	 DomAntonio CAR-2-1667.3, 1. 01	 daqui CAR-2-1667.3, 1. 02	 lheordeney CAR-2-1667.3, 1. 04	Sem ocorrência
E	 Edepois CAR-2-1667.3, 1.02	 e para lhe CAR-2-1667.3, 1.10	 vezes CAR-2-1667.3, 1. 07	 que CAR-2-1667.3, 1. 13

		<i>en</i> <i>entendia.</i> entendia CAR-2-1667.3, l. 15		
F	<i>Fiz</i> Fiz CAR-2-1667.1, fol. 03 l. 39	<i>frota</i> frota CAR-2-1667.1, fol. 01 l. 11	<i>Offendeu?</i> Offendeu CAR-2-1667.1, fol. 01 l. 43	Sem ocorrência
G	<i>no Galeam</i> no Galeam CAR-2-1667.3, l. 09 <i>Garcia</i> Garcia FDO-2-1694, l. 01	<i>eguerria</i> eguerria CERT. 1679.1, l. 15	<i>descarregado</i> descarregado CAR-2-1667.3, l. 07	Sem ocorrência
H	<i>Henriquez</i> Henriquez CAR-2-1667.3, l. 27 <i>Havendo</i> Havendo CAR-2-1667.1, l. 05	<i>hauendose</i> hauendose CAR-2-1667.3, l. 07	<i>lheordeney</i> lheordeney CAR-2-1667.3, l. 04 <i>chegou</i> chegou CAR-2-1667.3, l. 08	<i>Joseph</i> Joseph CAR-2-1667.1, fol. 03 l. 08
I	<i>da India</i> da India CAR-2-1667.3, l. 01	<i>impedir</i> impedir CAR-2-1667.3, l. 20 l. 06	<i>Capitam</i> Capitam CAR-2-1667.3, l. 01	<i>daqui</i> daqui CAR-2-1667.3, l. 11
J	<i>Joaõ</i> Joaõ CAR-2-1667.1, fol. 01, l. 34	<i>Ejuiz</i> Ejuiz CAR-2-1667.1, fol. 01, l. 43	<i>desejavamdar</i> desejavamdar CAR-2-1667.2, fol. 03, l. 29	Sem ocorrência
K	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência

L	 Luiz CAR-2-1667.3, l. 17	 Theordeney CAR-2-1667.3, l. 04	 elle CAR-2-1667.2, fol. 02 l. 11  eplo CAR-2-1667.3, l. 03	 Brasil EXT-2 1669, fol. 01, l. 19
M	 Mascarenhas CAR-2-1667.3, l. 01	 mande CAR-2-1667.3, l. 23	 impedir CAR-2-1667.3, l. 20	 Capitam CAR-2-1667.3, l. 01
N	 Nomeuse EXT-2 1669, fol. 02, l. 44	 nauios CAR-2-1667.3, l. 15	 conta CAR-2-1667.3, l. 10	Sem ocorrência
O	 Ouvidores EXT-2 1669, fol. 02, l. 30	 offereço EXT-2 1669, fol. 02, l. 19	 dous CAR-2-1667.3, l. 06	 descarregado CAR-2-1667.3, l. 07
P	 Pedro deAlcantara CAR-2-1667.3, l. 09	 para CAR-2-1667.3, l. 07	 impedio EXT-2 1669, fol. 02, l. 26	Sem ocorrência
Q	Sem ocorrência	 que CAR-2-1667.1, fol. 01, l. 62	 aqui CAR-2-1667.1, fol. 01, l. 20	Sem ocorrência
R	 ElRey EXT-2 1669, fol. 01, l. 20	 Resoluçam CAR-2-1667.3, l. 21	 para ir CAR-2-1667.3, l. 13	 Senhor CAR-2-1667.3, l. 01

S	<p>Senhor CAR-2-1667.3, l. 01</p>	<p>sirva CAR-2-1667.1, fol. 01, l. 62</p>	<p>Mascarenhas CAR-2-1667.3, l. 01</p> <p>hauendose CAR-2-1667.3, l. 07</p> <p>Castro CAR-2-1667.3, l. 07</p>	<p>Edepois CAR-2-1667.3, l. 02</p> <p>Mascarenhas CAR-2-1667.3, l. 01</p>
T	<p>Tantoquepartio CAR-2-1667.1, fol. 01, l. 04</p>	<p>terceiravez CAR-2-1667.3, l. 04</p>	<p>opretexto CART- 2- 1667.1, fol. 01, l. 37</p>	Sem ocorrência
U	Sem ocorrência	Sem ocorrência	<p>oguarde CAR-2-1667.2, fol. 01, l. 04</p>	<p>emandou CAR-2-1667.2, fol. 01, l. 04</p>
V	<p>Vieyra CAR-2-1667.1, fol. 01, l. 35</p>	<p>vezes CAR-2-1667.3, l. 07</p>	<p>escreverao CAR-2-1667.3, l. 14</p>	Sem ocorrência
W	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
X	Sem ocorrência	Sem ocorrência	<p>execução CAR-2-1667.1, l. 55</p>	<p>capax EXT-2 1669, fol. 03, l. 11</p>
Y	Sem ocorrência	Sem ocorrência	<p>terceyraz CAR-2-1667.3, l. 04</p>	<p>ElRey EXT-2 1669, fol. 01, l. 20</p>
Z	<p>Zucar REL-2-1684, l. 10</p>	<p>ozello CART- 2- 1667.1, fol. 02 l. 30</p>	<p>vezes CAR-2-1667.3, l. 07</p>	<p>mez CART- 2- 1667.1, fol. 01, l. 13</p>

Fonte: Elaborado pela autora

Podem-se observar, ainda, as seguintes características da escrita de Bernardo Vieira Ravasco:

- a) quando ocorrem as geminadas <ss>, o primeiro é longo;
- b) o grafema <s> possui alógrafos, e um deles se confunde facilmente com um <j>;
- c) a nasalidade é marcada, sobretudo, com o til <~>;
- d) o grafema <h> lembra um <e> maiúsculo cursivo;
- e) o til do “ao”, ditongo nasal, está grafado sobre o “o”;
- f) <f>, o <s>, o <p> e o <q> apresentam hastes longas;
- g) o grafema <e>, quando conjunção, apresenta uma espécie de apóstrofo, além de apresentar um alógrafo <&>;
- h) o grafema <h>, possui alógrafos, um lembra um <e> maiúsculo cursivo, e o outro um minúsculo;
- i) o grafema <r> quase não apresenta curva;
- j) os grafemas <u> e <v> minúsculos são facilmente confundidos.

Alguns exemplos abaixo:

Quadro 06: Aspectos gráficos de Bernardo Vieira Ravasco

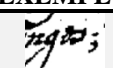

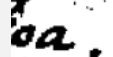


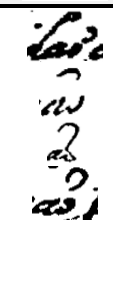

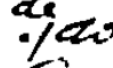
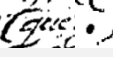
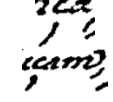
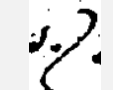
EXEMPLO	TRANSCRIÇÃO	LOCAL
	ezello e estando	FDO-2-1694, l. 06 CAR-2-1667.3, l. 08
	chegou hauemos	CAR-2-1667.3, l. 08 CAR-2-1667.3, l. 30
	vassallos	CAR-2-1667.3, l. 30
	para se entregarem	EXT-2 1669, fol. 02, l. 50
	Resoluçam	
	vay	CAR-2-1667.3, l. 24 CAR-2-1667.3, l. 14

	mandou	
---	--------	--

Fonte: Elaborado pela autora

Um outro aspecto observado na escrita de Bernardo Vieira Ravasco foram os sinais de pontuação e diacríticos. Para marcar a continuação de um vocábulo na linha seguinte, ele utilizava dois traços, semelhante ao sinal de igualdade; os sinais mais utilizados por ele foram a vírgula e o ponto: a vírgula apareceu em várias situações, principalmente antecedendo a conjunção ‘e’, e o ponto aparece em finais de frases, parágrafo etc. O quadro a seguir demonstra como cada sinal foi transcrito:

Quadro 07: Sinais de pontuação e diacrítico utilizados por Bernardo Vieira Ravasco





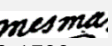
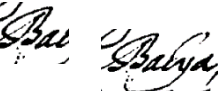













SINAL	TRANSCRIÇÃO	EXEMPLO	LOCAL
Ponto e vírgula	;		CER-2 1679.1, l. 11
Divisão de sílaba	=		CER-2 1679.1, l. 15
Ponto	.		CER-2 1679.1, l. 24
Vírgula	,		CER-2 1679.1, l. 21
Acento circunflexo	^		CER-2 1679.2, l. 05
Traços com valor de til	~		CER-2 1679.2, l. 05 CART- 2- 1667.1, fol. 01, l. 10 CART- 2- 1667.1, fol. 01, l. 55 EXT-2 1669, fol. 2, l. 37
Dois pontos	:		CART- 2- 1667.1, fol. 01, l. 08
Barra	/		CART- 2- 1667.1, fol. 01, l. 20
Parêntese	()		CART- 2- 1667.1, fol. 02, l. 32, 34.
Cedilha	ç		CART- 2- 1667.1, fol. 03, l. 04 CAR-3-1677.3, l. 21
Sinal com sentido de barra ou parêntese	ƒ		EDS-2-1662, fol. 02, l. 09

Fonte: Elaboração da autora

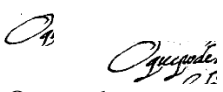

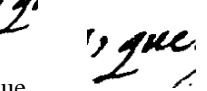
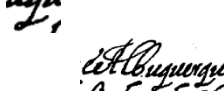

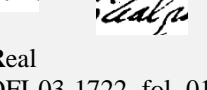

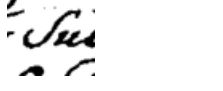
2.1.2.5 A mão de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque

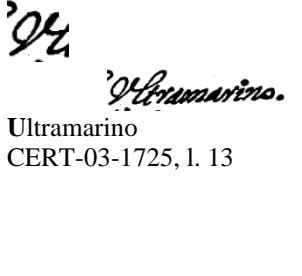
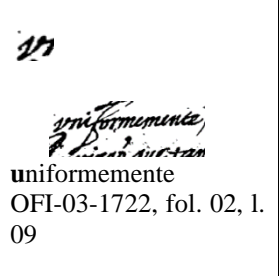
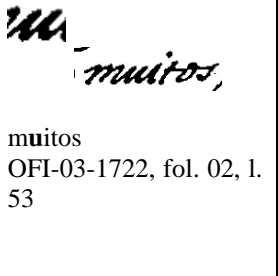
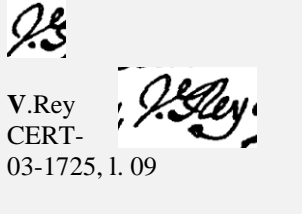
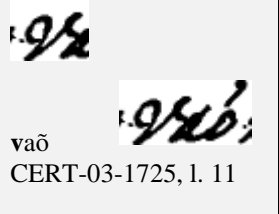

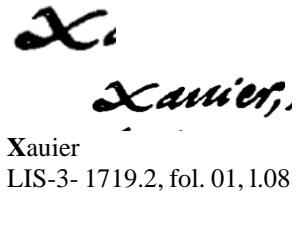
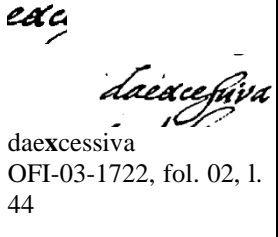
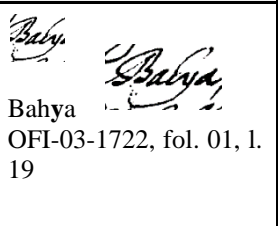
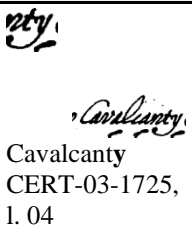
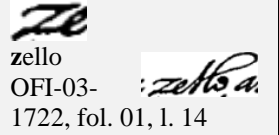

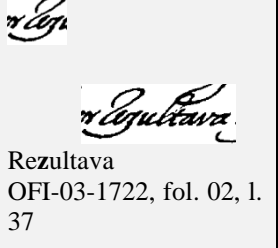
A escrita de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque possui grande semelhança com a escrita de seu pai, Bernardo Vieira Ravasco. Como se poderá verificar, a sua escrita é bem alinhada e suas letras têm características arredondadas, com módulo médio, talvez um pouco maiores do que as de seu pai.

Quadro 08: Descrição *escriptografica* de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque.

LETRA	MAIÚSCULA	INICIAL	MEDIAL	FINAL
A	 Alfandegas OFI-03-1722, fol. 02, l. 33	 alma OFI-03-1722, fol. 02, l. 40	 lavradores OFI-03-1722, fol. 01, l. 24	 mesma  mesma OFI-03-1722, fol. 01, l. 10
B	 Bahya OFI-03-1722, fol. 01, l. 19	 bem OFI-03-1722, fol. 01, l. 28	 fabricar OFI-03-1722, fol. 02, l. 41	Sem ocorrência
C	 Canas OFI-03-1722, fol. 02, l. 39  Comercio OFI-03-1722, fol. 02, l. 32	 carestia OFI-03-1722, fol. 02, l. 44	 fabricar OFI-03-1722, fol. 02, l. 41	Sem ocorrência
D	 Dezembro OFI-03-1722, fol. 01, l. 18	 da excessiva OFI-03-1722, fol. 02, l. 44	 aincapacidade OFI-03-1722, fol. 02, l. 51	Sem ocorrência
E	 Engenhos2 OFI-03-1722, fol. 01, l. 05	 estar OFI-03-1722, fol. 01, l. 09	 doprimeyro OFI-03-1722, fol. 01, l. 01	 pode OFI-03-1722, fol. 01, l. 12

F	 Frz CERT-03-1725, l. 08	 fabricar OFI-03-1722, fol. 02, l. 41	 asafra OFI-03-1722, fol. 02, l. 56	Sem ocorrência
G	 General CERT-03-1725, l. 08	 geraes OFI-03-1722, fol. 02, l. 45	 Restringido OFI-03-1722, fol. 01, l. 28	Sem ocorrência
H	 Hêcerto OFI-03-1722, fol. 02, l. 39	 hum OFI-03-1722, fol. 01, l. 05	 chamar OFI-03-1722, fol. 01, l. 05	 Joseph LIS-3- 1719.2, fol. 02, l.06
I	 Ilheos LIS-3- 1719.2, fol. 01, l. 36	 inivitável OFI-03-1722, fol. 02, l. 30	 oito CERT-03-1725, l. 10	Sem ocorrência
J	 eJulho CERT-03-1725, l. 13	Sem ocorrência	 prejuízo OFI-03-1722, fol. 01, l. 12	Sem ocorrência
L	 Listas das LIS-3- 1719.2, fol. 01, l.01	 lavradores OFI-03-1722, fol. 01, l. 24	 Inviolavelmente OFI-03-1722, fol. 01, l. 22	 Brazil LIS-3- 1719.2, fol. 01, l.04
M	 Mineyros OFI-03-1722, fol. 02, l. 47	 mesma OFI-03-1722, fol. 01, l. 10	 notempo OFI-03-1722, fol. 02, l. 46	 sem OFI-03-1722, fol. 02, l. 39
N	 Novembro	 notempo	 evinte OFI-03-1722, fol. 01, l. 04	Sem ocorrência

	OFI-03-1722, fol. 01, l. 04	OFI-03-1722, fol. 02, l. 46		
O	 Oquepode OFI-03-1722, fol. 01, l. 14	 osmais OFI-03-1722, fol. 02, l. 45	 conservar OFI-03-1722, fol. 02, l. 41	 Provisão OFI-03-1722, fol. 01, l. 03
P	 Provisão OFI-03-1722, fol. 01, l. 03	 porduzentos OFI-03-1722, fol. 02, l. 47	 notempo OFI-03-1722, fol. 02, l. 46	Sem ocorrência
Q	Sem ocorrência	 que OFI-03-1722, fol. 01, l. 03	 eAlbuquerque CERT-03-1725, l. 03	Sem ocorrência
R	 Ravasco CERT-03-1725, l. 03	 Real OFI-03-1722, fol. 01, l. 17	 contra OFI-03-1722, fol. 01, l. 17	 informar OFI-03-1722, fol. 01, l. 14
S	 Sub meu Sinal, e' Sellada AFVR-GRCA-ATE-3-1702, l. 22	 Senado OFI-03-1722, fol. 01, l. 19  sesegua OFI-03-1722, fol. 01, l. 19	 possuir OFI-03-1722, fol. 01, l. 15	 eoutros OFI-03-1722, fol. 01, l. 29
T	 Thenente LIS-3- 1719.2, fol. 01, l. 08	 terem OFI-03-1722, fol. 01, l. 06	 Rematarem OFI-03-1722, fol. 01, l. 26	Sem ocorrência

U	 Ultramarino CERT-03-1725, l. 13	 uniformemente OFI-03-1722, fol. 02, l. 09	 muitos OFI-03-1722, fol. 02, l. 53	Sem ocorrência
V	 V. Rey CERT-03-1725, l. 09	 vão CERT-03-1725, l. 11	 miseráveis OFI-03-1722, fol. 02, l. 49	Sem ocorrência
X	 Xavier LIS-3- 1719.2, fol. 01, l.08	Sem ocorrência	 da excessiva OFI-03-1722, fol. 02, l. 44	Sem ocorrência
W	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
Y	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 Bahya OFI-03-1722, fol. 01, l. 19	 Cavalcanty CERT-03-1725, l. 04
Z	Sem ocorrência	 zello OFI-03-1722, fol. 01, l. 14	 Dezembro OFI-03-1722, fol. 01, l. 18  Resultava OFI-03-1722, fol. 02, l. 37	Sem ocorrência

Fonte: Elaborado pela autora


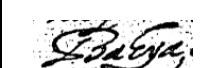
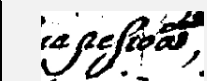
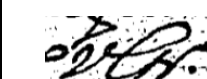
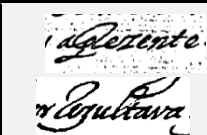

Observou-se que os grafemas iniciais e os grafemas maiúsculos de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque são mais graúdos do que os de Bernardo Viera Ravasco e possuem laçadas; elas possuem um traçado pesado, com inclinação para a direita e hastes longas, sobretudo no que tange ao <s> longo e ao <y>.

Alguns aspectos gráficos desse *escriptor* são:

- a) o grafema <r> é traçado praticamente sem a curva;
- b) a consoante <h> lembra a vogal <e> cursiva;
- c) o <s> possui um alógrafo que se assemelha ao <j>;
- d) o <d> em preposições com <de> e <do> é bastante peculiar;
- e) a consoante <z> também possui alógrafos, mesmo em posição medial da palavra;
- f) a vogal <u> ora se confunde com a consoante <v>.

Abaixo, alguns exemplos:

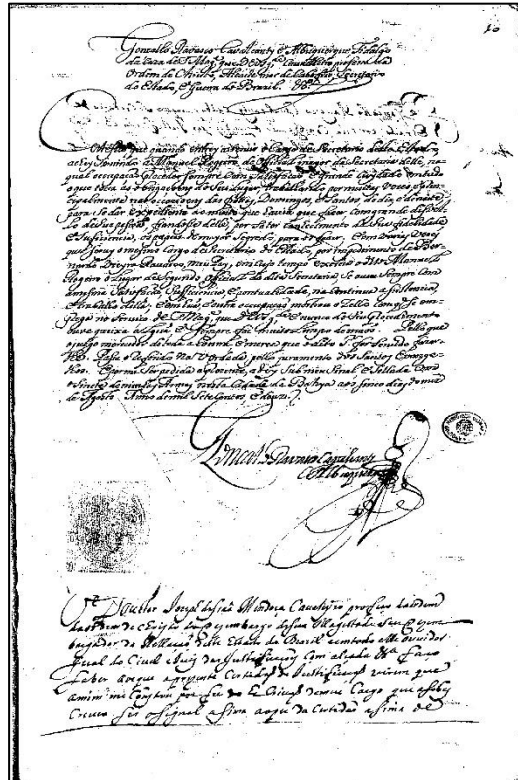
Quadro 09: Aspectos gráficos de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque

EXEMPLO	TRANSCRIÇÃO	LOCAL
	Ravasco procedeo	ATE-3-1702, l. 01 ATE-3-1702, l. 07
	Bahya	ATE-3-1719.1, l. 13
	pessoas	ATE-3-1702, l. 11
	UIH.	ATE-3-1719.1, l. 12
	aprezente Rezultava	ATE-3-1719.1, l. 13 OFI-03-1722, fol. 02, l. 37
	de do	ATE-3-1702, l. 13 ATE-3-1702, l. 13

Fonte: Elaborado pela autora

O estudo apresentado até agora indica que, em alguns documentos, há presença de mais de um punho; essa questão, em razão do tempo determinado para a execução da presente dissertação, não foi estudada nesta oportunidade. Em alguns manuscritos, há a assinatura desse terceiro escrevente; também, em alguns casos, é possível identificá-lo pelas características dos grafemas, como se pode conferir na figura a seguir:

Figura18: Documento contendo duas mãos diferentes

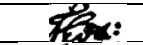
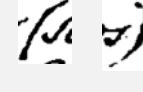
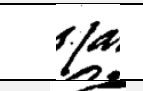



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino

Dentre os sinais de pontuação e diacríticos utilizados por Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, estão as barras, os parênteses, os dois pontos, o ponto, a vírgula e o acento circunflexo. A seguir, os sinais e os recursos utilizados para a transcrição:

Quadro 10: Sinais de pontuação e diacrítico utilizados por Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque

SINAL	TRANSCRIÇÃO	EXEMPLO	LOCAL
Vírgula	,	700,	ATE-3 1702, l. 09
Divisão de sílaba	=	om =	ATE-3 1702, l. 17
Traços com valor de til	~	100. icab. ab.	ATE-3 1702, l. 19 ATE-3 1702, l. 15 ATE-3- 1719.1, l.08
Traço com valor de barra	∫	∫.	ATE-3 1702, l. 24
Ponto	.	mil.	ATE-3 1702, l. 04
Ponto e vírgula	;	ca;	ATE-3 1702, l. 17
Acento circunflexo	^	atê?	ATE-3- 1719.1, l.08

Dois pontos	:		ATE-3-1706, l. 12
Parênteses	()		OFI-03-1722, fol. 02, l. 23
Barra	/		OFI-03-1722, fol. 02, l. 15
Apóstrofo	'		OFI-03-1722, fol. 02, l. 09

Fonte: Elaborado pela autora

2.1.2.6 Abreviaturas presentes nos manuscritos e suas classificações

A constante presença de abreviaturas em documentos antigos consiste em uma das dificuldades de leitura enfrentada por todos aqueles que se propõem a estudá-los. Identificar as abreviaturas e desdobrá-las é tornar a leitura mais corrente (FLEXOR, 2018).

O termo “escrever abreviado” vem da palavra *braquigrafia*, a qual “vem do grego *braqui* = curto e *graphien* = escrever” (ACIOLI, 1994, p. 45). A prática de “escrever abreviado” é muito antiga e passou a ser comum e utilizada exageradamente em determinadas épocas, tanto que “nos séculos XII e XIII várias disposições foram baixadas com o intuito de conter o mal” (SPINA, 1977, p. 45); mesmo assim, essa prática manteve-se, muitas vezes, pela falta de material ou para agilizar os trabalhos:

Os calígrafos de todos os tempos, mas de modo especial os da Idade Média, quer para poupar espaço, devido à escassez de materiais de base e de registro, quer por economia de tempo, fizeram uso de um completo sistema de abreviaturas, siglas e das chamadas notas tironianas, prática que permaneceu após aquele período (FLEXOR, 2008, p. 12).

Acioli (1994, p. 45) menciona a existência de duas correntes que buscam explicar a origem do sistema baquigráfico: uma tradicional e uma outra que busca a origem das abreviaturas nas escrituras bíblicas, guiada pelo alemão Traube. A vertente tradicional, a qual admite a origem latina das abreviaturas, propõe que as abreviaturas derivam de três maneiras de abreviar: a sigla, as notas tironianas e as *notae juris*.

Quanto a sua classificação, Berwanger e Franklin Leal (2012, p. 92-93) as dividem em: abreviaturas por sigla, abreviaturas por suspensão ou apócope, abreviaturas por contração ou síncope, abreviaturas por letras sobrescritas, abreviaturas por sinais especiais e abreviaturas por notas tironianas ou taquigrafia. Segue a definição de cada abreviatura, conforme os autores supracitados:

Siglas: a palavra é representada pela letra inicial. Se a letra vier dobrada, significa que a palavra está no plural ou superlativo.

Suspensão ou apócope: corta-se o final da palavra ou final da sílaba, que, assim, fica inacabada.

Contração ou sincope: a palavra é composta de elementos do início e fim da palavra.

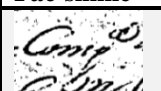
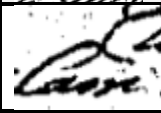
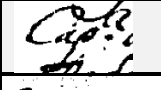
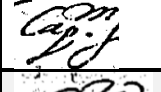
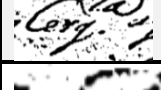
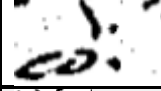

Letras sobrescritas: uma pequena letra é inscrita por cima da abreviatura.

Sinais especiais: são sinais que se colocam no início, meio ou fim da palavra, significando uma sílaba ou ausência de uma.

Notas tironianas ou taquigrafia: inventadas por um escravo liberto que pertencia a Cícero, de nome Tiro, que anotava seus discursos através de sinais (BERWANGER E FRANKLIN LEAL, 2012, p. 92-93).

As abreviaturas, como se vê, eram comuns. Não é de estranhar, portanto, que se encontrem também nos manuscritos estudados neste trabalho. Assim, nos documentos escritos por Bernardo Vieira Ravasco e Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, constam algumas abreviaturas, as quais foram desenvolvidas na edição (conferir os critérios de edição em seção específica), a fim de facilitar a leitura. Abaixo, seguem as abreviaturas encontradas nos manuscritos de ambos os autores, classificadas de acordo com Berwanger e Franklin Leal (2012)¹⁵:

Quadro 11: Bernardo Vieira Ravasco: abreviaturas e suas classificações

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Classificação	Documento
	Camp ^a	Campanha	Sobrescrito	LIS-2-1660, fol. 04, l. 11
	Cam. ^{ra}	Camera	Sobrescrito	LIS-2-1660, fol. 02, l. 30
	Cap. ⁿ	Capitania	Sobrescrito	MEM-2-SD, fol. 04, l. 14
	Cap. ^m	Capitam	Sobrescrito	LIS-2-1660, fol. 02, l. 29
	Cerq. ^{ra}	Cerqueira	Sobrescrito	LIS-2-1660, fol. 05, l. 09
	Cõ.	Com	Apócope	LIS-2-1660, fol. 05, l. 33
	D.	Dona	Apócope	CAR-2-1667.2, fol. 01, l. 51

¹⁵ É possível admitir uma dupla classificação para uma mesma abreviatura, conforme mencionou a professora Doutora Alcía Lose, em um curso on-line, na plataforma Zoom, intitulado "Paleografia. Nível Básico. Módulo I. Documentos dos sécs. XVI ao XX", promovido pelo Ateliê de Conservação e Restauração de Documentos e Livros Antigos Memória & Arte, no ano de 2021. Segue exemplo: Dez.^{bro}, sobrescrito "bro", mas também apócope de "em"; Este e mais outros casos aparecem nos textos desta pesquisa, ainda assim, decidiu-se por manter a classificação mais tradicional.

	Dez. ^{bro}	Dezembro	Sobrescrito	MEM-2-SD, fol. 02, l. 11
	D ^m		Sobrescrito	MEM-2-SD, fol. 03, l. 14
	Eng.	Engenho	Apócope	CAR-2- 1667.2, l. 51
	Fev.	Fevereiro	Apócope	CAR-2- 1667.3, L.29, l. 30
	Fran. ^{co}	Francisco	Sobrescrito	MEM-2-SD, fol. 04, l. 11
	Fr.	Frei	Apócope	MEM-2-SD, fol. 02, l. 21
	Frr ^a	Ferreira	Sobrescrito	LIS-2-1660, fol. 05, l. 27
	G. ^l	Geral	Sobrescrito	EXT-2 1669, fol. 01, l. 25
	Gou. ^{or}	Governador	Sobrescrito	LIS-2-1660, fol. 03, l. 16
	Jan. ^{ro}	Janeiro	Sobrescrito	MEM-2-SD, fol. 02, l. 16
	m. ^{ce}	Merce	Sobrescrito	CER-2 1679.1, l. 12
	Mas. ^c	Mascarenhas	Sobrescrito	CAR-2- 1667.3, l.03
	Mg. ^{de}	Magestade	Sobrescrito	EXT-2 1669, fol. 01, l. 20
	N.	Nosso	Apócope	CAR-2- 1667.3, l. 29
	p. ^a	para	Sobrescrito	LIS-2-1660, fol. 04, l. 36
	P.AVs ^a	Pede A Vossa Senhoria	Sobrescrito	CER-2 1679.1, l. 12
	P. ^{co}	Pernambuco	Sobrescrito	MEM-2-SD, fol. 02, l. 15
	plo	pelo	Síncope	CAR-2- 1667.2, fol. 01, l. 49
	prim. ^{ra}	primeira	Sobrescrito	CAR-2- 1667.3, l.02
	q.	que	Apócope	CAR-2- 1667.3, l. 05

	S.	Sam	Apócope	LIS-2-1660, fol. 04, l. 37
	SMg ^{de}	Sua Magestade	Sobrescrito	CAR-2-1667.2, fol. 01, l. 04
	S.A.	Sua Alteza	Apócope	CER-2 1679.1, l. 15
	S ^{or.}	Senhor	Sobrescrito	EDS-2-1662, fol. 02, l. 11
	som. ^{te}	somente	Sobrescrito	LIS-2-1660, fol. 04, l. 01
	[?]supp ^{te}	[?]Supplicante	Sobrescrito	CER-2 1679.1, l. 09
	Thesour. ^o	Thesouro	Sobrescrito	MEM-2-SD, fol. 04, l. 13.
	Vm	Vossa Mercê	Apócope	EDS-2-1662, fol. 02, l. 16
	VMg. ^{de}	Vossa Magestade	Sobrescrito	CAR-2-1667.1, l. 05
	V.Rey	vice Rey	Apócope	CAR-2-1667.3, l. 07
	Vs. ^a	Vossa	Sobrescrito	FDO-2-1694, l. 10

Fonte: Elaborado pela autora



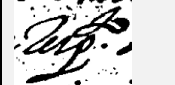

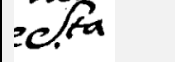
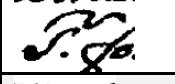


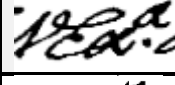
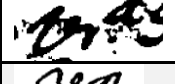
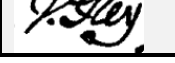
Diante do quadro exposto acima, percebe-se que o tipo de abreviatura que mais aparece na escrita de Bernardo Vieira Ravasco é o sobrescrito, seguido por apócope. Muitas dessas abreviaturas aparecem mais de uma vez nos manuscritos, sendo Vossa Magestade uma das mais frequentes.

A seguir, o quadro das abreviaturas presentes na escrita do filho de Bernardo Vieira Ravasco:

Quadro 12: Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque: abreviaturas e suas classificações

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Classificação	Documento
	Ant. ^o	Antônio	Sobrescrito	LIS-3- 1719.2, fol.03, l. 26
	B. ^a	Bahia	Sobrescrito	ATE-3-1706, l. 13
	Cap. ^m	Capitam	Sobrescrito	ATE-3-1719.2, l. 07
	Camp. ^{as}	Campanhas	Sobrescrito	ORD-3-1719, l. 06
	Cons.Ultr.	Concelho Ultramarino	Apócope	ATE-3- 1719.1, l. 11

<i>Dez.or</i>	Dez. ^{or}	Dezembargador	Sobrescrito	CER-3-1725, l. 09
<i>Exmo. Snõr</i>	Exmo. Snõr	Excelentíssimo Senhor	Síncope	ATE-3- 1719.1 l. 06
<i>Eng.^{os}</i>	Eng ^{os}	Engenhos	Sobrescrito	OFI-03-1722, fol. 01, l. 21
<i>Engenh.^o</i>	Engenher ^o	Engenheiro	Sobrescrito	LIS-3- 1719.1, fol.01, l. 22
<i>Ex.^a</i>	Ex ^a	Excelência	Sobrescrito	LIS-3- 1719.1, fol.02, l. 16
<i>faz.^{as}</i>	faz ^{as}	fazendas	Sobrescrito	OFI-03-1722, fol. 01, l. 21
<i>fr.^a</i>	fr ^a	feira	Sobrescrito	ORD-3-1719, l. 07
<i>Frz.</i>	Frz.	Fernades	Síncope	CER-3-1725, l. 06
<i>g.^{de}</i>	g ^{de}	garde	Sobrescrito	ATE-3 1702, l. 02
<i>Gou.^{vr}</i>	Gou. ^{vr}	Governador	Sobrescrito	ATE-3- 1719.1 l. 07
<i>Janr.^o</i>	jnr. ^o	Janeiro	Sobrescrito	ORD-3-1719, l. 09
<i>l.^{vs}</i>	l. ^{vs}	livros	Sobrescrito	LIS-3- 1719.2, fol.03, l. 30
<i>Lour.^{co}</i>	Lour. ^{co}	Lourenço	Sobrescrito	LIS-3- 1719.1, fol.02, l. 13
<i>M.^{es}</i>	M. ^{es}	Mestres	Sobrescrito	LIS-3- 1719.2, fol.03, l. 24
<i>m.^{to}</i>	m. ^{to}	muito	Sobrescrito	ATE-3-1706, l. 10
<i>N.</i>	N.	Nossa	Apócope	LIS-3- 1719.2, fol.03, l. 22
<i>p.^a</i>	p. ^a	para	Sobrescrito	OFI-03-1722, fol. 02, l. 24
<i>primr.^a</i>	primr. ^a	primeira	Sobrescrito	ATE-3- 1719.1 l. 11
<i>Prou.^{vr}</i>	Prou. ^{vr}	Prouvedor	Sobrescrito	LIS-3- 1719.1, fol.02, l. 04
<i>Pr.^a</i>	Pr. ^a	Pereira	Sobrescrito	LIS-3- 1719.1, fol.03, l. 03
<i>plo</i>	plo	pelo	Síncope	ATE-3-1706, l. 11
<i>q.</i>	q.	que	Apócope	ATE-3-1719.3, l. 05
<i>q.^{do}</i>	q. ^{do}	quando	Sobrescrito	OFI-03-1722, fol. 02, l. 04

	Regim. ^{tos}	Regimentos	Sobrescrito	OFI-03-1722, fol. 02, l. 04
	Ram	Relação	Síncope	ATE-3-1719.2, l. 10
	Resp. ^{to}	Respeito	Sobrescrito	OFI-03-1722, fol. 02, l. 11
	Regd. ^{da}	Regida	Sobrescrito	LIS-3- 1719.2, fol.03, l. 30
	S.ta	Santa	Síncope	LIS-3- 1719.2, fol.03, l. 22
	S. ^r	Senhor	Sobrescrito	ATE-3 1702, l. 20
	sarg. ^{to}	sargento	Sobrescrito	ATE-3-1706, l. 06
	S.Mag. ^e	Sua Magestade	Sobrescrito	ATE-3 1702, l. 02
	VEx. ^a	Vossa Excelência	Sobrescrito	OFI-03-1722, fol. 01, l. 02
	Vr ^a	Vieira	Sobrescrito	ATE-3-1706, l. 07
	V.Rey	Vice Rey	Apócope	CER-3-1725, l. 07

Fonte: elaborado pela autora

Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque segue a mesma tendência de seu pai no que diz respeito ao tipo de abreviatura, isto é, a maioria das abreviaturas são classificadas como abreviatura sobrescrita. Assim como o primeiro *escriptor*, o segundo escrevente repete, em seus escritos, muitas abreviaturas, sobretudo Sua Magestade, Vice Rey, Capitania.

2.2 O LABOR DA EDIÇÃO

Conforme Cambraia (2005), um texto pode ser disponibilizado para o leitor por meio de inúmeras formas. A escolha pelo formato deve ser baseada, dentre outras questões, no público-alvo. Assim, existem vários tipos de edições, as quais podem ser inclusas dentro de duas grandes classes: as monotestemunhais, baseadas em apenas um testemunho de um texto, são definidas pelo seu “grau de mediação”, e as politestemunhais, baseadas em mais de um testemunho (CAMBRAIA, 2005, p. 91).

Sobre o “grau de mediação”, Lose (2017) afirma que os tipos de edição divergem a depender do “nível de intervenção do editor”. Assim, ela afirma que “edições com nível baixo de mediação são as que apresentam o texto do documento através da sua imagem” (LOSE,

2017, p. 74); outro tipo de edição que possui um nível baixo de mediação, conforme a referida autora, é a edição paleográfica, a qual reproduz, da melhor maneira possível, uma cópia de todo o texto; já as edições com “grau moderado de mediação” são as diplomáticas e semidiplomáticas. Na edição diplomática, são mantidas as características originais do texto, inclusive as abreviaturas, embora editados com caracteres atualizados; a semidiplomática mantém as características originais dos textos, mas desenvolve as abreviaturas e marca, com algum elemento, as letras antes ausentes. Há, ainda, as edições com “alto grau de mediação”, conforme Lose (2017, p. 75); são as edições modernizadas, nas quais o editor pode fazer a atualização ortográfica, dentre outros.

Para os estudos linguísticos, é importante utilizar uma edição com grau moderado de intervenção, pois, ao mesmo tempo que mantém as características do texto original, facilita a leitura. Neste trabalho, optou-se, portanto, tendo em vista seus objetivos, por uma edição semidiplomática, a qual segue alguns critérios que auxiliam o leitor sobre as possíveis intervenções feitas pelo editor. A seguir, serão apresentados os critérios adotados nesta dissertação.

2.3 CRITÉRIOS PARA A EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

Para a transcrição semidiplomática dos manuscritos estudados neste trabalho, foram utilizados, sobretudo, os critérios metodológicos das *Normas de Transcrição de Documentos Escritos e Impressos – Edição Semidiplomática* do PHPB (CASTILHO, 2020). Além desses, optou-se por adotar o critério descrito em “o)”, de Lose *et al.* (2009), para melhor atender às especificidades dos manuscritos em questão.

Os critérios adotados foram:

- a) as abreviaturas foram desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas e observando-se os seguintes casos:
 - a norma não se aplica às abreviaturas em uso corrente, a exemplo de “Sr” etc.
- b) buscou-se não estabelecer fronteira de palavras que estavam escritas juntas;
- c) buscou-se manter a pontuação original;
- d) em relação a trechos que demandaram maior esforço para decodificação, foi incluída, em nota de rodapé, uma possível interpretação.
- e) buscou-se manter a acentuação;
- f) buscou-se respeitar o emprego de maiúsculas e minúsculas, conforme o original;

- g) as grafias diferenciadas foram remetidas para nota de rodapé, onde se buscou registrar sua(s) variante(s) mais comum(ns);
- h) as inserções do escriba ou do copista, nas margens superior, laterais ou inferior, entraram na edição entre os sinais <>, na localização indicada;
- i) buscou-se observar as intervenções de terceiros no documento original, marcando-as em outra fonte, e informando isso em nota de rodapé;
- j) letras ou palavra(s) não legíveis por deterioração ou rasura foram indicadas entre colchetes [.] para letras; [ilegível] para vocábulos; [ilegível + n linhas] para a extensão de trechos maiores.
- k) Letras ou palavra(s) simplesmente não decifradas, sem deterioração do suporte, foram marcadas por: [?] para letras; [inint.] para vocábulos; [inint. + número de linhas] para extensão de trechos maiores;
- l) a divisão das linhas do documento original foi preservada;
- m) na edição, as linhas foram numeradas de cinco em cinco, a partir da quinta;
- n) os sinais públicos, diferentemente das assinaturas e rubricas simples, foram sublinhados e indicados entre colchetes;
- o) a transcrição foi feita linha a linha, buscando-se respeitar, dentro do possível, a disposição gráfica do texto na página;
- p) as intervenções de terceiros foram marcadas em outra fonte;

2.4 EDIÇÃO MODERNIZADA DOS MANUSCRITOS: ETAPA POSTERIOR

O avanço das tecnologias, desde o final do século XX, tem impactado em muitas atividades, inclusive no âmbito da Filologia, ao auxiliar na edição de textos modernos. Atualmente, com as edições digitais, é possível acessar facilmente os textos, bem como todos os materiais relacionados a eles (BANZA, 2017).

A nova Filologia preserva a essência da antiga Filologia, ou seja, a de enxergar o texto como algo singular: “cada texto continua a ser único e especial - produto de um indivíduo, de uma situação e de um momento histórico-cultural únicos” (BANZA, 2017, p. 18). Nessa empreitada de preservar as características originais do texto ao mesmo tempo em que os torna acessíveis a muitos estudiosos, encontra-se o CE-DOHS.

O CE-DOHS usa as edições semidiplomáticas realizadas por seus pesquisadores, e, a partir daí, faz a edição em linguagem *Extensible Markup Language (XML)*, por meio da ferramenta eDictor, desenvolvida por Paixão de Sousa, Kepler e Faria (2009); trata-se uma ferramenta computacional, com sistema de anotação de edição em Linguagem *XML*, que

permite resguardar as informações filológicas fundamentais dos textos ao mesmo tempo em que os torna aptos para o processamento automático.

Assim, em uma etapa futura, pretende-se editar eletronicamente os documentos aqui estudados e disponibilizá-los no site do CE-DOHS, para que possam ser acessados por todos os interessados. A edição eletrônica é composta por três etapas: a edição em XML, a anotação morfológica e a anotação sintática.

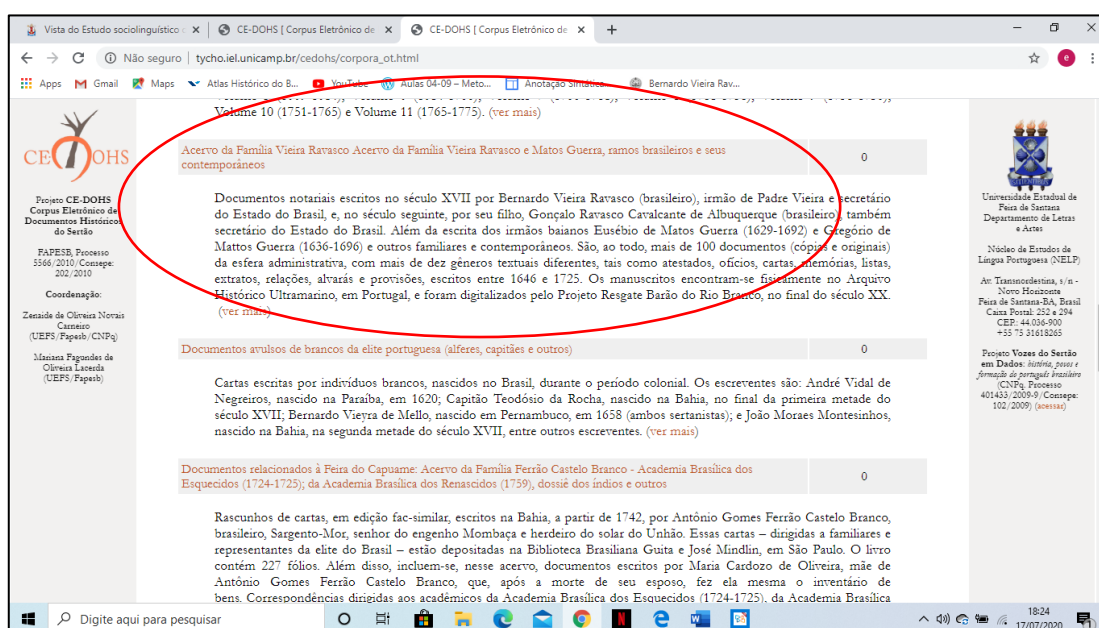
Seguem imagens da página do CE-DOHS, onde os manuscritos serão disponibilizados, após a edição eletrônica:

Figura 19 - Página inicial do site CE-DOHS



Fonte: www.uefs.br/cedohs.

Figura 20- Página de acesso aos documentos da Família Vieira Ravasco



Fonte: www.uefs.br/cedohs.

2.5 SÍNTESE DA SEÇÃO

Esta seção foi dedicada à apresentação do *corpus* deste trabalho, o AFVR, bem como a sua análise paleográfica. A partir do estudo paleográfico, foi possível observar, mesmo com limitações, algumas características externas dos manuscritos, tais como a preservação dos manuscritos e as marcas presentes; e, por meio do estudo intrínseco, a partir do quadro *escriptográfico*, dos conteúdos e das características dos grafemas – módulo, hastes, ductus, peso –, percebeu-se que havia a presença de mais de uma mão em alguns documentos; registraram-se e classificaram-se as abreviaturas presentes, bem como alguns sinais de pontuação e acentuação. Por meio da análise paleográfica, foi possível caracterizar melhor a mão dos dois *escriptores* : Bernardo Vieira Ravasco e Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque. No que diz respeito aos procedimentos teórico-metodológicos, optou-se pela edição semidiplomática dos manuscritos, seguindo, sobretudo, os critérios do PHPB. Por fim, apresentou-se uma proposta futura de edição modernizada, em linguagem XML, do *corpus*, a ser disponibilizado, com acesso livre e gratuito na plataforma digital CE-DOHS.

PARTE 03

Quando, onde, quem e para quê: o controle sócio-histórico

“Numa suave região cortada por rios límpidos, de céu sempre azul, terras férteis, florestas de árvores frondosas, a cidade parecia ser a imagem do Paraíso.” (MIRANDA, 2019, p. 12)

3 A CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS

Consoante Mattos e Silva (2004), os “maus dados” com que trabalha o pesquisador da Linguística Histórica podem ser amenizados por meio do controle de algumas variáveis: quando, onde, quem, para quem, e o controle do gênero textual. Para controlar essas variáveis, é necessário beber de outras fontes, como as fontes da historiografia, além de observar as pistas que o próprio texto traz.

Nesse ensejo, para caracterizar o perfil sócio-histórico dos manuscritos aqui estudados, apresenta-se, a seguir: *¿cuándo?* (a época da escrita), *¿dónde?* (o lugar), *¿quién lo realizó?* (ambiente sociocultural), *Para que?* (função social dos documentos); questões paleográficas, sintetizadas por Petrucci (2003), as quais, respondidas, colaboram para a caracterização e contextualização social dos manuscritos e de seus escreventes.

3.1 QUANDO?

Ao embarcar nos documentos da Família Vieira Ravasco, o leitor é convidado a viajar no tempo e passear pelo final do século XVII e início do século XVIII. O início da trajetória dessa família em terras brasileiras foi no ano de 1614, mais especificamente.

3.1.1 No tempo do Governo Geral

A primeira providência tomada pela coroa portuguesa para a ocupação das terras recém-descobertas em além-mar foi a criação das capitanias, em 1534. Um sistema que dava poderes e liberdade aos donatários, fidalgos portugueses. Entretanto, após alguns anos, esse sistema caiu em decadência; algumas delas não prosperaram como se esperava, além disso eram autônomas, com leis próprias, uma espécie de “mine reino”, pois detinham a “jurisdição civil e criminal” (ABREU, 1998, p. 48), o que ameaçava o poder da coroa portuguesa.

Com o intuito de “estorvar a jurisdição dos capitães donatários”, nas palavras de Puntoni (2013, p. 35), D. João III designou Tomé de Sousa ao cargo de Governador Geral das terras e

das povoações, dando-lhe poder, substituindo a supremacia dos donos das capitanias em algumas funções. Conforme o referido autor,

[...] o governador estaria na cabeça de um sistema jurídico-administrativo e militar, encarregado de sustentar a presença portuguesa na América. Sendo assim, o governo geral não se restringe, em outras palavras, ao ofício do governador, mas se constitui como um sistema político intermédio, um organismo político-administrativo que ocupa um determinado território, isto é, estabelece o Estado do Brasil no lugar da já antiga província de Santa Cruz. (PUNTONI, 2013, p. 37).

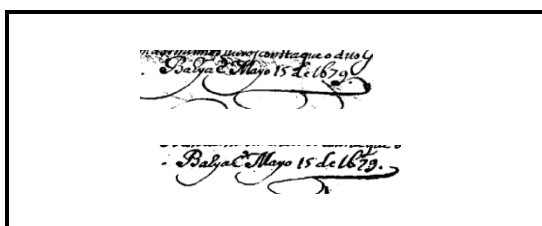
Juntamente com o Governador Geral, criaram-se as funções de ouvidor geral, provedor-mor, alcaide-mor, capitão-mor da costa e de arquiteto, sendo que todos esses ofícios eram subordinados ao Governador Geral. Assim, o novo governo seria o representante do rei nas novas terras, constituindo “um sistema político centralizado (governador geral), definido *a priori* uma jurisdição territorial (o Estado do Brasil) e, ao mesmo tempo, um projeto de colonização particular (demarcado pelo regimento do governador).” (PUNTONI, 2013, p. 50).

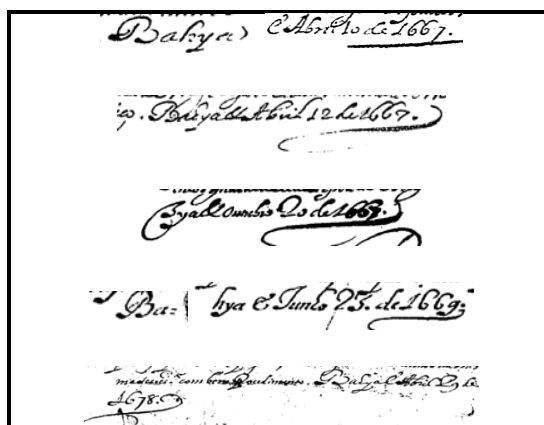
Para sediar a nova jurisdição territorial, o Governo Geral teve a função de criar uma cidade “que fosse cabeça política do estado do Brasil” (PUNTONI, 2013, p. 93), a cidade de Salvador, na época, a sede do Estado do Brasil. O ofício de governador tornava-se mais importante e exigia a presença de “homens de confiança” para ajudar na jurisdição. Por isso, em 1646, de acordo com Puntoni (2013, p. 222), é nomeado Bernardo Vieira Ravasco como secretário do Estado do Brasil, com rendimentos de cem mil réis por ano. Ele permaneceu na secretaria por mais de cinquenta anos e teve, como sucessor, seu filho Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, após sua morte em 1697.

3.2 ONDE?

O cenário principal da história da Família Vieira Ravasco foi a Capitania da Bahia; os documentos aqui estudados foram despachados na Secretaria do Estado do Brasil, como se pode conferir, no quadro abaixo, a título de exemplificação:

Quadro 13: Local de despacho dos documentos





Fonte: Elaboração da autora

O convite, nas próximas linhas, é para desembarcar na capitania da Bahia, conhecer um pouquinho de sua história, os seus aspectos demográficos e econômicos.

3.2.1 A capitania da Bahia

A Capitania da Bahia foi doada a Francisco Pereira Coutinho, um fidalgo português, que chegou ao Brasil, em 1536. Entretanto, a Capitania não prosperou em suas mãos, ao contrário, segundo Stuart Schwartz (1988, p. 34), ele “revelou-se um administrador medíocre, cuja liderança não foi capaz de controlar a cobiça e o ímpeto dos colonos” e, após a tomada da Capitania pelos indígenas, Francisco Pereira e seus seguidores fugiram e se refugiaram em Porto Seguro; na tentativa de retomar a Capitania, Francisco morreu em um naufrágio.

Após a sua morte, a capitania foi vendida a D. João III, e, em 1548, foi estabelecido um controle régio, por meio da nomeação de um Governador Geral e outras figuras representando a Coroa Portuguesa na Bahia. Após o desembarque na nova terra, no ano de 1549, o novo Governador-Geral, Tomé de Sousa,

imediatamente começou a construir uma capital colonial no litoral da baía de Todos os Santos. A cidade, batizada Salvador da Bahia de Todos os Santos, permaneceu como capital do Brasil até 1763 e foi sede do governo, da suprema corte (Relação) e dos principais agentes fiscais d’El Rei. Também tornou-se um dos mais ativos portos comerciais da colônia”. (STUART SCHWARTZ, 1988, p. 34).

A escolha da capitania da Bahia para sediar o novo governo se deu, segundo Puntoni (2013, p. 90), não somente pela morte do seu donatário Francisco Pereira Coutinho, mas pela sua localização geográfica, bem como pelas suas características naturais.

Conforme aponta o historiador Krause (2018, p. 72), a cidade de Salvador já se configurava como uma cidade propriamente dita na transição do século XVI e XVII. O desenvolvimento da cidade da Bahia estava associado, sobretudo ao desenvolvimento dos

engenhos de cana-de-açúcar, mas também à produção de outras especiarias, como o tabaco e a mandioca.

No que tange aos termos geológicos e geográficos, Stuart Schwartz (1988, p. 78) faz uma síntese, a partir de relatos de viagens da época:

a baía de Todos os Santos e as terras a seu redor, o Recôncavo, constituíam-se em uma vasta trincheira onde solos dos períodos terciário e cretáceo acumularam-se sobre o embasamento cristalino do litoral. As terras ao redor da Baía eram úmidas e baixas, elevando-se suavemente em tabuleiros. A área em geral não se eleva acima de duzentos metros, e a imagem que se oferece ao viajante moderno é feita de campos baixos, com ligeiras ondulações formando tabuleiros, ocasionalmente recortados em uma topografia mais acidentada pelos vários rios[...]. Os ventos predominantes de sudeste trazem chuvas abundantes (STUART SCHWARTZ, 1988, p. 78).

O mapa a seguir, de Joan Blaeu, datado em 1640, demonstra como a nova terra estava dividida:

Figura 21: Mapa de Joan Blaeu de 1640 já com a nova denominação de várias capitânias.



Fonte: Joan Blaeu, Ministério das Relações Exteriores do Brasil - Domínio Público, Wikicommons

3.2.1.1 Aspectos econômicos

A Bahia foi “a mais rica região da América portuguesa até a descoberta do ouro no interior da região centro” (KRAUSE, 2014, p. 204). Isso porque, em inícios do século XVI, a Bahia tornou-se a segunda região açucareira do Brasil, mantendo-se em atividade durante a

maior parte do século XVIII (STUART SCHWARTZ, 1988, p. 89). Nesse sentido, pode dizer-se que a economia baiana do período colonial foi

pensada a partir dos engenhos de açúcar. Tal abordagem justificava-se porque eles funcionavam não somente como unidades de produção, mas também núcleos populacionais, devido à grande quantidade de pessoas a ele ligadas: escravos, assalariados, agregados e lavradores, muitos com suas famílias; centros políticos, em razão do poder concedido pela posse da terra em sociedades de Antigo Regime; e até religiosos, devido as suas capelas (KRAUSE, 2018, p. 76-77).

Os engenhos de açúcar eram considerados verdadeiras “fábricas no campo” e foram sustentados pelo trabalho de homens e mulheres da África, por meio do trabalho escravo. Eles eram os responsáveis pela preparação do solo, pelo plantio, pela colheita, pelo transporte dos campos até o engenho e pelo beneficiamento necessário para a produção do açúcar.

Possuir o título de Senhor de Engenho implicava poder aquisitivo e prestígio social; por essa razão, muitos portugueses chegavam à Bahia, com o intuito de obter tais poderes. Conforme retrata a historiografia, os anos seiscentos foram produtivos no que diz respeito à economia: a capitania da Bahia possuía maior dízimo, em relação ao Rio de Janeiro e a Pernambuco (KRAUSE, 2018).

Passados os anos de glória da economia açucareira, a capitania da Bahia começou a vivenciar o declínio da produção e exportação do produto. Como alternativa, alguns produtores passaram a cultivar a mandioca e o Tabaco. Conforme Krause (2018, p. 89), a produção do tabaco exigia menor esforço do que a produção do açúcar, e foi adotada por pequenos produtores, levando a que o fumo passasse a ser uma fonte lucrativa para a coroa:

o tabaco conheceu um grande aumento ao longo dos Seiscentos, passando de um produto minoritário para o segundo cultivo da Bahia: em 1666 foram exportadas legalmente para Portugal cerca de 1 mil toneladas e, em 1699, quase 3 mil, graças ao aumento da produção e a intensificação do controle alfandegário (KRAUSE, 2018, p. 89).

Além da crise gerada pela baixa produção do açúcar, a Bahia sofreu com outros problemas que também interferiram na economia, como o ataque dos holandeses, as epidemias, as secas e outras catástrofes naturais. Uma das crises financeiras interferiu no pagamento dos salários dos soldados durante nove meses, o que culminou em uma revolta da classe, a chamada “Revolta do Terço”. Na ocasião, o então secretário Bernardo Vieira Ravasco escreveu para o arcebispo, o qual estava em visitas pastorais, alertando sobre a revolta dos soldados:

inquietos com o atraso dos pagamentos, o terço de infantaria da Bahia resolveu lançar um ultimato à Câmara: se não fossem pagos os 7.000 cruzados de vencimentos atrasados, em 48 horas, os soldados colocariam a cidade a saque e executariam os camaristas. (PUNTONI, 2013, p. 255).

Ainda conforme Puntoni (2013), o governador D. Pedro da Silva pediu aos moradores ajuda financeira para poder realizar o pagamento necessário aos soldados; contudo, depois de algumas tentativas infrutíferas dos oficiais para controlá-los, foi necessário a ida do próprio arcebispo ao “campo do Desterro”, enquanto o secretário Bernardo já “cuidava em arrumar o dinheiro”. Os soldados, porém, exigiram um perdão assinado pelas autoridades competentes – governador e arcebispo – para poderem voltar à rotina.

Mesmo diante das crises, “a Bahia sozinha contribuía muito mais para a receita portuguesa, em termos proporcionais, do que todo o Novo Mundo para a monarquia hispânica nas últimas décadas do Seiscentos” (KRAUSE, 2018, p. 97).

E é nesse contexto econômico que a família Vieira Ravasco estava inserida, uma família que possuía poder econômico atrelado aos engenhos de açúcar, além do prestígio social, adquirido, principalmente, pela influência do Padre Antônio Vieira, jesuíta e irmão do secretário Bernardo Vieira.

3.2.1.2 Aspectos demográficos

Delimitar o quantitativo populacional de uma capitania do Brasil não é tão simples, tendo em vista que os números eram imprecisos para todo o território, devido à ausência de recenseamento e à não contagem de crianças com menos de sete anos e de meninos com menos de 15 anos. A historiografia tem indícios sobre esses números a partir dos relatos de viajantes e do levantamento eclesiástico de cada localidade; são dados aproximativos, todavia importantíssimos, por trazerem uma visão panorâmica sobre a população daquela época.

No que concerne à demografia da Bahia no período colonial, Krause (2018, p. 73) enfatiza um maior crescimento em relação ao século anterior:

em 1681, o desembargador sindicante Sebastião Cardoso de Sampaio estimava a população soteropolitana em 3 mil vizinhos (qualquer coisa em torno de 18 mil habitantes) e, em 1706, um levantamento eclesiástico apontou 4.296 fogos e 21.601 ‘almas de confissão’, indicando uma população total em torno de 27 mil, mais de quatro vezes superior à existente um século antes (KRAUSE, 2018, p. 73):

No que se refere ao século seguinte, Barbosa (1999), analisando os dados de Alden (1987), afirma que:

Salvador, em meados dos anos setenta, do século XVIII, em relação às colônias inglesas, só perdia, em número de habitantes, para a Filadélfia, que contava com 40.000 pessoas em 1755. Se comparada à própria metrópole inglesa, a capital baiana era mais populosa que Bristol, Liverpool, Birmingham e Manchester (BARBOSA, 1999, p. 46).

Os dados revelam que a cidade de Salvador era populosa, o que não é surpresa, considerando, àquela época, ela era a capital do Estado do Brasil, um dos centros econômicos mais promissor da colônia, além de possuir fácil acesso marítimo, sendo a porta de entrada para muitos europeus e africanos escravizados.

3.3 QUEM?

Bernardo Viera Ravasco e Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque são os protagonistas dessa história. A seguir, um pouco do que se conseguiu descobrir sobre esses personagens.

3.3.1 O primeiro secretário do estado do Brasil: Bernardo Vieira Ravasco

O primeiro escrevente chama-se Bernardo Vieira Ravasco, nascido na capitania da Bahia, em 1617, dois anos após a chegada de sua família em terras brasileiras. É filho dos portugueses Cristóvão Vieira Ravasco, nascido na Vila de Moura, e Maria de Azevedo, mulher de grande erudição. O casal português chegou ao Brasil, juntamente com o primeiro filho de oito anos de idade, o qual adquiriu fama e renome, não somente em terras brasileiras, mas também pela Europa, o Padre Antônio Vieira. No Brasil, nasceram Bernardo Vieira Ravasco, suas irmãs, Leonarda Vieira de Azevedo Ravasco, Maria de Azevedo, Inácia de Azevedo Ravasco e Catarina Ravasco (PUNTONI, 2013).

Ao contrário de seu irmão, o Padre Antônio Vieira, que “brilhou por toda a Europa”, Bernardo Vieira Ravasco permaneceu na Bahia, onde serviu em inúmeras funções, conforme Silva (1858):

Conservou-se Bernardo na Bahia, e ahiservio a princípio no exercito, praticando como capitão de infantaria bellos feitos d’armas na defesa da cidade contra Maurício de Nassau em 1638, e na ilha de Itaparica contra o general Segismundo: Tendo ficado ferido, refromou-se, e exerceu depois o emprego de secretário de estado e guerra do governo, recebendo também as honras de uma commenda de Christo e alcaidaria mór de Cabofrio (SILVA, 1858, p. 308-309)

Bernardo Vieira Ravasco exerceu a carreira militar durante 14 anos, iniciando-a como soldado, aos 21 anos, e, em seguida, passando a alferes e, depois, capitão da infantaria. Após encerrar sua carreira militar, Bernardo tornou-se o primeiro secretário do Estado do Brasil, cargo que ocupou durante 57 anos até a sua morte, aos 80 anos (PUNTONI, 2013).

Com o cargo de secretário do Estado, o irmão do padre Antônio Vieira controlava os documentos oficiais do governo, conforme pontua Silva (2019, p. 01)

A atuação de Bernardo Vieira resulta na gestão em cartório dos documentos e na construção de uma memória administrativa do governo geral em terras brasílicas. Tal secretário formalizou o ofício no âmbito do governo geral, institucionalizado a posse de todos os documentos oficiais do governo, sendo o principal conhecedor dos trâmites concernentes à administração, com posse das diversas ordens que chegavam e informando as respectivas políticas que haviam sido executadas pelos governadores gerais (SILVA, 2019, p. 01).

O primeiro secretário do Estado do Brasil foi escolarizado no colégio dos Jesuítas, possuía habilidades com a língua castelhana tendo sido principiante na arte da poesia, de discursos e sermões, embora não se tenham muitas notícias sobre a publicação de suas composições

Compoz excellentes poesias em portugues e castelhano, as quâes foram muito admiradas pelos seus contemporaneos e publicáram-se em quatro tomos. Escreveu tambem a descripção topographica, ecclesiastica, civil e natural do estado do Brazil, cujo manuscrito vio o abade Diogo Barbosa, e que muito elogia (SILVA, 1858, p. 309-310).

Dentre seus escritos, constam um discurso político sobre a neutralidade da Coroa nas guerras da Coroa da Europa e como essa neutralidade afetaria a Coroa Portuguesa, datado de 18 de julho de 1692, e outro discurso, datado de 1693, intitulado “Remédios políticos”, orientando os leitores a como evitar os danos do discurso proposto anteriormente (BLAKE, 1883, p. 420)¹⁶

Além disso, o irmão do padre Vieira foi dono do cartório do Estado, “o que lhe dava não pouco poder na gestão cotidiana dos papéis da administração, nas cópias das patentes e na ordem do acervo de decisões, ou seja, no controle do arquivo daquela jurisdição” (PUNTONI, 2013, p. 203). No entanto, essas não eram as únicas funções que davam prestígio a Bernardo, já que ele também possuía terras, currais e um engenho de açúcar.

O cargo de secretário não trouxe somente regalias para Bernardo Viera Ravasco, mas, também, desentendimentos e conflitos com os Governadores Gerais, que, muitas vezes, discordavam do “poder” designado ao secretário. Por isso, por duas vezes, o secretário do Estado do Brasil foi parar na prisão:

A primeira foi durante o governo do conde de Óbidos (1663- 67), que havia sido feito, como Montalvão, vice-rei do Brasil. Em 1666, implicado na conjura que se destinava a depor o Conde, Ravasco ficou mais de ano na prisão, onde, segundo consta, ainda era procurado pelos escrivães públicos. A segunda, mais afamada, ocorreu sob o governo de Antônio de Sousa de Meneses (1682-

¹⁶ Dicionário bibliográfico de autores brasileiros do período colonial até o século XIX. Está disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>.

84) e resultou do seu provável envolvimento no atentado contra a vida do alcaide-mor, Francisco Teles de Meneses (PUNTONI, 2004, p. 123).

Com alto prestígio diante do rei, o secretário Bernardo Vieira Ravasco obteve vantagens em relação ao governador Antônio de Sousa de Meneses, o qual foi dispensado de seu cargo, por ordens do rei, após desentendimento com o secretário:

Quando teve notícia ElRei Dom Pedro II d'este acontecimento, mandou que fosse syndicado, e em resultado deu por acabado o tempo do governador, e condenou Ravasco a uma pena de prisão, que ellecumpro, voltando depois ao exercicio de seu emprego (SILVA, 1858, p. 309).

Silva (2011, p. 74) afirma que o nome de Bernardo Vieira Ravasco esteve envolvido com a Inquisição de Lisboa, “embora não tenha sido molestado por aquele tribunal, a ele foi denunciado em 1666”. Com o prestígio da *família Vieira Ravasco*, sobretudo do irmão mais velho, o padre Antônio Vieira, todas as acusações contra Bernardo foram esquecidas ou perdoadas, e ele pôde usufruir de sua liberdade e voltar ao cargo de secretário.

Embora não se tenha casado oficialmente, Bernardo Vieira Ravasco teve três filhos, frutos da união ilícita com d. Felipa Cavalcante de Albuquerque; foram eles: Cristóvão Vieira Ravasco Cavalcanti de Albuquerque, que recebeu o nome do avô paterno e morreu ainda jovem, em batalhas nas guerras holandesas; Bernardina Maria de Albuquerque, cuja morte alcançou ainda na flor da idade, e Gonçalo Ravasco Cavalcante de Albuquerque, o seu sucessor. Bernardo morreu em 20 de julho de 1697 e foi sepultado na igreja do Convento do Carmo da Bahia (PUNTONI, 2013).

A seguir, a ficha com os dados de Bernardo Vieira Ravasco, a partir do modelo extraído de Carneiro (2005):

Quadro 14: Ficha do escrevente Bernardo Vieira Ravasco

DADOS PESSOAIS	
Nome Completo: Bernardo Vieira Ravasco	
Filiação: Cristóvão Vieira Ravasco (português) e Maria de Azevedo (portuguesa)	
Avôs paterno/materno: Balthasar Vieira Ravasco (português) e Braz Fernandes de Azevedo (português)	
Naturalidade: Capitania da Bahia	Nacionalidade: Brasileira
Data de nascimento: 1617	Data de falecimento: 20/07/1697
Idade do remetente (quando da escrita dos documentos): a partir de 37 anos	
Estado civil: União ilícita com d. Felipa Cavalcante Albuquerque (nascida no Brasil)	
Instituição de ensino: Colégio dos Jesuítas (Salvador – BA)	
Profissão/Ofício: Secretário do Estado do Brasil	
Principais atividades: Secretaria do Estado do Brasil, escrivão da Câmara da Bahia,	
Títulos: Tesoureiro dos dois reais das caixas de açúcar, Alcaide-mor de Cabo Frio (Rio de Janeiro), Gestor do cartório do Estado do Brasil, Alferes, Soldado e Capitão de Infantaria	
Tipo de material para estudo: Cartas, certidões, atestados, fé de ofício, extrato, lista	
Observações: (1) Irmão de Padre Antonio Vieira e pai de Gonçalo Ravasco Cavalcanti e Albuquerque, secretário do Estado do Brasil; (2) Atuou, antes de ser secretário, como “tesoureiro dos dois reais das caixas de	

açúcar que na cidade da Bahia se carregam para o reino de Portugal"; (3) Foi poeta contemporâneo de Gregório de Mattos

Fontes: BARBOSA Diogo Machado. *Bibliotheca Lusitana Histórica*. Lisboa, 1747, p. 538.

PUNTONI, Pedro. Bernardo Vieira Ravasco, Secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII. In: *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial 1548-1700*. São Paulo: Alameda, 2013.

SILVA, João Manuel Pereira da. *Os varões illustres do Brazil durante os tempos coloniaes*. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7051>. Acesso em: 01 de jun 2021.

BARROS, André de. *Vida do Apostolico Padre António Vieira*. OfficinaSylviana. Lisboa. 1746.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 01 jun 2021.

Fonte: Elaborado pela autora e por Cardoso (2019);

3.3.2 O filho do secretário: Gonçalo Ravasco Cavalcante de Albuquerque

Dos três filhos de Bernardo, o que conseguiu alcançar um lugar de prestígio na Bahia seiscentista foi Gonçallo Ravasco Cavalcantye Albuquerque, segundo escrevente dos manuscritos. Ele nasceu na Bahia, em 1639, foi escolarizado na Escola dos Jesuítas e seguiu os passos do pai, em tudo: “Distinguiu-se como poeta escrevendo autos sacramentáes. Succedeu a seu pai no cargo de secretario do estado do Brazil, e foi alcaide mór de Cabofrio, commendador de Christo, fidalgo da casa real” (SILVA, 1858, p. 312-313).

Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque assumiu o ofício de Secretário do Estado antes mesmo do óbito de seu pai; segundo Puntoni (2013, p. 208), o filho do secretário “vivera como herdeiro do ofício da secretaria do Estado, que foi obtida bem antes da morte do pai, por meio de alvará em 1676, no qual o rei prometia que o cargo seria a ele passado”.

Conforme o autor supracitado, Gonçallo ficou à sombra do tio, o padre Antônio Vieira, e, assim como o pai, ele também se envolveu em conflitos e escândalos, mesmo antes de estar no cargo de secretário. Foi acusado de ser um dos homens encapuzados que havia participado da emboscada contra o Alcaide-mor Francisco Teles de Menezes: “foi destemido cavaleiro com muitos episódios de capa e espada – entre estes o assassinio do alcaide-mor Francisco Teles de Menezes, em 1683” (PITA, 2011, p. 453). Esse escândalo resultou na prisão de seu pai e, para fugir das acusações, Gonçalo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque foi para Lisboa e só retornou após sua absolvição¹⁷.

¹⁷ É sobre esse episódio da história real, o assassinato do alcaide Francisco Teles de Menezes, que Ana Miranda escreveu o romance ganhador do prêmio Jabuti Revelação, em 1990, *Boca do Inferno*. Uma narrativa que se passa na Bahia do século XVII e traz relatos de perseguições. A Família Vieira Ravasco é acusada de compactuar com o assassino do Alcaide, o que levou à prisão de Bernardo, durante algum tempo. Sobre essa prisão, neste trabalho, há uma carta em que Bernardo revela estar preso e maltratado, fruto de perseguição política, encabeçada pelo Governador do Estado.

O filho do secretário foi casado com d. Leonor Josefa de Menezes, mas, dessa união, não se registrou nenhum filho. Dentre seus companheiros de estudos, de festas e brincadeiras, estava Gregório de Matos, escritor e poeta. Gonçalo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque faleceu em 09 de outubro de 1725.

Abaixo, segue a ficha individual de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, aos moldes de Carneiro (2005):

Quadro 15: Ficha de Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque

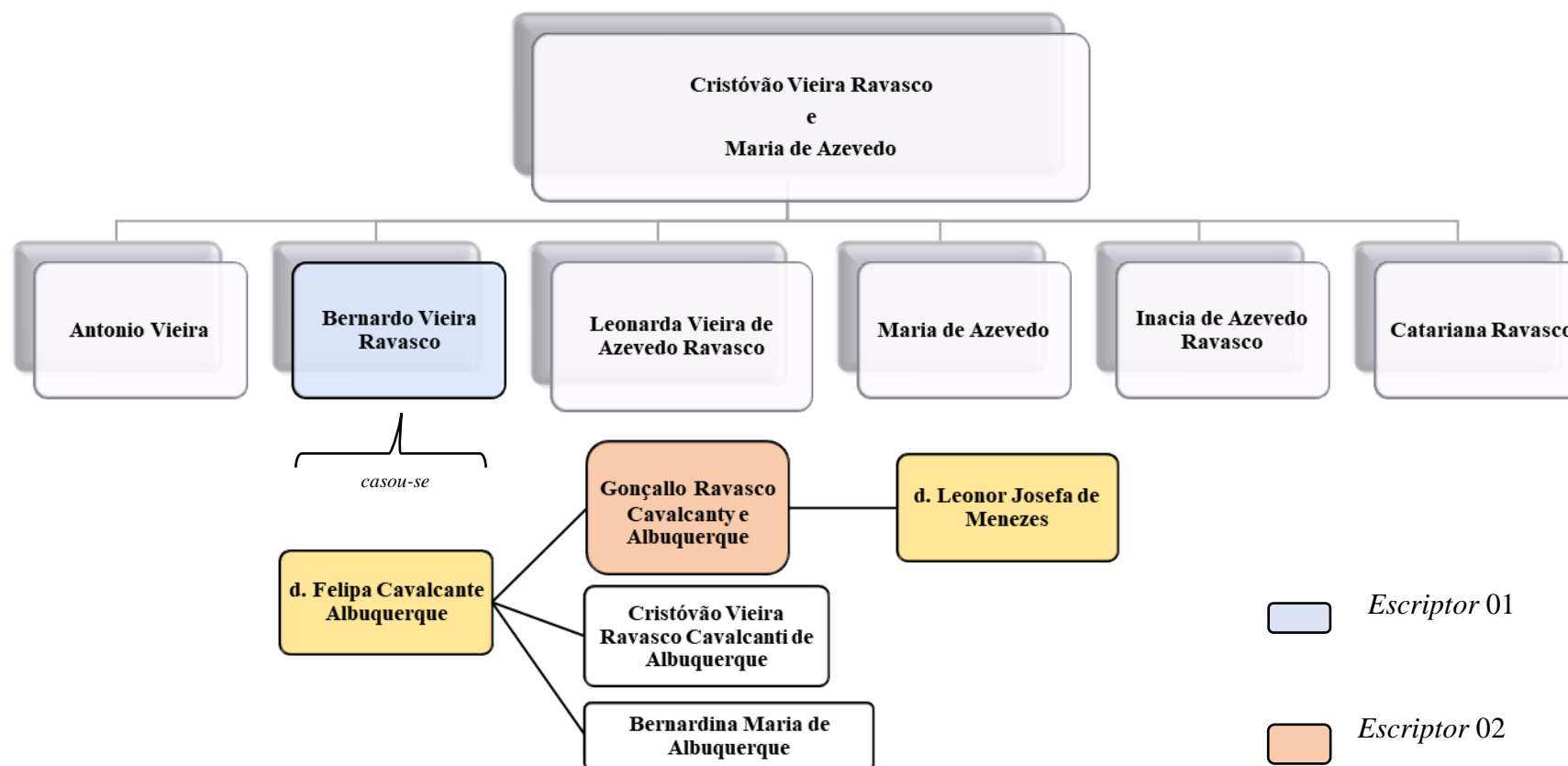
DADOS PESSOAIS	
Nome Completo: Gonçalo Ravasco Cavalcante e Albuquerque	
Filiação: Bernardo Vieira Ravasco (nascido no Brasil) e d. Felipa Cavalcante Albuquerque (nascida no Brasil)	
Avós paternos/maternos: Cristóvão Vieira Ravasco (português) e Maria de Azevedo (português)/ Lourenço Cavalcante de Albuquerque (nascido no Brasil) e d. Ursula Feio do Amaral	
Naturalidade: Capitania da Bahia	Nacionalidade: Brasileira
Data de nascimento: 1639	Data de falecimento: 09/10/1725
Idade do escrevente (quando da escrita dos documentos): a partir de 55 anos	
Estado civil: Casado com d. Leonor Josefa de Menezes	
Instituição de ensino: Colégio dos Jesuítas (Salvador – BA)	
Profissão/Ofício: Secretário do Estado do Brasil	
Principais atividades: Secretaria do Estado do Brasil e vereador mais velho da Câmara	
Títulos: Alcaide-mor de Cabo Frio (Rio de Janeiro) e Comendador da ordem de Cristo	
Observações:	
(1) Serviu à Bahia como vereador mais velho da Câmara de Salvador	
(2) Publicou poemas	
Fontes:	
BARBOSA, Diogo Machado. <i>Bibliotheca lusitana histórica</i> . Lisboa, 1747, p. 538.	
PUNTONI, Pedro. Bernardo Vieira Ravasco, Secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII. In: <i>O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial 1548-1700</i> . São Paulo: Alameda, 2013.	
SILVA, João Manuel Pereira da. <i>Os varões illustres do Brazil durante os tempos coloniaes</i> . Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7051 . Acesso em: 01 de jun 2021.	
BARROS, André de. <i>Vida do Apostolico Padre António Vieira</i> . Officina Sylviana. Lisboa. 1746.	
BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. <i>Diccionario bibliographico brasileiro</i> . Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681 . Acesso em: 01 jun 2021.	

Fonte: Elaborado pela autora e por Cardoso (2019)

A seguir, apresenta-se a árvore genealógica da família Vieira Ravasco, elaborada com base nos dados obtidos de Puntoni (2013):

Quadro 16: Árvore genealógica dos secretários.

Árvore Genealógica da Família Vieira



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados extraídos de Puntoni (2013)

3.4 PARA QUÊ?

A finalidade destes manuscritos era registrar e controlar as atividades administrativas no âmbito da Secretaria do Estado do Brasil.

3.4.1 A função de Secretário do Estado do Brasil

Foi no âmbito da gestão de Bernardo Vieira Ravasco e Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque como secretários do Estado do Brasil que os manuscritos estudados nesse trabalho foram produzidos. Como já mencionado, os secretários detinham poderes para controlar “parte da prática política e administrativa do Estado do Brasil, notadamente nas matérias de justiça (provimento e confirmação dos ofícios) e de guerra [...]” (PUNTONI, 2013, p. 232).

A função de secretário é bastante antiga; entretanto, no Estado do Brasil, esse ofício só foi oficializado em 1646, por meio de uma carta de provisão de D. João IV. Mas, anteriormente, conforme menciona Puntoni (2013, p. 217), o conde Montalvão utilizou-se dos serviços de secretário de Bernardo, durante praticamente um ano.

Inicialmente, o primeiro secretário obteve a ordem para exercer a profissão durante três anos, recebendo cerca de cem mil réis por ano. Posteriormente, devido ao prestígio do irmão do primeiro secretário, o padre Antônio Vieira, o ofício passou a ser definitivo.¹⁸ Vale ressaltar que a decisão de nomear alguém como secretário deveria partir sempre do poder do rei; os governadores não possuíam essa autoridade, por isso, muitas vezes, o poder do secretário poderia ameaçar o poder do Governador Geral, já que, na Secretaria, era possível controlar todos os papéis da parte notarial política e administrativa do Estado do Brasil (PUNTONI, 2013).

O secretário estava em uma posição privilegiada perante os conselheiros e até mesmo ao rei, pois,

uma vez que a ‘memória burocrática’ que seu ofício constituía lhe dava praticamente monopólio desses saberes [...] podia, em vários momentos, impor sua opinião ao Conselho e ao governador, quando não ao próprio rei, na medida em que tinha consigo a memória dos procedimentos da administração, o corpo das decisões (PUNTONI, 2013, p. 232).

¹⁸Puntoni (2013, p. 222) menciona uma carta em que o rei afirma que tal cargo de secretário do Estado do Brasil se fez mercê a Bernardo Vieira Ravasco, sobretudo devido à consideração, ao cuidado e zelo pelo seu irmão, o padre Antônio Vieira.

3.5 SÍNTESE DA SEÇÃO

A proposta da presente seção foi apresentar aspectos relacionados à sócio-história dos documentos, a partir de questionamentos baseados em Petrucci (2003) e Mattos e Silva (2004). Assim, em relação ao “Quando?”, observou-se que o período em que os manuscritos foram produzidos abarca o final do século XVII e o início do século XVIII, época do Governo Geral; no que tange ao “onde?”, verificou-se que o cenário da Capitania da Bahia, especificamente a secretaria do Estado do Brasil, foi o ambiente social em que os manuscritos foram produzidos; no que diz respeito ao “Quem?”, apresentaram-se os secretários do Estado do Brasil, nomeadamente, Bernardo Vieira Ravasco e seu filho Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, os *scriptores*; no que concerne ao “para quê?”, verificou-se que a função dos manuscritos era registrar e controlar as atividades realizadas no âmbito da Secretaria do Estado do Brasil.

PARTE 04

A agenda gramatical: em questão a concordância verbal

“A modalidade escrita pressupõe um monitoramento maior da expressão verbal, enquanto as formas mais espontâneas da intervenção verbal normalmente ocorrem no plano da oralidade.” (LUCCHESI, 2015, p. 79).

Nesta seção, o foco é realizar um estudo descritivo da concordância verbal com a terceira pessoa do plural, nos documentos da Família Vieira Ravasco. Para isso, faz-se, inicialmente, uma breve explanação sobre o fenômeno em questão, a partir de alguns dados revelados por estudos em *corpora* orais e por estudos em *corpora* escritos, em seguida, apresentando o que se pôde constatar nos documentos.

4 DUAS PALAVRINHAS SOBRE O TEMA

A tradição normativa prescreve que, “em português a concordância consiste em se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada” (BECHARA, 2006, p. 543). Assim, a concordância pode ser nominal ou verbal. A marcação da concordância verbal é “a que se verifica em número e pessoa entre o sujeito (e às vezes o predicativo) e o verbo da oração.”. Neste sentido, o verbo deve flexionar-se de acordo com a pessoa do discurso; por exemplo: eu trabalho; tu trabalhas; ele/ela trabalha; nós trabalhamos; vós trabalhais; eles/elas trabalham.

Entretanto, estudos têm demonstrado que, no Brasil, a concordância verbal se dá de forma variada, diferente do modelo prescrito pelas gramáticas normativas. Os falantes cultos utilizam as seguintes flexões: eu trabalho; você trabalha; ele/ela trabalha; nós trabalhamos; vocês trabalham; eles/elas trabalham. Já os falantes não cultos utilizam uma flexão bem mais reduzida: eu trabalho; a gente/você(s)/tu/ele(s)/ela(s)/nós trabalha; nós trabalhamo(s); a gente trabalhamo(s) (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009, p. 331-333).

Como se vê, o apagamento das marcas do plural, em verbos, é bastante frequente no PB. Por esse motivo, trata-se de um fenômeno bastante investigado, seja para compará-lo com o PE, seja para explicitar a formação e a realidade sociolinguística brasileira.

Os estudos que objetivaram comparar o PE com o PB, a partir do fenômeno concordância verbal, demonstraram que a não marcação da concordância entre o sujeito e o verbo é uma particularidade da gramática brasileira. O estudo de Isabel Monguilhott (2009), considerando a variação da concordância de terceira pessoa do plural (P6), contrastando o PB

e o PE, constatou que, em Portugal, 91,95% das ocorrências são de marcação do plural, e, no Brasil, esse número diminui para 80,60%. A variação da concordância na variante portuguesa define-se como algo esporádico, fruto de algumas construções que possibilitam a não marcação, como, por exemplo, a saliência fônica, a posição verbal em relação ao nome etc.

O inverso acontece na variedade brasileira do português; por isso Araujo (2017, p. 182) considera que “a variação na morfologia flexional de número no PB é uma particularidade da gramática brasileira, ao contrário do que ocorre no PE, em que a variação pode ser considerada um fenômeno marginal. São, pois, duas gramáticas distintas”.

As pesquisas realizadas sobre esse fenômeno linguístico, objetivando conhecer melhor a formação do PB e a sua realidade sociolinguística, considerando fatores sócio-históricos em suas abordagens, a exemplo de Araujo (2017) e Lucchesi (2009a), defendem que a não marcação verbal é fruto do contato linguístico existente na formação do PB, que se deu de maneira irregular, os africanos e seus descendentes sendo os principais difusores do português popular do Brasil, conforme se vê em Araujo (2017):

[...] a vernaculidade brasileira é muito bem expressa por meio da não realização das marcas de número nas formas verbais e isso é um forte indício de que os quatro primeiros séculos da história do Brasil, marcados pela presença constante da população de origem africana – acompanhadas de políticas públicas segregatícias e oligárquicas –, foram decisivos para dar origem às principais características do PB (ARAUJO, 2017, p. 177).

A atual realidade sociolinguística do PB é definida por Lucchesi (2015) como polarizada; de um lado, há normas cultas, usada pelas classes mais altas, e, de outro lado, normas populares, das classes mais baixas. Essa polarização, segundo o autor, é resultante de um processo de colonização que “opunha o contingente dominador, de falantes nativos da língua portuguesa cujos pais também o eram, à grande massa de explorados, entre os quais a língua portuguesa era segunda língua [...]” (LUCCHESI, 2015, p. 35). Assim, a variação da concordância verbal é um dos fenômenos que caracteriza essa polarização.

Lucchesi; Baxter; Silva (2009, p. 348). realizaram uma análise sobre a variação da concordância, considerando a terceira pessoa do plural, com base em seis estudos, os quais foram fundamentais para a visão panorâmica da realidade sociolinguística do Brasil, sobre o fenômeno em questão. Os trabalhos consultados foram: Graciosa (1991); Scherre e Naro (1997); Monguilhott (2001); Bortoni Ricardo (2011); Silva Vieira (1995); Naro (1981); Guy (1981) dentre outros. A análise geral dos resultados desses trabalhos pode ser observada abaixo:

- (i) nas comunidades rurais afro-brasileiras do interior do Estado da Bahia, o nível de aplicação da regra de concordância é da ordem de 16% (LUCCHESI, 2009);
- (ii) em comunidades de pescadores analfabetos ou pouco escolarizados, no norte do Estado do Rio de Janeiro, esse nível sobe para 38% (VIEIRA, 1997);
- (iii) na fala de analfabetos da cidade do Rio de Janeiro, o nível de aplicação já é de 48% (NARO, 1981);
- (iv) na fala de indivíduos escolarizados das cidades do Rio de Janeiro e de Florianópolis, na região Sul do Brasil, a regra de concordância verbal já é aplicada com uma frequência de 73% e 79%, respectivamente (SCHERRE; NARO, 1997; MONGUILHOTT; COELHO, 2002, respectivamente);
- (v) na norma urbana culta do Rio de Janeiro, os falantes usam a regra com uma frequência de 94% (GRACIOSA, 1991) (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009, p. 348).

A análise panorâmica desses estudos apontou dois extremos: de um lado, 94% dos falantes urbanos cultos aplicam a regra da concordância; de outro lado, mais de 80% dos falantes do português rural não a aplicam (LUCCHESI, 2015, p. 25). Esses dados, segundo o autor, servem para comprovar a “polarização sociolinguística do Brasil”.

Até aqui, os trabalhos citados foram realizados a partir de *corpora* orais. Quando se observa a variação desse fenômeno em *corpora* escritos, percebe-se que são raros os trabalhos que se dedicaram a este empreendimento; recuando no tempo, tal escassez é ainda maior. Buscando por trabalhos no Banco de Teses e Dissertações da Capes, percebe-se que a maioria dos trabalhos em *corpora* escritos são realizados a partir de textos escritos por alunos em fase final do Ensino Básico.

Essa raridade de trabalhos com *corpora* escritos sobre o fenômeno da concordância verbal pode ser justificada pelo fato de que é muito comum afirmar que esse fenômeno linguístico variável é predominante na oralidade, sobretudo na fala de pessoas com baixo poder aquisitivo e baixa escolaridade, pouca ou nenhuma escolaridade.

Sabe-se que a constituição de *corpora* é bastante árdua, e, nem sempre, é possível constituir *corpus escrito* ilustrativo do português popular, embora, a cada dia, esforços se somem para tanto, no âmbito do PHPB. Mas, mesmo com o avanço de constituição de *corpora* ilustrativos do português popular, ainda há uma lacuna no que diz respeito ao estudo da variação da concordância verbal nesses *corpora*. A seguir, apresentam-se os poucos trabalhos que se dedicaram ao estudo da concordância verbal em tempos pretéritos, a partir de *corpora* escritos.

A dissertação de Souza (2005) traz um estudo sobre *concordância verbal em português: o que nos revela o período arcaico?* A pesquisa foi realizada a partir de um *corpus* constituído por textos oficiais, particulares, institucionais e documentos literários.

Os resultados confirmaram a existência de uma regra variável já na primeira fase do português arcaico. Com verbos de terceira pessoa, 5% apresentaram ausência de concordância. No que diz respeito às variáveis observadas – tipo de verbo, saliência fônica, posição do sujeito em relação ao verbo etc. –, a que se mostrou mais significativa foi a saliência fônica. Assim, o autor concluiu que o fenômeno da variação da concordância verbal não é um fenômeno restrito ao português moderno.

A dissertação de mestrado de Gomes (2009) observou a variação da concordância verbal na coluna *Bertulameu e Prexede*, uma coluna que exibia a conversa entre dois matutos sobre problemas familiares, os quais eram um pretexto para criticar a situação política da Bahia naquele período. O periódico no qual a coluna estava inserida era de cunho jornalístico e circulou na Bahia, no final do século XIX e meados do século XX, denominado *A Foia dos Rocêro*. A coluna estudada por Gomes (2009) circulou no século XX; consistia em uma conversa entre dois homens do campo. O autor (2009) observou a variação da concordância verbal na fala das personagens da coluna, constituindo-se, desta forma, conforme o autor, um *corpus* para os estudos do português brasileiro, sobretudo as variedades populares.

Foram observadas 159 ocorrências em vinte e oito números do periódico. Dessas 159 ocorrências, em 54 o redator realizou a concordância entre o sujeito e o predicado, um percentual de 34%, tendo o fator saliência fônica como um dos principais fatores que levou o redator a realizar a concordância; em 55 ocorrências, ocorreu a ausência de concordância, um percentual de 35%; e houve alguns casos considerados pelo autor como ambíguos, ou seja, quando a distinção entre singular e plural é foneticamente muito inexpressiva (foram 50 ocorrências para essa categoria, o que gerou um percentual de 31%). Ao agrupar os casos ambíguos com os casos de não-concordância, obteve-se um percentual de 66%. A partir desses resultados, o autor concluiu que uma das estratégias utilizadas pelo redator culto para caracterizar os dialetos rurais da Bahia nos finais do século XIX é a ausência de concordância verbal.

4.1 A CONCORDÂNCIA VERBAL NOS DOCUMENTOS DOS VIEIRA RAVASCO: BREVE ESTUDO DESCRITIVO

O estudo da concordância verbal de terceira pessoa do plural foi realizado a partir do levantamento dos sintagmas verbais presentes nos documentos. Consideraram-se, na observação do fenômeno gramatical, algumas variáveis linguísticas, as quais serão explanadas a seguir.

4.1.1 Variáveis Linguísticas

Conforme Scherre *et al.* (2007), os estudos sobre a variação da concordância verbal do PB, sobretudo no que se refere à terceira pessoa do plural, têm demonstrados que as variáveis linguísticas mais recorrentes para a não marcação da concordância são: o traço semântico do sujeito; a saliência fônica da posição singular/plural dos verbos; a posição do sujeito em relação ao verbo. Buscou-se, por conseguinte, observar, nos documentos da Família Ravasco, tais variáveis, justamente por elas se destacarem nesses estudos.

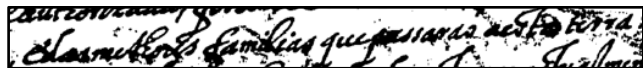
4.1.1.1 Traço semântico do sujeito;

Quanto à variável linguística ‘traço semântico do sujeito’, Scherre *et. al* (2007, p. 284) afirmam que “Sujeito com traço semântico humano tende a favorecer concordância; sujeito com traço semântico não-humano tende a desfavorecer concordância”.

Nos manuscritos analisados, ocorre a concordância em ambos os casos, conforme se verifica nos exemplos a seguir:

a)

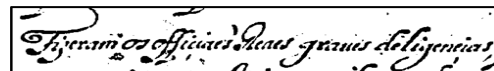
[...] edasmelhores familias quepassaraõ
aesta terra
(AFVR-GRCA-ATE-3-1706, l. 8)



b)

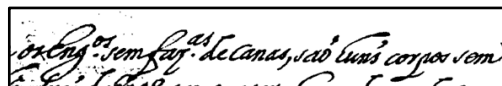
Fizeram os officiaes Reaes graues
deligencias, (l. 43-44)

AFVR-BVR-EXT-2 1669



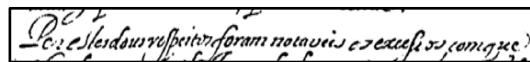
c)

osEngenhos semfazendas deCanas, saõ
hun's corpos [...]
(AFVR-GRCA-OFI-03-1722, l. 9)



d)

Por estes dous respeitos **foram** notaveis
os excessos (AFVR-BVR-CART- 2- 1667.1, l.
52)



Nos exemplos a) e b), tem-se um sujeito com traço mais humano: “famílias” e “Oficiais”, respectivamente; já nos exemplos c) e d), tem-se os sujeitos com traço semântico menos humano: “engenhos” e “excessos”.

4.1.1.2 Posição do sujeito

Na variável posição do sujeito, os trabalhos demonstram que o “Sujeito à esquerda do verbo tende a favorecer concordância; sujeito à direita do verbo tende a desfavorecer concordância” (SCHERRE *et al.* 2007, p. 284).

Observa-se, no levantamento feito nos documentos da família Vieira Ravasco, que isso não acontece, ou seja, há a marcação do plural tanto em sujeitos antepostos ao verbo ou à esquerda, como em sujeitos pospostos ao verbo ou à direita, como se pode notar nos exemplos abaixo:

a)

[...] ospapeis originaes deseusseruiços
quesaõ [...] (AFVR-GRCA-ATE-3-1719.2, l. 08)

b)

e' com ella **vieram**/ mais duas
cartas, (l. 18-20)
AFVR-BVR-EXT-2 1669

c)

tresRellegiosos
daCompanhia [...]que no dito
nauio **hiam** / ordenarse; (l.
21-22)

d)

considerados os testemunhos, (l.
10)

Em a) e c) tem-se o sujeito à esquerda do verbo; em b) e d), o sujeito está à direita do verbo.

4.1.1.3 Saliência fônica

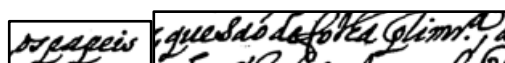
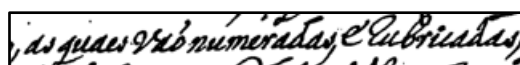
A respeito da saliência fônica, Scherre *et al.* (2007, p. 284) afirmam que: “Verbo de oposição singular/plural mais saliente tende a favorecer concordância; verbo de oposição menos saliente tende a desfavorecer concordância”.

Nos documentos aqui estudados, ocorre a concordância com os dois tipos de verbos:

a)

os papeis [...], que **saõ** da folha[...] as
quaesvão numeradas e Rubricadas

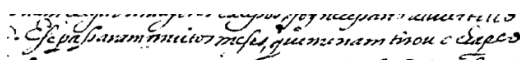
(AFVR-GRCA-CER-3-1725, l. 07-09)

b)

Ese**passaram** muitos meses, que me
namt**irou** o chapeo.

(AFVR-BVR-CAR-2-1667.2, l. 10)



c)

dos nauios/ que naquele porto
se**recolhem**

(AFVR-BVR-LIS-2-1660, l. 7-8)



Os exemplos a) e b) correspondem a contextos mais salientes: *é/são*; *passou/passaram*; O exemplo c) corresponde a um verbo menos saliente: *recolhe/recolhem*;

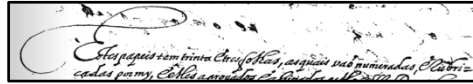
4.2 RESULTADOS GERAIS

Por meio da observação feita até então – que não consiste em um estudo descritivo exaustivo nem em uma análise detalhada –, tudo leva a crer que, nos documentos da Família Vieira Ravasco, predomina a marcação da concordância verbal com a terceira pessoa do plural. E, pelo que se pôde observar, ainda que não de forma sistemática, também não parece haver ausência de concordância envolvendo as demais pessoas do discurso.

Se se considerassem as regras gramaticais vigentes na atualidade, poderia dizer-se que há ausência de concordância com o verbo “ter” conjugado na terceira pessoa do plural do presente do indicativo; sabe-se, todavia, que, na época em que os documentos foram escritos, essa regra não era aplicada.

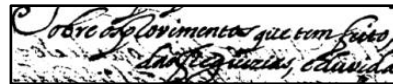
a)

Estes papeis **tem** trinta e tres folhas, (l. 10-11)
AFVR-GRCA-FDO -03-1710



b)

osprovements que **tem** feito (l. 36, fol. 03)
AFRV-GRCA-LIS-3- 1719.2



Em a) e b) tem-se ausência de concordância em consonância com as regras atuais, entretanto, como já mencionado, para à época dos manuscritos tal regra não se aplicava.

Esse resultado, concordância verbal categórica com a terceira pessoa do plural, nos contextos observados aqui, já era esperado, haja vista a natureza do *corpus*: documentos diplomáticos e não-diplomáticos, muito deles com fórmulas fixas, escritos por pessoas escolarizadas, no Brasil de finais de XVII e inícios do XVIII. Trata-se, portanto, esta seção de uma modesta contribuição à caracterização morfossintática do PB culto, na sua gênese.

4.3 SÍNTESE DA SEÇÃO

Buscou-se nesta seção, descrever, de maneira bastante sucinta, a concordância verbal nos documentos aqui reunidos. Inicialmente, discutiu-se, brevemente, sobre os resultados de alguns trabalhos em *corpora* orais e escritos, sendo este último o menos propício para a ausência de marcação do plural. Posteriormente, descreveu-se, sucintamente, algumas variáveis linguísticas, as quais são consideradas como terreno fértil para a não marcação da concordância, em estudos com terceira pessoa do plural: o traço semântico do sujeito; a saliência fônica da posição singular/plural dos verbos; a posição do sujeito em relação ao verbo; as variáveis aparecem nos textos em questão com a marcação da concordância verbal, em ambas as situações.

PARTE 05

A edição: a porção mais valiosa desta dissertação

“Para que o documento seja bem interpretado, é necessário que antes tenha sido bem analisado e criticado sob o ponto de vista paleográfico.” (ACIOLI, 1994, p. 01).

Nesta seção, serão apresentados os fac-símiles e a edição semidiplomática de vinte e sete manuscritos, entre os quais doze escritos por Bernardo Vieira Ravasco, e quinze, por Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque.

5 OS MANUSCRITOS

Os manuscritos aqui estudados, como já se disse, são do período colonial, final do século XVII e início do século XVIII, produzidos no âmbito da Secretaria do Estado do Brasil, onde os *escriptores* exerceram a função de Secretário do Estado e Guerra.

Para identificar tais manuscritos no CE-DOHS, os documentos foram nomeados da seguinte maneira: primeiramente com a sigla do acervo ao qual os manuscritos pertencem, Acervo Família Vieira Ravasco (AFVR); em seguida, as iniciais do nome do *escriptor*, Bernardo Vieira Ravasco (BVR) e Gonçalo Ravasco Cavalcante e Albuquerque (GRCA); depois, com a marcação do gênero do documento: atestado (ATE), carta (CAR), ofício (OFI), certificado (CER), lista (LIS), memória (MEM), relação (REL); e, no final, a data em que o manuscrito foi escrito. Tem-se, então, a seguinte estrutura para identificação dos manuscritos, por exemplo: AFVR-BVR-ATE-1697.

Para facilitar a leitura dos manuscritos, retomam-se, aqui, os critérios da edição:

- a) as abreviaturas foram desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas e observando-se os seguintes casos:
 - a norma não se aplica às abreviaturas em uso corrente, a exemplo de “Sr” etc.
- b) buscou-se não estabelecer fronteira de palavras que estavam escritas juntas;
- c) buscou-se manter a pontuação original;
- d) em relação a trechos que demandaram maior esforço para decodificação, foi incluída, em nota de rodapé, uma possível interpretação.
- e) buscou-se manter a acentuação;
- f) buscou-se respeitar o emprego de maiúsculas e minúsculas, conforme o original;
- g) as grafias diferenciadas foram remetidas para nota de rodapé, onde se buscou registrar sua(s) variante(s) mais comum(ns);

- h) as inserções do escriba ou do copista, nas margens superior, laterais ou inferior, entraram na edição entre os sinais <>, na localização indicada;
- i) buscou-se observar as intervenções de terceiros no documento original, marcando-as em outra fonte, e informando isso em nota de rodapé;
- j) letras ou palavra(s) não legíveis por deterioração ou rasura foram indicadas entre colchetes [.] para letras; [ilegível] para vocábulos; [ilegível + n linhas] para a extensão de trechos maiores.
- k) Letras ou palavra(s) simplesmente não decifradas, sem deterioração do suporte, foram marcadas por: [?] para letras; [*inint.*] para vocábulos; [*inint.* + número de linhas] para extensão de trechos maiores;
- l) a divisão das linhas do documento original foi preservada;
- m) na edição, as linhas foram numeradas de cinco em cinco, a partir da quinta;
- n) os sinais públicos, diferentemente das assinaturas e rubricas simples, foram sublinhados e indicados entre colchetes;
- o) a transcrição foi feita linha a linha, buscando-se respeitar, dentro do possível, a disposição gráfica do texto na página;
- p) as intervenções de terceiros foram marcadas em outra fonte;

5.1 MANUSCRITOS DE BERNARDO VIEIRA RAVASCO

A seguir, os manuscritos de Bernardo Vieira Ravasco.

AFVR-BVR-CER-2 1679.1

Certidão passada por Bernardo Vieira Ravasco, sobre a inexistência de termos, nos livros da secretaria do Estado do Brasil, em que constassem a entrega do general João Correia de Saã. Datada de 15 de maio de 1679.

Passe do que constar em modo que faça
 fee. Bahia 13 de Maio de 1679¹ +
 [rubrica]² n° 2890

Senhor³

- 5 Diz Mestre de Campo Alvaro de Azevedo qui per abem desua iustiça no Requerimento que tem Com Sua Alteza lheê necessario huã Certidão do secretario deste estado, porque Conste em como na Secretaria delle não hãter⁴ mo algum de entrega que se fizesse, nem a tomasse o gouernopaçado em que [?] Supplicante assitio Como a diunto da peço do General João Correia de Saã
- 10 que a esta praça ueyo pRezo da India em o Galliam Bom Jesus de Sam Domingos; pelloque.

Pede A Vossa Senhoria lhe⁵ faça merce mandar paçardita Certidão do que constar dos liuros da dita Secretariade este estado em, modo que faça feê: [inint]

- 15 Bernardo Vieyra Ravasco fidalgo da casa de Sua Alteza Alcaide morda Capitaniado Cabofrio Secretario do Estado e⁶ guerra do Brasil e. Certifico que denenhum liuro da Secretariado mesmo Estado consta que quando chegou a estacidade o General João Correia de Saã [inint] o Bom JESUS de Sam Domingos de que he Capitam demar e' Guerra Andre da Sylua, em que vinha preso per
- 20 ordem do Conde do Lauradio Vice Rey e' Capitam Geral da India, haja termo algum que se fizesse desua entrega ao Gouerno Geral deste Estado, em que naquelle tempo assistia o Mestre de Campo Alvaro de Azevedo, como hum dos tres Gouernadores delle. Nem dos mesmos liuros consta que o dito Gouerno tomassi em
- 25 tregadesua pessoa. Bahia e Mayo 15 de 1679⁷.

[Bernardo Vieira Ravasco]

Doutor

¹ Escrita de outro punho

² Uma rubrica, espécie de sinal público.

³ Abaixo da palavra "Senhor" encontra-se o carimbo do "ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL", e, ao lado desse, outro carimbo da "BIBLIOTECA NACIONAL", certamente colocado posteriormente.

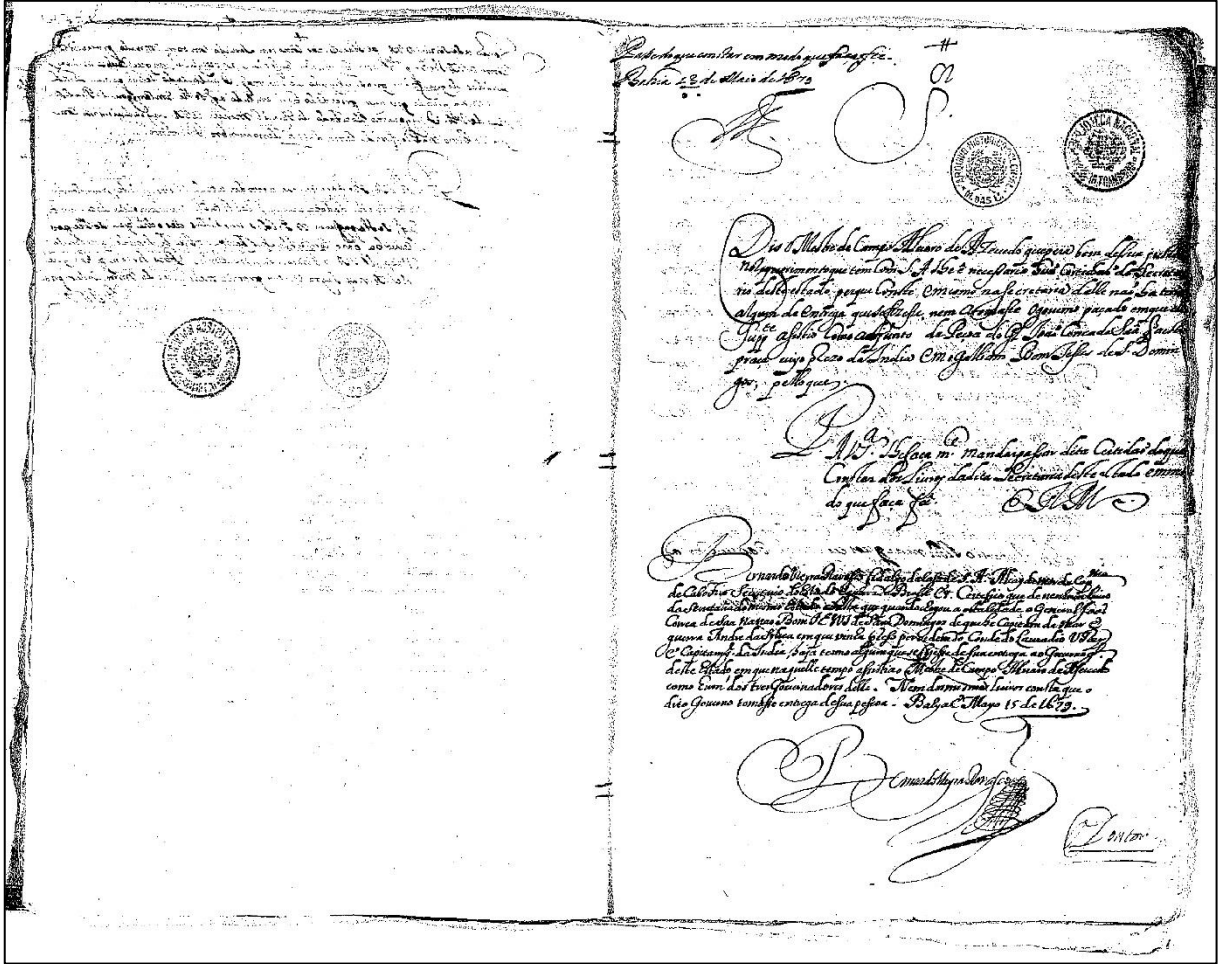
⁴ O grafema "h" lembra um "g".

⁵ Essa variação do grafema "h" tem um aspecto do "e" cursivo maiúsculo.

⁶ Acima do "e" há um apóstrofo.

⁷ Abaixo do 9 há uma laçada.

AFVR-BVR-CER-2 1679.2



AFVR-BVR-CER-2-1679.2

Certidão passada por Bernardo Vieira Ravasco, sobre a inexistência de termos, nos livros da secretaria do Estado do Brasil, em que constassem a entrega do general João Correia de Saã. Datada de 15 de maio de 1679.

Passado que constar em modo quefaçafee-
Bahia 13 de Maio de 1679⁸

≠

Senhor⁹

5 Dis Mestre de Campo Alvaro de Azevedo quepera bem desua just[.]
noRequerimento que tem Com *Sua Alteza* lhe ê necessario huã Certidaõ do Secreta
rio desteestado perque Conste em como nasecretaria delle não ha ter[*mo*]
algun de entrega que sefizesse, nem a[*tom*]asse oGouerno paçado emque [ilegível]
Supplicante assistio Como adjunto da Peçoã do *General* Joaõ Correa deSaã *que* aest[.]
10 praça ueyo pRezo daIndia em o Galliam BomJesus de *Sam* Domin
gos; pelloque.

Pede a Vossa senhoria lhefaça *merce* mandarpassar dita Certidão doque
Constar dosliuros dadita Secretaria deste estado emm[o]
do quefaça feê. [inint]

15 Bernardo VieyraRavasco fidalgo dacasasde *Sua Alteza* Alcaydemor da captania
deCaboFrio Secretario doEstado eGuerra do Brasil e'¹⁰. Certifico que de nenhum liuro
daSecretariado mesmo Estado consta que quando chegou a estacidade o General Joaõ
Correa deSaa [inint] Bom JESUS de Sãmdomingos dequehe Capitam demar e'
Guerra Andre daSylua em que vinha pReso per ordem do Conde do LavradioVice Rey
e' CapitamGeral daIndia haja termo algum que sefizesiedesuaentrega ao gouerno *Geral*
20 deste Estado, em que naquelle tempo assistia o Mestre deCampo Aluares deAseuedo
como hum dos tres Gouernadores delle. Nem dosmesmos liuros consta que o
dito gouerno tomasse entrega desua pessoa. Bahyae' Mayo 15 de 1679.

[BernardoVieyraRavasco]

Doutor

⁸ Escrita de outro punho.

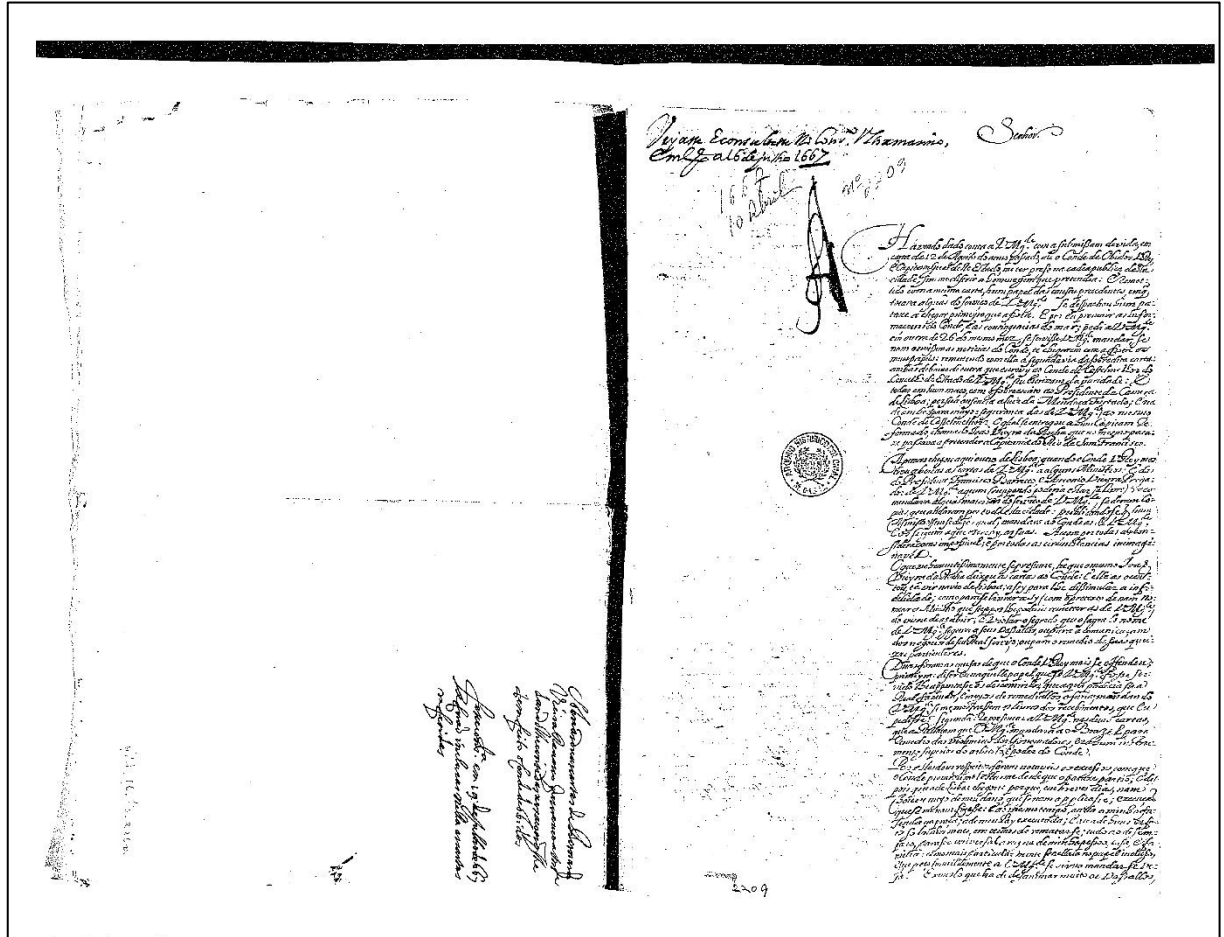
⁹ Abaixo da abreviação da palavra "Senhor", há o carimbo do "ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL" e ao lado o carimbo da "BIBLIOTECA NACIONAL".

¹⁰ Apóstrofo após o "e".

5.1.2 As Cartas

AFVR-BVR-CART- 2- 1667.1

Fólio.01



AFVR-BVR-CART- 2- 1667.1

Carta de Bernardo Vieira Ravasco para Vossa Magestade, relatando os desmandos do Conde de Óbidos, Vice-rei e Capitão Geral do Estado, em seu governo, sobretudo com a Família do Secretário. Datada de abril de 1667.

[fol. 01]

Veyasse Econultasse no Conselho Ultramarino¹¹, Senhor.
em[?]a 16 de julho 1667
<1667>¹² <nº2209>
<10 abril>

5 ¹³Havendo dado conta a *Vossa Magestade* com a submissam devida, em carta de 12 de Agosto do anno passado, de o Conde de Obidos *Vice Rey* e' Capitam Geral deste Estado, me ter preso na cadea publica desta cidade, sem me diferir a homenagem que pretendia : e' remet-

10 tido com a mesma carta, hum papel das causas precedentes em que tocava alguãs do serviço de *Vossa Magestade*: se despachou hum pa-
taxe a chegar primeyro que afrota. E por eu prevenir as infor-
maçoens do Conde, e' as contingencias do mar; pedi a *Vossa Magestade*
em outra de 26 do mesmo mez, se servisse *Vossa Magestade* mandar, se
15 nam ouvissem as noticias do Conde, te chegarem com a frota os
meus papeis : remettendo com ella a segunda via da sobredita carta:
ambas debaixo de outra que escrevy ao Conde de Castelmelhor, do
Concelho de Estado de *Vossa Magestade* seu escrivam da puridade : e'
todas em hum maço, com osobreescrito do Presidente da Camera
de Lisboa; porsua ausencia a Luiz da Mendoça Furtado; e' na
20 de ambos/para mayor seguranca das de *Vossa Magestade*/ ao mesmo
Conde de Castelmelhor. O qual se entregou a hum Capitam Re-
formado, chamado Joaõ Vieyra da Rocha que no mesmopata-
xe passava a pretender a Capitaniado Rio de Sam Francisco.

25 Apenas chegou aqui outro de Lisboa; quando o Conde *Vice Rey* mos=
trou abertas as cartas de *Vossa Magestade* a alguns Ministros: e' das
do Presidente, Francisco Barreto e Antonio Vieyra Prega=
dos de *Vossa Magestade* quem (suppondo poderia estar ja livre) reco=
mendava alguãs materias do serviço de *Vossa Magestade* se deram Co=
pias que andaram por toda esta cidade: publicandose que hum
30 Ministro/sem se dizer qual, mandara ao Conde as de *Vossa Magestade*:
e' os sugeitos aque escrevy, as suas. A[?]am por todas as con=
sideraçõens impossivel; e por todas as circunstancias inimagi=
navel.

35 O que vehementissimamente se presume, he que o mesmo Joaõ¹⁴
Vieyra da Rocha deixou as cartas ao Conde : e' ele as occul=
tou, tê vir navio de Lisboa; assy para lhe dissimular a infi=
delidade; como para selivrar asy / com o pretexto de nam no=
mear o Ministro que suppoz lhe poderia remetter as de *Vossa Magestade*/

¹¹ Escrita com outra mão.

¹² Anotações inclinadas.

¹³ Ao lado da letra "H", há uma espécie de abreviatura ou sinal público que lembra o "A" com o "S" por cima.

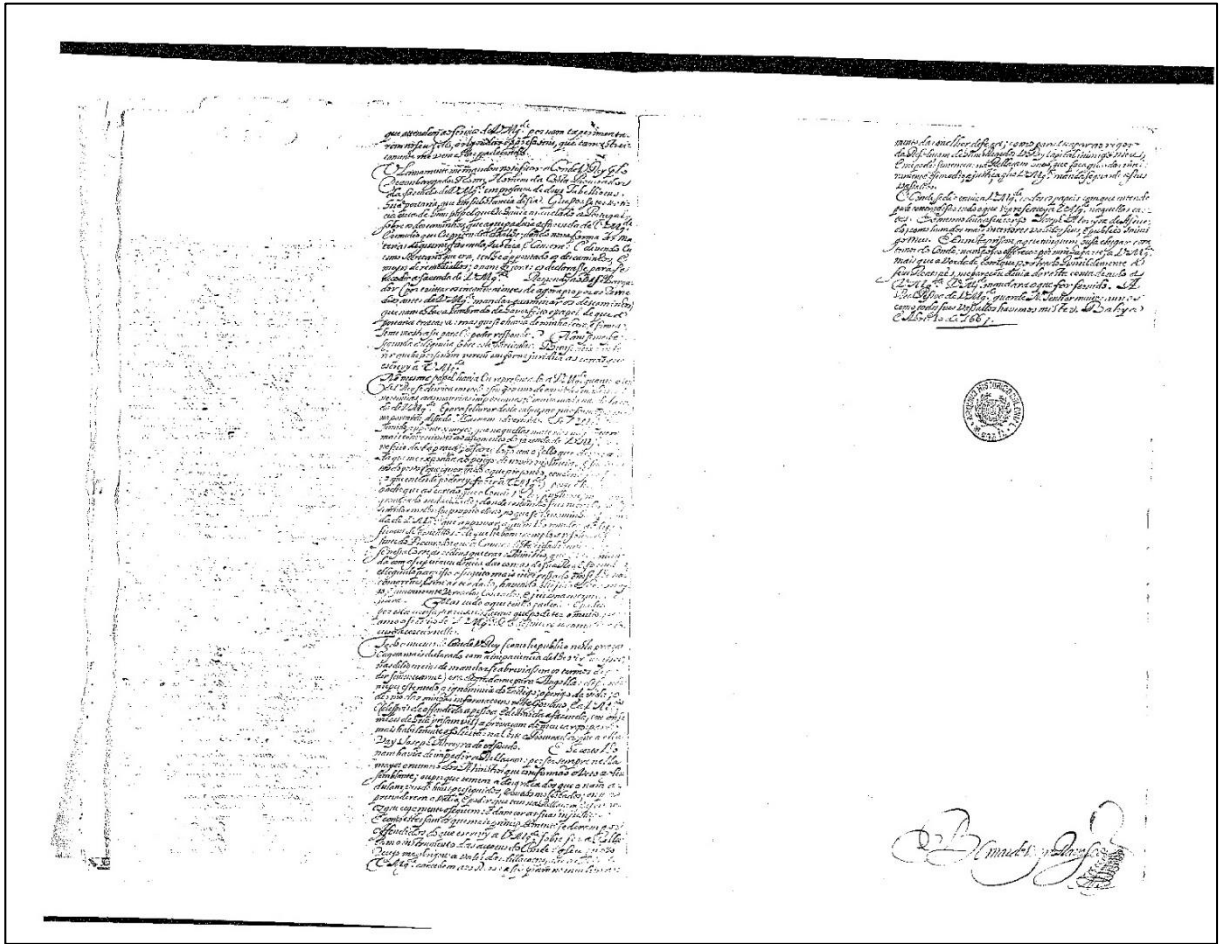
¹⁴ Laçada acima do "o".

40 do crime de as abrir; e violar o segredo que o sagrado nome
 de *Vossa Magestade* segura a seus Vassallos, ou para a comunicaçam
 dos negocios de seu Real serviço; ou para o remedio desuas quei=
 xas particulares.

Duas foram as causas de que o Conde *Vice Rey* mais se offendeu;
 primeyra: diser eu naquelle papel, que se *Vossa Magestade* fosse ser=
 45 vido lhe apontasse os descaminhos, que aqui padecia sua
 Real fazenda, emeyos de remediallos, o faria; mandando
Vossa Magestade sememostrassemos livros dos recebimentos, que eu
 pedisse: segunda: Representara *Vossa Magestade* nas duas cartas,
 que a Rellaçam que *Vossa Magestade* mandara ao Brazil para
 50 Remedio das violencias dos Governadores, era hum instru=
 mento superior do arbitrio, e' poder do Conde.

Por estes dous respeitos foram notaveis os excessos, com que
 o Conde procurou molestestarme desde que o pataxe partio; e' des.
 pois que o de Lisboa chegou: porque, em breves dias, nam
 55 houve meyo de meu dano, que se nam applicasse; execuçaõ
 que se me nam fizesse: e' ao mesmo tempo ,anda a minhafa=
 senda na praça; a de meu Pay executada; e' ate ade huns orfa=
 os so brinhos meus, em termos de rematarse; tudo ao desem=
 paro, para ser universal a ruyna de minhapessoa, casa, e' fa=
 60 milia : como mais particularmente serellata no papel incluso,
 e que peço humildemente a *Vossa Magestade* se sirva mandarse ve=
 ja. [espaço] Exemplo que ha de desanimar muito os Vassallos,

<2209>



que attendem ao serviço de *Vossa Magestade* por nam experimenta=
rem noseuzello, o rigor das oppressoens, que tam estrei=
tamente mevem estar padecendo.

- Ultimamente me mandou notificar o Conde *ViceRey* pelo
- 5 Dezebargador Thome Homem da Costa Procurador
da fazenda de *Vossa Magestade* em presença de dous Tabellioens,
hua portaria, que em substancia disia. Queporseternoti=
cia certa de hum papelqueeuhauiamandado aPortugal
10 sobre os descaminhos, que aqui padecia afazenda de *Vossa Magestade*
e' remedio que eupretendiadarlhe; dando novaforma as ma
terias deguerrafazenda, justiça e' Camera : e' devendo eu
como Secretario que era terlheapontado os descaminhos, e'
meyos de remediallos; o nam fizera: os declarasse, parase
[?]codir afazenda de *Vossa Magestade* [espaço]RespondyaoDesebarga=
15 dor (por evittar os inconvenientes de agora pro poros Reme
dios, antes de *Vossa Magestade* mandarexaminar os descaminhos)
que nam estava lembrado de haverfeito opapel deque [?]
portaria tratava:mas que se o havia de minha letra e forma
se me mostrasse para eu poder responder. Nam se me fe[.]
20 segunda diligencia sobre este particular: Bem se deixa infe
rir que he porsenam verem em forma juridica as cartas que
escrevy a *Vossa Magestade*.
No mesmo papel havia eu representado a *Vossa Magestade* quanto o Con¹⁵
de *ViceRey* se desviou em todo o seu governo de ouvi as minhas[ilegível]
25 vertencias, nas materias importatantes; e' muito mais nas da fa[ilegível]¹⁶
da de *Vossa Magestade* E para seliurar desta culpa, maquia forma [ilegível]
na portaria, disendo [*inint*]nam advertira. Se *Vossa Magestade*[ilegível]
seruido, apponte os meynos que naquellas materias [ilegível]
mais convenientes ao a[.]gmento da fazenda de *Vossa Magestade* [ilegível]
30 ¹⁷reficio desta praça; o farey logo corra o zello que deva: a[.]
da que me exponha ao perigo de novas violencias, e s[ilegível]
[*inint*] do povo (que ig[?]or[?]r[?] o que proponho conden[ilegível]
o que entende poderey fazer a *Vossa Magestade*) porque [ilegível]
o odio que as cartas que o Conde *ViceRey* publicou [ilegível]
35 [*inint*]nesta cidade; donde costumao [ilegível]
simular melhorseuproprio dano, no que se descami[ilegível]
da de *Vossa Magestade* que approvar, a quem lho [ilegível]
ficou de evitallos: de que he bom exemplo [ilegível]
sente do Procuradorque a Camera destacidade [ilegível]
40 se nessa Corte, as ordens que tras o Ministro, que [ilegível]
da com asuperintendencia das contas de suaReal fazenda [.]
ellegendo paraisso o sugeito mais i[?]tinteressado em se lhe nas
tomarem, e' sem as ter dado, havendo elle sido [ilegível]
[?] juntamente Vereador, Contador, e juiz na mesma[ilegível]
45 mera.[espaço] Mas tudo o que tenho pade¹⁸[ilegível]
por esta causa sera a satisfçam quepodeter o muito [ilegível]
anno o serviço de *Vossa Magestade* & o des[*inint*] com[ilegível]
[*inint*].

¹⁵ A partir desse trecho, o final das linhas está ilegível, apagado.

¹⁶ Pelo contexto, infere-se que seja a palavra "fazenda".

¹⁷ Infere-se que seja a continuação da palavra "sacrefício".

¹⁸ Pelo contexto e pelas sombras das letras apagadas, infere-se que seja a palavra "padecido".

- Todo o [*inint*] do Conde *ViceRey*(como hepublico nesta praça
 50 e' agora mais declarado com a impaciencia delhe[ilegível]
 nas diligencias de mandarseabreviarssem os termos de [ilegível]
 der sentenciarme) era degradarme paraAngolla:dis[*inint*]
 [?]pe[?] este modo a ignominia do castigo; o perigo da vida; o
 desvio das minhas informaçoens nesteGoverno, e'a*VossaMagestade*
 55 e'(despois de offendida a pessoa e' destruida a fazenda, em onse
 mezes de hua prisam vil) a privaçam do meu cargo: parto
 mais habilmente osolicitar na Corte oProcurador que a ell[?]
 Vay Joseph Moreyra de Aseuedo.[espaço]E he certo lho
 nam havia de impedir aRellaçam: porsersempre nella
 60 mayor o numero dos Ministros que co[*inint*] oVeto aoseu
 semblante; ouporque temem a desgraça dos que o nam a=
 dulam vendo huns perseguidos, eoutros molestados; [ilegível]
 pretenderem a Valia, e poder que tem naRellaçam e [ilegível]
 os que cegamente oseguem: e dam cor as suas injustiç[.]
 65 E conto estes sam os que mais principalmente se deram por
 offendidos do que escrevy a *VossaMagestade* sobre s[.] aRella
 cam o intrumento das acçoens doConde : o seu [*inint*]
 Receyo meobrigou a valer das dellacoens, que as[ilegível]
VossaMagestade concedem aos [*inint*] para no meu livra=

- mento dar a melhor defeza; como para escapar ao rigor da Resoluçam de hum Regedor *ViceRey* Capital inimigo meu, e me podes sentenciar na Rellaçam outro, que faça guardar inteiramente esse modio, a justiça, que *Vossa Magestade* mandase guardar a seus
- 5 vassallos.
- O Conde sediz envia a *Vossa Magestade* todos os papeis com que entende pode contradizer tudo o que representey a *Vossa Magestade* naquellas cartas. E o mesmo leua a seu cargo Joseph Moreyra de Aseuendo, como hum dos mais interiores validos seus, e publico inimigo meu.
- 10 E eu nestas prisas aqui ninguem ousa chegar com temor do Conde; nam posso offerer por minha parte, a *Vossa Magestade* mais que a verdade com que postrado humildemente [?] seu Reaes pes, me pareceu de uia dar esta conta de tudo a *Vossa Magestade*. *Vossa Magestade* mandara o que for seruido. A
- 15 Real Pessoa de *Vossa Magestade* guarde *Nosso* Senhor muitos annos como todos seus vassallos havemos mister. Bahya e' Abril 10 de 1667.¹⁹

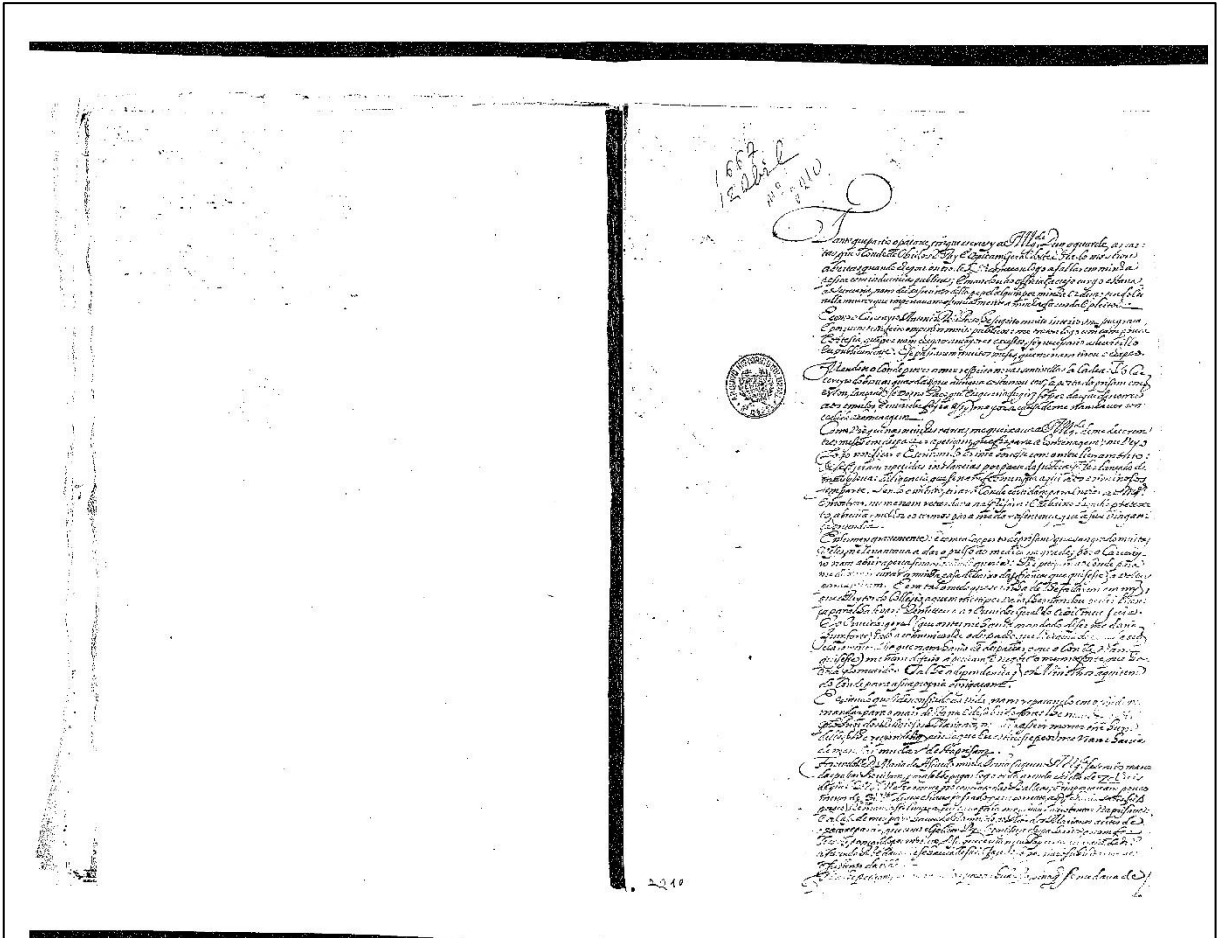
[Bernardo Vieira Ravasco]²⁰

¹⁹ Abaixo do documento, há o selo do Arquivo Histórico Colonial

²⁰ Assinatura com laçada

AFVR-BVR-CAR-2-1667.2

Fólio 01



AFVR-BVR-CAR-2-1667.2

Carta de Bernardo Vieira Ravasco para Vossa Majestade, relatando a maneira como ele estava sendo tratado na cadeia. Datada em 12 de abril de 1667.

[fol. 01]

<1667>

<12 abril>

<nº 2210>²¹

- Tanto²² quepartio o pataxe, emque escrevy a *SuaMajestade* Deus o guarde, as cartas, que o Conde de Obidos *ViceRey* e' Capitam Geral do Estado mostrou abertas, quando chegou outro de [*inint*]: começou logo a fallar em minha pessoa com influencias publicas; e' mandou ao official a cujo cargo estava a Secretaria, nam deixasse termo della papelalgun por minha ordem: tendoe'u
- 5 nella muitos que importauamessencialmente a minha fazenda e' pleito[?] E como o carcereyro Antonio Reiz Porto, hesugeito muito interio [*inint*] suagrace e' por quem tem feito empenhos muito publicos: me tratou logo com tam pouca Cortesia que por nam chegar a mayores excessos foy necessario [*inint*] tillo
- 10 e publicamente. E se passaram muitos meses, que me nam tirou o chapeo. ²³Mandou o Conde prover a meu respeito novas sentinellas a Cadea : [*inint*] Carcereyro dobrou as guardas/que nunca costumou ter, a portada prisam em que estou, lançand[?] se [*inint*] no Paes, que eu queria fugir; s[?]p[?]r d[?] que discorrer aos [*inint*] e' [*inint*] fa[?] [*inint*] que mayor a causa de me nam hauer concedido a homenagem.
- 15 Como [*inint*] que nas minhas cartas, me queixaua a *SuaMajestade* de medeterem tres meses em despach[?] a petiçam, que fiz para a homenagem, me Veyo Logo notificar o Escrivam do crime corresse com o meu liuramento: & se fiseram repetidas instancias por parte da justica para ser lançado de
- 20 mais proua : diligencia que se nam fez nunca aqui aos criminosos [?] em parte. Sendo o [*inint*] tirar o Conde certidam para enviar a *SuaMajestade* e' mostrar que menam retardava na prisam : e' debaixo daquelle pretexto, abreuiar melhores termos para me dar asentença que a sua vingança pretendia.
- 25 Enfermey graumentemente : e com tal apperto de prisam que sangradomuitas veses, me leuantaua a dar o pulso ao medico na grade; por o Carcereyro nam abrir a portasenam [ilegível] queria: Fiz petiçam ao Conde para me deixar ir curar a minha casa debaixo das fianças que quisesse, a voltar para a prisam. E era tal o medo que se tinha de lhe fallarem em [*inint*]
- 30 que o Reytor do Collegio, quem [*inint*] valia lhemandou pedir licença para lha levar: Remeteu a ao Ouvidor Geral do Civil meu juiz. e' o [*inint*] Geral (que antes me hauia mandado dizer me daria hum forte) indo a comunicarlhe o despacho que lhe hauia de [ilegível] porque claramente disse que nam hauia de despachar o que o Conde nam -
- 35 quisesse) me nam diferio a petiçam, e negou o mesmo forte que havia prometido. [?] alhe a dependencia que os Ministros aquitem do Conde para a sua propria obrigaçam.
- E estando quasi desconfiado da vida nam reparando em o Conde m[e] mandar para o mais distante e' desab[?]ido forte: lhe [ilegível]
- 40 pelo P[?] dos Religiosos Marianos, [ilegível] [*inint*] morrer em hum dell[?], Elhe respondeu que ainda que eu estivesse peor me nam hauia

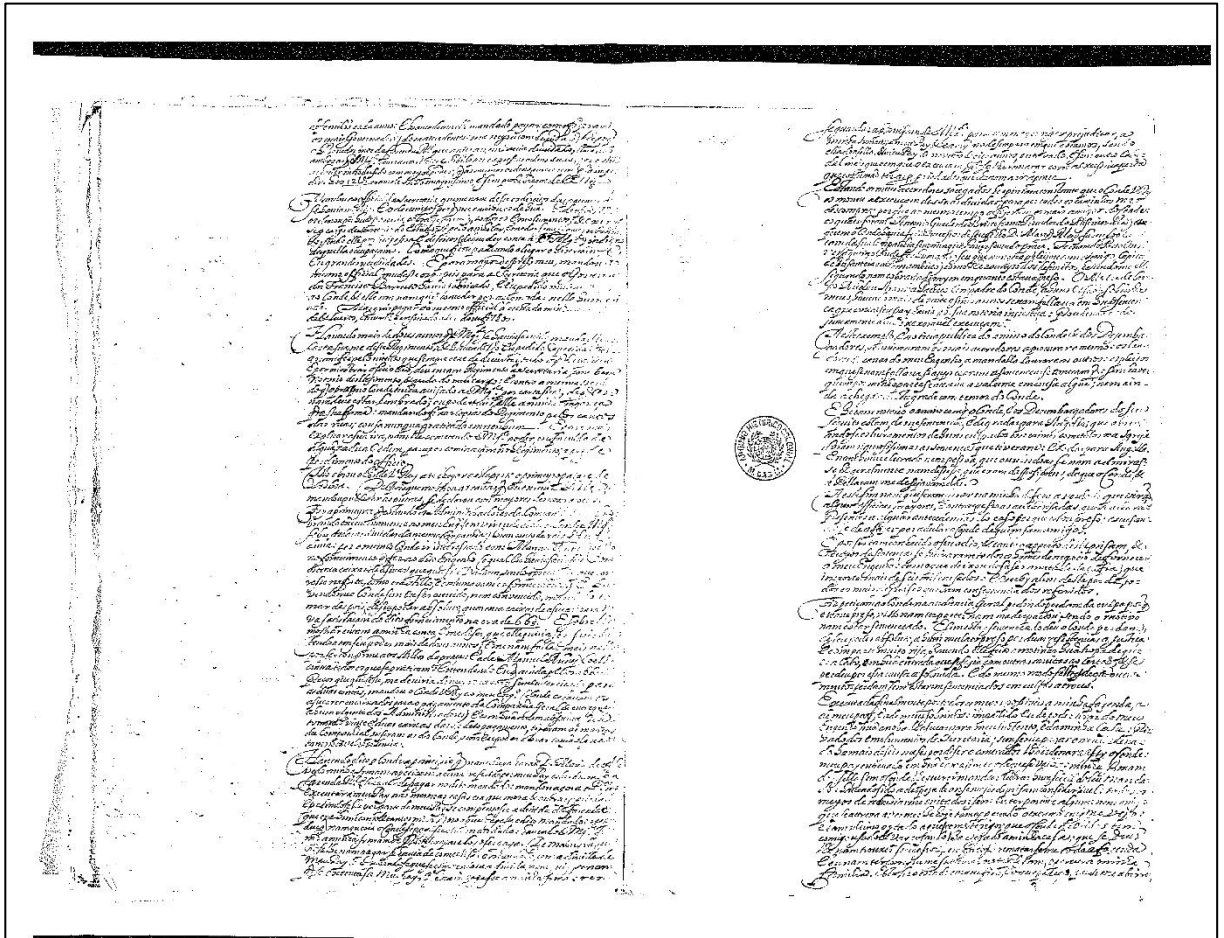
²¹ Escrita inclinada no canto superior esquerdo

²² Possivelmente, "T" capitular

²³ Na lateral, há a presença do selo do "ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL".

de mandar mudar destaprisam.
Fazendolhe *Dona* Maria de Aseuedo minhaIrma (a quem *SuaMagestade* seseruiro man=
dar passar Prouisam, para s[?] lhe pagar logo toda a renda caida de [*inint*]
45 de que *SuaMagestade*lhefez merce no contrato das Balleas; e' importauam pouco
menos de [*inint*] de que estaua passado[ilegível] corrente aque ehauia satisfeito
[*inint*])lhe [ilegível] para me a[j]judar [*inint*] napolisam:
e a casa de meu pay: hauendo prometido ao[*inint*] dos Marianos antes de
opataxepartir, que como oGalliam P[*inint*]partisse despacharia o nam fez
50 de[ilegível][ilegível] meu Pay [ilegível]
afazenda R[ilegível]
osustento da vida.

<2210>



dosemil[?] cada anno: ehauendo elle mandado pagar comofizeram
 os mais Governad[.]/ dosantecedentes: [inint]negou com duvida que lhe poz
 o Prouedor mor dafazenda [inint] que antes [ilegível] hauia duuidado, [ilegível]
 ambos[as]queSuaMagestade tem tantas[ilegível] [inint] por expressas ordens suas por [ilegível]
 5 [as]hauer introducido com mayor poder que as mesmas ordens [inint] para o impe=
 dir. Eos 12[?] eramde[inint] antiquissimo e' sem prohibiçam de[inint]
 Mandou ao official daSecretaria, quemenam desseos direitos das patentes [.]
 sehauiam [ilegível]. eo descompos p[?]r que me [inint] de huã. E depois [ilegível]
 10 ordenou p[?]r huã portaria [ilegível] todos os emolumentos [ilegível]
 seo cargo deSecretaria do Estado; [inint] e' med[.] s[ilegível]
 [inint] sendo elle por [sua]pessoae' defeitos (deque dey conta a SuaMagestade [inint]
 daquella occupaçam. Correo quef[?] padecendo olugar o [ilegível]
 eugrandes necessidades. E para mayordespreso meu, mandou [ilegível]
 15 mesmo official mudasse ospapeis para aSecretaria queoGoverna=
 dor FranciscoBarreto hauia fabricado, e'e'upedido [ilegível]
 ao Conde &²⁴elle ma namquis conceder por accomodar nella hum [.]
 [ado]. Mas quis pagar ao mesmo official [inint] da min[.]
 de&lucros, [inint] do [?]filhos.
 Hauendo mais dedous annos queSuaMagestade sehauiaseruido manda[ilegível]
 20 cartasua,me desseRegimento; & hauendolho eu pedido repetida[ilegível]
 o nam fez pelo intento que sempre teue dede[inint]: tudo o que [ilegível]
 E por mostrar oseu o dio, deu entam Regimento aSecretaria,com [inint]
 notorio desl[?]simento, &perda do meus cargo: e' contra a mesma [ilegível]
 doque oproprio Conde tinha auisado aSuaMagestade porcartasua deque [ilegível]
 25 namdeu estarlembrado; eupoder[inint] elle a minha vingança
 queasuaafirma : mandandofixar copias do Regimento pelos cantos
 das ruas; cousa nunquapraticada em nenhum. E para mais
 explicarasua ira, nam lhecometendo SuaMagestade poder ou faculdade
 alguã, nadita Ordem, parapor cominaçam noRegimento; [inint]
 30 p[?]dimento do officio.
 Isto [inint]oCondeViceRey ate chegar aesteporto o primeyropataxe de
 Lisboa. Despoisque mostrou ascartas,que eu escrevyaSuaMagestade
 mandoupublicar asoutras, sedeclarou com mayores demos[ilegível]
 35 Foy aprimeyra queestandoosAdministradores daCompan[ilegível]
 brando execut[?]vamente no meu Engenho /em virtude d[inint] deSuaMagestade
 sobre [inint] diuidas da mesma Companhia/ hum conto de reis [ilegível]
 [inint]: per o mesmoConde [inint]ressado com M[ilegível]
 no fornecimento quefezaoditoEngenho (oqualeuhaiasa[inint]
 40 oitenta caixas deasucar quequasi o Valiam, sendo opeço [ilegível]
 [?]su nafrota, como era [inint] e costumavam osfornecedo[.]. E ha=
 vendo [inint] Conde sem euserouuido, nem convencido, [ilegível]
 mar depois, deseupoder absoluto, quarenta caixas de asucar [ilegível]
 vasatisfaçam do dito fornecimento na era do 665. Esobre[ilegível]
 45 mostrar entam aminha conta e' mediser, que ellequeriase[?] s[ilegível]
 tendo a em seu poder mais dedous annos; e me namfallou mais nell[.]
 porser conforme aos [?]illos dapraça: e' adeManuelNunesCoelho
 contratodos os quesepraticam: entendendo euque ainda pellos [ilegível]
 preços que quisesse, me deuiria di[?] [ilegível]semeuser citado para
 50 as ditas contas, mandou o Conde ViceRey eo meu Engenho. (donde estavam os
 asucares encaixados parao pagamento daCompanhiaGeral &[entregue]²⁵

²⁴ Variável do “e”.

²⁵ Parte do vocábulo está apagada, pelo contexto e pelo pouco que se vê dos traços das letras, infere-se que seja a palavra “entregue”.

a hum Agente dos Administradores) e' comhuã ordem objeti[va][ilegível]
tomaraõ vinte e' duas caixas das do dito pagamento, tiraram as [marcas]
daCompanhia e' puseram as do Conde, semeupoder cobrar cousa alguã [.]
comnotavelviolencia.

- 55 Havendo dito o Conde a principio *que* nam despa[c]hara aDona Maria de[Ase]²⁶
vedo minha Irmamapeticam acima referida per meu Pay [ilegível]
fazendaR[?] e'sehauer depagar no dito mandado: mandou agora [inint]
executar ameuPay nas mesmas casas em que mora & outra: [ilegível]
e'pedindoselhe porparte de meuPay secompensasse a diuida dafazenda
60 que era hum [conto&tantos mais] no aquechegasse o dito mandado : [ilegível]
d[inint]namqueria oCondese pagasse[ilegível]mandado : hauendo SuaMagestade [ilegível]
[inint] aminha [inint] desamparado[inint]. De ma[?]eyra que
para selhenampagarsehauia de começou [?] o mandado com adiuidade
meuPay :[inint]ndosequase [ilegível]a diuida nam [q]uis se nam
65 quese executasse meu pay, e'senampagasse a minha[ilegível]

²⁶ Pelo contexto, infere-se que seja o início da palavra “Asevedo”.

- seguardou aprouisamdeSuaMagestade para [.].m mayor rigor prejudicar, a
 minha Irmam,emeu Pay &[*inint*] nodesemparo emque estamos, sendo
 elladonsella, &meuPay de noventa & oito annos, [*inint*],esem outro C[.]=
 dal mais que o emque o executava, parase lherematar com aexcessiuaperda
 5 que[?]maõ [*inint*]ppriedades que chegam a vir apraça.
 Estando os meus[*inint*]socegados he opiniamconstante que o Conde ViceRey
 os moueu aexecuçãodesuas diuidas; para por todos os caminhos me
 descompor: por que ao mesmo tempo of[i]seram os mais amigos doConde:
 os quaes foram Antonio GuedesdeBrito(comoProuedor da Misericordia) a
 10 quem oCondehauiafeito sucessor de seu filho D.Mary [*inint*] fazendoo [ilegível]
 tam dasuaCompanhia sem nunca hauer ser[?]adopraça. FernandoPorto [*inint*]
 v[?] [*inint*] o Conde fez hum [ilegível] seu que nunca pelejou com oinmigo, Capita[.]
 de Infantaria emPernambuco) como thezoueyro dos des[*inint*] hauendome elle
 segurado nam cobriariademym em quanto estauapreso. O [*Mestre de Cam*]
 15 po Nicolau [*inint*] Pacheco Compadre do Conde, ahuns orfaõ[.] sobrinhos
 meus, hauendo mais de vinte e sinco annos senamfallaua em huasenten=
 ca que contraseupay hauia po[r]²⁷ suanotoria injustiça: procedenaõ [ilegível]
 juntamente a [ilegível] exoravel execuçam.
 A este exempl ,e' noticiapublica do animo do Conde & dos Desemba[.]
 20 gadores, se animaram os mais [?]redores aprocurar o mesmo : os[.] [ilegível]
 dores [.] canas do meu Engenho, a mandalla laurar em outras : os pleitos
 emquesenamfallauaseapreçaram asentencearse contram *que*: sem hauer
 quem por minhaparteseattreva a valerme emcousa alguma; nem ain=
 da a chegar a [*es*]tagrade com temor do Conde:
 25 ²⁸E he tam notorio o animo coom~~que~~oConde, e' os Dezembargadores doseu
 sequito estam de mesentenciar, e' degradarpara Angolla; que a[*inint*]
 andose os liuramentos dehuns culpados em crimes cometidos na Igreja
 foram rigurosissimas as sentenças que tiveram: etodas para Angolla.
 E nam houue letrado nem pessoa, que ouuindo as se nam admiras=
 30 se & geralmente nam dissesse, que eram de posiçoens daque oConde, &
 a Rellaçam me desejavamdar.
 A estefim nam quiseram [?]rar na minha defeza a verdade que vira²⁹
 algum officiaes mayores, e outraspessoas authorisadas quese achava
 presentes aalgũas antecedencias do caso por que estou preso, eseusan=
 35 [ilegível] de o faser per adular oConde dequemsam amigos.
 E por ser tamconhecido oseuodio; & tanto o apperto destaprisam, &
 [*inint*] da sentença se retiraram todos os homes de negocio defornecer
 o meu Engenho : com o que deixou defaser a metade da [*sa*]fra, que
 importa mais deseismil[?] sados :ereceby alem desta perda, to=
 40 dos e o mais prejuisos quesam consequencia dos referidos.
 Fiz petiçam ao Condenaaudiencia Geral pedindoperdam dapaculpa porque
 estaua preso, visto nam terparte: nam madespachou; sendo o motivo
 nam estar sentenceado. Esem esta[.]sentenceado deu o Conde perdam,
 deseu poder absoluto, a hum mulatopreso per duas resistencias ajustiça
 45 ecom parte muito rija,hauendo ellefeito amotinar hua tropade que
 era Cabo, emhuã entrada quesefasia comoutras muitas ao certaõ, &se
 perdeu per essa causa a jornada. e' do mesmo modose [*inint*] outra
 muitos perdam sem estaremsentenciados em culp[?] atroces.
 Executadafinalmenteportodos osmeyos possiveis a minhafazenda, a

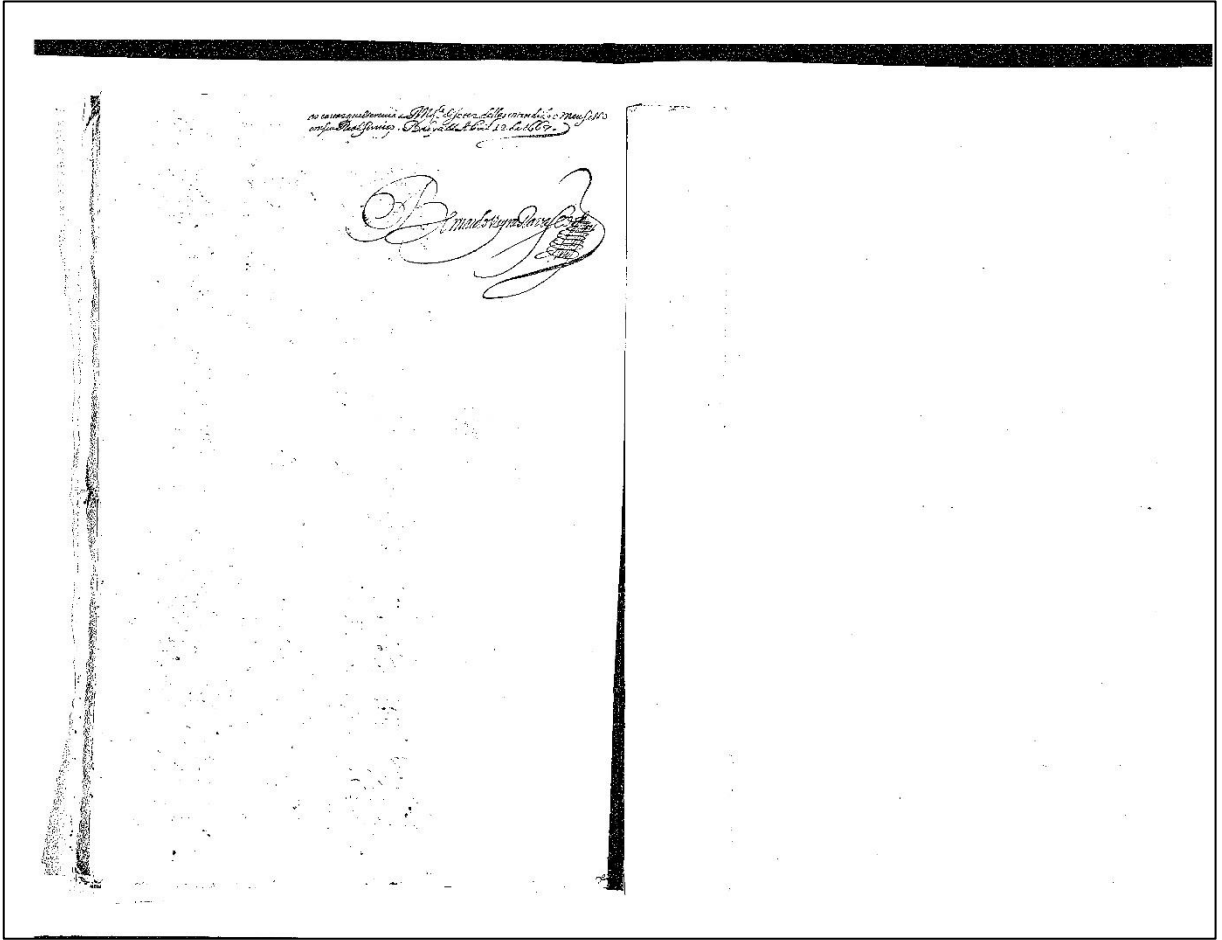
²⁷ Letra apagada, mas é possível perceber um pequeno traçado, que seria do “r”.

²⁸ Ao lado, à altura da linha 23, há o selo do “CONSELHO HISTÓRICO COLONIAL”.

²⁹ A letra “a” termina com uma laçada acima.

- 50 de meu pay, e a de meus sobrinhos: impedido eu de poder tirar do meu
 Engenho huã arroba de açúcar para meu sustento, e' da minha Casa : pri=
 vado dos emolumentos da Secretaria; sem sem pagar o meu Ordena=
 do ha mais deseis meses por diser o contrador lho ordenara assy o Conde:
 meu pay entre[?]ado em huã conta sem ter de que se valh[.] minha [?]mam
 55 d[.] sellasem o Conde lhe querer mandar tirar hum seitel doseu manda=
 do : hauendo sido a despesa de onses meses de prisam considera uel : [todos os]
 meyo de remediarme evitados: sem [inint]
 que se attreva a ver me: he hoje tam apertado o extremo em que me vejo:
 e [inint] que o Conde de obidos tem
- 60 comigou sado & vay usando/hachegado a minha casa; que se Deus
 lhe nam trazer s[inint] rematar se me toda a fazenda
 e eu nam ter com que me sustentar nesta prisam, [inint] minha
 familia. E [inint] estado em que fico, [eo] que padeço [inint]

Fólio 04



[fol. 04]

as cartas que escreuia a *Sua Magestade* & soterdella entendido o meusello
em seu Real serviço. Bahia & Abril 12 de 1667.³⁰

[Bernardo Vieira Ravasco]

³⁰ Laçada após a data.

AFVR-BVR-CAR-3-1667.3

Carta de Bernardo Vieira Ravasco para Vossa Magestade, avisando sobre a chegada de Antônio de Mello de Castro, à Bahia, no galeão São Pedro de Alcantara. Datada de 20 de outubro de 1667.

Senhor. Anos da Índia deque he Capitam Dom Antonio Mascarenhas, partio daquiem companhia da frota, como ja escrevy a Vossa Magestade E depois o torney afazer da primeira & segunda arribada, que fez pelo Mestre Joam Ferreyra valle; e pelo mesmo Dom Antonio Mascarenhas dando conta a Vossa Magestade das causas, que tem para arribar; e como terceyra vez lhe ordeney que fosse a Pernambuco donde me parecia, que poderia ainda achar a frota. e' entendendo eu que hia muito bom [inint] gada, tornou a [inint] neste porto em 17 de Outubro, hauendo saido em dous do Corrente, & arribado com a mesma rasam de malarrumada hauendose descarregado duas vezes para emendar este [inint] e' est[?]do para faser auiso a Vossa Magestade sobre os particulares desta [inint], chegou a esta Bahya Antonio de Mello de Castro no Galeam Sam Pedro de Alcantara, que se tinha p[?]p[?]dido; com que [inint] as rasoens para avisar a Vossa Magestade e' para lhe dar conta como elle determina partir daqui ate ofim de Fevereiro; porque Vossa Magestade lhe hauia Ordenado sendo elle Vice Rey da Índia, que as embarcacoens demais força fossem direitura a essa cidade: e as de menor porte tomassem este porto, para ir na Companhia da frota: com que [?]ssaua arasam quelhedava da carta que Vossa Magestade mandou escrever ao Conde de Obidos, cuja copiasera com esta: por que senam entendia, sena agora que elles nauios, que nam tiuessem a qualidade do seu. E como aqui se acham para poder acompanhar a [inint] de Dom Antonio Mascarenhas, o nauio deque he Capitam Joseph Luiz Pelija e' outro pataxo que veyo em sua Companhia de Angola, com bastante artilharia, esperandose por hora Santa Anna Maria: parece que vay bem acompanhado Antonio de Mello. e' entendendo u isto assy, e' nam tendo ordem de Vossa Magestade para lhe impedir a viagem: tenho muitas Rasoens para cuidar que Vossa Magestade se haue rapor muito bem servido desta Resoluçam, que setem tomado, que faço tambem presente a Vossa Magestade para que se nam estiverem os mares limpos o mande Vossa Magestade esperar na altura da Ilha Terceyra, ou [inint] auiso seu do que elle ha de seguir dahy, para Lisboa: porque elle vay demandar a Ilha a este respeito, so. E ainda que e' u faço este mesmo auiso a Vossa Magestade per hum pataxo que par= tirá daqui dentro de dez dias, [inint] esta carta ao Governador de Pernambuco Bernardo de Miranda Henriquez, para que por huã ou outra via, partindo daquel= le porto alguã embarcaçam tenha Vossa Magestade entendido, como estam estas duas naos aqui, e' quando partem, para mandar ordenar, o que for mais seruico seu. Nosso

30 Senhor guardea Real Pessoa de Vossa Magestade como seus vassallos hauemos [inint] Fevereiro Bahia & outubro 20 de 1667³¹.

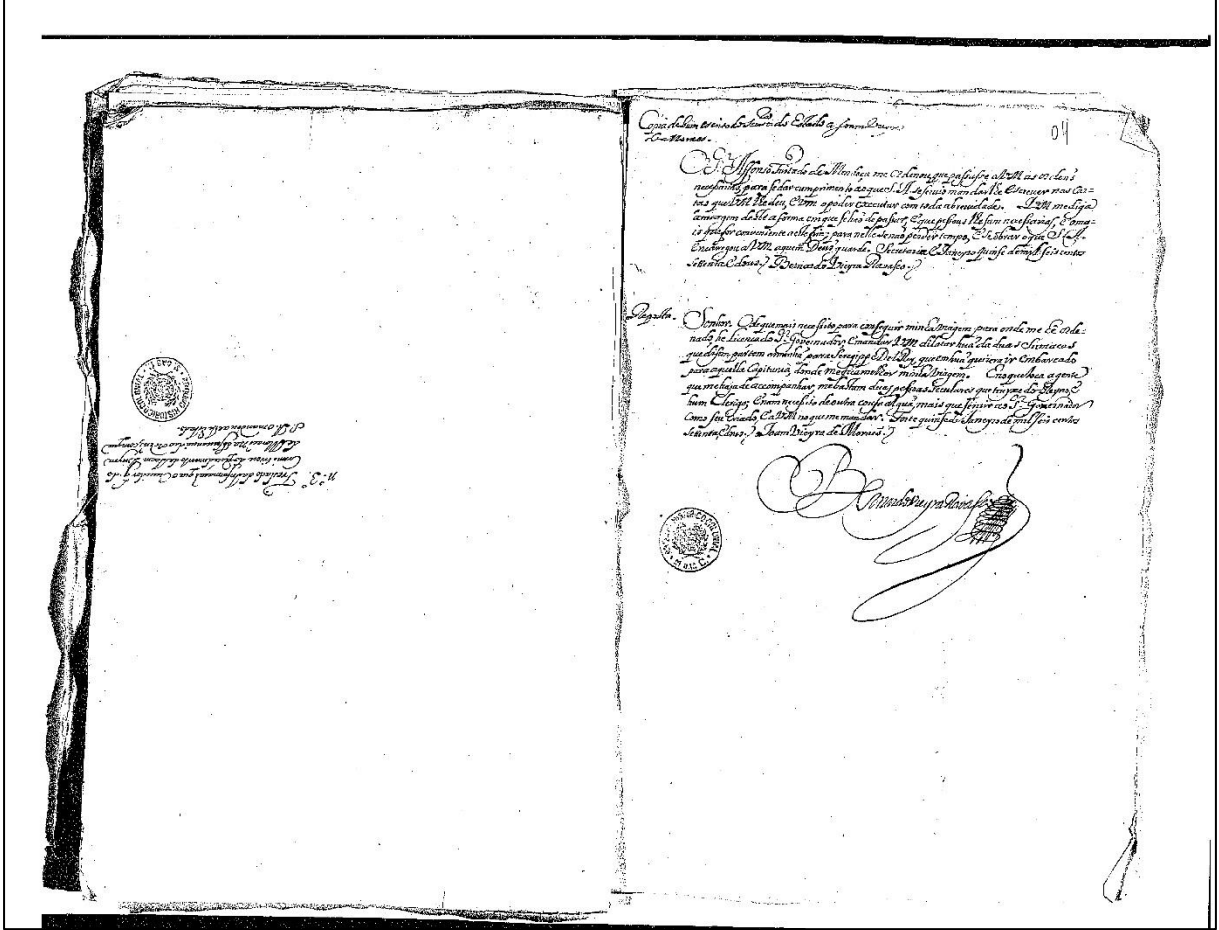
[Bernardo Vieira Ravasco]

³¹ Laçada abaixo da data.

5.1.3 O Escrito do Secretário

AFVR-BVR-EDS-2-1662

Fólios 01-02



AFVR-BVR-EDS-2-1662

Cópia, feita por Bernardo Vieira Ravasco, de uma ordem de Affonso Furtado de Mendonça, designada a João Vieyra de Moraes, o qual fazia uma viagem, e a Secretaria do Estado deveria saber sobre o necessário para a realização dela. Abaixo da ordem consta a resposta de João Vieyra, solicitando a sua ida para Sergipe, no navio, além de duas pessoas que o pudessem acompanhar. Datada de 15 de janeiro de 1662.

[fol. 01]

nº 3º Treslado da Informação que o Cuidador Geral do Crimi tirou do procedimento de Joam Vieyra de Moraes na obseruancia das ordens, com que Sua Alteza o mandou aeste Estado.³²

³² Escrita no sentido inverso do fôlio. Abaixo, há o selo do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL”.

AFVR-BVR-EDS-2-1662

[fol. 02]

Copia de humescritodo secretario do Estado a Joam Vieyra de Moraes.

<04>³³

5 O Senhor Affonso Furtado de Mendonça me ordenou, que passasse a Vossa Mercê as orden's necessarias, para se dar cumprimento ao que Sua Alteza se seruiu mandar lhe escrever nas cartas que Vossa Mercê lhe deu, e' Vossa Mercê o poder executar com toda abreuidade. Vossa Mercê mediga a margem deste a forma em que se haõ de passar, e' que pessoas lhe sam necessarias, e' o mais que for conveniente a este fim; para nelle se não perder tempo, e' se [?]brar o que Sua Alteza encarregou a Vossa Mercê a quem Deus guarde. Secretariae' Janeyro quinse de mil Seiscentos sessentae' dous.³⁴ fBernardo Vieyra Ravasco.f

<Resposta.>³⁵

10 Senhor. Ode quem mais necessito para conseguir minha viagem para onde me hê ordenado he Licençado Senhor Governador, e' mandar Vossa Mercê dilatar huã da duas Sumacas que disem parte amanhã para Sergipe del Rey, que em huã quizera ir embarcado para aquella Capitania, donde me ficam melhor minha Viagem.[espaço] E no que toca a gente que me haja de acompanhar, me bastam duas pessoas [inint] que [?]yx do Reyno, e' hum Clerigo; e' nam necessito de outra cousa alguã, mais que seruir ao Senhor Governador
15 como seu criado, e' a Vossa Mercê no que me mandar. Forte quinse de Janeyro de mil seiscentos sessentae' dous,³⁶ fJoam Vieyra de Moraes.f

[Bernardo Vieyra Ravasco]³⁷

³³ Numeração localizada no canto superior direito.

³⁴ O nome de "Bernardo Vieira Ravasco" está entre duas pequenas laçadas.

³⁵ Escrita na margem esquerda do texto.

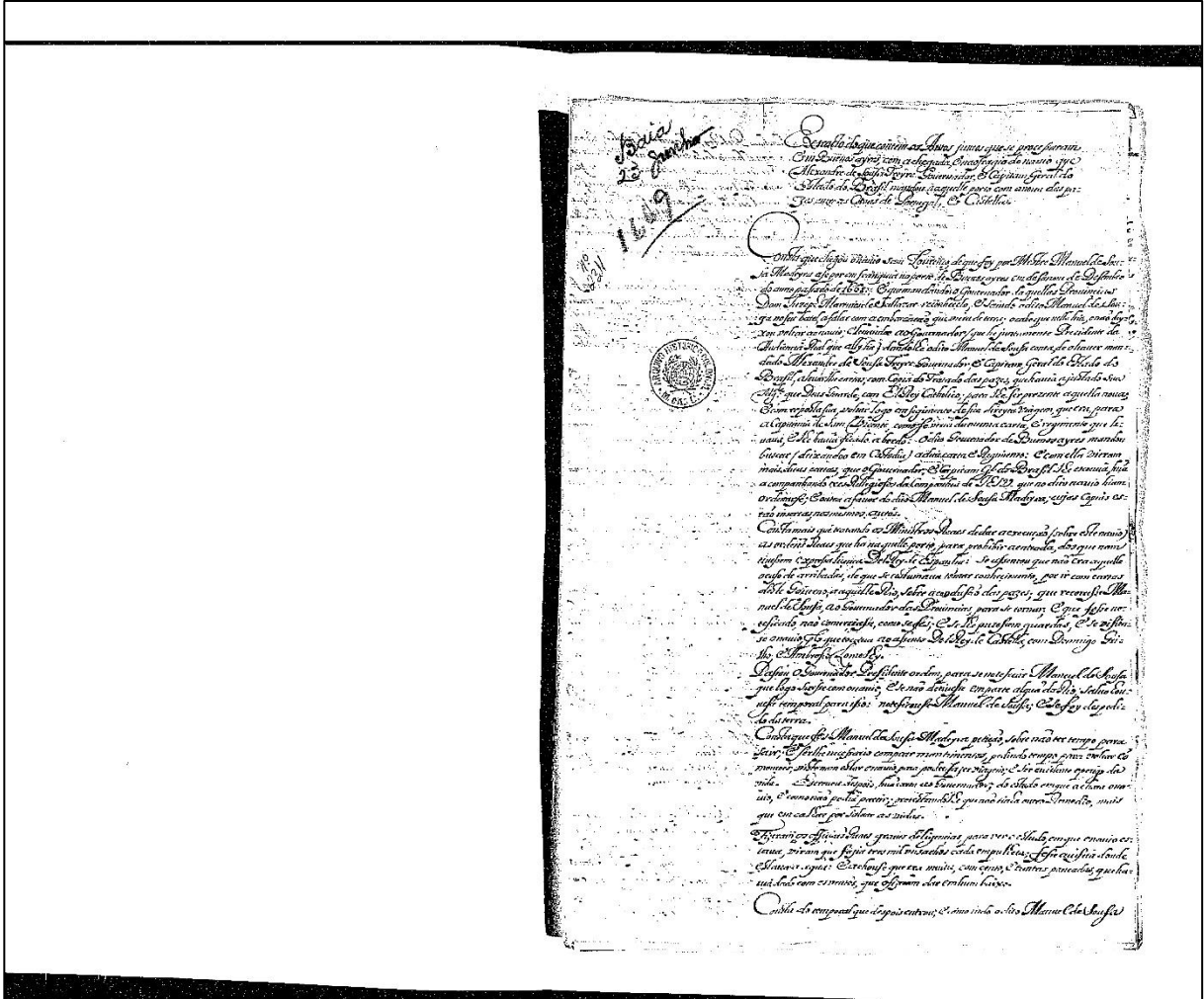
³⁶ O nome "Joam Vieyra de Moraes" encontra-se entre duas pequenas laçadas.

³⁷ Abaixo da assinatura de Bernardo, encontra-se o selo do "ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL".

5.1.4 Extrato

AFVR-BVR-EXT-2 1669

Fólio 01



AFVR-BVR-EXT-2 1669

Informa sobre a chegada e o naufrágio de um navio, enviado por Alexandre de Sousa Freyre, Governador e Capitão Geral do Estado do Brasil na época, para Buenos Ayres. Datado em 23 de junho de 1669.

[fol. 01]

³⁸<Baia>
<23 junho>
<1669>
<nº>
<2311>

5 Extracto do que contem os Autos juntos que se processaram em Buenos ayres, com a chegada, e' naufragio do nauio que Alexandre de Sousa Freyra Governador, e' Capitam Geral do Estado do Brasil mandou aaquelle porto com anoua das paz= zes entre Coroas de Portugal, e Castella.

10 Consta que chegou onauio Sam Lourenço deque foy por Mestre Manuel de Sousa Madeyra ase por em franquia no porto de Buenos ayres em desanoue de Desembro do anno passado de 1668. e' quemandando o Governador da aquellas Pouincias Dom Juzeph Martines de Sallazar reconhecelo e' saindo odito Manuel de Sou=

15 za no seu batel a falar com a embarcação que viera de terra; ocabo que nella hia enaõ deyxou voltar ao nauio; eleuando o governador /que he juntamente Presidente da Audiencia Real que ally ha) dandolhe o dito Manuel de Sousa conta, de o hauer mandado Alexandre de Sousa Freyre Governador, e' Capitam Geral do Estado do Brasil, alearlhe car[ta]s com Copia do Tratado das pazes, que hauija ajustado Sua

20 *Magestade* que Deus guarde, com El Rey Catholico; para lheser presente aquella noua; e' com reposta sua, voltar logo em segimento desua direyta viagem, que era para a Capitania de Sam Vicente comoseveria da mesma carta, e' regimento que leuaua, e lhe hauija ficado a bordo: Odito Governador de Buenos ayres mandou buscar (deixandoo em Costodia) a dita carta e' Regimento: e' com ela vieram

25 mais duas cartas, que o governador, e' Capitam *Geral* do Brasil lhe escrevia huã acompanhando tres Rellegiosos da Companhia de IHSV que no dito nauio hiam ordenarse; e' outra a fauor do dito Manuel de Sousa Madeyra; cujas Copias estaõ insertas, nos mesmos autos.

30 ³⁹Constamais que tratando os Ministros Reaes dedar aexecução (sobre este nauio) as ordens Reaes que ha na quelle porto, para prohibir aentrada, dos que nam tiuessem expressa licença Del Rey de Espanha : se assentou que não era aquelle o caso de arribadas, de que se costumaua tomar conhecimento, por ir com cartas deste Governo, a aquelle Rio, sobre a condusaõ das pazes; que recorresse Manuel de Sousa, ao Governador das Prouincias, para se tornar; e' que fosse notificado, naõ comerciase, como sefês; e' se lhe puzessem guardas, e' se visitasse o nauio pelo que tocava ao assento Del Rey de Castella, com Domingo Gri=

35 lho, e' Ambrosio Lomelhy.

Passou o Governador Presidente ordem, para se notificar Manuel de Sousa que logo saisse com onauio, e' se não detiuesse em parte alguã do Rio saluo hou=

35 uesse temporal para isso: noteficousse Manuel de Sousa; e' se foy despedi=

³⁸ Escrita inclinada presente no canto superior esquerdo.

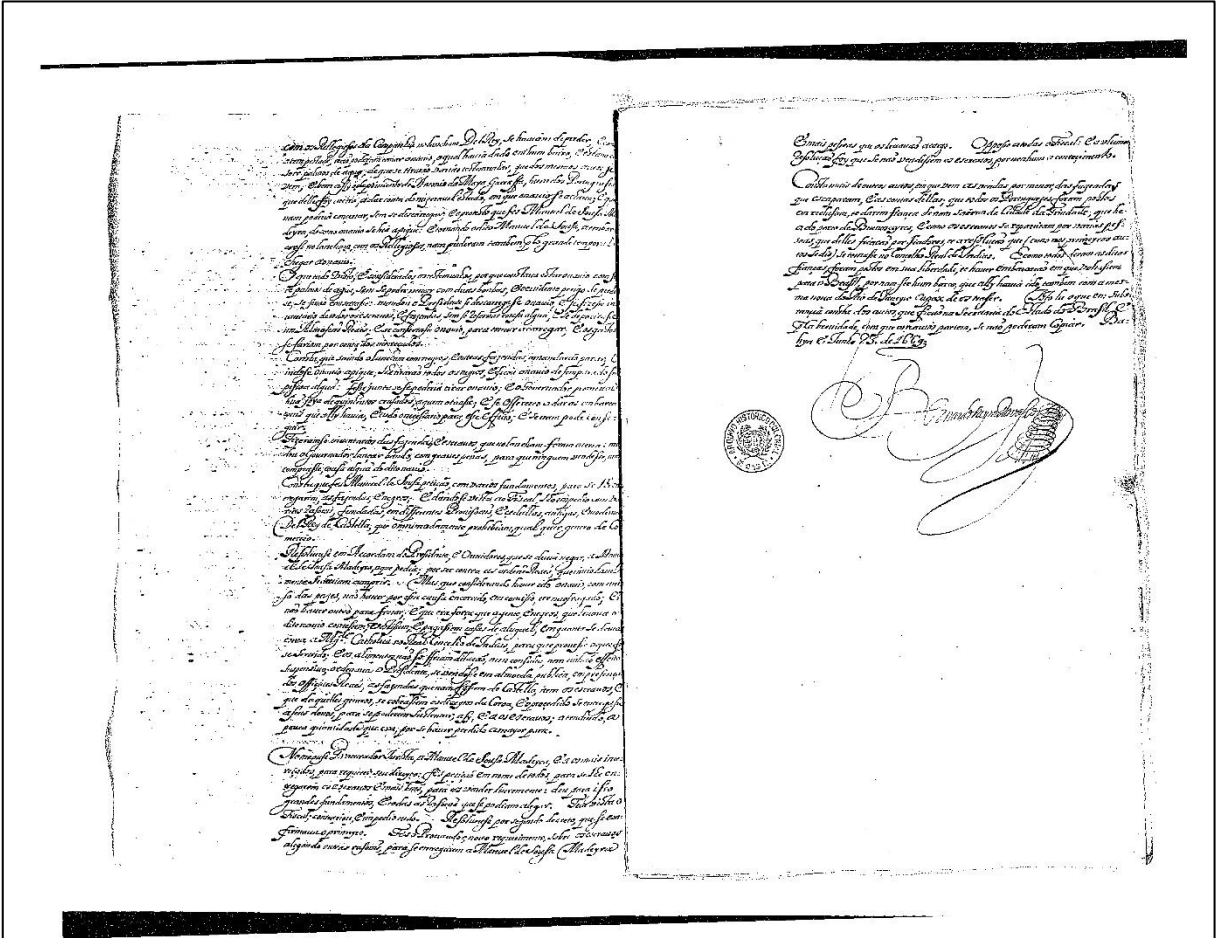
³⁹ Consta, na margem esquerda, o selo do "ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL".

do da terra.

Consta que fes Manuel daSousaMadeyra petição, sobre não ter tempo para sair; e' serlhe necessario comprar mantimentos, pedindo tempo para valiar comonções visto nam estar onauio para poder fazer viagem; e' ser evidente operigo da vida.[espaço] Escreueu despois huã carta ao governador, do estado emque achava onauio, e' como não podia partir; protestandolhe que não tinha outro Remedio, mais que em calhar por saluar as vidas.

Fizeram os officiaes Reaes graues deligencias, para ver o estado em que onauio estava, viram que fazia tres mil [*inint*] cada empulheta; fesse auisita donde estavaa agua: e'achouse que era muita, com cento e' tantas pancadas, que havia dado com os ventos, que ofizeram dar emhum baixo.

Consta do temporal que despois entrou: e' como indo o dito ManueldeSousa



[fol. 02]

com os Rellegiosos da Companhia no lancham Del Rey, se hauiam de perder, e' [com] atempestade, não poderiam tomar o nauio, o qual hauia dado em hum baixo, e' estaua [.] sete palmos de agua, de que se tiraraõ varias testemunhas, que dos mesmos autos se vem; e' bem assy o depoimento de Antonio da Maya Garraffa, hum dos Portugueses
5 que dellefoy aterra, a dar conta do mizerael estado, em que o nauio seachaua; e' que nam poderiã conçertar, sem se descarregar; e' o protesto que fes Manuel deSousa M[.] deyra, de como o nauio sehia apique: e' tornando o dito Manuel deSousa, aembar carse no lancham com os Relligiosos, nam puderam tambem, pelo grande temporal chegar aonauio.

10 O que tudo visto, e' considerados os testemunhos, por que constaua estar onauio com sete palmos de agua, sem se poder vencer com duas bonbas, e' oeidente perigo de perd[.] se, se senaõ consertasse : mandou o Presidente se descarregase onauio, e sefizesse inuentario de todos os escrauos, e' fazendas sem se reseruar cousa alguma, e' se depositasse nos Almasens Reães; e' se consertasse onauio, para tornar a carregar; e' osgastos sefariam por conta dos intereçados.

15 Consta que saindo o lancham com negros, e' outras fazendas omandaraõ parar; [.] indoseonauio apique; lhetiraraõ todos os negros, e' ficou onauio de semparado s[?] pessoa alguã : fesse junta se se poderia tirar onauio; e' o gouernador prometeu huã joya de quinhentos crusados, a quem otirasse; e' se offereceo a dar as embarca
20 coens que ally hauia, e' tudo onecessario para esseffeito; e' se nam pode conse= guir.

Fizeramse iuentarios das fazendas, e' escrauos, que no lancham foram a terra : mandou o Gouernador lançar bando; com graues penas, para que ninguém vendesse, nem comprasse cousa alguma do dito nauio.

25 Consta que fes Manuel deSousa petição com vários fundamentos, para se lhe e[n] tregarem, as fazendas, e' negros; e' dando-se vista ao Fiscal lho impedio com v[.] rias rasoens, fundadas, em diferentes Prouissoen's, e cedullas, antigas, e' moderna Del Rey de Castella, que omnimodamente prohibiam, qual quer genero de Comercio.

30 Resolueuse em Accordamdo Presidente, e' Ouuidores, que se deuia negar a Manuel deSousa Madeyra, o que pedia; por ser contra as ordens Reães, que inuiolael mente se deuiam cumprir.[espaço] Mas que considerando hauer ido o nauio, com au so das pazes, não hauer por essa causa encorrido, em comisso ter naofragado; e' não hauer outro para fretar; e' que era força que a gente, e' negros, que leuaua o
35 dito nauio comessem, vestissem; e' pagassem casas de aluguel, em quanto se daua conta a Magestade Catholica no Real Conçelho deIndias, para que prouesse o que f[.] seseruido; e' os alimentos não so ffriam dilação nem consul[?], nemtinhaõ efeito suspensiuo; ordenaua o Presidente, se vendesse em almoeda publica, em presença das officiaes Reães, as fazendas que nam fossem de Castella, nem os escrauos, e
40 que daquelles generos, se cobrassem os direytos da Coroa, e' oprocedido se entregasse aseus donos, para se poderem sustentar; asy, e' aos escrauos; atendendo, a pouca quantidade que [inint], por se hauer perdido amayor parte.

Nomeouse Procurador Iurista, a ManueldeSousa Madeyra, e' a os mais inte= reçados, para require seu direyto: fes petição em nome detodos, para selhe en=
45 tregarem os escrauos e' mais bens, para os vender liuremente: deu para isso grandes fundamentos, e todas as Rasoens que se podiam alegar.[espaço] Teue vista o Fiscal; contrariou, e' impedio tudo.[espaço] Resolueuse por segundo decreto, que se con= firmoua o primeyro.[espaço] Fes o procurador nouo requerimento, sobre os escrauos alegando outras rasoen's, para se entregarem a ManueldeSousaMadeyra

[fol. 03]

e' mais pessoas que os leuauaõ acargo.[espaço] Opposse atodos o Fiscal: e' a vltima Resoluçaõ foy que se não vendessem os escrauos,pornenhum aconteçimento.

- 5 Consta mais de outros autos, em que vem as vendas por menor, das fazendas que escaparam, e' as contas dellas; que todos os Portuguezes foram postos em reclusam, te darem diança de nam sairem da Cidade da Trindade, que he
- 10 ado porto deBuenos ayres, e' como osescrauos se repartiram por varias pes= soas, que delles ficaraõ por fiadores te aresoluçaõ que(como nos primeyros au= tos se dis) se tornasse no Conçelho Real de Indias.[espaço]Ecomo todos deram asditas fianças, foram postos em sua liberdade, te hauer embarcaçaõ em que voltassem
- 10 para o Brasil, por nam ser hum barco, que ally hauia ido tambem com a mes= ma noua doRio de Janeyro capâx de os traser.[espaço]Isto he oque em subs= tança consta dos autos, que ficaõ na Secretaria doEstado do Brasil e' pela brevidade com que os nauios partem, se não poderam copiar. Ba=
- hya e' Junho 23. de 1669⁴⁰;

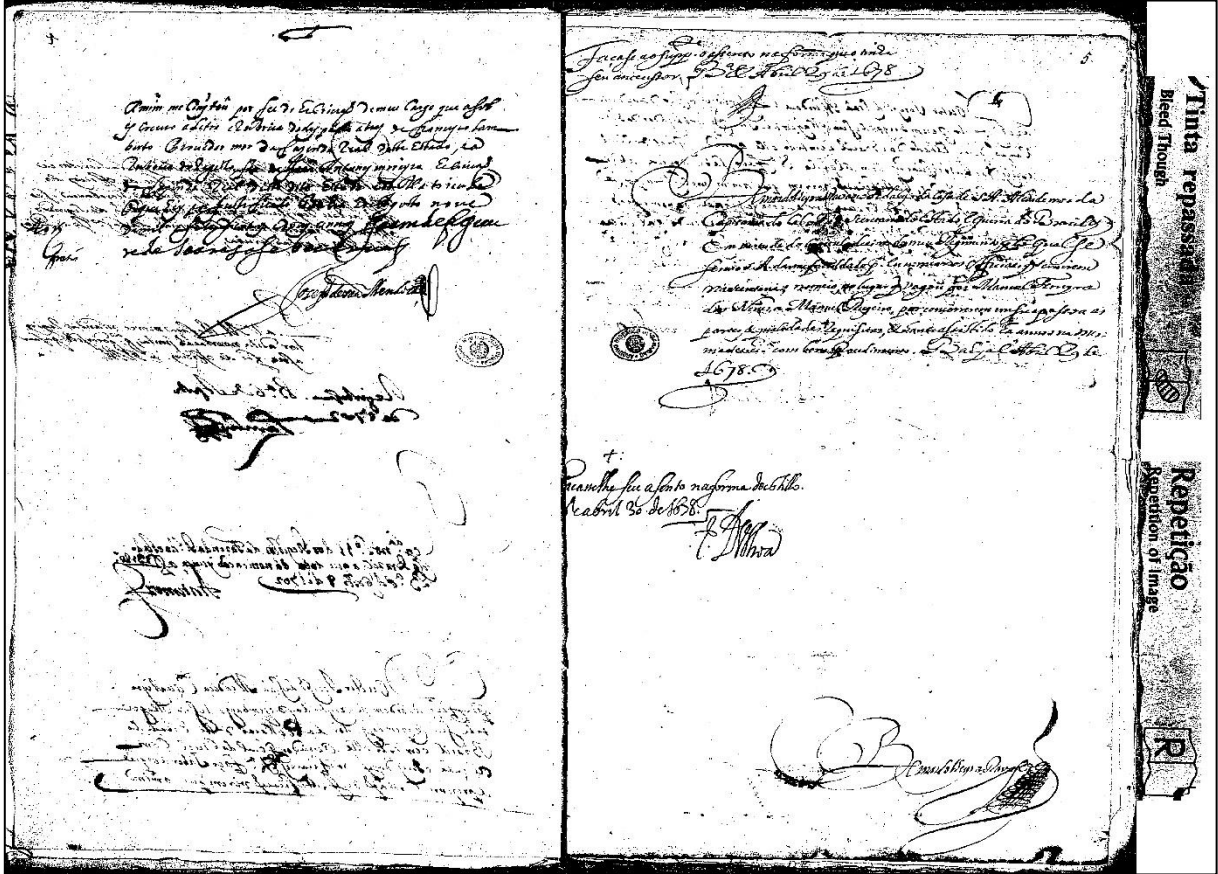
[BernardoVieyraRavasco]⁴¹

⁴⁰Laçada abaixo da data.

⁴¹ Ao lado esquerdo da assinatura de Bernardo, há o selo do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL”.

5.1.5 Fé de Ofício

AFVR-BVR-FDO-2-1678



AFVR-BVR-FDO-2-1678

Consta a nomeação de Manuel Rugerio no lugar de Manoel Ferreyra das Neves. Datada de 29 de abril de 1678.

[fol. 02]⁴²

Façase aosupplicanteoassento na formaque tinha seu antecessor. Bahya Abril 29 de1678⁴³

- 5 ⁴⁴BernardoVieyraRavascoFidalgo da CasadeSuaAlteza Alcaidemor da⁴⁵
Capitania do CaboFr[.] Secretario do Estado, e Guerra do Brasil⁴⁶
Em virtude do [inint]⁴⁷ do meu Regimento peloqualse
seruio SuaAlteza darmefa[.]dade para eu nomear os officiais queseruirem
nasecretaria; nomeio [inint] lugar que vagou por ManoelFerreyra
das Neves, a ManuelRugeiro, por concorrerem emsua[inint] as
partes &qualidadesRequisitas, &hauer assistido há armas na [inint]
10 ma[inint]. com bemprocedimento. Bahyae'Abril29 de
1678.⁴⁸

- +
[inint]lheseu asento naforma do [inint]
eabril 30 de1678.
15 [rubrica]

[BernardoVieyraRavasco]

⁴² No fôlio 01 desse documento, consta a escrita de uma outra mão, e não foi editado neste trabalho. Por causa da tinta repassada, o documento apresenta um grau maior de dificuldade de leitura. Sobre o *escriptor*, provavelmente chama-se Joseph de Sousa Mendonça.

⁴³ Escrito de outro punho.

⁴⁴ A letra “B” com laçada grande. O documento está com sombra da escrita de outro documento, certamente a tinta repassou do verso.

⁴⁵ Ao lado direito, constam informações sobre a tinta repassada; certamemnte essas informações foram colocadas quando o documento fora digitalizado.

⁴⁶ Laçada interessante, certamente para marcar a parte introdutória do documento.

⁴⁷ Há borrões de tinta nesse trecho do documento.

⁴⁸ Laçada abaixo da data. Ao lado esquerdo, próximo à data, encontra-se o selo do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL”.

Agrouo afez ou refpondor por 6
 agrouando al de fava de par
 ondo afez ou refpondor
 or fava de par

Or fava vaga com a morte do Licenciado Antonio Garcia, Lugar
 ondo afez ou refpondor
 or fava de par

rom ofegredo, fufficiencia, e mai qualidada, que ofagom benemerito de de
 fua ditta na occupacam, alem de fua fonsido a de fua ditta

Em nome do Official maior da Secretaria do Estado, pelo qual se manda...
 no nome do Official maior da Secretaria do Estado, pelo qual se manda
 com approvacao de fua ditta, mandar requerer a confirmacao de fua ditta
 Real Cedula em 28 de 1694.

Antonio Garcia

Cumprido B. 29 de Jan
 de 1694 *Lombardi*

Real Cedula de 28 de 1694

Antunoz

Registada ass 338

Tinta repassada
 Bleed Through

AFVR-BVR-FDO-2-1694

Consta a nomeação de Manuel Rugerio como Oficial maior da Secretaria do Estado, em lugar de Antonio Garcia. Datada em 28 de janeiro de 1694.

5 ⁴⁹Por ficar vaga, com a morte do Licenciado Antonio Garcia, o lugar de Official maior da Secretaria do estado do Brasil, que não pôde [inint] sem exercicio: e n'esse tempo de Manuel Rugerio segundo Official concorrem o segredo, sufficiencia, e mais qualidade, que o fazem benemerito delhe
10 O nome do Official maior da Secretaria do Estado pela faculdade que Sua Magestade se serviu [inint] de me no capitulo ultimo do meu Regimento, para com approuçam de Vossa Magestade requerer a confirmação de Sua Magestade Bahya em janeiro 28 de 1694.

[Bernardo Vieira de Lima]

15 Cun[*inint*] 29 de janeiro
d[?] 1694.
[assinatura]

⁵⁰Registrada no 1º [?]o dos Registros da Fazenda Real do Estado do Brazil a que toca a [inint] e forma do seu assento Bahya 29 de janeiro de 1694.

⁵¹Registrada af[?] 933

⁴⁹ No canto superior esquerdo até a lateral esquerda do documento, há um parecer escrito por outro punho, o qual não foi estudado neste trabalho. Além disso, contam, nas laterais direitas do documento, informações sobre a tinta repassada. Abaixo da assinatura do *escriptor*, há o selo do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL”.

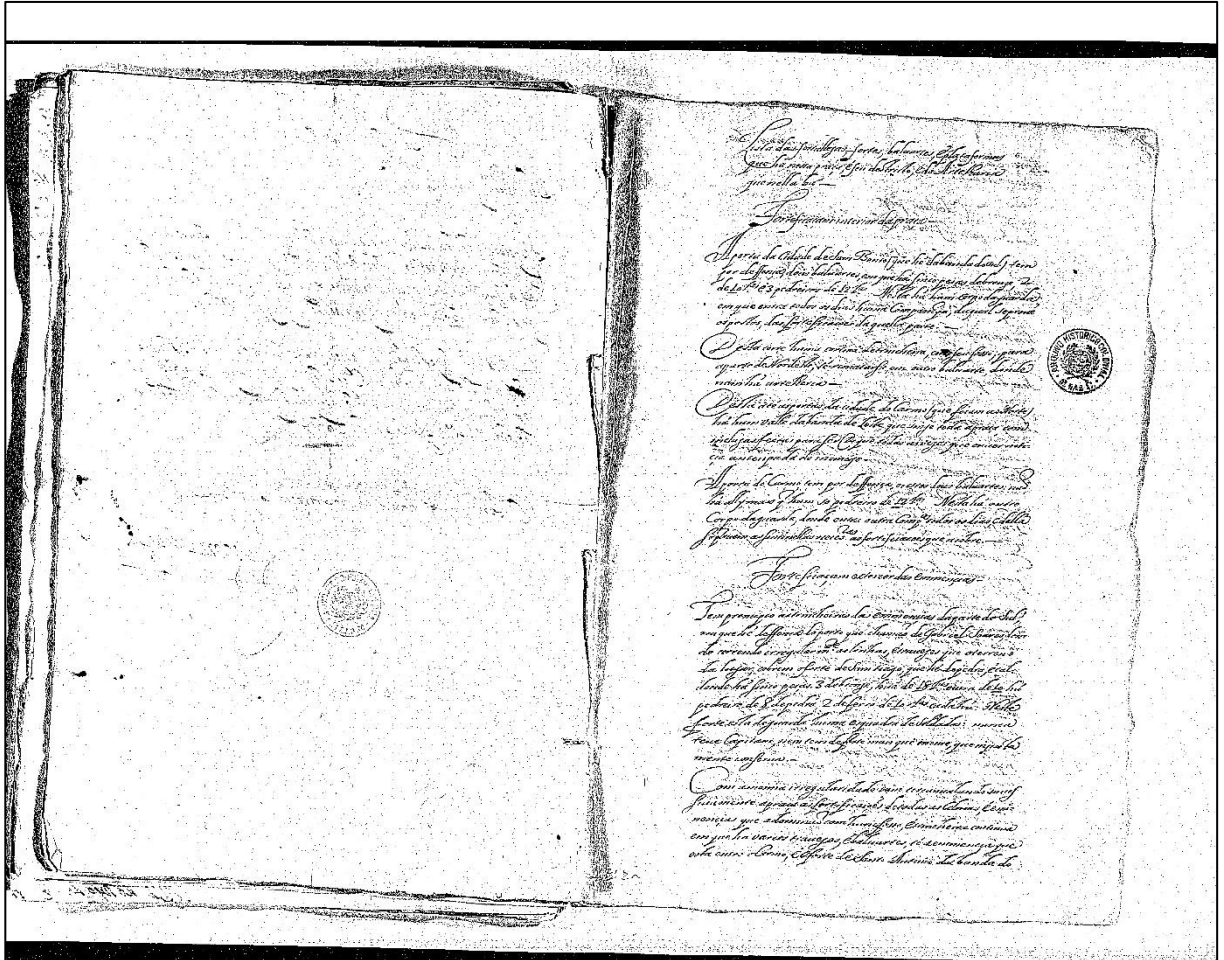
⁵⁰ Provavelmente escrito por outro punho. Esse trecho é assinado por “Antunes”.

⁵¹ Provavelmente escrito por Antunes.

5.1.6 As Listas

AFVR-LIS-2-1660

Fólio 01



AFVR-LIS-2-1660

Trata-se de um levantamento de todas as fortalezas, os fortes, as plataformas, as artilharias e os baluartes que havia na Bahia, naquela época. Datada de 11 de setembro de 1660.

[fol. 01]⁵²

Lista das fortalhasas-fortes, baluartes, e' plataformas
que ha nesta praça, e' seu distrcito, e'da Artelharia
quenella hã-

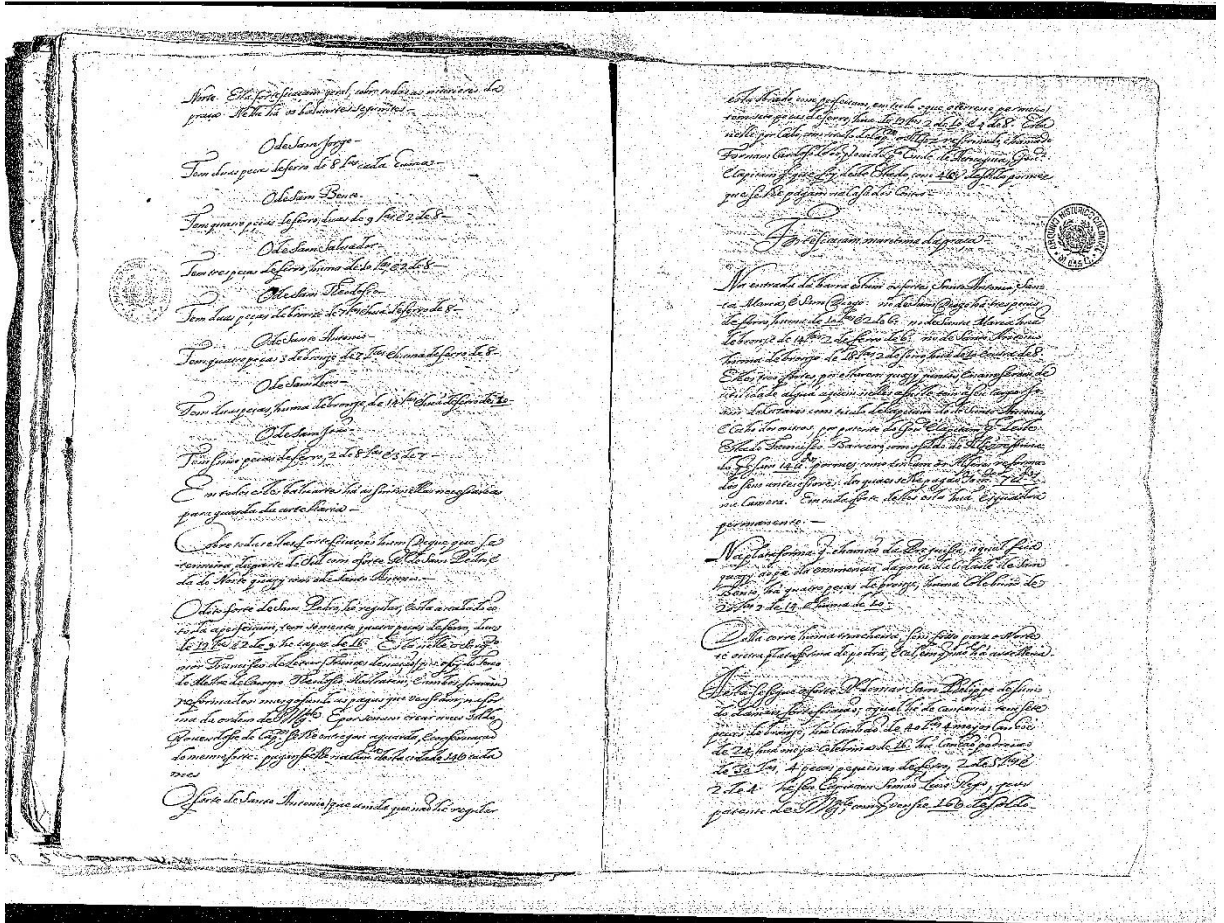
Forteficaçãminteriordapraça -

- 5 A porta da cidade de Sam Bento/ que he dabanda do sul, tem
por de deffen[?]o douis baluartes, em que há sinco peias de bronze , 2
de 10[Libras] e 3 pedreiras de 12 [Libras]. Nestas há hum corpo daguarda
em que entra todos os dias huma Companhia, duqual sepro[?]
os postos, das fortificacoe's da quella parte. -
- 10 Desta [*torre*] huma cortina detricheira, com seu[*inint*], para
a parte doNordeste, [*inint*]rematarasse, em outro baluarte, donde
namhá artelheiro-
- Desta até as portas da cidade do Carmo (que ficam ao Norte)
há hum vall[?] da banda de Leste que [*inint*] toda a praça com
- 15 inclusasfeitas para ser [?] que todas as veses que [*inint*] noti=
çia antecipada do inimigo -
- Aporta do Carmo tem por deff[?]rça, os otros dous baluartes: não
há ally mais que hum so pedreiro de 12[*Libras*]. Nesta há outro
corpo daguarda, donde entra outra Companhia todos os dias, e della
- 20 seprouem as sentinellas [*inint*] as fortificaçõesque [?]bre-

Fortefiaçam exterior das emmençias-

- Tem prencipio as trincheiras das emmençias daparte doSul,
na que he deff[?] do porto que chamaõ deGabriel Soares, den=
de correndo irregularmente as linhas, e' [*inint*] que oterreno
- 25 da lugar, cobrem oforte deSam tiago, que he depedra, e' cal:
donde há sinco peças 3 debronse, huã de 18[Libras] outra de 10 hú
pedreiro de 8 de pedra, 2 deferro de 10 [Libras] cada hú: Neste
forte esta de guarda huma esquadra de soldados: nunca
teue Capitam, nem tem deforte mais que onome, que injusta
- 30 mente conserua-
- Com a mesma irregularidade vam [*inint*] sucecs
siuamente apraça asfortificações detodas as Colonias, e' emi=
nençias que adominas com humfosso, e'trincheira continua
em que ha varios trauesas e'baluartes, [?] aemmençia que
- 35 esta entre oCarmo, e'oforte de Santo Antonio da banda do

⁵² O carimbo do "ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL" encontra-se do lado direito.



Norte. Esta fortificação geral, cobre todas os interiores da praça . Nella há os baluartes seguintes -

OdeSamJorge-
Tem duas peça de ferro de 8[libras] cada huma-

5 OdeSam Bento-

Tem quatro peças de ferro, duas de 9[libras] e' 2 de 8 -

OdeSam Salvador-

Tem três peças de ferro, huma de 10[libras], e' 2 de 8-

OdeSam Theodosio-

10 Tem duas peças de bronze de 7[libras] e hua de ferro de 8-

OdeSanto Antonio-

Tem quatro peças 3 de bronze dez[libras] e'huma de ferro de 8-

O de Sam Luis-

Tem duas peças, huma de bronze, de 10[libras] e'humã de ferro de 10-

15 O deSamJoao-

Tem cinco peças de ferro, 2 de 8[libras] e' 3 de 7-

Em todos estes baluartes há as sintinellas necessárias para guarda da artilharia-

20 Cobre todas estas fortificacoes hum Deque que se termina daparte do sul com oforte RealSam Pedro e' da do Norte quasy com o de Santo Antonio. -

O dito forte de Sam Pedro, hé regular, e' esta accabado com toda a perfeiçã, tem somente quatro peças de ferro, duas de 12[libras]e' 2 de 9 he capaz de16. Esta nelle oSargento
25 mor Francisco deL[?]/Françes de[?]ção / ofoy do terço do Mestre deCampo Theodosio [*inint*], eambos ficariam reformados: mas gosando as pagas que venssiam, nafor ma da ordem de SuaMagestade E por senam crear nouo soldo prouindosse do Capitã selhe entregar aguarda, e' conseruação
30 do mesmo forte : paga[?]selhe na Camara desta cidade 14[?] cada mês
O forte de Santo Antonio/ que ainda que não há regular

esta [?]brado com perfeiçam, em tudo o que o terreno permetio/
 tem sete peças de ferro, hua de 12[libras] 2 de 10 e' a de 8. Esta
 nelle por Cabo, com titulo de Capitam Alferez reformado, chamado
 Fernam Cardoso Lobo, prouido pelo Conde de Aetouguia, Governador
 5 e' Capitam Geral que fuy deste Estado, com 46[?] desoldo por meo
 que selhe pagam na casa dos Co[?]tos-

Forteficaçam marítima da praça-

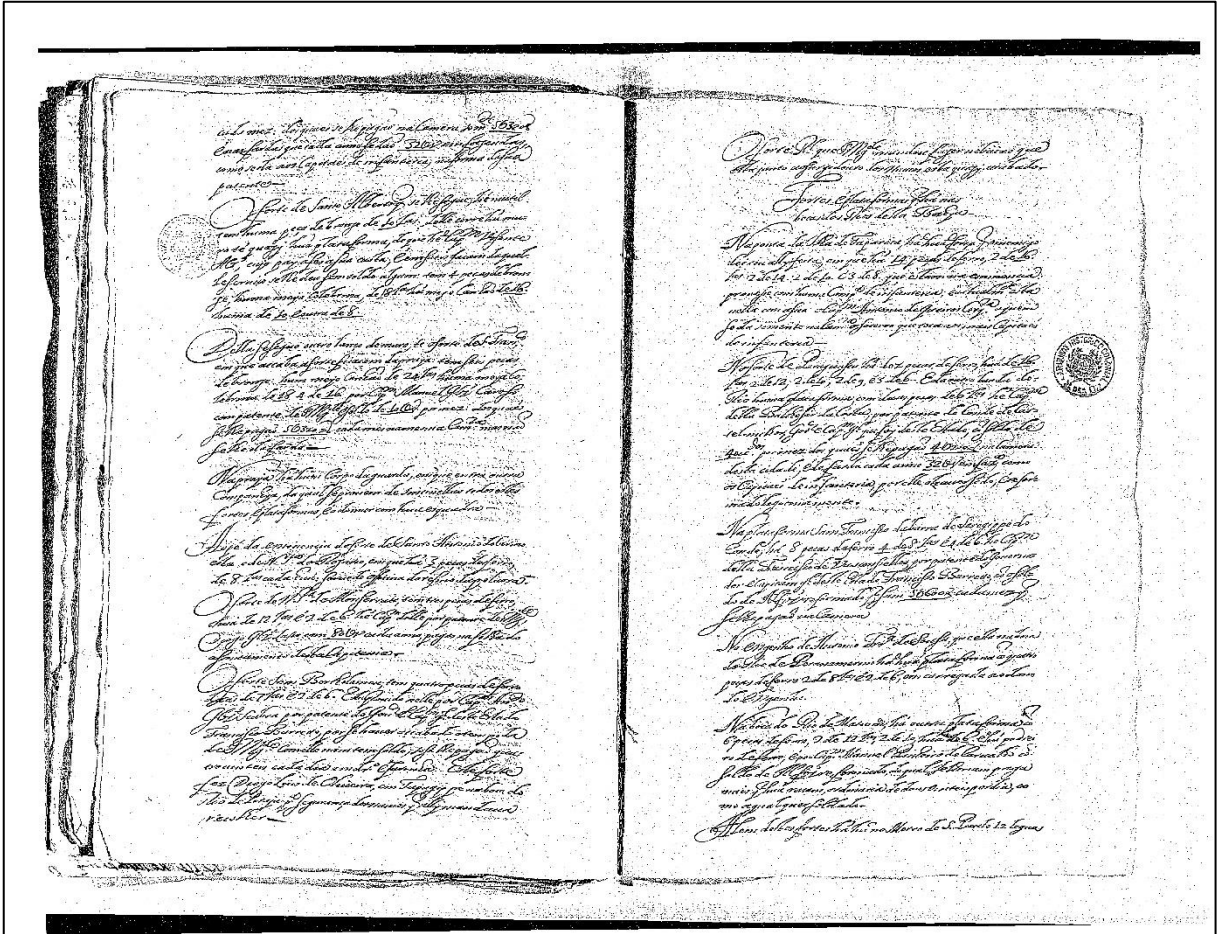
Na entrada da barra estam os fortes, Santo Antonio, San=
 ta Maria e' Sam Diogo : no de Sam Diogo há três peças
 10 de ferro, huma de 10 [libras] e' 2 de 6: no de Santa Maria huã
 de bronse de 14[libras] e de ferro de 6: no de Santo Antonio
 huma de bronse de 18[libras] 2 de ferro, huã de 10, e' outra de 8.
 Estes tres fortes, por estarem quasy juntos, e' nam serem de
 utilidade alguã quem nelles assiste tem a seu cargo Jo=
 15 am de Cazares com titulo de Capitam do de Santo Antonio,
 e' Cabo dos outros, por patente do Governadore Capitam Geral deste
 Estado Francisco Barrero, com o soldo de Alferez reforma=
 do que sam 14[inint] por mês, como tinham os Alferes reforma=
 dos seus antecessores : dos quaes se lhe pagao [inint] 7 [inint]
 20 na Camara. Em cada forte destes esta huã esquadra
 permanente. -

Na plataforma que chamaõ da Preguissa, a qual fica
 quasy ao pe da emmençia da porta da Cidade de Sam
 Bento, há quatro peças de bronse, huma Col[?]b[?]na de
 25 20[libras] 2 de 14 e huma de 10.

Della corre huma trincheira, sem fosso para o Norte
 [inint] outra plataforma de pedra; e' cal, em que [inint] há artelharia.

A esta sesegue o forte Real do mar Sam Phelippe des[?]
 do jamais foret fiaçãõ; o qual he de cantaria : tem sete
 30 peças de bronse, hú Canhaõ de 40[libras], 4 meyo Canhoes
 de 24, huã meya colebr[?]a de 16. hú canhaõ padrei[?]o
 de 30[libras], 4 peças pequenas de ferro, 2 de 5[libras] e'
 2 de 4. heseu Capitam Simao Luis Rejo, [inint]
 patente de Sua Magestade com que vensse 166 desoldo

⁵³ Presença do selo do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL”, à margem direita.



cada mez: dos quaes se lhe pagaõ na Camera somente S63[?]
e' nas fardas que cada anno se daõ 32[?] em fardas,
como sexta aos Capitaes infanteria, na forma de sua
patente-

- 5 Oforte de Santo Alberto *que se lhese segue*, hé inutil
tem huma peça de bronse de 10[libras], solhe corre húmu=
ro [?] e' quasy huã plataforma, deque he Capitam Visente
[*inint*], cujo payafes a sua custa; e' em satisfacaose daquel
leseruiço selhe deu sem soldo algum: tem 4 peças de bron=
10 se, huma maya colebrina, de 18[libras] húm meyo Canhaõ de 16.
huma de 10 e' outra de 8.

- Della se segue outro [*inint*] demuro, [*inint*] oforte de *Sam Francisco*
em que acaba a fortificação da praya : tem seis peças
de bronse: hum meyo canhaõ de 24[libras] huma maya Co=
15 lebrisa de 18 de 16, por Capitam Manuel G[?] Ca[?]so
com patente de *Sua Magestade* e' soldo de 10[*inint*] por mez: das quaes
selhe pagaõ S[?]320 cadames na mesma Camara: mas não
selhe da farda:-

- Na praia há hum Corpo da guarda, em que entra outra
20 Companhia, da qual se prouem de sintinellas todos estes
fortes, e' plataformas, e' o domar com sua esquadra-

- Aopé da eminencia do forte de Santo Antonio do Carmo
esta ode *Nossa Senhora do Rosario*, em que há 3 peças de ferro,
de 8[libras] cada huã: sor[?] offisina doress[?] dapo[?]
25 Oforte de *Nossa Senhora de M[?]* tem tres peças de ferro,
huã de 12[libras] e' 2 de 6. hé Capitam delle por patente de *Sua Magestade*,
Diogo [*inint*] Lusio com 80[?] cada anno, pagos na folha do
assentamento desta Capitania.-

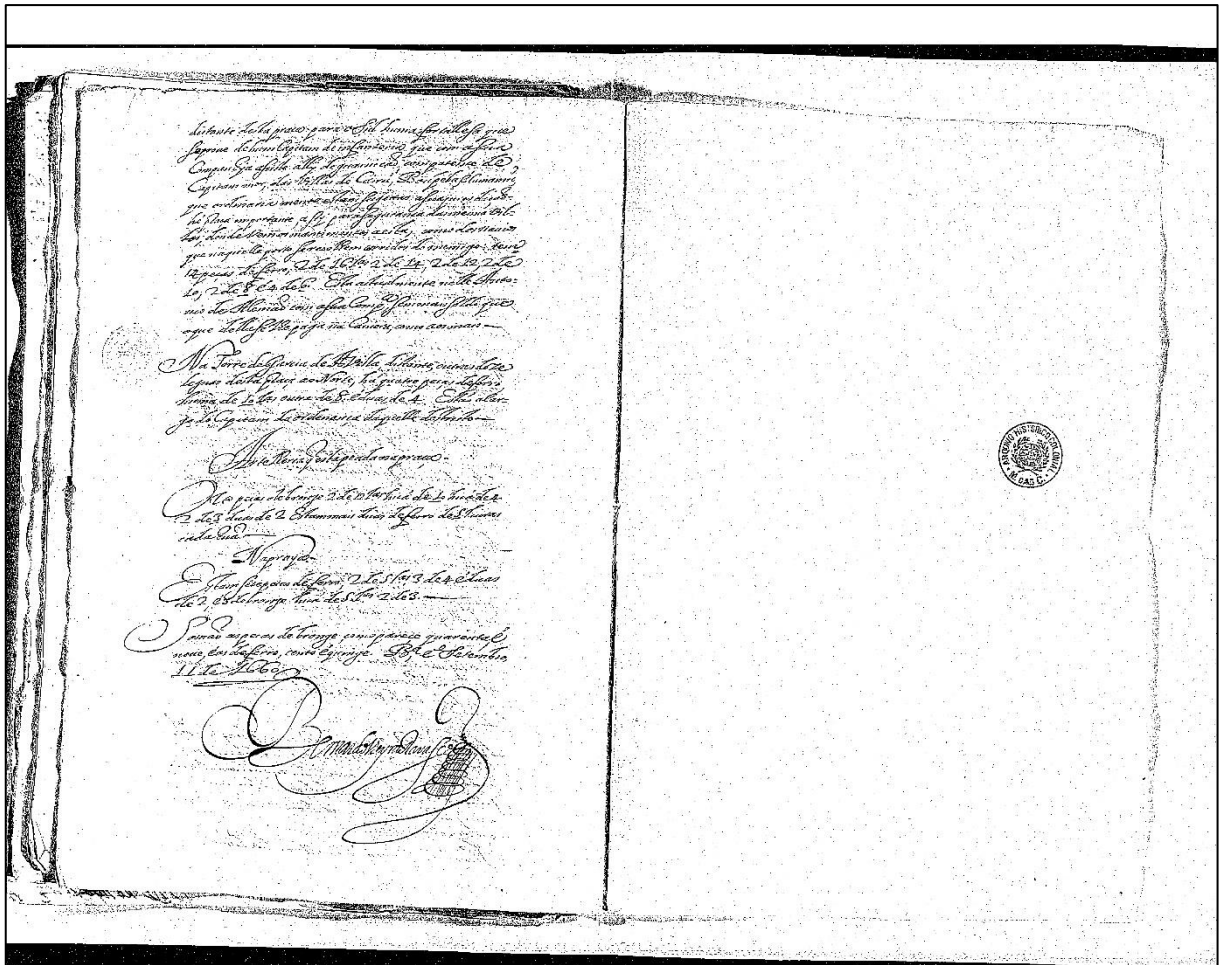
- Oforte *Sam Bartholameu*, tem quatro peças de ferro
30 [*inint*] de [*inint*] e' 2 de 6. Estaprouido nelle por Capitam Antonio
G[?] Seabra por patente do Governador e' Capitam Geral deste Estado
Francisco Barreto, por se hauer acabado o tempo da
de *Sua Magestade* com elle nam tem soldo; so selhe pagaõ qua-
trocentos cada dia em [?]: e [*inint*] Este forte
35 fez Diogo Luis de Oliueira, em Tapagipe na b[?]m do
Rio de Piraja, para segurança dos nauios *que ally mandaua*
[?]lher-

O forte *Real* que *Sua Magestad* demandou faser no baixo que estajunto aosurgidouro dos nauios esta quasy : accabado.

Fortes e' plataformas *que* há nas bocas dos Rios desta Bahya-

- 5 Na ponta da Ilha de Taparica, há huaforça *que* o inimigo deixou allyfeita, em que há 14 peças de ferro, 2 de 16. [libras] 2 de 14, 2 de 10, e' 3 de 8. que estam na eminencia: prouesse com huma Campanha. de infantaria; e' [inint] esta nella com asua O *Capitam* Antonio de Queiros *Cerqueira* aquem se da somente na *Camara*. [inint] que toca aos mais *Capitães* de infantaria-
- 10 No forte de Paraguassu há dez peças de ferro, huã de 16. [libras] 2 de 12, 2 de 10, 2 de 9, e 3 de 6. Eda outra banda do Rio huma plataforma, com duas peças de 6 [libras]. he *Capitam*. della Balchesar da Costa, por patente do Conde de Cas-
- 15 tel melhor *Gouernadore Capitam Geral* que foy deste Estado, com soldo de 40 [inint]. por mez: das quaes se lhe pagaõ 4 [?] 200 na camera desta cidade e' de farda cada anno 32 [?] *fazenda*, como os *capitães* de infantaria, porelle ohauersido, e' reformado legitimamente.
- 20 Na plataforma *San Francisco* da barra de *Seregippe* do Conde, há 8 peças de ferro 4 de 8 [libras] e' 4 de 6. he *Capitam* della *Francisco* de *Vasconcellos*, por patenteado *gouernador* e' *Capitam Geral* deste Estado *Francisco Barreto*, com osol-
- 25 do de *Alferez reformado* *quesam* s [?] 600 [?] cadamez *que* selhe pagaõ na câmera
- No engenho de Antonio *Ferreira* de *Sousa*, que esta na boca do Rio de *Paranamerim* hahuã plataforma com quatro peças de ferro 2 de 8 [libras] e' 2 de 6, [inint] carregada a dono
- 30 10 engenho.
- Na boca do Rio de *Ma* [?] há outra plataforma com 6 peças de ferro, 2 de 12 [libras], 2 de 10 huã de 6 e' hú *pedreiro* de ferro e' p [?] *Capitam* Manuel *Pinheiro* de *Carvalho* com: soldo de *Alferez reformado* do qual se severiam paga
- 35 mais *que* huã *rasam*, ordinária de dous *viteis* *pordia*, como a qual *quersoldado*.
- Alem destes fortes há huã no *Morro* de *San Paulo* 12 leguas

⁵⁴ Na lateral direita do documento, encontra-se o selo do "CONSELHO HISTÓRICO COLONIAL".



5 distante desta praça para o Sul huma fortallesa que
 seproue de hum Capitam de infantaria que com asua
 Companhia assiste ally de guarnição com patente de
 Capitam mor, das villas de Cairũ, Bauebea e' Camamũ
 que ordinariamente estam sugeitas asua jurisdicção-
 há praça importante asy: para segurança da mesma [inint]
 [inint], donde vem os mantimentos a esta, como dos nauios
 que naquele porto se recolhem corridos do inimigo : tem
 10 14 peças de ferro, 2 de 16 [libras] 2 de 14, 2 de 12, 2 de
 10, 2 de 8 e' 4 de 6. Esta actualmente nelle Antonio
 de Alemaõ com asua Campanha sem mais soldo que
 o que dellas elle paga na Camera, como aos mais-

15 Na torre de Garcia de Avilla, distante, outras doze
 leguas desta praça ao Norte, há quatro peças de ferro,
 huma de 10 [libras] outra de 8 e' duas de 4. Estaõ acar=
 go do Capitam da ordenança daquelle distrito-

Artelheria que esta peada na praça-

20 Oito peças de bronze 2 de 12 [libras] huã de 10 huã de 4.
 2 de 3 duas de 2 Estam mais duas de ferro de 5 [inint]
 cada huã.-

Napraya

Estam sete peças de ferro, 2 de 5 [libras], 3 de 4 e' duas
 de 2, e' 3 de bronze huã de 5 [inint] 2 de 3.-

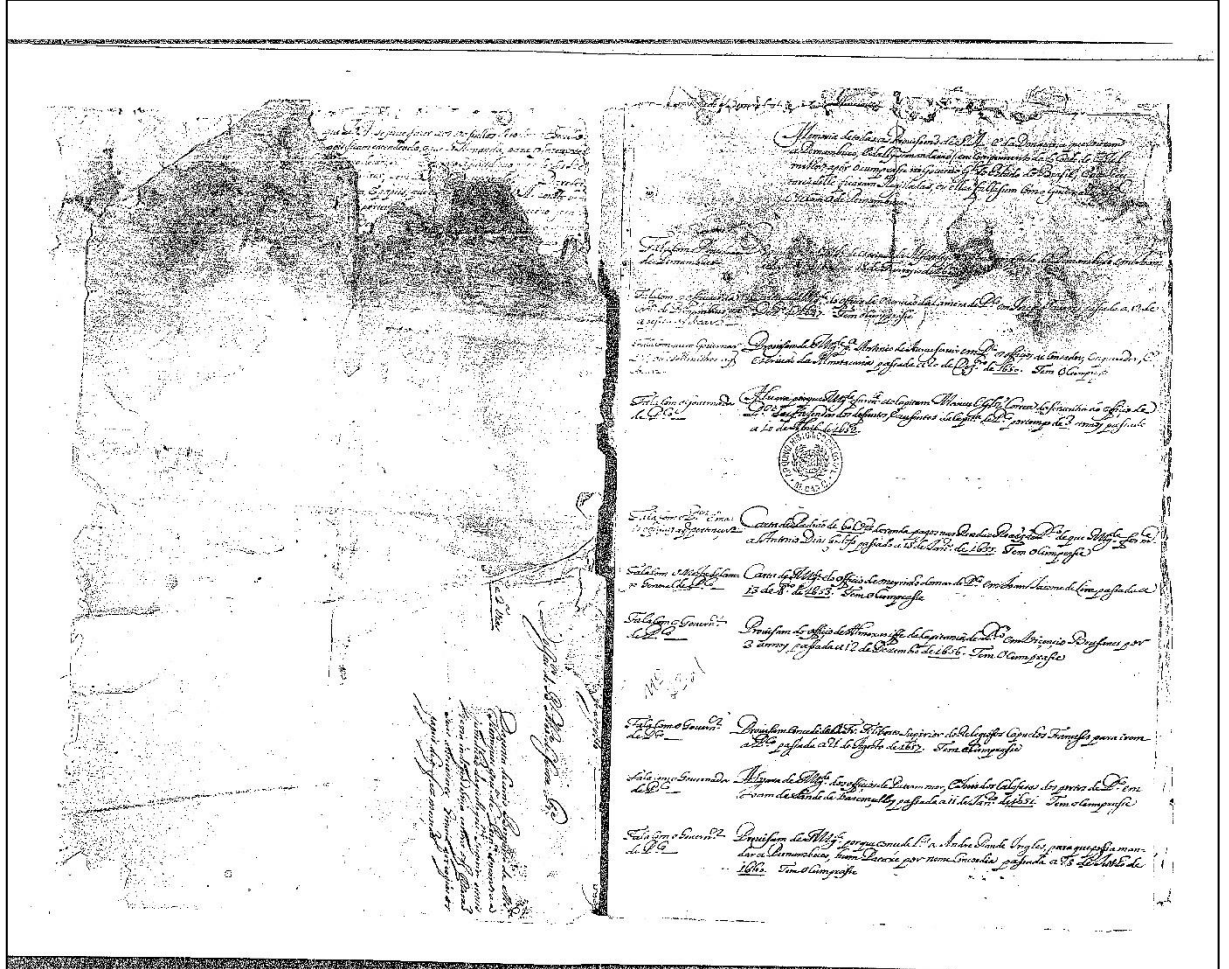
25 Somaõ as peças de bronze como parece quarenta e'
 noue, e' as de ferro, cento e' quinze. Bahia e Setembro,
 11 de 1660.

[Bernardo Vieyra Ravasco]

5.1.7 Memória

AFVR-BVR-MEM-2-SD

Fólios 01-02



AFVR-BVR-MEM-2-SD

Consta um levantamento de todas as provisões que chegaram de Pernambuco para o Governo Geral do Estado do Brasil. Não possui datação.

[fol. 01]

Do Governador do Brasil [inint] de Souza [inint]

[.]e2^avias

⁵⁵Da conta de como Bernardo de M[?]

- 5 Henrique governador de Pernambuco encontra a
jurisdição daquelle Governo: [?]upari[?] [inint]
[inint] independencia [inint] oque [inint]
seus antecessores [inint] por copias os
papeis de que faz menção.

⁵⁵ Escrita em posição contrária à página. O fólho apresenta corrosões nas laterais superior e esquerda. Por essa razão, é possível ver a página anterior ao fundo.

- Memoria de todas as Prouisoen's de *Sua Alteza e'* da Donataria que vieram a Pernambuco, edallyse mandaraõ (em comprimento da do Conde de Castel= milhor apõr ocumprasse no *Gouerno Geral* do Estado do Brasil, e' a Secre= taria delle ficaram Registradas, [?]u ellas fallassem Como *Gouernador Geral* [inint] ode Pernambuco.
- 565 <⁵⁷ Fala Como P[rouedor] de Pernambuco >
- 6 ⁵⁸P[ilegível] de [inint] da Alfandega [ilegível] de Pernambuco [inint] [ilegível] 18 de Fevereiro de 16 [ilegível] <Fala Como officiaes da Camera de Pernambuco [ilegível]> Carta de *Sua Magestade* do officio de escriuaõ da Camera de Pernambuco em Jozeph [inint] passada a 12 de Dezembro de 16 [?]7. Tem ocumprasse <Fala Com [ilegível] Gouernar [Ministros] aque [ilegível]>
- 10 Prouisam de *Sua Magestade* para Antonio de Au [?] servir em Pernambuco os officios de Contador, [inint] e' escriuaõ da [inint] passada a 20 de Dezembro de 1650. Tem o cumprasse. <Fala Com o Gouernador de Pernambuco-> Aluaraporque *Sua Magestade* fa[.] merce ao Capitam Manuel Gl [?] Correa da secretaria do officio de [inint] das fazendas dos defuntos, e' ausentes da Capitania de Pernabuco portempo de 3 annos passado a 10 de Abril de 1652⁵⁹. <Fala com [inint] e' ma= [.] officiaes aque pertencer>
- 15 Carta de Padraõ de 6 [inint] de rendapagos nas Rendas Reaes de Pernambuco de que *Sua Magestade* fes merce a Antonio Dias Cardoso passado a 15 de janeiro de 1655. Tem o Cumprasse <Fala com o Mestre de Cam=po General de Pernambuco.> Carta de *Sua Magestade* do officio de meyrinho do mar de Pernambuco em Joam Jacamede Lira passada a 13 de 8^{bro} outubro de 1653. Temo Cumprasse <Fala Com o Gouernador de Pernambuco>
- 20 Prouisam do officio de Almoxariffeda Capitania de Pernambuco em Viçençõ Brussenes por 3 annos passada a 12 de dezembro de 1656. Tem o Cumprasse <nº 2321>⁶⁰ <Fala Como Gouernador de Pernambuco.> Prouisam Concedida a Frei Filiberto Supirior dos Religiosos Capuchos Franceses para irem a Pernambuco passada a 21 de Agosto de 1657. Temo Cumprasse <Fala com o Gouernador de Pernambuco> Alvara de *Sua Magestade* dos officios de Patram mor, e Juis dos Calasatos dos portos de Pernambuco em Joam de Sande de Vasconçellos passada a ii de Janeiro de 165i. Temo Cumprasse <Fala com o Gouernador de Pernambuco.>
- 25 Prouisam de *Sua Magestade* porque concede [?] a Andre Rande Ingles, para que possa man= dar a Pernambuco, hum Pataxe por nome Concordia passada a 28 de Julho de 1660. Temo Cumprasse

⁵⁶ A numeração foi contada de acordo com as linhas do documento; as frases que estão na margem esquerda, registradas entre <>, não foram contadas como linhas a mais.

⁵⁷ Todas as frases registradas entre <> foram escritas na lateral esquerda do documento.

⁵⁸ Apresenta borrões ou desgaste do material.

⁵⁹ Abaixo da data, consta o selo do "ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL"

⁶⁰ Numeração inclinada ao lado esquerdo do documento.

[Faded handwritten text, likely a list of entries or a ledger, with some legible fragments:]

[Circular stamp or seal, partially legible:]

[Faded handwritten text, likely a list of entries or a ledger, with some legible fragments:]

⁶¹<FalaComo Capitam mor de Pernambuco.>

⁶²Padram de 40[inint] detença 6[inint] Habito deSantiago de que SuaMagestadesmerce aJoão Fra=diqueNo[?] Consignados emalgua's Rendas que houuer em Pernambuco passado a 5.de Março de1655. Tem Ocumprasse.

<F[ilegível]Vidal e' [inint] com os officiaes da Camera de Pernambuco>

Patente de Governador das Capitania dePernambuco de queSuaMagestade fesmerceaFrancisco de Brito

5 Freyre passada a 23 de julho de1660: Tem o comprasse.

<FalaComoGouernador dePernambuco.>

[ilegível] SuaMagestade manda pagar 20[ilegível] dePernambuco ao[inint] Marcos de

[ilegível] damesmaCapitania pas[ilegível] de Fevereiro de 1662. Tem oCump=

prasse

<Fala Com oMestre deCam=po General acujo cargo [.]sta o gouernador dePernambuco.>

Patente do Mestre de Campo do exersito doPernambuco emAntonio Dias cardoso passada a4 deMayo

10 de 1656. Tem o Cumprasse

<FalacomoGouernador dePernambuco>

Patente deSuaMagestade doposto deAjudante deTenente doMestredeCampoGeneral que Vagou em

Pernambuco, de quefes merce aJoamFradiqueNo[?] passadaa i2de junhode1659. Tem o cum

Prasse

<FalaComoGouernador dePernambuco>

Prouisaõ porque SuaMagestade concedelicença aoD^{em} SimãoAl[?]deLapenha para se pass[.]

15 aoReyno passada a 14 deNouembro de1662. Tem o Cumprasse.

<Fala Com oMestre de Campo GeneraldePernambuco>

Patente deSuaMagestade dopostodeTenete doMestre deCampo GeneraldePernambuco dequefesmerce

aAntonio Jacome Beserra passada a 29 de Abril de1656.[espaço]Temo Cumprasse

<Fala com apessoa acujo Cargoestiuer, o Governo dePernambuco.>

Patente por que SuaMagestadesmerce aSebastiam deSaã doposto de Capitaõ daCompanhiaque

Vagou emPernambuco por ausência deJoam Baptista Achale passada a 27 deAgosto de 1656.

20 Tem o Cumprasse

<Fala Com o Gouernador dePernambuco>

Prouisaõ deSuaMagestade deJuis dos orfaõs dePernambucoemFeliçiano deArahujo deAseuedo pas

sada a 3 de Janeiro de1650. Tem o Cumprasse

<FalaCom o Gouernador dePernambuco>

Aluara por queSuaMagestade fesmerce aPº Maz Lslsam para nomear pessoa que siruaofficio

Deescruiaõ de Meyrinho do Campo dePernambuco esatisfaçaõ doGouernador em quando nam Ca=

25 Sarsuafilha prouida no d[?] officio passada a i[?] de Agosto de 1663.

<FalaComoGouernador dePernambuco>

Cartadoofficio dePernambuco da fazendaReal daCapitania dePernambuco dequeSuaMagestadesmercea

João Baphista Pereyra passada a [?] de Mayo de1665.[espaço] Tem o Cumprasse

<Fala Com o Gouernador dePernambuco>

Prouisam porqueSuaMagestade fes merce aJoamLopes Lobo delheconfirmar apropriedade do of=

ficio deTabeliaõ da Vara de [?]Olinda quelhederamosMestres deCampo passada a4. De Nouembro

30 dei664

⁶¹ As frases que estão à margem esquerda do documento estão editadas entre <>. Elas não serão contadas como linhas a mais, pois, no documento, estão alinhadas com as frases do corpo do texto.

⁶² Trecho comprometido por borrões ou corrosões até a altura da linha 10.

<Fala Com o governador dePernambuco>

Patente porque Sua Magestade fes merce a Diogo da Gamade Vasconcellos do posto de Mestre decampo do Terço de Pernambuco que Vagou para Francisco de Figueiroa passada a 12 de Outubro de 1662. Tem o Cumprasse

<Fala Com o Governador dePernambuco>

- 5 ⁶³Patente porque Sua Magestade fes merce a Joam Baptista Achiole do posto de *arg[ento]* [ilegível] or= denação da Capitania de Pernambuco passada a 30 de Agosto de 1668. Tem o Cumprasse.

Aluara [de] Sua Alteza Manuela da C[ilegível] de Capitania de Pernambuco passada [ilegível] de 1668. Tem o Cumpr[asse].

<Fala Com o Governador dePernambuco>

Patente porque Sua Alteza fes merce a Antonio [*inint*] Beserra do posto de Coronel das Campanhas da [ilegível] da Capitania de Pernambuco passada a 13 de julho de 1668. Tem o Cumprasse⁶⁴

- 10 Prouisam da propriedade dos officios, de Contador, [*inint*], e distribuidor da Capitania de Pernambuco de que fes merce Francisco Barretto em nome de Sua Magestade a João de Freytas de Leão passada a 2 de Junho de 1656. Tem o Cumprasse.

- 15 Prouisam da propriedade do officio de Thesouro das fazendas dos defuntos e ausentes da Capitania de Pernambuco de que fes merce Francisco Barreto Sendo Mestre decampo [*inint*] em nome de sua Magestade ao [*inint*] Antonio dos Reg[*inint*] passada a 2 de Mayo de 1656. Tem Cumprasse

Prouisam da propriedade do officio de Meyrinho do Campo de Pernambuco de que fes merce Francisco Barreto sendo mestre decampo *General* em nome de Sua Magestade a P^o Mas Lobam passada a 20 de setembro de 1656. Tem Cumprasse.

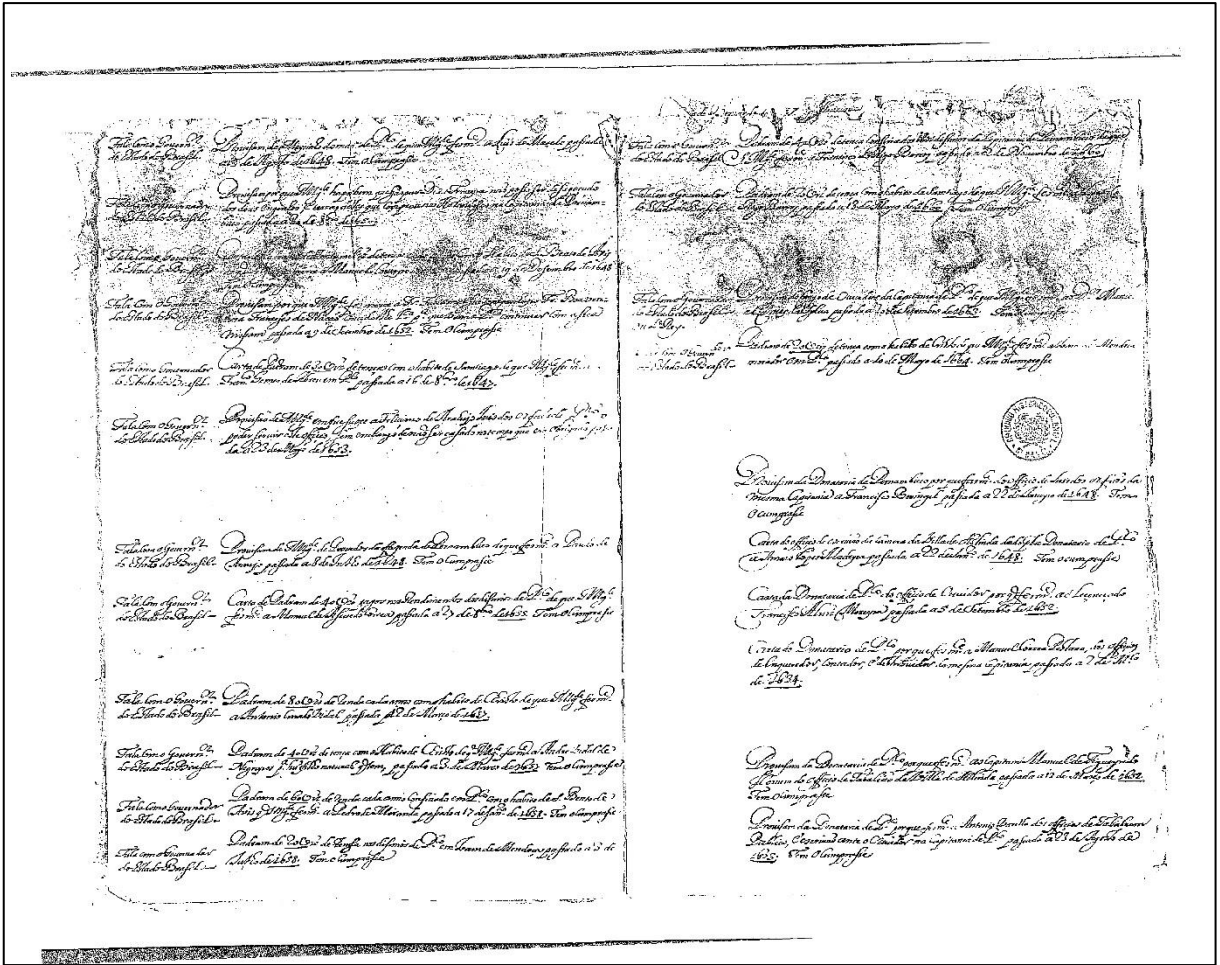
- 20 Prouisam da propriedade do officio de Tabeliam da Villa de Holinda de que fes merce Francisco Barreto sendo Mestre de Campo *General* em nome de Sua Magestade a Paschoal de Siqueyra passada a 27 de junho de 1656. Tem Cumprasse.

- 25 Prouisam da propriedade do officio de escriuaõ dos orfaõs da Villa de Holinda de que fes merce Francisco Barretto em nome de Sua Magestade sendo Mestre decampo *General* a Manuel Ribeiro passada a 9 de Mayo de 1656. Tem o Cumprasse

Prouisam de descrivaõ dos orfaõs da Villa de Holinda de que fes merce Francisco Barretto em nome de Sua Magestade sendo Mestre decampo *General* a Manuel Barbosa Araanha passada a 21 de Junho de 1656. Tem o Cumprasse.

⁶³ Trecho com corrosões.

⁶⁴ Abaixo desse trecho, consta o selo do "ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL".



⁶⁵<Fala Como Governador do Estado do Brasil.>

Prouisam de Meyrinho do mar de Pernambuco de que Sua Magestade fesmerce a Luis de Maçedo passada ai 5 de Agosto de 1648. Tem o Cumprasse.

<Fala Com o Governador do Estado do Brasil>

Prouisam por que Sua Magestade hap[?]bem que Gaspar Dias Ferreyra não possa ser des[?]po[?]udo dos dous engenhos, e' terras delles que comprovaos Holandeses na Capitania de Pernam=

5 buco passada a 20 de outubro de 16[?]10.

<Fala Com o Governador do Estado do Brasil>

⁶⁶Carta [ilegível] de tenças [ilegível] Com o Habito de Senhor Bento de Aris de que Sua Magestade [ilegível] Manuel Correya [ilegível] passada a 19 de Dezembro de 1648 Temo Cumprasse

<Fala com o Governador do Estado do Brasil>

Prouisam porque Sua Magestade fesmerce a Frei Fabiam seu companheyro Frei Boaven=

10 [t]jura Franceses de Nação conçederlhe *licenca para que [inint]* continuar com asua Comissam passada a 9 de Setembro de 1652. Temo Cumprasse.

<Fala Como Governador do Estado do Brasil>

Carta de [inint] de 30[inint] detença com o habito de Samtiago de que Sua Magestade fazmerce Francisco Gomes de Abreu em Pernambuco passada a i6 de outubro de 1647.

<Fala Como Governador do Estado do Brasil>

Prouisão de Sua Magestade em que supre a Feliciano de Arahujo Juis dos orfaõs de Pernambuco

15 poder seruir este offiço, sem embargo denaoser casado no tempo que e[?] obrigado passa daa 23 de Mayo de 1653.

<Fala Com o Governador do Estado do Brasil>

Prouisam de Sua Magestade de Prouedor da fazenda de Pernambuco de que fesmerce a Paulo de Araujo passada a 8 de Julho de 1648. Tem o Cumprasse

<Fala Como Governador do Estado do Brasil>

Carta de Padram de 40 [inint] pagos nos Rendimentos dos dismos de Pernambuco de que Sua Magestade

20 fesmerce a Manuel de Aseuedo Correa passada a 27 de outubro de 1655. Temo Cumprasse

<Fala Como Governador do Estado do Brasil>

Padram de 80[inint] de Renda cada anno com o habito de Christo de que Sua Magestade fesmerce a Antonio C[?]do Vidal passada [?] i2 de Março de 1657.

<Fala Como Governador do Estado do Brasil>

Padram de 40[inint] de tença com o Habito de Chrsto de que Sua Magestade fesmerce a Andre Vidal de Negreyros para hu' filho natural *quetem*, passado a 3. de Março de 1657 Temo Cumprasse

<Fala Como Governador do Estado do Brasil>

25 Padram de 60[inint] de Renda cada anno Cons[?]ado em Pernambuco com o habito de Senhor Bento de Aviz que Sua Magestade fesmerce a Pedro de Miranda passado a 17 de Janeiro de 1658. Tem o Cumprasse

<Fala com o Governador do Estado do Brasil>

Padram de 20[inint] de [inint] nos disimos de Pernambuco em Joam de Mendoça passado a 3 de Julho de 1658. Temo Cumprasse

⁶⁵ As frases que estão à margem esquerda do documento, transcritas entre <>, não foram contabilizadas como linhas a mais.

⁶⁶ Corrosões ou manchas devidas, certamente, às condições do tempo.

<Fala Como Governador do Estado do Brasil>

Padram de 4[inint] detença Consinados [?]os disimos da Capitania de Pernambuco de que Sua Magestade fesmerce a Francisco [inint] passado ai 2 de Novembro de 1660

<Fala Como Governador do Estado do Brasil>

⁶⁷Padram de 20[inint] detença com o habito de Santiago de que Sua Magestade fesmerce [ilegível] R[?]s[?]Barros passada a i 3 de Mayo de 1660. Tem o Cumprasse

<Fala Como Governador do Estado do Brasil [?] Vice Rey>

5 Prouisam do Cargo de Ouvidor da Capitania de Pernambuco de que Sua Magestade fesmerce ao D[?]Manuel [inint] da [inint] passada a 20 de Setembro de 1663. Tem o Cumprasse.

<Fala Com o Governador do Estado do Brasil>

Padram de 20[inint] detença com o habito de Cristo de que Sua Magestade fesmerce a Joam de Mendonça Morador em Pernambuco passado a 10 de Mayo de 1664. Tem o Cumprasse.⁶⁸

10 Prouisam da Donataria de Pernambuco porque faz merce do offiço de juiz dos orfaõs da mesma Capitania a Frasnisco B[?]ingel passada a 22 de Janeyro de 1648. Tem o Cumprasse

15 Carta do offiço de escriuaõ da Camera da Villa de Holinda da dopela Donataria de Pernambuco a Amaro Lopes Madeyra passada a 22 de Janeyro de 1648. Tem o cumprasse
Carta da Donataria de Pernambuco do offiço de Ouvidor porque fesmerce ao Leçenciado Francisco Al[?] Moreyra passada a 5 de Setembro de 1652.

Carta do Donatario de Pernambuco porque fesmerce a Manuel Correa Pestana, dos offiços de enque[?]dor, Contador, e' distribuidor da mesma Capitania passada a 2 de Março de 1634.

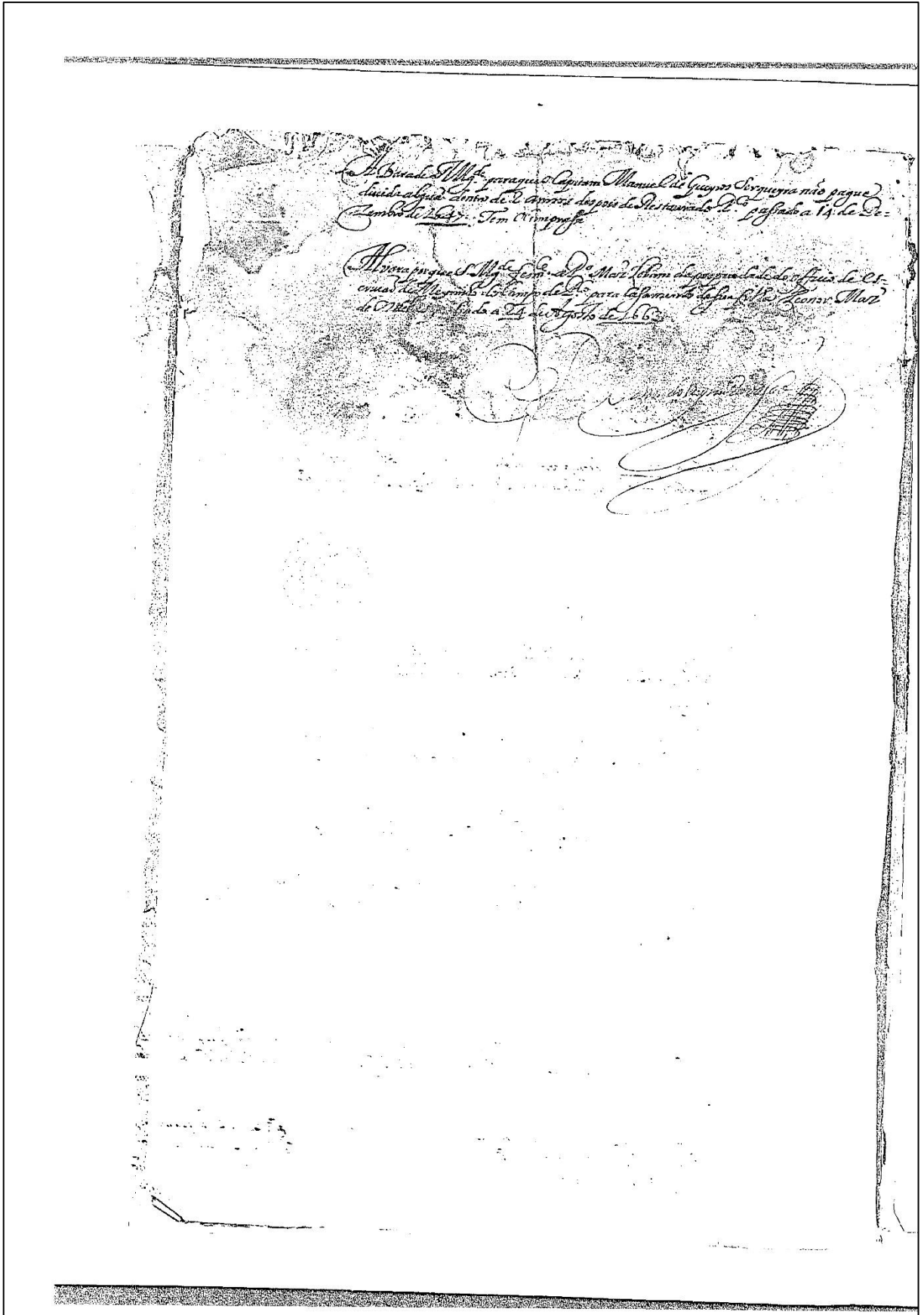
20 Prouisam da Donataria de Pernambuco porque fesmerce ao Capitam Manuel de Figueredo Homem do offiço de Tabeliaõ da Villa de Holinda passada ai 2 de Março de 1652
Temo Cumprasse

Prouisam da Donataria de Pernambuco porque fesmerce a Antonio Varella dos offiços de Tabeliam Publico, e' escriuaõ ante o Ouvidor na Capitania de Pernambuco passada a 23 de Agosto de 1655. Tem o Cumprasse

⁶⁷ Trechos com corrosões. A borda superior do papel está com deterioração.

⁶⁸ Abaixo dessa linha, encontra-se o selo do "ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL".

Fólio 07



A Borda do M.º paraguaio Capitan Manuel de Gueves de quebra não pague
clauso a bordo dentro de 20 dias do porto de destinatione de ... a ... a 14 de ...
Lemos de ... Tom. ...

Alvará ... de ... de ... de ... de ... de ...
... de ... de ... de ... de ... de ...
de ... a ... de ... de ...

[Faint signature and official stamp]

Alvarade *Sua Magestade* para que o Capitão Manuel de Gueyros Serqueyra não pague
Diuidaalgũa dentro de 2 annos depois de Restaurado Pernambuco passada a 14 de De=
Zembro de 1647. Tem o Cumprasse

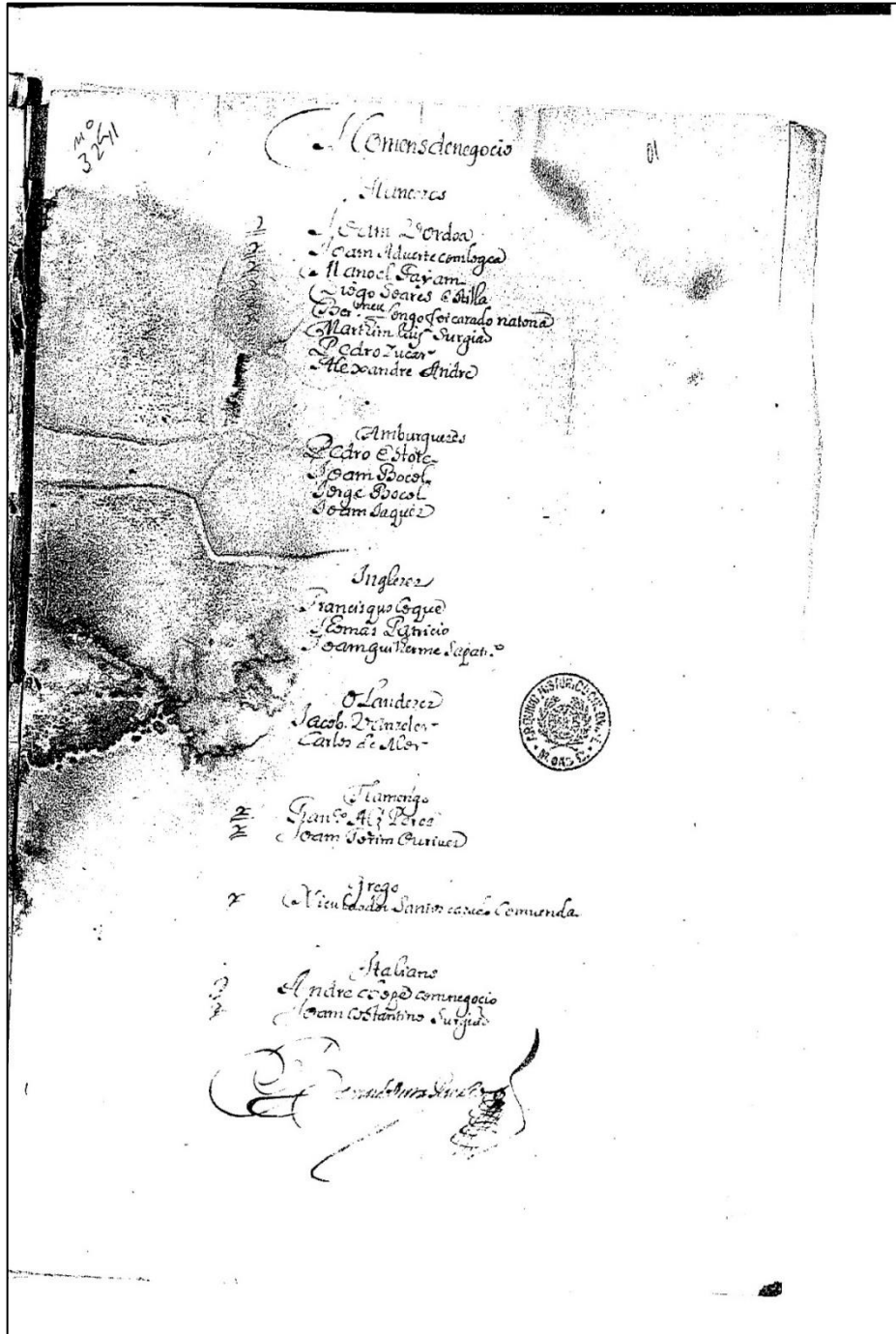
5 Alvara porque *Sua Magestade* fes merce a P^o Masz Lo[?] m da propriedade do officio de es=
crivaõ de Meyrinho do Campo de Pernambuco para casamento da sua filha Leonor Maz'
de [*inint*] [passa] da a 24 de Agosto de 1663⁶⁹

[Bernardo Vieyra Ravasco]

⁶⁹ O documento apresenta desgaste na margem superior.

5.1.8 Relação

AFVR-BVR-REL-2-1684



AFVR-BVR-REL-2-1684

Consta uma relação com alguns nomes de “homens de negócios” da época. Não possui datação.

<n° 3241>⁷⁰

⁷¹Homensdenegocio

[*inint*]

5

Joam Vordoa
Joam Aduarte comlogca
Manoel Payam

Diogo Soares [?] Stilla

Ber.[?] Longo foicarado natona

10

Martihim [*inint*]Surgião

Pedro Zucar
Alexandre Andre

15

Amburgue[?]es
Pedro Estote
JoamBocol
JorgeBocol
Joam Jaquez

Inglezes

20

Franciscquo Coque
Thomas Pg[?]jicio
JoamGuilhereme Sapat[?]

Olandezes⁷²

[?]colo Vanzelez
Carlos de [*inint*]

25

Flamengo
[*inint*]
Joam Forim Ouriues

Grego

NiculaodosSantos [*inint*]

30

Italiano
Andre Chope Comnegocio
Joam Costantino Surgião

[BernardoVieiraRavasco]

⁷⁰ Escrito à margem superior esquerda do documento.

⁷¹ Mancha na lateral esquerda, provavelmente provocada por desgaste do material, corroído por insetos.

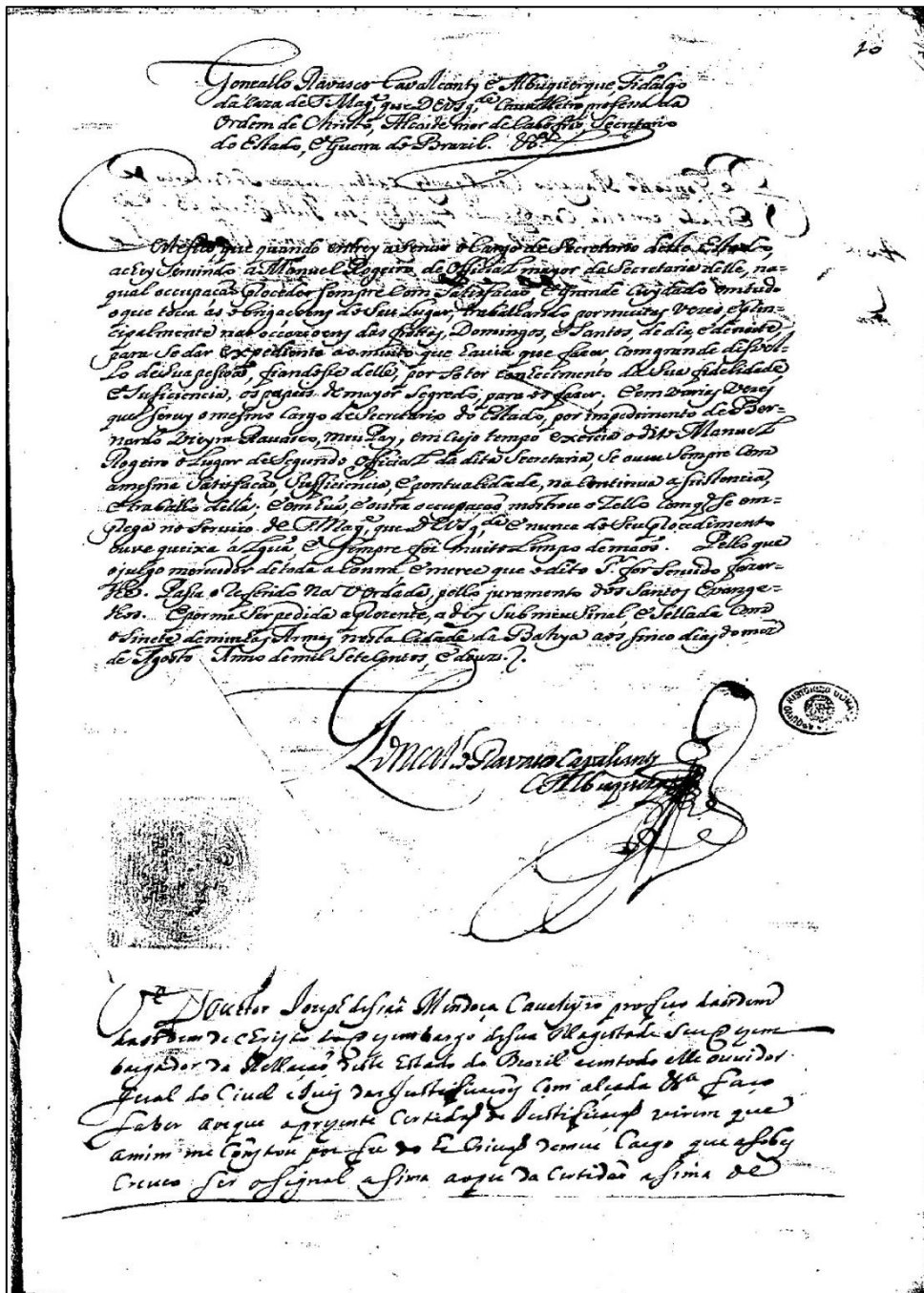
⁷² Ao lado direito, encontra-se o selo do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL”.

5.2 MANUSCRITOS DE GONÇALO RAVASCO CAVALCANTY E ALBUQUERQUE

Aqui, apresentam-se os documentos do segundo *scriptor*, Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque.

5.2.1 Atestados

AFVR-GRCA-ATE-3 1702



AFVR-GRCA-ATE-3 1702

Trata-se de uma declaração feita pelo secretário Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque sobre os trabalhos prestados por Manuel Rogeiro, Oficial Maior, o qual sempre exerceu o seu trabalho com muita dedicação e zelo. Datada de 05 de agosto de 1702.

Gonçallo RavascoCavalcanty eAlbuquerque Fidalgo
 dacza SuaMagestade queDEUS guarde Caualleiro professo da
 ordem de Christo, Alcaide mor deCabofrio secretario
 do Estado, eguerra doBrasil. [inint]

- 5 Certefico que quando entrey aseruir oCargo deSecretario deste Estado,
 achey seruindo aManuelRogeiro de official mayor dasecretaria dele, na=
 qual occupação procedeosemprecom satisfação e grande cuydado emtudo
 o que toca as obrigaçoens doseu lugar, trabalhando por muitas vezes e'prin=
 cipalmente nas occazioens das frottas, Domingos, e'Santos, de dia e' denoite,
 10 para se dar expediente ao muito que hauia quefocar, com grande disv[?]=
 lo desua pessoa, fiandosse delle, porse ter conhecimento dasua fidelidade,
 esufficiencia, os papeis de mayor segredo, para os fazer , e'em varias vezes
 que seruy o mesmo Cargo deSecretario do Estado, por impedimento deBer=
 nardo VieyraRauasco, meu pay, em cujo tempo exercia odito Manuel
 15 Rogeiro olugar desegundo official da dita secretaria, se ousou sempre Com
 amesma satisfação, sufficiencia, e' pontualidade nacontinua assistencia,
 e' trabalho della; e' em huã e outra occupação mostrou o zello com quese em=
 prega noseruico de SuaMagestadequeDEUS guarde ,e' nunca doseu procedimento
 ouve queixa alguã e semprefoi muitolimp de mãos.[espaço]Pello que
 20 o julgo merecedor de toda ahonrra emerece que odito *Senhor* forseruido fazer=
 lhe. Passa o⁷³ referido naverdade, pello juramento dos Santos Evange=
 lhos. Epor meser pedida a prezente, a dey sub meusinal e' sellada com
 osinete de minhas Armas nestaCidade daBahya aos sinco dias do mez
 de Agosto Anno de mil setecentos, e' douz. f.

[GoncalloRavasco Cavalcante⁷⁴
 eAlbuquerque]

⁷⁵Douctor Jozeph desraã Mendoça Caualeyro profeço daordem
 das [inint] de christo da[?]mbargo dasuaMagestade Seu [inint]
 bargador da Rellação deste Estado do Brasil [?]m todo [inint] ouuidor
 Geral do Ciuel eJuis [inint] com alçada [inint] faço
 saber aos que apergunte Certida[?] de justificação virem que
 amim me Contou por fee do [inint] demeu cargo que asobes
 creuo se asignal asima ao[?] da certidão asima de

⁷³ Apesar de parecer um borrão no documento, infere-se que se trata da letra “o”, pelo contexto.

⁷⁴ Consta ao lado direito da assinatura de Gonçalo, o selo do “ARQUIVO HISTÓRICO COLONIAL” e, um pouco abaixo, ao lado esquerdo, consta outro selo, ilegível.

⁷⁵ Trecho escrito por outro punho.

AFVR-GRCA-ATE-3- 1719.1

Baia

26 Set: 1719



Don Juan de Sarmiento Cavallero, e Albuquerque, Fidalgo da Casa
de S. M.ª, que se cria, Comendador da Ordem do Christo, He-
cande mortalidade de labo fizo, Secretario do Estado e Guerra do Bra-
zil. Certifico que em vinte e seis de Setembro de este anno o Sr.
Antonio Joze de Mattos, Segunda Alferes pago, do Exm.º Sr.
Conde do Vimieiro, Gov.º e Capitão General do mesmo Estado e pa-
reis originaes de seus servicos, que sao de S. M.ª Oliveira a 13 de
agosto de 1719, e rubricadas pelo Doutor Camello de
S. M.ª do Estado, e heis a continha da forma da Ordem
de S. M.ª, e comete-se a seguir. Via a contin. de S. M.ª para con-
tar e averiguar. E a Bahia, e Setembro de 26 de 1719.

Don Juan de Sarmiento Cavallero,
e Albuquerque,
Fidalgo da Casa
de S. M.ª



Ant. Joze de Mattos

AFVR-GRCA-ATE-3- 1719.1

Trata-se de uma declaração feita pelo secretário Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, sobre a apresentação dos papéis originais dos serviços de Jozeph Machado Peçanda ao Governador e Capitão Geral do Estado. Datada de 26 de setembro de 1719.

<Baía 26 setembro1719>⁷⁶

Goncallo Ravasco Cavalcanty eAlbuquerque, Fidalgo daCaza deSuaMagestade, que DEUS guarde, Comendador daOrdem deChristo Alcayde mor daCidade deCabo frio, Secretario doEstado, e guerra do Brazil [?]⁷⁷ Certifico que em vinte e seis de setembro deste anno apresentou Jozeph Machado Peçanha Alferes pago, ao *Excelentíssimo Senhor Conde de Vimieyro, Governador, e Capitão General* do mesmo Estado os papéis originaes de seus serviços, que são de folha primeira até treze, as quaes vão numeradas, e rubricadas pelo Doutor Chanceler da Rellação deste Estado; e elles aprovados na forma das ordenanças de Sua Magestade, e remetidos na primeira via ao *Conselho Ultramarino* e para constar passey presente. Bahia, e setembro 26 de 1719.

[⁷⁸Goncallo Ravasco Cavalcanty
e Albuquerque]

[*inint*]

⁷⁶ Anotações escritas à margem superior esquerda.

⁷⁷ Parece ser um símbolo

⁷⁸ Há dois selos do “ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO”: um situado acima do texto, e o outro abaixo.

Gonçalves de Barros Cavalleiro e Albuquerque,
 Fidalgos da casa de El-Rey, que de El-Rey se Comen-
 daador da Ordem do Cristo, Alcaide-mor da Vila de
 de Cabo Frio, Sena: do Rio, e governador do Brasil etc.

Certifico que comecemos a Saaz. mayor Manuel Pinto de Souza com a sua
 grava e autorizada, filha de Joao de Barros e de Joana de Barros, e de Joana de Barros,
 grava, e de Joana de Barros, e de Joana de Barros, e de Joana de Barros,
 que foyne a filha de nas obriguçoes de Joao de Barros, e de Joana de Barros,
 como pello seu casamento com Joana de Barros, e de Joana de Barros,
 odito e de Joana de Barros, e de Joana de Barros, e de Joana de Barros,
 dos Santos e de Joana de Barros, e de Joana de Barros, e de Joana de Barros,
 sub municipal, e de Joana de Barros, e de Joana de Barros, e de Joana de Barros,
 dias domes de Janeiro: Amos e de Joana de Barros, e de Joana de Barros.

Manuel Pinto de Souza
 Cavalleiro

João de Deus da Silva Mendonça Cavalleiro professor de abito de fidei de dezembro
 de sua Magestade de Pernambuco da casa do Rio, e de Joana de Barros, e de Joana de Barros,
 Mendonça de Joana de Barros, e de Joana de Barros, e de Joana de Barros,
 de Joana de Barros, e de Joana de Barros, e de Joana de Barros, e de Joana de Barros,
 este escreve com foyne a filha de nas obriguçoes de Joao de Barros, e de Joana de Barros,
 vonec gonçalves de Barros Cavalleiro e Albuquerque, e de Joana de Barros, e de Joana de Barros,
 foyne a filha de nas obriguçoes de Joao de Barros, e de Joana de Barros, e de Joana de Barros,
 de Joana de Barros, e de Joana de Barros, e de Joana de Barros, e de Joana de Barros,
 de Joana de Barros, e de Joana de Barros, e de Joana de Barros, e de Joana de Barros,

João de Deus da Silva Mendonça
 Cavalleiro

AFVR-GRCA-ATE-3-1706

Trata-se de uma declaração feita pelo secretário Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, atestando que conhece o sargento Manuel Pinto, homem honrado e digno. Datada de 07 de janeiro de 1706.

38

Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque
Fidalgo da casa de Sua Magestade que DEUS guarde Comen=
dador da ordem de Christo, Alcayde mor da Cidade
5 de Cabofrio, secretario do Estado, eguerrado Brasil⁷⁹.

Certifico que conheço o Sargento mayor Manuel Pinto de [inint]
graue e authorizada, filho de Joam Pinto Vieira homem nobre ereto do Avos
gra[?], edas melhores familias que passaraõ a esta terra : e assy pello bem
queserue a Sua Magestade nas obrigacoens do posto que actualmente esta exercendo,
10 como pello [ilegível] honrado procedimento hê muito digno de toda a amor[?] que⁸⁰
o dito Senhor for servido fazer lhe . Passa o referido naverdade pelo juramento
dos Santos Evangelhos : e por meser pedida aprezenete lhamandey passar
sub meufinal, e sellada com osinete de minha[?] armas, na Bahia aos sete
dias domes de Janeiro . Anno de mil setecentos e seiz

15

[Gonçallo Ravasco Cavalcante
e Albuquerque]⁸¹

Dou[?] Jozeph adesão Mendonça Caualeiro profeço do obitode Cristoo[?] de desembargador
Desua Magestade e seu desembargador da Cazado Porto, [inint] na destacidade [inint]
ouuidor Geral [inint] com alcada juis das justificacoins [inint] asaber aos que agora sente
20 sertido Dey[?] ficação virem que [inint] meconstou por fe do co[?] meu Cargo geral
este escreveu em forma asignal [inint] da sertidaõ asima he domas ado Co
ronel Goncallo Ravasco Caualgante e Albuquerque secretario de estado o que hey por justi
ficado e verdadeiro na Bahia aos oitodias domes de janeiro de mil e setesen
tose seis Annos E eu adomingor Gonçalo [inint] escrevaõ das justificifi
25 cacoins que escrevy

Jozeph desao Mendonça⁸²

[inint+3linhas]

⁷⁹ Há um sinal após o nome Brasil, uma espécie de rubrica.

⁸⁰ Borrão em cima da palavra “eu”. Mas infere-se que seja “que” pelo contexto.

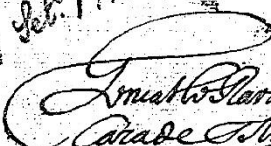

⁸¹ Um pouco abaixo da assinatura, ao lado esquerdo, consta o selo do “ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO”.

⁸² Abaixo da assinatura de Joseph há mais três linhas escritas de difícil leitura.

AFVR-GRCA-ATE-3-1719.2

Baía
19 Set. 1719



 Inácio Soares Cavalheiro e Albuquerque Fidalgo da
 Câmara de Mat. que está g. de Comendador da Ordem do
 Cristo. Alcaide de fora da Cidade de Salvador, Secretário do
 Estado e Governador do Brasil. Certifico que em virtude
 de se haverem de obrigar a Com. do Governo da Bahia
 a dar em: 1.º nos Contas Criminosas, 2.º a Com. do
 Governo do Estado os papéis originaes de suas Com. que são
 de f.º de primeira até Terceira, e iguais nas numeradas e lu-
 bricadas pelo Doutor e Escrivão da Com. de Mat. e
 de Mat. e aprovados na forma das ordens de Mat. e de Ma-
 tr. do 1.º de Junho de 1719. E para assim se fazer
 a presente. Bahia, e Setembro 19 de 1719.




 Inácio Soares Cavalheiro
 Albuquerque Fidalgo

Rda ff 83

AFVR-GRCA-ATE-3-1719.2

Trata-se de uma declaração feita pelo secretário Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque sobre a apresentação dos papéis dos serviços do coronel Ruberto da Costa ao Conde do Vimieyro, Governador Geral do Estado. Datada de 19 de setembro de 1719.

<Baia 19 setembro 1719>⁸³

Goncallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque Fidalgo da
 Casa de Sua Magestade, que DEUS guarde, Comendador da ordem de
 Christo, Aclay de mordacidade de Cabofrio, secretario do
 5 Estado e Guerrado Brazil[?]⁸⁴ Certifico que em trinta
 de Agosto deste anno apresentou o Coronel Ruberto da Costa
 ao *Excelentissimo Senhor Conde do Vimieyro, Governadore Capitam General*
 do mesmo Estado, os papeis originaes de seus serviços que são
 da folha primeyra até setenta, as quais vão numeradas e ru=
 10 bricadas pello Doutor chanceler da *Relação* deste Estado;
 e elles aprovados na formadas orden's de Sua Magestade e reme=
 tidos na primeyra via ao *Conselho Ultramarino* e para constar passey
 aprezente. Bahia e setembro 19 de 1719

15

[Goncallo Ravasco Cavalcanty
e Albuquerque]


Registrada a [?] 83

⁸³ Anotações à margem superior esquerda.

⁸⁴ Uma espécie de símbolo.

AFVR-GRCA-ATE-3-1719.3

Baía
19 Set. 1719


 El
 Donato Navarro Cavalcanti e Albuquerqueidalgo da casa de
 Mag. que o Mag. Comendador da Ordem de Christo e Alcaide
 mor da cidade de Cabofrio, Secretario do Estado e guerra do Brazil
 Gil do Cerifco de Vila Rica em de Agosto de 1719, apresentou
 o Sargento mor Manuel Pinto de Sousa com seu Condeo Ci-
 micyro, Porto, e Capitã general do mesmo Estado, os papéis originaes
 de seu Serviço, que são de fobia primeira até vinte e quatro, que são
 numeradas e Publicadas pelo Doutor Canthor da Real Acad. de
 dito Estado; e heis aprovados na forma das ordens de Mag.
 e Remetidos na primeira Cruz a Concheo Ultramarino. E para
 como tal papéis approvate. Bahia e Setembro 19 de 1719



 Manuel de Sousa
 Albuquerque

Mag. de 1719

AFVR-GRCA-ATE-3-1719.3

Trata-se de uma declaração feita pelo secretário Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque sobre a apresentação dos papéis dos serviços o sargento Manuel Pinto de Eça, ao Conde do Vimieyro, Governador Geral do Estado. Datada de 29 de setembro de 1719.

<Baía 19 setº 1719>

Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque Fidalgo da cidade
 Sua Magestade, que DEUS guarde, comendador da ordem de Christo Alcaide
 mor da cidade de Cabofrio, Secretario do Estado e guerra do Bra=

5 zil[?] Certifico que em vinte e hum de Agosto deste anno, presentou
 os argentes e sargentos Manuel Pinto de Eça ao Excelentíssimo Senhor Conde do Vi=
 mieyro Governador e Capitão General do mesmo Estado, os papeis originaes
 de seus serviços, que são de folha primeira até vinte e quatro, que vão
 10 numeradas e rubricadas pelo Doutor Chanceler da Relação do
 dito Estado; e' elles aprovados na formada orden's de Sua Magestade
 e' Remetidos na primeira via ao Concelho Ultramarino. E para
 constar passey apreente. Bahia e' setembro 29 de 1719.

[Gonçallo Ravasco Cavalcanty
 e Albuquerque]

AFVR-GRCA-ATE-3-1721

Case dogue condito, mas pavoroso *D. M. J. M.*
inconveniente. P. S. J. S. L.
17 de 1724.



P. S. J. S. L. P. S. J. S. L. P. S. J. S. L.
Nalado de Vila Rica, que em 1720, e de Vila Rica, e de Vila Rica,
Sua Majestade, e de Vila Rica, e de Vila Rica,
Eui a Vila Rica, e de Vila Rica, e de Vila Rica,
Vila Rica, e de Vila Rica, e de Vila Rica,
1724, e de Vila Rica, e de Vila Rica,

P. S. J. S. L. P. S. J. S. L. P. S. J. S. L.
de Vila Rica, e de Vila Rica,

C. S. J.

Certifico que doravante da Secretaria deste Estado do Brazil, nada consta que
ouvesse governado algum delle, ou Provincia de successa, mais que ouve servido, con-
te a acta de reformar o mesmo Estado. Vila Rica, e de Vila Rica, em 1724. Anno de
mil. sete. centos. e. vinte. e. quatro.

Antonio Santos
Catholico

J. S. J.

AFVR-GRCA-ATE-3-1721

Trata-se de uma declaração feita pelo secretário Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, atestando a inexistência de um alvará de sucessão de governador do Estado do Brasil. Datada de 26 de julho de 1721.

Excelentíssimo Senhor

Passe do que constar não hauendo
inconveniente. Bahya Julho
[inint] de 172[?]

- 5 ⁸⁵[?]Capitam[inint] geral deste estado prez
nacadea destacidade que pelo bem desua[inint] ede [inint] comque
[?]alia nos papeis dasua depera o Dezembargador Prouedor mor lhedeneu
zians em que governou o mesmo estado [inint] nos
annos de 16[?] e 1676 [inint] por carta desua
- 10 [inint] lhe façam merce mandar passar [inint]
do que Constar [inint]
[inint]

- 15 Certifico que dos livros da Secretaria deste Estado do Brazil, não consta que
ouvesse Governador algum dele por Alvará de succeção, mais que o que proximamen=
te acabou de governar o mesmo Estado. Bahya, e' Agosto vinte e seis. Anno de
mil setecentos e vinte e hum.

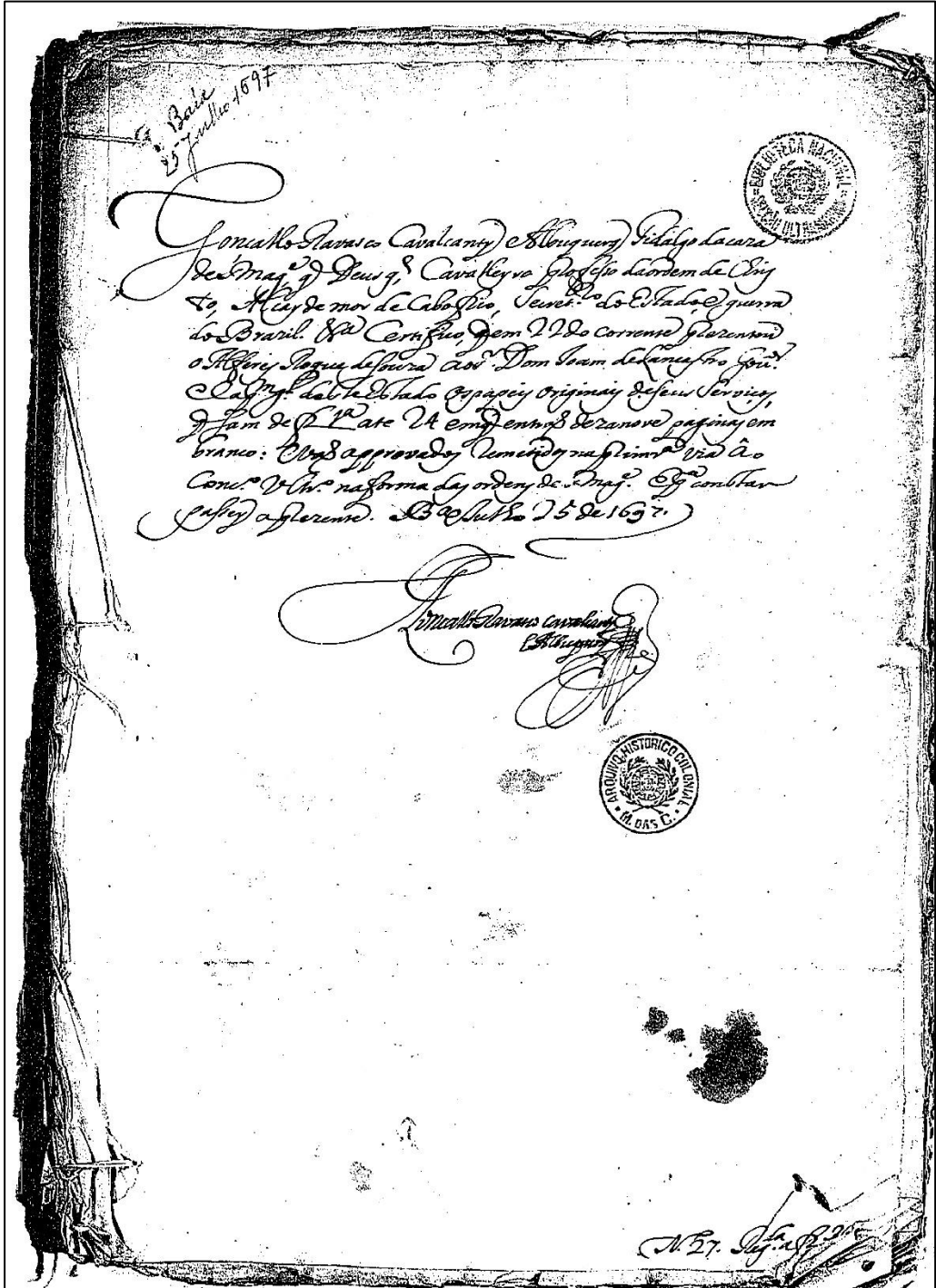
[Goncallo Ravasco Cavalcanty
E Albuquerque]

D Luiz de

⁸⁵ Escrito por mão diferente.

5.2.2 Certidão

AFVR-GRCA-CERT-2-1697



AFVR-GRCA-CERT-2-1697

Trata-se de uma declaração feita pelo secretário Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, certificando a apresentação do Alferes Roque de Souza. Datada de 25 de julho de 1697.

<Baía 25 julho 1697>

- Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque Fidalgo da casa de Sua Magestade que Deus guarde Cavalleyro professo da ordem de Christo, Alcayde mor de Cabofrio, Secretario do Estado e guerra
- 5 do Brasil. [?] Certifico que em 22 do corrente apresentou o Alferes Roque de Souza aos Dom Joam de [inint] Governador e Capitam Geral deste Estado os papeis originaes de seus serviços que sam de [inint] ate 24 em que [inint] dezanove paginas em
- 10 branco : evão approvados remetidos na primeyra via ao Conselho Ultramarino na forma das ordens de Sua Magestade E para constar passey aprezenste. Baya Julho 25 de 1697.

[Goncallo Ravasco Cavalcanty
e albuquerque]⁸⁶

N.27. Registrada [ilegível]

⁸⁶ Abaixo da assinatura, há sinais de corrosão no material.

AFVR-GRCA-CER-3-1725

Baixa
15 Junho 1725



Juan de Navas Cavallary e Albuquerque Fidalgo da Casa de M. Mag.
que D. N. S. Comendador da Ordem de Christo, Alcaide-mor da Casa
de delib. f.rio, Secretario do Estado e guerra do Brazil. Certifico
que em virtude deste Real Decreto de 17 de Junho do presente anno, presentou o Capita
do Manuel de Almeida Moura, ao Ex. m. S. D. João Fr. de Lencastre de Me
nezes, o Rey e Capitão General de mar e terra deste Estado, os papeis
originaes de seus vencim. que são de 50000 \$ 000,000, até cincoenta
e oito, as quaes são numeradas e cubricadas, pelo Dez.º Camelher
da Real Casa do mesmo Estado, e elles approvados na forma da Ordem
de M. Mag. e remetidos na primeira Dia ao Com.º de Brumarias.
E para constar se fez a presente. Bahia a 15 de Junho de 1725.

Juan de Navas Cavallary
e Albuquerque

Ref. 2/12

AFVR-GRCA-CER-3-1725

Consiste em uma declaração feita pelo secretário Gonçallo Ravasco Cavalcanty e Albuquerque, certificando a apresentação do capitão Manuel de Almeida Mar. Datada de 13 de julho de 1725.

<Baia 15julho 1725>

Goncallo Ravasco Cavalcanty e' Albuquerque, Fidalgo da casa de Sua Magestade
 que DEUS *guarde*, Comendador da Ordem de Christo, Alcaide mor da cidade de
 de Cabo frio, Secretario do Estado, e' guerra do Brazil[?] Certifico
 5 que em vinte e sete de junho deste presente anno, presentou o Capitão
 taõ Manuel de Almeida Mar; ao *Excelentissimo Senhor Vasco Fernandes Cezar de Me-*
 nezes, *Vice Rey* e Capitão General da terra deste Estado, os papeis
 originaes de seus serviços, que são da folha primeira. athê sincoenta
 e' oito as quaes vão numeradas, e' Rubricadas, pelo *Dezembargador* Chanceller
 10 das Rellação do mesmo Estado, e' elles aprovados na forma da ordem
 de Sua Magestade e' Remetidos na primeira Via ao Concelho Ultramarino.
 E para constar passey aprezente. Bahia e' julho 13 de 1725.

[Goncallo Ravasco Cavalcanty
e Albuquerque]

Registrada[?] li 3

AFVR-GRCA-FDO -03-1710

Confirmação do envio de trinta folhas assinadas pelo secretário e aprovadas pelo governador do Estado do Brasil, Dom Lourenço, e pelo chanceler João de Souza. Datada de 23 de junho de 1710.

[*inint* +9linhas]⁸⁷

- 10 Estes papeis tem trinta e tres folhas, as quais vão numeradas, e Rubricadas por my, e elles aprouados e assinados pello *Senhor* Dom Lourenço de Almada, Governador e Capitam geral deste Estado do Brazil, e pello Doutor Joam de Souza, Chanceler da Rellaçam do [*inint*] Estado. Bahia e Junho 23 de 1710
[Goncallo Ravasco Cavalvanty e Albuquerque]

[*inint* + 3 linhas]⁸⁸

⁸⁷ Trecho escrito por outro punho.

⁸⁸ Escrita de outra mão.

5.2.4 Ofício

AFVR-GRCA-OFI-03-1722

Fólio 01

Am. G.



Observancia da Província de São Paulo, do primeiro de Junho
 deste anno, da Província de Minas, que se acompanhava de vinte de
 Novembro, de mil setecentos e vinte e hum, em que se chama a eleição
 de este Estado, e se trata de mais praticas, de melhor intencão, e de depen-
 dentes, por não serem Engenhos, nem lavras de canas; e estando to-
 das presentes, e se dá a Província de dito São Paulo, e quando se
 está presa, de não se ouvir os pareceres que acompanhão a dita Província
 nos quais uniformemente, mostra estar em pratica a observancia da
 mesma Província, que também se pretende a os lavradores de canas,
 de não se fazer ordenar a qual em contrario, e que se declarava que se
 pode não poder prejudicar o mesmo Prejuizo ao Comum, mas só a sua to-
 tal conservancia.

Que se dá infirma a dita Real Audiencia, e se quer que se
 zentem estado a materia, por não possuir nem Engenhos, nem lavras de
 canas, e que não se dá na Província de este Estado, nem no Estado da
 Bahia, de esta Cidade, ordenar a qual contra a Província de São Paulo em
 vinte e tres de Dezembro, de seiscentos e setenta e tres, a requerimento
 do mesmo Senado, por evitar a precipitação, que se seguia a os Sena-
 dos de São Paulo, e lavradores de canas de esta Capitania da Bahia, e a os
 armazéns do Brasil, e a os lavradores de engenhos de São Paulo.



Observando se inviolavelmente a dita Província até ao anno de mil
 sete centos e vinte, a fim de beneficio dos Senhores de São Paulo, como a os
 lavradores de canas, se sentença na dita Real Audiencia de São Paulo, e se dá
 devida entencão a dita Província, mais que com os Senhores de En-
 ghenho, para se Senado tomar em as fabricas de São Paulo, e não com os
 lavradores de canas: e quando o Senado, e quando que se seguia ao
 bom comum, de se fazer obstruido a qual que a dita Província
 concedida a dita Província, e se a os Senhores de São Paulo, e se a os
 lavradores de canas de esta Província de São Paulo: a qual se não se dá

AFVR-GRCA-OFI-03-1722

Enviado para Sua Majestade, o officio informa que não há, no senado da Câmara, bem como na Secretaria do Estado, nenhuma ordem sobre uma provisão real, passada de 23 de dezembro de 1663. Além disso, informa sobre os prejuízos das fazendas de Engenhos de açúcar da Bahia. Datado de 16 de julho de 1722.

E[*inint*]

Em observancia da Portaria de Vossa Excelência do primeyro de Julho deste anno e da Provisão de Sua Magestade, que a acompanhava, devinte de Novembro, de mil setecentos e vinte e hum mandey chamar a secretaria=

5 ria deste Estado, as pessoas mais praticas, de melhor intenção, e independentes, por não terem Engenhos, nem fazendas decanas, e estando todas presentes, lhes ly a Provisão do dito Senhor, e ouvido o que nella se expressa, derão por escrito os pareceres que a acompanhaõ adita provizaõ nos quais uniformemente, mostraõ estar em pratica a observancia da

10 mesma Provizaõ, que tambem comprehende aos lavradores de Canas; e não hauer ordens alguãs contrario, e que da laração que se pede não pode resultar o menor prejuízo ao Comercio, mas sô asua total conservaçaõ.

O que pode informar a Vossa Excelência o meu zello, annos, e experiencias/ de=

15 zente interessado na materia, por não possuir nem Engenho, nem fazendas de canas/ hé que não há na Secretaria deste Estado, nem no Senado da Camera desta Cidade, ordem alguma contra a Provisão Real passada em vinte e tres de Dezembro, de seiscentos sessenta e tres, a Requirimento do mesmo Senado, por evitar a precisa Ruina que se seguia aos senho=

20 res de engenho, e lavradores decanas desta Capitania da Bahya, e todas as mais do Brasil, Rematando selhes as fabricas dos Engenhos, e fazendas. E observandosse inviolavelmente adita Provisão até o anno de mil sete centos e vinte, assim em beneficio dos Senhores de Engenho, como dos lavradores decanas, se sentenceou na [Ram] deste Estado senaõ

25 devia entender atal Provizaõ que com os Senhores de Engenho, para selhenaõ Rematarem as fabricas deles enaõ com os lavradores de Canas: e sendo o Senado, o domno que se seguia ao bem comum, dese hauer Restringido agraça que Sua Magestade havia concedido a hun's, e outros; se achou precisado a pedir ao [?] Senhor,

30 declaraçaõ á dita Provizaõ Real: a qual parece se fãõ precisa,

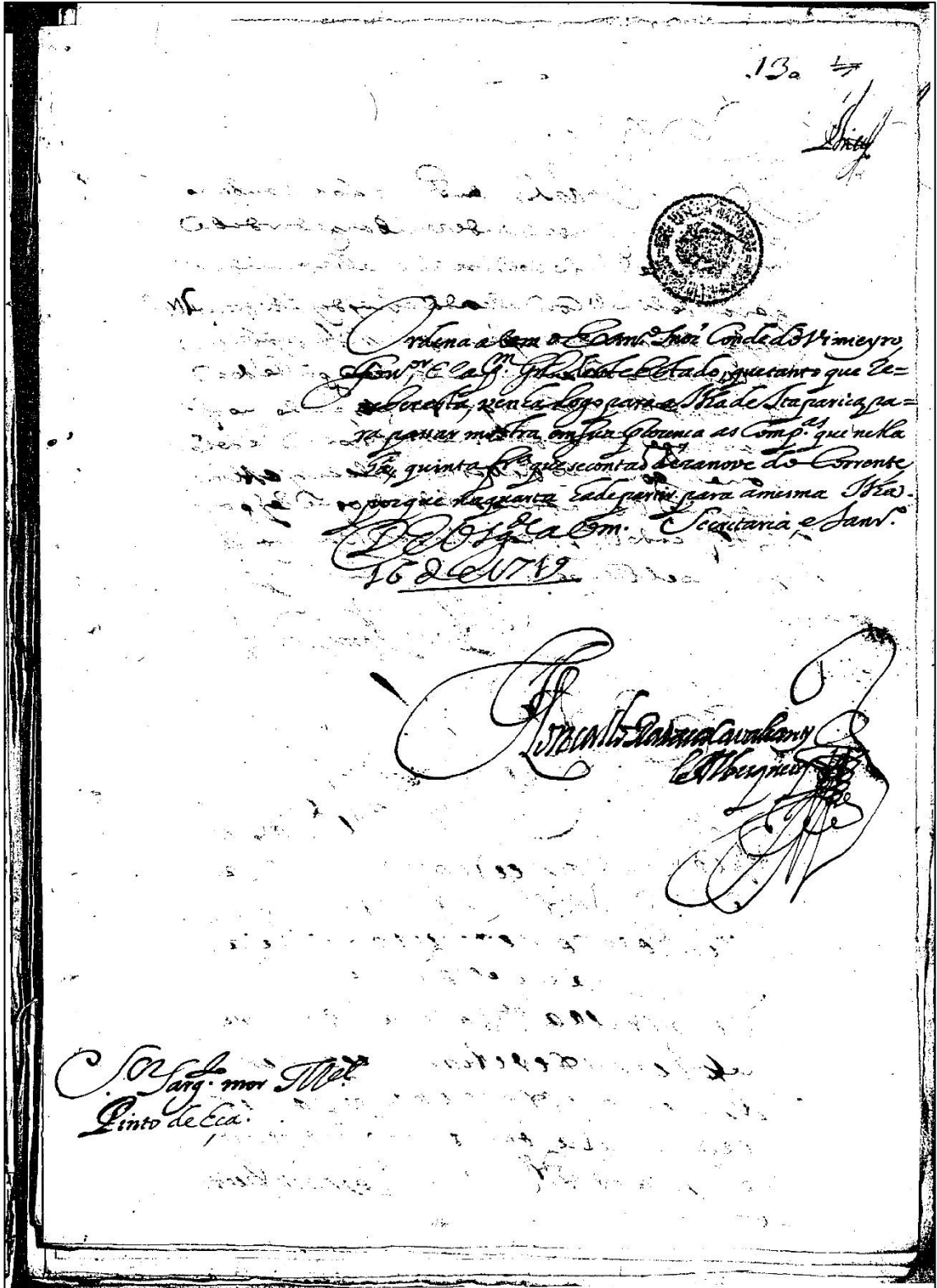
[fol. 01]

que desenão conceder, sepoderâ seguir hum inivitavel prejuizo
 aoComercio, e'consequentemente adiminuição dos Dizimos Reaes,
 edireytos das Alfandegas doReyno: sendo tudo emmanifesto damno
 dos Vassallos daCoroadedePortugal emais *quando* pellosRegimentos *que* hã na
 5 Secretaria desteEstado Recomendatanto *SuaMagestade* aos Governadores, e'
 Capitaen's gerais delle, aconservação ea[?]gmento dos mesmosEngenhos,
 pella conhecida, emanifesta vtillidade, que deos haver Resultava asua
 Realfazenda.
 Hê certo*Senhor*, que osEngenhos semfazendas deCanas, são hun's corpos sem
 10 alma; porque não hã *Senhor* deEngenho, que semter Lavradores deCanas
 opossa conservar, por Respeito denão poder fabricar huã, eoutra couza,
 e'tem mostrado aexperiencia depoucos annos aestaparte, setem aRui=
 nado muitos Engenhos, pelos Lavradores de Canas, não terem com*que*
 beneficiar assuafazendas, aRespeito daexcessiva carestia dosnegros,
 15 pois custando osmais possantes/ antes dehauer as Minas Geraes/
 desincoenta até sessenta milr's, notempo presente, omenos porque se
 vendem aos Mineyros, são porduzentos milr's, ealgun's ainda por ma=
 yor presso; e'oasque ficaõ naterraporincapazes, osvendem quazi pelo
 mesmovallor, aosmizeraveis Lavradores, eSenhores de Engenho, aquem
 20 anecessidade dequerer conservar assuas fazendas, obriga acompra=
 los,sem embargo dever aincapacidade dostaes escravos eapouca du=
 ração que tem noserviço porquesecompraõ, alem dehauer algun's
 annos questão taõ subidos depresso todos osgeneros (sendo muitos)
 que são precisos *para* alavoura doassucar, quehoje valem mais de cento
 25 por cento do *que* valiaõ; eomesmo sepratica co' as soldadas dos officiaes
 queassistem emtoda asafra ao[?]avor domesmo assucar. Bahya,
 e'Julho 16 de1722.

[GoncalloRavascocavalcanty
eAlbuquerque]

5.2.5. Ordem

AFVR-GRCA-ORD-3-1719



AFVR-GRCA-ORD-3-1719

Consta uma determinação para o Conde Governador e Capitão Geral do Estado apresentar-se à Ilha de Itaparica. Datada de 16 de janeiro de 1719.

<130>

[inint]

5 Ordena a[?]m oExcelentíssimo Senhor Conde dos Vimieyro
 Governador, e Capitam Geral deste Estado, que tanto que re=
 [inint], venhalogo para a Ilha de Itaparica=
 ra passar m[?]tra em sua presença as Campanhas que nella
 hã quinta-feira há se contaõ dezenove do Corrente
 porque na quarta ha de partir para a mesma Ilha.
 10 DEUS guardea Vossa Magestade. Secretaria, e Janeiro
 16 de 1719.
[Gonçallo Ravasco Cavalcanty
e Albuquerque]

Senhor Sargento mor [inint]
 Pinto de Eça.

5.2.6 As Listas

AFRV-GRCA-LIS-3- 1719.1

Fólio 01

Brasil
19 Jul 1719

Lista de Listas de D. João, que D. João, de
agora depondo o Ex.º de D. João, Comandante
do primeiro Governador e Capitão General
desta Ilha de São Paulo, pelo Conselho de
Indiferente, no Reino de Sicília por insou-
ção de seu Ex.º de D. João, de quem se separou
João de Carvalho Cabral.

1. Sobre informar no requerimento do Coronel *João de*
Vianna, pertencente ao mesmo posto. —

2. Sobre o que se representará a D. João, no offício de Comandante
de D. João de Lopo a cerca dos delictos que os
mandadores della causam e o objeto do furtivo *Barba-*
ro. E que sua Ex.ª ordene o que pertencente
pertencente a se fazer guerra aos ditos *Barba-*
ros.

3. Sobre o requerimento que tem o *Arcebispo* da cidade de *Salvador*
de *Coimbra*, *Conselheiro*, *Chanceler* dos *Reis*
e *Signat*. —


4. Sobre que não dêm os Governadores *perdidos* não *obedi-*
ens dos *Reis*, nem *gras* *de* *algua* *por* *ar-*
bitrio *de* *seu*, *sem* *primeiro* *de* *seu* *com-*
andante.

5. Sobre ter dado o requerimento à ordem que *se* *deu* *para* *se* *de-*
ter *guarda* *à* *porta* *do* *Arcebispo* *de* *Co-*
imbra. *Miguel* *de* *Coimbra*. —

6. Sobre informar no requerimento de *Antonio* *de* *Co-*
imbra, *Capitão* *da* *Fortaleza* *de* *St. Thomaz* *e* *St. Antonio*
de *Salvador* *de* *Paraná*, *e* *St. Antonio*. —

7. Sobre a execução que o *Ex.º* *de* *St. Antonio* *General* *deu* *dando*
à *ordem* *de* *St. João*, *sobre* *a* *lista* *e* *de* *de-*
companhas, *e* *regimentos*, *e* *as* *ordena-*
ções *de* *St. João* *de* *Co-*
imbra.

8. Sobre ter dado o requerimento à ordem de *St. João* *a* *cerca*
de *St. João* *de* *Coimbra*, *em* *ex-*
ecução *da* *ordem* *de* *St. João*.



AFRV-GRCA-LIS-3- 1719.1

Constam as cartas que foram recebidas de Sua Magestade, em resposta às cartas do Conde e Governador Geral do Estado. Datada de 29 de junho de 1719.

[fol.01]

<Brasil Baia 29 junho 1719>⁸⁹

Lista da Cartas de Sua Magestade, que DEUS guarde
o que Responde o Excelentíssimo Senhor Conde
Vimieyro Gouernador e Capitam general
deste Estado di Brasil, pello Concelho Ul=
5 tramarino, no Nauio de Licença por invoca=
caõ os tres Reys Magos, de que he Capitam
Jozeph Carvalho Lisboa.

1 Sobre informar no Requerimento do Coronel Jozeph [ilegível]
Vianna, pertencente ao mesmo po[?]to.

10 2 Sobre o que Representaraõ a Sua Magestade os officios da Camara
da Villa do Cay[?] aserca das hostilidades, que os
moradores della haviaõ Recebydo do gentio Barba=
ro: e' o que sua Excelência Resolueu neste particular
pertencente a se fazer Guerra aos dittos Barbaros.

15 3 Sobre o Rendimento que tem o Arcebisado desta Bahya
de Congrua, chansellaria, Lutuoza dos Parrachos,
e' Crismas.

4 Sobre que [inint] dem os Gouernadores, perdoens nas so[?]eraço=
ens dos Povos, nem façã couza alguã por arbi=
20 trio s[?], sem primeyro darem Conta

5 Sobre ter dado Cumprimento a ordem, que veyo para se me=
ter guarda a porta do Mestre de Campos Engenheiro
Miguel Pereyra da Costa.

25 6 Sobre informar no Requerimento de Antonio Pereyra da
Sylva, Capitaõ da Fortaleza do Mar, Nossa
Senhora do popullo, e Saõ Marcello.

7 Sobre a execuçaõ que o Excelentíssimo Senhor Conde General Vay dando
a ordem de Sua Magestade, sobre a Listar, e' diuidir em
Companhyas, e Regimentos as ordenanças desta
30 Capitania.

8 Sobre ter dado Cumprimento a ordem de Sua Magestade aserca
De Augustinho Ximenes ser expulso da Secretaria.

⁸⁹ Anotação escrita à margem superior esquerda. Nesse documento, podem-se perceber, alguns rabiscos abaixo do início de algumas frases, como nas linhas 10, 18, 27.

[fol. .02]

- do officio de Escrivã da Alfandega findada
 tempos da Prouizaõ com que seruiõ . procedimento
 deste e' Requerimento que fez a Sua *Excelência*
 9 Sobre informar no Requerimento que fez a Sua Magestade o Prouedor da
 5 Alfandega a serca de ser necessaria huã Ponte
 para melhor descarga das frotas
 10 Sobre averiguar, senos Nauios que de Angolla chegaõ vem
 Escravos demais dasua Arquiação : [?]erse encarre=
 gado esta delligencia ao Prouedor mor.
 10 11 Sobre não deyxar sair Nauio algum deste porto para o
 de Angolla sem Levar Cavallos.
 12 Sobre fazer publico a Concessã de Sua Magestade aos moradores des=
 te Estado, de negocio para Ilha de São Lourenço
 13 Sobre ficar executada a ordem de Sua Magestade, aserca dos Co=
 15 renta mil cruzados, que manda dar a Junta do
 Comercio; representaçã que fez o Administra=
 dor della, e' embarasso em que sua *Excelência* se acha.

Cartas de matterianova


- 14 Sobre sehauer Rematado o Contracto dos Dizimos, em
 20 Duzentos, e' sincoentamil cruzados, Liures para
 afazenda Real, a Joã Ferreyra de Souza; e' o das
 Cayxas, em quarenta e' quatro.
 15 Sobre estar em [?]yllo assistir o Senado da Camara a publi=
 cação da Bulla, e' ouvir o sermaõ, e' [?]hauer al=
 25 terado este Anno.
 Sobre ser fallecido o Capitam Thomas [*inint*] de Faria, do Terço

[fol. 03]

doMestre deCampo João de Araujo deAzeuedo
Sobre abayxa que SuaMagestade Concedeo aoCapitam Hi[?]ronimo
Pereira Sodre do Terço doMestre deCampoJoam
de Araujo de Azeuedo.


- 5 [GonçalloRavascoCavalcanty
[ealbuquerque]

Alto de ...




De ...

- 1) *Sobre ...*
- 2) *Sobre ...*
- 3) *Sobre ...*
- 4) *Sobre ...*
- 5) *Sobre ...*
- 6) *Sobre ...*
- 7) *Sobre ...*
- 8) *Sobre ...*
- 9) *Sobre ...*
- 10) *Sobre ...*



[Handwritten signature]



Tinta repassada
Bleed Through

AFRV-GRCA-LIS-3- 1719.2

[fol.01]

- Listadas cartas, que escreve a *Sua Magestade* que DEUS guarde em Repostas p[.]llo Concelho ul= tramarino, o *Excelentíssimo* Senhor Conde do Vimieyro, Governador, e Capitam General do estado
- 5 do Brazil na frota do Anno de mil sete centos e dezanove, em que foy por Cabo Joaõ Alvares Barrss[?]s
- 1ª Via
- 10 1 Sobre informar no Requerimento do Tenente General da Artelharia Francisco Lopes Villasboas, em que pede Cavallo, e sustento para elle.
- 2 Sobre declarar os Emolamentos que [ilegível] aõ Levaõ por asento do Concelho da fazenda deste Estado, os officiaes da fazenda, Ministro, Escrivaen's, Mestrança, e mais officiaes aos Navios Estrangeiros que vem a Ribados a esta Bahya.
- 15 3 Sobre se executar tudo o que *Sua Magestade* ordena des[?] fazer obra alguã de novo por conta da fazenda Real [ilegível] que se deprimeyro [*inint*] ao ditto senhor pello Concelho Ultra[*marino*]⁹⁰
- 4 Sobre ser afectada, e menos verdadeyra [*inint*] que de[?] o Provedor mor deselhe em[?]sar acobrança, das [iv]idas da fazenda Real.
- 20 5 Sobre haver inviolavel mente observado, ouvir os Ministros aque toca para fazer os provimentos dos Officios.
- 6 Sobre fazer observar a forma que *Sua Magestade* [*inint*] Rezoluto se estille nas f[?] de officios, e Certidoen's, que separem as partes, declarando a t[e]rra donde saõ naturaes, e [ilegível] dos Paz[?]s.
- 25 7 Sobre o guarda mor que *Sua Magestade* foi ser vida houvesse na Alfandega desta Cidade, como o [ilegível], com duzentos mil Reis de ordenado, Levando decada hum dos Navios, o mesmo que o Guarda mor da Alfandega de Lisboa
- 30 8 Sobre ser com verdade, ezello, a Representaçã que fes a *Sua Magestade* o Capitã mor da Capitania de Sergipe de [*inint*], a serca da pouca obse= vancia, e' mã disciplina com que se achavaõ as ordenanças della: falta de officiaes, e [?]stirem fora dos seus destrictos, em que sua *Excelência* vay provendo Remedio em virtude das orden's antecedentes de *Sua Magestade*
- 35 9 Sobre o que Rezultou da Devassa que tirou o *Dezembargador* [*inint*] geral do Crime da morte de hum clerigo de Minoribus, e hum seu Escravo, e = termos em que fica.
- 10 Sobre a representaçam que fes a *Sua Magestade* Antonio Luis Lopes de Se= poderem fabricar Naos na Capitania dos Ilheos, Villas d[?]

⁹⁰ Palavra borrada, de difícil leitura. Infere-se, pelo contexto, que a palavra é "Ultramarino".

11 Sobre el...
 12 Sobre el...
 13 Sobre el...
 14 Sobre el...
 15 Sobre el...
 16 Sobre el...
 17 Sobre el...
 18 Sobre el...
 19 Sobre el...

20 Sobre el...
 21 Sobre el...
 22 Sobre el...
 23 Sobre el...
 24 Sobre el...
 25 Sobre el...
 26 Sobre el...
 27 Sobre el...

Tinta repassada
Bleed Through

[Handwritten signature]

[fol. 02]

Cayru, e Camamû, pella Conviências de boas Madeyras, e grande quantidade de E[ilegível]

- 11 Sobre dar Cumprimento na p[ilegível] que [ilegível] a ordem de Sua Magestade a cerca dos E[.] que [ilegível] de Angola por [ilegível] e chegando do=
- 5 entes, para que o Arcebispo o mande Receber a Agoa do Baptismo, [ilegível] ; e f[ilegível] e' fara memoria ao dito Arcebispo, e Corregedor da Comarca das ordens que Sua Magestade sobre este particular foi [inint] peçar lhe.
- 12 Sobre se executar a Resolução de Sua Magestade de [?] rem os Governadores da=
- 10 Capitania de Sanctos, e o Capitam mor do Espirito Sancto, quem tome conhecimento des [?] verdadeyra, ou affectada a a Ribada que a ellas fizerem [ilegível+ 01 linha]
- 13 Sobre informar a cerca da Representação que fizes a Sua Magestade o Prouvedor mor da fazenda Real, a [ilegível] de ser necessario [inint] novo contador, para haver de ajudar ao primeyro.
- 15 14 Sobre [?] informar no Requerimento do Cabo de Esquadra Joaõ Alvares Lima em que pede selhe [ilegível]
- 15 Sobre o estado em que se achaa Sentença dos [ilegível] de Faria, e seus Companheiros vindo do Ryo de Janeyro, por=
- 20 falta de Ministros na Rellação.
- Cartas de materia nova
- 16 Sobre a Resolução de Sua Magestade; que agora apresentaraõ os Ajudantes dos dous Terços da guarnição, e Prezideo desta Praça, porque Sua Magestade foi servido ordens, fossem no Corpo dos Terços; por que de outra ma=
- 25 neyra pareceriaõ L[ilegível] dos seus Mestres de Campo.
- 17 Sobre o Requerimento que fizeraõ ao Mestre de Campo desta Praça Joaõ de Araujo, de Azevedo, e Joaõ dos Santos Alvares pertenden=
- do, que nas ocaziões, que se juntarem os seus Terços, aparecendo elles no Citio em que se houverem de formar os soldados todos
- 30 lhe peguem nas Armas, e os officiaes nos seus espontoens.
- 18 Sobre em observancia das ordens de Sua Magestade haver feito Recolher aos=
- seus destrictos officiaes da ordenança que se acharaõ fora del=
- les da do bayxa aos que des obdessaõ a ordem; ter já provido algum's daquelles postos e ficar para prover outros, e Razoens
- 35 por que tollera ao Coronel Miguel Calmon.
- 19 Sobre os provimentos que tem feito, e vay fazendo de Capitains mores das freguezias, e duvida em que se acha como provimento de=

Juizes daVintena.

- 20 Sobre aimpiedade que algun's moradores destaCapitania, que tem Escra=
vos paraservico desuas fazendas, ou caza, uzaõ com elles, quan=
do porannos ou achaaque[?], se imCapacitaõ depoder servir.⁹¹
- 5 21 Sobre Remeter os Autos originaes dos exames que sefizeraõ devir aRiba=
bado aestaBahya oNavio Francez, pornome a Princeza de=
quem eraCapitaõ Pedro Morel.
- 22 Sobre sem embargo das Rondas feitas as tres Naos daIndia, que aesta
Bahya chegaraõ, haver noticia, deque algun's Indiaticos sea=
10 achavaõ emterra, vendendo publicamente fazendas daIndia a=
lem daquellas que *SuaMagestade* lhepremite nas suasLiberdades,
e ser precizo, mandar *SuaMagestade* sobre esta materia apertadas or=
dens ao Provedor, mor.
- 23 Sobre as noticias que deu o*Mestre* dehua jumaca, vinda defazer negocio
15 de Escravos noCastello deSaõ Jorge daMinna daiprezao que
temfeito os Piratas por aquellaCosta em Embarçaõen's nossas
e' *Estrangeyras*.
- 24 Sobre aespecialidade, e'zello comque o Ou[?]. de Saõ Paulo Raphael
Peres Pardino serve a*SuaMagestade*
- 20 25 SobreRemeter as Devasas que tirou o Prouvedor mor, emvirtude daley de=
SuaMagestade /pertencente as arqu[?]açõens/ dos *Mestres*dos dous Na=
vios, *Nossa Senhora*Madre deDEUS, *sancta*Maria, *Sancta*
Izabel, vindas deAngolla com escravos, e'Razaõ porque
25 ficaõ os *Mestres* dellas para irem emJaneyro, ouFevereyro,
naNaunova, para o queselhemandafazer termo.
- 26 Sobre apreplexidade emque seacha, deser o *Dezembargador Antonio* chankez *Pereira*/
porteracabados os seus seis annos de *Dezembargador* desta Rellacaõ/
oJuiz Rellator dos Reos da Alçada aquefoi a oRyo deJa=
neyro, ou sehâ denomear, outro Ministro.
- 30 27 Sobre asbayxas, que emvirtude daordemde*SuaMagestade*/ Regida nos livros
dafazenda/ mandoudar aos officiaes, que estavaõ fora
dos seus districtos: e'haverfaltado o *Provedor* mor aocumpri=
mento dellapormuytosdias, com ofundamento, quedecleara.

[GoncalloRavascoCavalcanty
eAlbuquerque]

35

⁹¹ Rabiscos seguindo a linha.

- Lista das Cartas de *Sua Magestade* que DEUS guarde
aque responde o *Excelentissimo* Senhor Conde dos *Vmieyro*
Gouernador e' *Capitaõ* General deste Estado do=
Brazil, pello *Concelho Ultramarino* o navio da Li=
5 cença por inuõçaõ [?] tres Reys magos, deque hê
Capitão Jozeph Carualho Lisboa
14 Sobre naõ hauer vindo a esta *Bahia* o navio saõ *Francisco*
Xauier, nem Hauer noticia delle *parase execu*=
tar o confisco das fazendas que trazia.
- 10 15 Sobre Hauer ordenado ao *Prouvedor* mor da fazenda ma=
nde *Leuar*. em conta os cento e sincoenta mil [?]
que o *Marques Vice Rey* mandou dar ao *Prouvedor* da=
Ilha de Sancto Thomê.
- 15 16 Sobre Hauer declarado ao *Prouvedor* mor que *Sua Magestade*
foi seruido fazer merce ao *Capitão dos Forte*
de Sancto Antonio da Barra desta *Cidade*
deque vença o soldo de *Capitão de Infantaria*.
- 17 Sobre Fazer sahir deste porto dentro de vinte e quatro
horas o navio *Estrangeiro* que comurgente neces=
20 sidade vier a elle, acabado o tempo que lhe asi=
gnar.
- 18 Sobre Executar inuolavelmente o que *Sua Magestade* ordena de=
tornar a *Remeter para* *Angolla* os sol dados que
aquy chegarem nos navios vindos daquelle
25 Reyno, etambem algun's desta *Praça* a que por de=
zer tores, tem incorrido na pena do *Bando*.
- 19 Sobre o *Requerimento* de *Thomê Machado Bar*=
cellos, nabaixa que selhedeu de *Artilheiro*
por in *Capas*, e se achar servindo de *Empreiteiro*
30 no *Forte de Saõ Pedro*.
- 20 Sobre Executar o que *Sua Magestade* ordena quando se ofereça occaziaõ
que precise avallerse do *Comboy* da frota por im=
pedimento das duas *Fragatas de Guarda Costa*.
- 21 Sobre Informar no *Requerimento* a *Sua Magestade* o *Padre Antonio*
35 de *Andrade da Companhia de JESUS* Missi=
onario actual das *Aldeas dos Indios da Natu*=
ba.
- 22 Sobre As duas *Fragatas* de guarda *Costa* desta *Praça*
deque *Sua Magestade* ordena, sem ande hua para defender
40 [ilegível]⁹² *Piratas* abarra, [*inint*] do *Ryo de Janeyro*,
[ilegível] que contem⁹³.

⁹² Trecho com um borrão. Infere-se que seja “dos”.

⁹³ Abaixo dessa linha, há um traço na horizontal e outros menores, inclinados.

23 Sobre Seguridade...
 24 Sobre Informas no Equipamento de...
 25 Sobre Ficação de...
 [Faded text and stamps follow, including a circular seal with 'VOESIT' and 'MAYEN VOESIT']
 [Handwritten signatures and flourishes at the bottom]

[fol. 02]

- 23 Sobre Sequeixar injustamente oProuedor mor dafa=
 zenda Real delhefalarem com aquellas honr=
 ras que selhedeuem d[?]s [ilegível] vedor Geral por
 selhe continuarem [?]Guardas que Requer muito
 5 antes deSuaMagestade [inint]
- 24 Sobre Informar no Reuqerimento deJozeph Roiz
 Pereyra, [?]tendor com oCapitaõ Domin=⁹⁴
 gos deLimaMiranda.
- 25 Sobre Ficar [inint] emvirtude deOutras or=
 10 den's, e' deligencia que SuaMagestade foi seruido
 mandar fazer, o Dezembargador Christo=
 vao Tauares deMoaraes, tanto deoCupaçaõ
 deJuiz doTombo, para que lhe naõ nomeou
 sustituto, como desuperintendente doTa=
 15 baco em que ficaseruido oDezembar=
 gador[inint]⁹⁵

[GoncalloRavascoCavalcanty
 eAlbuquerque]⁹⁶

⁹⁴ A partir da linha 07, aparecem com mais intensidade, marcas de tinta, provavelmente do verso do documento.

⁹⁵ Há uma linha inclinada após o texto até o final da página.

⁹⁶ A assinatura possui uma laçada.

PARA TERMINAR: “PORQUE O TRABALHO, A MEU VER, SERÁ MUITO, DE MUITOS, E NÃO SERÁ POR POUCO TEMPO”

Finaliza-se esse trabalho, ciente de que as histórias aqui (re)contadas são apenas recortes e representam, mesmo que minimamente, uma das muitas narrativas que envolvem a reconstituição do PB. Assim, esta dissertação contribui com os estudos sobre a reconstituição linguística do PB, sobretudo no que concerne aos estudos da vertente culta, a partir de três agendas: a edição semidiplomática de vinte e sete manuscritos, pertencentes à Família Vieira Ravasco; a contextualização sócio-histórica da documentação e a sintética descrição do fenômeno linguístico da concordância verbal de terceira pessoa do plural.

O estudo do AFVR, composto por documentos diplomáticos e não-diplomáticos, de gêneros textuais diversificados, revela os seguintes resultados:

- a) Quanto à primeira agenda, a edição semidiplomática dos manuscritos, o principal resultado é a disponibilização da edição para pesquisadores dedicados ao estudo de tempos mais recuados do PB, especialmente sobre a gênese e formação do PB culto. Fica também a edição disponível a pesquisadores de outras áreas de conhecimentos, a exemplo da História, Sociologia e Geografia;
- b) Quanto à segunda agenda, o estudo sócio-histórico do *corpus*, os resultados contribuem para a compreensão da formação histórica e linguística do Brasil e da Bahia colonial, demonstrando a importância desse conjunto documental raro, do período colonial brasileiro;
- c) Quanto à terceira agenda, o estudo descritivo da concordância verbal de terceira pessoa, os resultados alcançados, ainda que não tenha sido possível realizar um estudo exaustivo do tema, contribuem para caracterizar morfossintaticamente o português escrito por indivíduos cultos nascidos e escolarizados no Brasil de finais do século XVII e inícios do século XVIII.

E, para terminar (porque, afinal, ela sempre esteve presente na escrita desta dissertação, por meio da consulta a suas obras brilhantes), cita-se Mattos e Silva (2002, p. 464) que afirmou, a respeito da reconstrução da história social linguística do Brasil, que “O trabalho será muito, de muitos, e não será por pouco tempo”. A mão que escreve esta dissertação se soma às muitas mãos que vêm empenhando esforços para escrever uma história do PB.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ACCIOLI, Vera Lúcia. Costa. **A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos**. Recife: FUNDAJ Editora Massangana; UFPE, Editora Universitária, 1994.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-BA: sociolinguística e socio-história do português brasileiro**. Salvador, BA, 2014. 342 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, 2014.
- BANZA, Ana Paula (2017). **“Da antiga à nova Filologia: práticas de edição de textos modernos”**. In Trachsler, Richard/Duval, Frédéric/Leonardi, Lino (éd.) (2017) : Actes du XXVIIe Congrès international de linguistique et de philologie romanes (Nancy, 15-20 juillet 2013). Section 13 : Philologie textuelle et éditoriale. Nancy, ATILF: <http://www.atilf.fr/cilpr2013/actes/section-13.html>. Disponível em: <http://www.atilf.fr/http://www.atilf.fr/cilpr2013/actes/section-13/CILPR-2013-13-Banza.pdf>.
- BARBOSA, Afranio Gonçalves. **Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas do comércio**. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, v. 8, 2002.
- BERBER SARDINHA, T. B. **Linguística de Corpus: histórico e problemática**. D.E.L.T.A. v. 16, n. 2, p. 323-367, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244502000000200005&lng=en&nrm=isso. Acesso em 31 jan. 2021.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 3. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 01 jun 2021.
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CARDOSO, Lara da Silva. **A gramática dos pronomes clíticos no Brasil Colônia: o português clássico na história do português brasileiro**, 2020. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2020.

CARDOSO, LARA DA SILVA; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira. **Para um estudo da formação do português brasileiro: descrição, representatividade e potencialidades do corpus colonial do CE-DOHS**. LABORHISTÓRICO, v. 7, p. 330-355, 2021.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As aulas Régias no Brasil. In: **Histórias e memórias da Educação no Brasil**. 6 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes, 2014, p. 179-191.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. **Cartas brasileiras (1808-1904): um estudo lingüístico-filológico**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira (Org). **CE-DOHS - Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (2012-2025)**. URL: <http://www.uefs.br/cedohs>. Acesso in: 07 jun. 2020.

CARNEIRO, Z. de O. N.; LACERDA, M. F. de O. **Corpus eletrônico de Documentos Históricos do Sertão: etapa 1 (1750-2000)**. Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 205-221, 2019. DOI: 10.22481/rbba.v8i1.5588. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/5588>. Acesso em: 18 mar. 2022.

CARVALHO, Rosa Borges Santos. **A Filologia e seu objeto: diferentes perspectivas de estudo**. Phillogos, Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 9, n. 26, p. 44-50, maio/ago. 2003

CASIMIRO, A. P. B. S.; FERREIRA, P. R.; SANTOS, D. M.; SILVEIRA, C. N. D.; ALMEIDA, M. C. O. de. **História da educação na Bahia: notas preliminares para a compreensão do tradicionalismo na educação brasileira**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 16, n. 67, p. 199–217, 2016. DOI: 10.20396/rho.v16i67.8646118. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8646118>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CASTILHO, Ataliba t. de. (org). **HISTÓRIA do português brasileiro: corpus diacrônico do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2019.

CASTILHO, Ataliba t. de. **Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPBB)**, Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos Edição Semidiplomática. Disponível em: [corporaphb - NORMAS DE EDIÇÃO DO PHPB 2a Versão \(google.com\)](http://corporaphb-normas-de-edicao-do-phpb-2a-versao.google.com). Acesso em: jan. 2020.

CASTRO, Ivo. Para uma história do Português Clássico. In: **Actas do Congresso Internacional sobre o Português**. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística. 1996.

CERVANTES, Miguel de. **Dom Quixote**. São Paulo: Pé da Letra, 1 ed. 2018. e Lucchesi (2009a),

FARACO, Carlos Alberto. **História do Português**. São Paulo: Parábola, 2019.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas de manuscritos dos séculos XVI ao XX**. In: Lose, Alícia, SACRAMENTO, Arivaldo (org.) Salvador: Memória & Arte, 2018, p. 195-211.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

GOMES, Luís Henrique Alves. **Indícios do português rural no recôncavo baiano no limiar do séc. XX: Bertulameu e Prexede em A Foia dos Rocêro**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

HOUAISS, Antônio. **O português no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.

KRAUSE, Thiago. Crise ou prosperidade? A Bahia no século XVII. In: REIS, Adriana Dantas; ADAN, Caio Figueiredo Fernandes. **Estudos em história colonial: a Baía de Todos os Santos e outros espaços luso-americanos** [organizadores]. – Feira de Santana: UEFS Editora, 2018. p. 71-97.

LABOV, William. **Principles of Linguistic Change: Internal Factors**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994. v. 1.

LOBO, Tânia. (2001). **Para uma sociolinguística histórica do português do Brasil: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do recôncavo da Bahia, século XIX**. Universidade de São Paulo/FFLCH. Tese de doutorado.

LOBO, TCF. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, K., CUNHA E SOUZA, HF., and SOLEDADE, J., orgs. **Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 305-327.

LOSE, Alícia Duhá et al. **Edições de documentos históricos: a quem interessam? A quem se destinam?** Revista da ABRALIN, v. 16, n. 2, p. 71-86, jan.-abr. 2017.

LOSE, Alícia Duhá; PAIXÃO, Gregário; OLIVEIRA, Anna Paula Sandes de; SANCHES, Gérsica Alves. TELLES, Célia Marques. col. **Dietário do Mosteiro de São Bento da Bahia: edição diplomática** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009

LUCCHESI, D. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, Tânia; CARNEIRO, Zenaide; SOLEDADE, Juliana et al. (Org.). **Rosae linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 533-541.

MATTOS E SILVA, **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo, SP: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, R. V. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, T. M. **Para a história do português brasileiro: novos estudos**. V. II. São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP/ FAPESP, 2002. p. 443-464.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pesquisa**. Caderno das Letras da UFF – Dossiê: Literatura, Língua e Identidade, n. 34, p. 11-30, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. **Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo, SP: Parábola Ed., 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Sobre desencontros e reencontros: Filologia e Lingüística no Brasil no século XX**. Estudos Lingüísticos e Literários, Salvador, n. 21-22, p. 97-108, 1998.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549 — 1763)**. Disponível in: www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/62048/64877/0. Acesso em: 22 set 2020.

MEGALE, Heitor; NETO, Silvio de Almeida Toledo (org). **Por rumos da agulha: Documentos do ouro do século XVIII**. São Paulo: Editora Cubo, 2015.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. **Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE**. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MUSSA, Alberto B. N. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

PAIVA, José Maria de. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIAS FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 43-59.

PAIXÃO DE SOUSA, Linguística Histórica. In: **Introdução Às Ciências da Linguagem - Linguagem História e Conhecimento**, org. Pontes: 1ª ed, 2006

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. KEPLER, F. N., FARIA, P. P. F. **E-Dictor: novas perspectivas na codificação e edição de corpora de textos históricos**. VIII Encontro de Linguística de Corpus, Rio de Janeiro. Resumos, 2009.

PETRUCCI, A. **La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa, Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.**

PUNTONI, Pedro Luís. **Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 68, p. 107-126, 2004.**

PUNTONI, Pedro. Bernardo Vieira Ravasco, Secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII. In: **O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial 1548-1700**. São Paulo: Alameda, 2013.

SACRAMENTO, Arivaldo; NASCIMENTO, Hérvickton I. **Entre a Filologia e a Linguística histórica: o texto como artefato histórico. *Macabéa* – Revista Eletrônica do Netlli, v.8., n. 2, jul-dez, 2019, p. 473-487.**

SANTIAGO, Huda; LACERDA, Mariana, BRITO, Rosana; CARNEIRO, Zenaide. **CE-DOHS: um banco de dados sociolinguísticos para a história do português brasileiro. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, 7 (Especial): 311-329, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v7iespec.41640> 2021. Acesso em: 15 jan. 2022.**

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 5. ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein; prefácio de Isac Nicolau Salum. São Paulo: Cultrix, 1973.

SAVIANI, Dermeval. Educação e colonização: as ideias pedagógicas no Brasil. In: **Histórias e memórias da Educação no Brasil**. 6 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius; CARDOSO, Caroline Rodrigues. **O papel do tipo de verbo na concordância verbal no português brasileiro. *DELTA. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 23, p. 283- 317, 2007.**

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, João Manuel Pereira da. **Os varões ilustres do Brazil durante os tempos coloniaes**. 1858. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7051>. Acesso em: 01 de jun 2021.

SILVA, Marco Antônio Nunes da. **Bernardo Vieira Ravasco e a Inquisição de Lisboa. *Politeia: História e Sociedade***. Vitória da Conquista v. 11, n. 1, p. 61-80, jan.-jun. 2011.

SOUZA, Pedro Daniel dos Santos. **A variação na concordância verbal na primeira fase do período arcaico da língua portuguesa: séculos XIII - XIV**. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SOUZA, Pedro Daniel dos Santos. **Sobre o uso da Língua do Príncipe: história social da cultura escrita, reconfigurações linguísticas e populações indígenas na Bahia setecentista**. 2019. 530f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica: crítica textual**. 2. ed. São Paulo: Ars Poética; Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

TELLES, C. M.; DA GAMA, A. R. **Perspectivas da filologia textual**. Revista do GELNE, v. 4, n. 2, p. 1-6, 29 fev. 2016.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006. [1968]